

FRIEDRICH ENGELS

e a ciência contemporânea

Muniz Ferreira
Ricardo Moreno
Mauro Castelo Branco
(Organizadores)



FRIEDRICH ENGELS

e a ciência contemporânea



Universidade Federal da Bahia

Reitor

Naomar de Almeida Filho



Editora da Universidade
Federal da Bahia

Diretora

Flávia M. Garcia Rosa

Conselho Editorial

Angelo Szaniecki Perret Serpa
Carmen Fontes Teixeira
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Fernando da Rocha Peres
Maria Vidal de Negreiros Camargo
Sérgio Coelho Borges Farias

Suplentes

Bouزيد Izerrougene
Cleise Furtado Mendes
José Fernandes Silva Andrade
Nancy Elizabeth Odonne
Olival Freire Júnior
Sílvia Lúcia Ferreira

FRIEDRICH ENGELS

e a ciência contemporânea

Mauro Castelo Branco de Moura
Muniz Ferreira
Ricardo Moreno
(Orgs.)

Edufba | 2007

©2007 by Muniz Ferreira, Ricardo Moreno e Mauro Castelo Branco de Moura.

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.

Feito o depósito legal.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a permissão escrita do autor e da editora, conforme a Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

Projeto gráfico, editoração e capa
Lucia Valeska de Souza Sokolowicz

Revisão
Os Organizadores

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

F911 Friedrich Engels e a ciência contemporânea / Muniz Ferreira, Ricardo Moreno, Mauro Castelo Branco (orgs.). - Salvador : EDUFBA, 2007.
166 p.

ISBN 978-85-232-0438-9

1. Engels, Friedrich, 1820-1895. 2. Socialismo. 3. Socialistas. 4. Capitalismo. 5. Filosofia e ciência. 6. Filosofia da natureza. 7. Sociologia do trabalho. I. Ferreira, Muniz. II. Moreno, Ricardo. III. Castelo Branco, Mauro.

CDU - 330.85
CDD - 335.4

fapesb 
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

O conteúdo desta obra foi aprovado pelo Conselho Científico da FAPESB

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina
40170-115 Salvador Bahia
Tel: (71) 3263-6160/6164
edufba@ufba.br www.edufba.ufba.br

Sumário

Apresentação - Augusto C. Buonicore	7
Engels Historiador - José Carlos Ruy	15
Engels e a história social do trabalho - Aldrin A. S. Castellucci	21
A contribuição de Engels para a crítica da economia política- Renildo Souza	29
Engels e o projeto de crítica da economia política - Mauro Castelo Branco de Moura	53
Engels e a etnologia evolucionista - Maria Rosário de Carvalho	65
O legado de Engels na prática das ciências da natureza no século XX - Olival Freire Jr.	85
Engels e a Ciência Contemporânea - Naomar de Almeida Filho	97
Friedrich Engels e a Evolução da Ciência da Guerra no Século XIX - Muniz Ferreira	123
A contribuição de Engels à elaboração do marxismo clássico: linguagem, consciência, técnica - João Quartim de Moraes (Lígia Osório)	147
Engels e a abordagem científica da religião - Elizete da Silva	171
Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da História Social: o sentido marxista tradicional de classe operária - Antonio Luigi Negro	189

Apresentação

Augusto C. Buonicore*

I

A iniciativa do Grupo de Pesquisa Marx no Século XXI (FCH/UFBA) e do Instituto Maurício Grabóis, de realizar um seminário sobre Engels e a ciência contemporânea é algo para se comemorar. Tratou-se de uma justa homenagem aos 110 anos, comemorados no ano passado, de uma das personalidades que mais contribuíram para o desenvolvimento das ciências humanas e a construção de um programa alternativo ao capitalismo. Um homem que, como poucos, soube articular a teoria à prática transformadora.

A homenagem também não deixa de ter certo sabor de vingança – uma caprichosa vingança da história. Desde o início do século XX, desenvolveu-se, no campo da intelectualidade de esquerda, uma forte corrente que buscou minimizar – ou mesmo desqualificar – as contribuições de Engels ao processo de formação do marxismo.

O conflito ganhou novos contornos com a publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1932) de Marx e de *Dialética da natureza* (1939), de Engels. O primeiro havia sido escrito em 1844; o segundo, na década de 1870. Estes trabalhos, redigidos em períodos e sob perspectivas tão diferentes, passaram a ser considerados provas definitivas da existência de uma profunda diferença entre Engels e Marx; Engels considerado mecanicista, positivista e economicista; Marx, dialético e antidogmático.

Entre outras coisas, Engels passou a ser acusado de ter criado os pressupostos teóricos e políticos do reformismo social-democrata e do stalinismo. Os alvos centrais dos críticos foram os seus textos filosóficos, nos quais ele buscava provar a existência de um movimento dialético também da natureza. Uns o acusaram de tentar naturalizar a história humana; outros, contraditoriamente, de buscar humanizar a natureza.

Houve, assim, uma verdadeira subversão da opinião amplamente hegemônica no interior do movimento socialista até as primeiras décadas do século XX, quer na vertente social-democrata quer na comunista. Num artigo fúnebre, escrito em 1895, Lênin escreveu: “Desde o dia em que o destino juntou Karl Marx e Friedrich Engels, a obra a que os dois consagraram toda a vida converteu-se numa obra comum”. E concluiu, “o proletariado pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios, dois lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comovente oferecem as lendas dos antigos”.

Os críticos muitas vezes se utilizam da própria modéstia de Engels para atacá-lo. Buscam, assim, demonstrar que ele era, em todos os aspectos, pensador bastante inferior a Marx. Pior: alguém que contribuiu para caracterizar a obra genial do amigo.

Em 1884 – ainda sob o impacto da morte de Marx –, Engels escreveu: “Durante toda a minha vida tenho feito aquilo para que fui talhado: ser um segundo violino – e creio que me tenho saído muito bem nesta função. Eu sou feliz por ter tido um maravilhoso primeiro violino: Marx.” Numa das notas ao *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, seguiu no mesmo tom: “Não posso negar que antes e durante a minha colaboração de quarenta anos com Marx tive certa participação independente, tanto na fundação quanto na elaboração da teoria (...) A contribuição que dei (...) poderia ter sido trazida por Marx mesmo sem mim. Ao contrário, o que Marx fez eu não estaria em condições de fazer. Marx estava mais acima, via mais longe, tinha uma visão mais ampla e mais rápida que todos nós. Marx era um gênio; nós no máximo, tínhamos talento”. Engels via-se, no máximo, como um bom segundo violino. Mas, na sinfonia que eles elaboraram, o segundo violino era imprescindível.

Assim, contrariando grande parte dos intelectuais marxistas ocidentais, devo afirmar que não existiria o que hoje conhecemos como marxismo, sem a contribuição teórica e prática daquele “segundo violino”.

Marx e Engels, desde que se conheceram, estabeleceram certa divisão de trabalho intelectual – procedimento bastante incomum entre pensadores de tal porte. Na juventude, produziram conjuntamente *A Sagrada Família*, *A ideologia alemã* e *O Manifesto do Partido Comunista*. Não é sem razão que suas obras têm sido, na maioria das vezes, editadas em comum.

Se pesquisarmos o conjunto dos textos destes dois intelectuais socialistas – que iniciaram sua colaboração em 1844 –, não encontraremos nenhuma prova da existência de diferenças significativas de opinião sobre

qualquer dos temas centrais tratados por eles; e sabemos, por exemplo, o quanto Marx era exigente – e mesmo intransigente – no campo da “luta de idéias”. Marx não era homem de fazer concessões políticas ou teóricas.

Foi Engels, em 1887, que elucidou a questão desta divisão intelectual de trabalho: “Em conseqüência da divisão de trabalho existente (...) tocou-me a tarefa de apresentar nossos pontos de vista na imprensa periódica, portanto especialmente na luta contra as opiniões adversas; de modo que sobrasse tempo a Marx para a elaboração de sua obra maior”.

Foi dentro deste espírito que Engels escreveu *Anti-Duhring* (1877), *Do socialismo utópico ao científico* (1880), *As origens da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886) e os manuscritos que, depois da sua morte, dariam origem à *Dialética da natureza*, escritos na década de 1870. Mesmo estes textos, muito criticados pela maioria dos “marxistas ocidentais”, tiveram o dedo, ou melhor, a contribuição intelectual, do velho Marx.

Engels, no Prefácio à segunda edição de *Anti-Duhring*, deu conta da parte que coube a Marx: “Tendo sido criada por Marx (...) a concepção exposta neste livro, não conviria que eu publicasse à revelia do meu amigo. Li-lhe o manuscrito inteiro antes da impressão; e o décimo capítulo da parte segunda, consagrada à economia (...) foi escrito por Marx. Infelizmente, eu tive de resumir por motivos extrínsecos. Era, aliás, hábito nosso ajudarmo-nos mutuamente na especialização de cada um”. Eis uma prova testemunhal do crime cometido por Marx contra sua própria teoria.

Mas a *bête noir* dos marxistas anti-engelsianos é *Dialética da natureza*. Os manuscritos que deram origem a esta obra se inseriam no combate teórico que se travava na segunda metade do século XIX. Para cumprir esta missão, delegada pela social-democracia, Engels passou oito anos estudando ciências naturais. No entanto, o trabalho não pôde ser concluído e somente em 1925 viria a público. Nascido como resposta ao materialismo vulgar – mecanicista – do século XIX, seria recebido como prova tardia de um suposto viés positivista e naturalista do autor.

Mesmo aqui, onde pensavam ‘pegar’ apenas Engels, acabaram, indiretamente, atingindo o próprio Marx, pois este foi um leitor privilegiado dos manuscritos e, inclusive, fez comentários positivos às margens daquele trabalho. Os biógrafos afirmam que ocorreu uma discussão intensa entre os dois amigos na segunda metade de década de 1870 e Marx dizia

estar ansioso para ver a obra publicada. Se erros positivistas existem neste trabalho, Marx, no mínimo, compartilhou amplamente deles.

Dentro do esquema teórico (materialista e dialético) elaborado por Engels e Marx, eles estavam certos ao pensar a dialética como uma lei geral do desenvolvimento tanto da natureza quanto da sociedade. Estavam corretos também ao reafirmar que a história humana é um prolongamento da história natural. Os homens fazem parte da natureza e a ela não são estranhos. Toda ciência moderna comprova isso.

Se Marx não se dedicou a escrever sobre a dialética da natureza foi porque, na divisão de trabalho, esta tarefa coube a Engels. O silêncio sobre o tema não significa que Marx não o considerasse importante. Existe, inclusive, uma significativa correspondência sobre o assunto, publicada sob o título *Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas*

Podemos dizer que esta parceria profícua continuou bem depois da morte de Marx. Foi Engels que publicou os livros II e III de *O Capital*, decifrando os verdadeiros garranchos deixados por Marx e dando a eles certa organização. Esse fato levou alguns estudiosos, corretamente, a questionar a ausência do nome de Engels naquela monumental obra da economia política contemporânea. Escreveu Lênin: "editando os tomos II e III de *O Capital*, Engels ergueu ao genial amigo um grandioso monumento no qual, involuntariamente, tinha gravado também o seu próprio nome em letras indeléveis. Estes dois tomos de *O Capital* são, com efeito, obra de ambos, de Marx e Engels".

Não deixa de ser irônico que o maior crítico do positivismo e do economicismo no interior do movimento socialista seja, posteriormente, acusado de ser seu principal introdutor e incentivador. Justo Engels, que tinha plena consciência da possibilidade de uma deturpação economicista do marxismo e, por isso mesmo, dedicou seus últimos anos de vida a combater a idéia daqueles que acreditavam ser a sociedade um simples reflexo mecânico da economia. Ele, que não se cansou de reforçar o caráter complexo e mediatizado da determinação econômica e a importância das outras esferas sociais, como a ideologia e a política.

Escreveu Engels: "A responsabilidade de que, às vezes, os jovens dêem ao aspecto econômico um peso maior do que o devido, deve cair parcialmente sobre Marx e sobre mim. Frente aos nossos adversários, era preciso sublinhar o princípio essencial negado por eles, e então nem sempre tínhamos o tempo, o lugar, nem a ocasião para fazer justiça aos demais fatores que intervêm na ação recíproca." Numa carta a Bloch,

escrita em 1890, afirmou: "Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida material. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isto. Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela tese em uma frase vazia".

Na sua obra mais polêmica, *Dialética da natureza*, Engels criticou duramente os que advogavam uma "concepção naturalista da história", pois estes encaravam "o problema como se exclusivamente a natureza atuasse sobre os homens e como se as condições naturais determinassem, como um todo, o seu desenvolvimento histórico. Essa concepção unilateral esquece que o homem também reage sobre a natureza, transformando-a e criando para novas condições de existência".

Em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* escreveu: "a história do desenvolvimento da sociedade difere substancialmente, em um ponto, da história do desenvolvimento da natureza. Nesta (...), os fatores que atuam uns sobre os outros e em cujo jogo mútuo se impõe a lei geral, são todos agentes inconscientes e cegos (...) Ao contrário, na história da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que atuam movidos pela reflexão ou a paixão, perseguindo determinados fins; aqui, nada acontece sem uma intenção consciente, sem um fim proposto."

II

Segundo David Mclellan: "Engels explorou seu imenso talento nas áreas mais variadas possíveis: foi lingüista de primeira categoria, importante crítico militar, pelos menos igualou-se a Marx como historiador, foi pioneiro da antropologia e reconhecido orientador de uma dúzia de partidos marxistas então emergentes". O livro que, agora, os leitores têm em mãos procura dar conta dessas múltiplas dimensões da produção teórica daquele importante intelectual e dirigente socialista.

Dois autores, sob ângulos diferentes, procuram analisar as contribuições de Engels à história e sociologia do trabalho. Aldrin Castellucci realça o valor do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* – desde a utilização de fontes até as teses originais ali defendidas. O livro seria um dos primeiros estudos sobre a cidade industrial moderna e da relação entre as questões ambientais e o capitalismo industrial em expansão, especialmente as suas conseqüências para os trabalhadores urbanos. Rebate, segundo a linha de Hobsbawn, os que buscaram suavizar a situação dos operários ingleses na primeira metade do século XIX.

Antônio Luigi Negro – armado da perspectiva thompsoniana – apresenta as diferenças entre a visão desses dois autores sobre a constituição da classe operária. Thompson recusou a idéia de que a classe operária fosse o resultado natural da soma da energia do motor a vapor e a indústria algodoeira e que ela tivesse uma missão histórica pré-estabelecida. As conseqüências de tais esquemas teóricos seriam: a subestimação de outros grupos de trabalhadores e a incompreensão do processo de formação da classe trabalhadora em outros lugares, como o Brasil.

Muniz Ferreira trata de uma das facetas menos conhecida da produção teórica de Engels: suas contribuições no terreno da ciência da guerra. Pouquíssimos sabem que, pelos seus conhecimentos sobre o tema, Engels foi convidado a escrever verbetes e artigos para diversas publicações especializadas nos EUA, Inglaterra e Alemanha. Engels defendeu “a historicidade da ciência militar” e demonstrou “a influência da dinâmica econômico-social sobre a organização e composição dos exércitos, sobre os métodos de condução das operações militares e sobre a contribuição aportada por cada exército ao desenvolvimento da arte da guerra” e vinculou “o desenvolvimento da arte e da ciência da guerra aos momentos de efervescência revolucionária”.

Quartim de Moraes realça a atualidade do pensamento engelsiano – e materialista – sobre a origem da linguagem e da consciência. No seu artigo, combate as concepções idealistas que buscam sublimar a consciência e separá-la da natureza e da matéria. A consciência, no entanto, não seria anterior à linguagem. Ao contrário, sustenta o autor, a linguagem seria mais antiga que a consciência, pois se constituiria enquanto sua condição social. No artigo, reforça a justeza do materialismo filosófico que afirma que “o homem é um produto da história natural”. Isto, continua Quartim, “não significa reduzir a história da humanidade às chamadas leis naturais. O próprio Engels diversas vezes rebateu essas idéias que buscavam ‘naturalizar’ as relações sociais”.

A interpretação engelsiana sobre a religião é feita por Elizete da Silva. Corretamente ela afirma que, para Engels, os fenômenos religiosos só poderiam ser plenamente entendidos na sua relação com as lutas de classes. Foi dentro desta perspectiva que, por exemplo, Engels buscou compreender as guerras camponesas na Alemanha e constatou que Lutero e Münzer, ambos protestantes, “partiam de lugares sociais distintos” e “representavam dois partidos de classes divergentes”. O primeiro representava a burguesia ascendente; o segundo, as massas camponesas. Os conflitos de classes, muitas vezes, se disfarçavam sob a máscara dos conflitos entre religiões.

O jornalista José Carlos Ruy, seguindo na mesma trilha, concentra suas atenções sobre o livro *As guerras camponesas na Alemanha*. Ruy destaca três aspectos desta obra: 1º, a importância do trabalho de generalização e interpretação dos dados empíricos; 2º, encarar a luta política e religiosa como aspectos da luta de classes; 3º, a subordinação da atividade intelectual do historiador às necessidades da luta política do seu tempo – no caso aos interesses das classes populares. A própria análise das guerras camponesas XV e XVI só poderia ser plenamente entendida à luz do processo revolucionário por que se passava na Alemanha em meados do século XIX

A polêmica relação de Engels com a etnologia evolucionista foi abordada por Maria Rosário de Carvalho. Segundo ela, os dois amigos ficaram entusiasmados com as descobertas de Morgan. Marx chegou mesmo a afirmar que o antropólogo norte-americano, por outras vias, estaria chegando ao materialismo-histórico. Talvez, argumenta a autora, porque Morgan tenha sido “o primeiro que, com conhecimento de causa, estaria chegando ao materialismo-histórico. Talvez, argumenta a autora, porque Morgan tenha sido “o primeiro que, com conhecimento de causa, introduziu uma ordem precisa na pré-história da humanidade, e o fez à luz do pressuposto de que todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de subsistência”.

Renildo Souza e Mauro Castelo Branco de Moura, em dois interessantes artigos, abordam as contribuições de Engels à Economia Política. Renildo destaca o pioneirismo de Engels que, aos 24 anos, lançou *Esboço da crítica da economia política*. Nesse trabalho, além de acentuada crítica moral ao capitalismo, Engels “deteve-se na análise das categorias econômicas clássicas, aportando formulações embrionárias importantes para o marxismo”. Entre as antecipações contidas ali estariam: a descoberta da tendência de a livre concorrência transformar-se em monopólio; a tendência do capitalismo à instabilidade e ao desequilíbrio, fruto da anarquia imperante na produção.

Mauro Castelo Branco de Moura também destaca o papel de Engels na conversão de Marx ao estudo da economia política e introduz uma outra faceta: a de “decano dos comentaristas e divulgadores” de *O Capital*. Nos artigos escritos logo após o lançamento desta obra, Engels alertava para a centralidade que adquiriria ali a categoria de “exploração da força de trabalho” e concluía pela necessidade de a ação revolucionária dos trabalhadores superar aquela exploração.

Segundo Naomar Almeida coube a Engels a tarefa de sistematizar as bases filosóficas, epistemológicas e científicas da dialética materialista. Tarefa esta que lhe permitiu antecipar elementos centrais da teoria da

complexidade, paradigma vanguardista da ciência contemporânea, que só seria popularizada na segunda metade do século XX.

Por fim, Olival Freire trata da influência do materialismo dialético nas ciências da natureza, especialmente na antiga União Soviética. Os últimos anos, segundo o autor, "têm permitido uma avaliação mais multilateral da fortuna do pensamento de Engels nas ciências da natureza no século XX". A conclusão que se poderia extrair é que "o pensamento de Engels, e o marxismo em geral, foi, em um número de casos, um quadro de pensamento que se revelou inspirador para o desenvolvimento das ciências".

Notas

- * Augusto C. Buonicore é historiador, mestre em ciência política e pesquisador do Cemarx/Unicamp. É secretário-geral do Instituto Maurício Grabóis (IMG) e membro do conselho editorial das revistas *Princípios*, *Debate Sindical* e *Crítica Marxista*.

Engels Historiador¹

José Carlos Ruy²

As Guerras Camponesas na Alemanha, de Friedrich Engels, é um pequeno livro que enfrenta grandes questões do ponto de vista de seu tema e também deixa lições importantes a respeito da análise política e da atividade do historiador.

Inicialmente, Engels ajuda a desmontar um verdadeiro dogma historiográfico, aquele que coloca no altar a pesquisa documental e só considera historiador *de verdade* aqueles que se dedicam à atividade de vasculhar arquivos.

Engels parte de um livro monumental para escrever o seu, a *História da Grande Guerra Camponesa*, de Wilhelm Zimmerman, em três tomos, publicado entre 1841 e 1843.

Zimmerman se baseou nos documentos existentes nos arquivos de Stutgard, na Alemanha. Democrata e progressista, ele foi deputado à Assembléia Nacional durante os anos revolucionários de 1848, perdendo o mandato devido às posições avançadas que defendeu.

Isso também justifica o elogio que Engels fez a ele, na segunda edição alemã de *As Guerras Camponesas*, escrito em 1870 e 1874, onde se refere ao instinto revolucionário que transformou Zimmerman em "campeão das classes oprimidas."

Engels, que não trabalhou em arquivos mas se baseou no relato e na documentação coligida por Zimmerman, escreveu um livro que demonstra a possibilidade, e mesmo a necessidade, da elaboração histórica dedicada à interpretação de um período e suas lutas interpretar à luz de um ponto de vista avançado.

E que demonstrou, há mais de 150 anos, a necessidade de ambos os trabalhos, aquele que se dedica a escarafunchar arquivos para reconstruir o passado de forma fidedigna e com base documental, e o trabalho de generalizar e interpretar os resultados assim alcançados.

Outro aspecto que é possível enfatizar a partir do livro de Engels é o da crítica histórica a partir de um ponto de vista que, na falta de

palavra melhor, vou definir como filosófico, mesmo correndo o risco de enfrentar as críticas à filosofia da história. Se prestou a Zimmerman as homenagens devidas, e necessárias, Engels fez também a crítica de seu trabalho, apontando aquela que seria talvez sua principal limitação: o fato de não encarar a luta política e religiosa como luta de classe, mas apenas como a oposição, genérica, entre opressores e oprimidos. E criticou também os ideólogos de seu tempo, meados do século XIX, que aceitam como verdade aquilo que cada época pensa sobre si própria, sem levar em conta a luta de classes. As guerras religiosas do século XVI tratavam "sobretudo de interesses materiais e de classe muito positivos". Por isso, "aquelas guerras foram lutas de classes", escreveu (pág 50).

O terceiro aspecto que quero destacar na atividade de Engels como historiador é o fato de subordinar sua atividade historiográfica às necessidades da luta política de seu tempo, coisa que para muitos pode parecer uma heresia insuportável. Mas o paralelo entre a situação alemã de 1525 e o contexto da revolução alemã de 1848/1850, era visível demais para que pudesse ser deixado de lado. A história servia, aqui, para ajudar a entender a situação contemporânea a partir dos erros e das limitações da situação vivida mais de três séculos antes.

O movimento do século XVI, escreveu ele, foi a maior tentativa revolucionária do povo alemão. Ela ocorreu numa época em que o progresso da indústria entrava em contradição com os interesses dos príncipes, da nobreza e do clero. E a análise da situação alemã de então é um primor de simplicidade, baseada no esforço de compreender os movimentos das classes sociais e da luta entre elas. Era uma situação complexa que envolvia também, nas cidades, as famílias patrícias e a oposição formada por uma ala burguesa, "precursora do liberalismo de nossos dias"; envolvia também uma oposição plebéia formada por uma burguesia decadência e outros excluídos do direito de cidadania, como os oficiais, os jornaleiros e os elementos do lumpemproletariado, além do elemento proletário formado por companheiros de grêmio empobrecidos. Finalmente, havia a grande massa da nação, os camponeses, que suportavam todo o peso do edifício social, oprimidos por príncipes, funcionários, nobreza, frades, patrícios e burgueses (pág 44).

Eles formavam uma "massa confusa com, interesses contraditórios" onde, diferentemente da França revolucionária do final do século XVIII, na Alemanha do século XVI, nenhuma classe tinha condição de apresentar-se como porta-voz das demais na luta contra um opressor comum. Ao contrário, "cada classe era um estorvo para as outras e encontrava-se em luta com todas elas" (pág 46).

É nesse contexto que emergem os grandes grupos da oposição, liderados por Lutero e Munzer.

Eles não surgiram do nada. Engels faz o retrospecto dos movimentos precursores da Grande Guerra Camponesa, desde 1476 a 1517 (pág 75) e mostra aquela guerra como a culminância dos movimentos de protesto dos séculos finais da Idade Média, representado pela ação de gente como Arnaldo de Bréscia, na Itália e na Alemanha; João Wycliff, na Inglaterra; João Huss na Boêmia, pelos albingenses no sul da França, pelas as crenças quiliásticas – protestos heréticos que foram outras tantas manifestações de luta de classes (pág. 53/55). “Eram um símbolo vivo da dissolução da sociedade feudal e corporativa e simultaneamente os primeiros precursores da moderna sociedade burguesa” (pág 55), cuja radicalização plebéia já continua germes do programa proletário moderno e sua reivindicação do fim da propriedade privada e do comunismo.

Engels compara a posição de Lutero e a dos liberais burgueses de 1848/1849, que se apresentam inicialmente como revolucionários mas que, com o aprofundamento da luta e sua radicalização, se transformam em reacionários (pág 57). “Perante a revolução, esqueceram-se todos os rancores; em comparação com os bandos de camponeses, os servidores da Sodoma romana eram mansos cordeiros, inocentes filhos de Deus; burgueses e príncipes, nobres e curas, Lutero e o Papa aliaram-se contra ‘os bandos assassinos de camponeses ladrões’”, pregando sua destruição e sua morte, como a cão raivoso, como gritava Lutero (pág 61).

Daí para a barbárie no esmagamento do levante a distância era diminuta. Barbárie que já havia sido demonstrada pela nobreza húngara, em 1514, quando reprimiu o levante camponês liderado por Jorge Doza. Após sua derrota e prisão, Doza teve uma execução cruel: foi posto em um trono de ferro incandescente, com uma coroa de ferro também incandescente. Depois, seus homens, também presos, foram obrigados a comer sua carne (pág 93).

Outro elemento da comparação histórica feita por Engels refere-se à incapacidade de qualquer uma das classes em conflito tomar o poder para conduzi-lo de acordo com seus interesses. A Guerra Camponesa e as várias negociações que envolveu, entre os rebeldes, a nobreza e os príncipes, e as traições destes contra a massa popular, mostrava que, na Alemanha da época, “nem a classe camponesa nem qualquer outra estava suficientemente desenvolvida para reorganizar a vida de toda a nação de acordo com os seus interesses” (Pág 126). Para alcançar esta condição, os camponeses precisavam “ganhar a nobreza e sobretudo a

burguesia". Esta era uma tarefa que a liderança camponesa não podia desempenhar naquela época. Thomas Munzer, o principal ideólogo e dirigente da guerra camponesa, e inimigo de Lutero, "representava uma classe que se encontrava totalmente à margem da sociedade oficial, isto é, os germes do proletariado". Munzer pressentiu o comunismo, da mesma forma como Wendel Hipler, outro chefe do movimento que, "como representante de todos os elementos progressivos da nação, chegou a pressentir a sociedade burguesa moderna".

A análise feita por Engels da tomada do poder pelo movimento revolucionário liderado por Thomas Munzer no município de Muhlhausen, no sul da Alemanha é um primor de análise histórica e política, que se tornou tornado clássico: "O pior que pode acontecer ao chefe de um partido extremista é ser forçado a encarregar-se do governo num momento em que o movimento ainda não amadureceu suficientemente para que a classe que representa possa assumir o comando e para que se possam aplicar as medidas necessárias para o domínio desta classe" (pág 142).

A analogia com a situação alemã de 1848 também se impõe aqui. Em meados do século XIX, na Alemanha também "entravam na contenda os interesses das diferentes classes da oposição, e cada uma atuava por conta própria. A burguesia tinha-se desenvolvido suficientemente para não tolerar já o absolutismo burocrático-feudal, mas ainda não tinha bastante força para subordinar os desejos das outras classes aos seus. O proletariado era ainda demasiado débil para poder confiar numa rápida superação do período burguês e numa rápida conquista do poder" (págs 160/161).

A revolução alemã de 1848 ocorreu numa época diferente da revolução democrático burguesa da França, meio século antes. Agora era a época da revolução proletária, na qual já não se tratava, diz Engels, da luta entre a nobreza e a burguesia, mas sim de proteger todas as classes possuidoras contra o proletariado e o povo. "A premissa fundamental da monarquia, que se ia decompondo lentamente desde 1840, era a luta entre a nobreza e a burguesia, luta essa em que a monarquia mantinha o equilíbrio. Mas a partir do momento em que já não se tratava de defender a nobreza da pressão da burguesia, mas sim de proteger todas as classes possuidoras da pressão da classe operária, a velha monarquia absoluta teve de transformar-se rapidamente em *monarquia bonapartista*, a forma de Estado especialmente elaborada para esse fim" (págs 22 e 23). "A burguesia adquire a sua paulatina emancipação social ao preço da sua renúncia imediata a um Poder político próprio. O principal motivo que torna aceitável

para a burguesia um tal acordo não é, naturalmente, o seu medo do governo, mas o seu medo do proletariado” (25).

A transformação da monarquia prussiana numa ditadura bonapartista foi, disse Engels, o maior avanço feito pela Prússia desde 1848, pois ela “continuava a ser um Estado semifeudal, enquanto o bonapartismo é apesar de tudo uma forma moderna de Estado que impõe a eliminação do feudalismo. A Prússia deve, portanto, decidir-se a terminar com os seus numerosos vestígios de feudalismo e a sacrificar os seus junkers enquanto tais” (pág 23). E fez um comentário premonitório: “Se o mundo ficar quieto e tranqüilo e nós chegarmos a velhos, talvez em 1900 vejamos o governo prussiano acabar realmente com todas as instituições feudais e a Prússia alcançar finalmente a situação em que se encontrava a França em 1792” (pág 24).

Este é apenas um apanhado, sumário e esquemático, da contribuição de Engels registrada naquele pequeno livro, escrito em 1850 e que permanece tão atual, não só para os leitores comuns e para os militantes comunistas e de esquerda. Mas que também pode servir de fonte de inspiração para os historiadores comprometidos com a luta do povo e que não temem enfrentar certas verdades que setores da academia transformaram em dogma e anátema.

Referências

Friedrich Engels. *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa, Editorial Presença, 1975. As informações sobre Wilhelm Zimmerman foram obtidas na edição brasileira, publicada por Editorial Vitória, em 1946.

Gustav Mayer. *Friedrich Engels: una biografía*. México D.F., Fondo de Cultura Economica, 1978

Instituto de Marxismo Leninismo, do Comitê Central do PCUS. *Friedrich Engels: biografía*. Lisboa/Moscú, Edições Avante/Edições Progresso, 1986.

Engels e a história social do trabalho

Aldrin A. S. Castellucci*

O que vou colocar é, antes de tudo, uma releitura de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra seminal que Engels publicara no início de 1845, antes de completar 25 anos de idade. Filho primogênito de um capitão da indústria têxtil, o livro foi, a um só tempo, uma obra de história social do trabalho, dedicada às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha, e um documento político por meio do qual o jovem prussiano de formação calvinista formalizara o abandono de sua própria classe e sua adesão ao movimento operário da época.

Não considero que as imperfeições da obra engelsiana nos autorizem a desqualificá-la como um livro de história social do trabalho. Ela tem, apesar de tudo que se possa invocar contra tal caráter, elementos centrais da perspectiva que se quer afirmar, pois se trata de um texto sobre a condição operária e sobre o próprio processo de constituição do operariado como classe e como movimento organizado, levando-se em conta a dinâmica social conflituosa desse processo, a polifonia dos sujeitos envolvidos, a estrutura econômica e o contexto histórico no qual os mesmos estavam inseridos².

Por outro lado, a solidez de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* enquanto obra de valor histórico pode ser aferida pela farta e diversificada bibliografia e documentação oficial e não oficial utilizada para sustentar suas teses, que vão de inquéritos de comissões parlamentares, relatórios de médicos, sanitaristas, inspetores de fábricas e policiais a estatísticas, legislação das fábricas, grande imprensa e documentação produzida pelas instituições vinculadas à classe operária. Além disso, esse corpus documental foi utilizado sem ingenuidade, submetido a um exame criterioso e crítico, que deu conta dos vários interesses envolvidos no modo como cada aspecto era desenvolvido pelos agentes dos grupos e classes sociais em tela. Assim, o autor procura mostrar como a pobreza dos operários na nascente sociedade urbano-industrial era denunciada pelas fontes produzidas por sujeitos ligados ao Partido Conservador (Tory), que ocultavam tais mazelas no campo, e como os membros do Partido Liberal (Whig), pelo contrário, mostravam a rusticidade e a miséria do campo e anunciavam os supostos progressos promovidos pela

industrialização nas cidades. Outrossim, Engels fez uso de depoimentos orais e da observação direta das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, obtendo, com tais procedimentos, um conhecimento mais profundo e minucioso da condição operária.

Alguns acadêmicos tentaram pôr em dúvida a veracidade do sombrio mundo industrial descrito por Engels com base nos famosos livros-azuis. Argumentou-se que as estatísticas nos mostravam uma realidade bem diferente da que foi vista pelo revolucionário prussiano, que melhorava com a industrialização, e que tais fontes (os tais livros-azuis): a) foram transcritas com erros por Engels; b) foram mal-selecionadas e são pouco representativas da realidade; c) são claramente parciais, produzidas por reformadores sociais, em geral indispostos contra os capitalistas, e aceitas de modo acrítico pelo nosso autor; d) são de qualidade duvidosa, pois não são passíveis de quantificação; e) por último, procurou-se produzir uma grande massa estatística para desacreditar a versão unânime dos contemporâneos de que o mundo que saiu da Revolução Industrial era sombrio, desigual, com muita pobreza e baseado na exploração. É conhecido o artigo intitulado *A história e "as satânicas fábricas escuras"*, de 1958, no qual Eric Hobsbawm refuta com perspicácia cada um dos argumentos da ironicamente chamada Escola Jovial. Os interessados em melhor compreender a obra engelsiana devem, obrigatoriamente, remeter-se a esse artigo e ao prólogo, também escrito por Hobsbawm, à edição portuguesa de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1975, Editora Afrontamento³.

É claro que existem problemas na obra de Engels, e o meu objetivo não é ocultá-los. O forte moralismo e a mecânica associação entre o nascimento das fábricas e a formação da classe operária, por exemplo, estão entre as críticas mais comuns que os estudiosos fazem à obra em análise. Quase ninguém no mundo acadêmico, hoje, acredita que caibam julgamentos morais em um trabalho que se queira científico e a tese de que a classe operária é filha da indústria também não encontra muitos defensores autorizados.

Entretanto, é preciso lembrar que o jovem Frederico não queria apenas explicar a origem e o modo como a sociedade industrial funcionava e se reproduzia, apesar de tê-lo feito muito bem. Seu livro reconstitui com minúcia o processo que levou à transição da produção doméstica de base familiar e artesanal à fábrica mecanizada, do artesão ao operário, do mestre ao industrial. Nessa análise, ele procurou demonstrar como as inovações tecnológicas levaram a um aumento da demanda por produtos manufaturados e a um aumento inicial dos salários dos operários têxteis, que abandonaram suas atividades sazonais na agricultura e

mergulharam de cabeça no processo de proletarização. A isso se seguiu a divisão social do trabalho, a separação entre a tecelagem e a fição, a vitória do trabalho mecânico sobre o manual, a queda dos preços dos manufaturados, o crescimento da indústria e do comércio, principalmente internacional, com as importações de matérias-primas (algodão) e as exportações de tecidos. Portanto, começava a se esboçar a divisão internacional do trabalho, por meio da qual se engendrou a periferia primário-exportadora e o centro industrializado. A Grã-Bretanha se tornou a oficina do mundo e o mundo se tornou o seu celeiro. Os salários sofreram uma queda geral, as condições de trabalho nas fábricas se mostraram degradantes, a exploração brutal da mão-de-obra infantil e feminina revelou, aos olhos de Engels, a desmedida vileza do capital na ânsia de cumprir o seu desiderato, qual seja, a sua reprodução. Engels não observou a tudo isso impávido ou de modo desapaixonado. Seu objetivo era compreender a realidade para mudá-la.

Outra crítica que se faz à obra do revolucionário prussiano é a excessiva centralidade que os operários fabris ocupam em seu trabalho. De fato, Engels chegou a compor uma hierarquia por meio da qual o maior ou menor nível de desenvolvimento da consciência de classe teria uma relação direta e mecânica com o lugar ocupado pelos trabalhadores na produção. Quanto mais distantes da grande indústria, menor a capacidade de definir seus interesses, de modo que os trabalhadores agrícolas não teriam praticamente consciência alguma, os das minas estariam em um estágio intermediário e os das fábricas teriam atingido uma situação de plena consciência de classe, pois eram “os filhos mais velhos da revolução industrial” e o “núcleo do movimento operário” de seu tempo. Em sua visão, as grandes cidades, com seus bairros operários, e as gigantescas fábricas que nelas proliferavam, com até seis ou sete pavimentos, do alto das quais os capitalistas controlavam o mundo e os mortais que nele habitavam, eram, dialeticamente, o lócus privilegiado para o surgimento da consciência de classe, pois nas metrópoles os operários conseguiam se desvincular das antigas afetividades e laços de dependência paternalistas, percebendo que seus patrões tinham interesses diferentes e opostos aos seus. Vamos conceder a palavra ao próprio Engels:

As grandes cidades são os centros do movimento operário; foi aí que os operários começaram a reflectir na sua situação e a lutar; foi aí que primeiro se manifestou a oposição entre o proletariado e a burguesia; foi nelas que surgiram o tradeunionismo, o cartismo e o socialismo. As grandes cidades transformaram a doença do organismo social que se manifesta no campo sob uma forma crónica, numa afecção aguda;

revelaram assim claramente a sua verdadeira natureza e simultaneamente os verdadeiros meios de a curar. Sem as grandes cidades e a sua influência favorável sobre a inteligência popular, os operários não estariam no estado em que estão, nem nada de semelhante.⁴

Pouco tempo depois, em 1847-1848, essa tese será reafirmada no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em parceria com Marx. Porém, para além do mecanicismo e da “naturalização” da consciência de classe, é importante salientar que Engels reduz o mundo do trabalho de seu tempo excessivamente ao focar seu olhar sobre os pilares clássicos da Revolução Industrial, ou seja, a fábrica têxtil, a mina de carvão e o navio a vapor. Há um evidente subdimensionamento do peso sócio-econômico do artesanato e uma clara desvalorização da importância política dos artesãos para o movimento operário britânico e de além-mar em função de uma visão hipertrofiada do setor fabril e da cidade industrial.

Quem lê *A formação da classe operária inglesa*, publicada pela primeira vez em 1963 pelo historiador marxista britânico Edward Palmer Thompson, fica, no mínimo, perplexo, pois lá há uma situação bem diferente. O mundo dos artesãos, suas tradições e sua cultura política atravessada pela ação da Dissidência, ou seja, pelo conjunto de seitas religiosas desvinculadas e, muitas vezes, hostis à Igreja Anglicana, esse mundo (re) surge de modo muito mais vivo, relevante e disposto a resistir ao avanço do capitalismo.

Ademais, Engels não concede nenhuma atenção aos operários dos portos e aos marítimos, apesar de estar tratando de uma civilização insular, em que a navegação, o transporte de mercadorias e pessoas por mar e os portos têm uma enorme importância econômica e social.

Sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes da obra engelsiana é o que trata da cidade industrial. Alguns especialistas chegaram a dizer que algumas das observações de Engels sobre o assunto antecipam em décadas a disciplina Urbanismo, surgida entre 1880 e 1910⁵. É conhecida a sensibilidade de Engels para perceber as grandes transformações operadas pela civilização industrial sobre o cotidiano das pessoas das grandes cidades. Ao flunar pelas ruas de Londres e Manchester, notou, com estupefação, que

(...) as multidões cruzam-se como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a fazer em conjunto, enquanto a única convenção entre elas é o tácito acordo de que cada qual segue pelo seu lado no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão não se atrasem uma à outra, criando um obstáculo recíproco. Mas para além disto, ninguém se lembra de conceder ao outro um olhar que seja. Esta indiferença brutal, este

isolamento insensível de cada indivíduo no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e ofensivos quanto maior é o número de indivíduos confinados num espaço reduzido.⁶

Esse mundo desagregado e desagregador, atomizado e atomizador, é o mundo onde a guerra social, a “guerra de todos contra todos” se manifesta de modo mais acabado, situação em que os milhares de seres que não acham trabalho são forçados a roubar ou morrer de fome. Mas Engels foi mais longe, e observou que nas grandes cidades havia uma tendência à segregação da classe operária e dos pobres em geral em bairros insalubres, formados pelas piores casas e ruas, irregulares, sujas, sem saneamento, sem urbanização e sem ventilação. Em sua narrativa viva e cheia de cores, Engels entra em mais detalhes, mostrando como na maior parte dos casebres, pertencentes aos operários mais mal-pagos, faltam, também, móveis, camas, lençóis e instalações sanitárias. Mais abaixo da escala social, escreve o arguto observador, havia os sem-teto, uma multidão de desempregados e subempregados que dormia em promiscuidade, insalubridade e insegurança nas hospedarias das grandes cidades. Descendo ainda mais, tínhamos os que não dispunham sequer dos poucos recursos necessários ao pagamento de tais hospedarias, e dormiam nas ruas ou nos asilos de beneficência.

Dando continuidade à sua descrição da condição operária, Engels constata que, coerente com uma vida em casebres insalubres em lugar de habitações decentes, o exército do trabalho vestia farrapos em lugar de roupas, e que tais trapos eram totalmente inadequados às bruscas mudanças de temperatura da Inglaterra, o que favorecia o surgimento de doenças. Como não lembrar que os operários *cartistas* usavam casacos de fustão enquanto os membros das classes dominantes vestiam lã fina?

Da habitação Engels passa à vestimenta e desta à alimentação, dando detalhes dos hábitos operários neste terreno e demonstrando como eles estavam diretamente relacionados com a posição daqueles trabalhadores na sociedade. Há, por exemplo, uma importante observação de que até um determinado momento, os trabalhadores só recebiam seus pagamentos semanais no sábado à tarde, de modo que quando chegavam ao mercado só encontravam mercadorias de má qualidade ou deterioradas, posto que a burguesia já tinha feito suas compras pela manhã, deixando os restos para seus assalariados. Além disso, os operários tinham que enfrentar as fraudes sobre a qualidade e a quantidade dos produtos.

Mas a obra engelsiana foi, também, um contraponto incisivo e bem fundamentado às teorias econômicas e sociais de seu tempo. Diferenciando-se do economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834), defendeu que os trabalhadores e os pobres não padeciam de fome em decorrência de um desequilíbrio entre a produção de alimentos e o crescimento da população, mas em função da concorrência dos trabalhadores no mercado de trabalho, situação que se agravava com a concorrência entre os capitalistas e a decorrente anarquia da produção. Ao mesmo tempo, argumentou que a imigração irlandesa aumentou tal concorrência entre os trabalhadores no mercado de trabalho, sustentando que a referida imigração cumpriu a função de compor um *exército industrial de reserva*. Concordando com Thomas Carlyle (1795-1881) na constatação de que os irlandeses na Inglaterra viviam em condições subumanas, ocupando as piores habitações, recebendo os piores salários, alimentando-se quase exclusivamente de batatas, vestindo-se com trapos e andando descalços, dele distanciou-se por compreender que tais coisas não poderiam ser explicadas como se fossem produtos de uma escolha racional. Diferente de Thomas Carlyle, Engels compreendeu a prática dos operários irlandeses de aceitarem um rebaixamento ainda maior de salários e condições de trabalho, bem como seu hábito de beber, não como um traço de caráter, mas como algo que só pode ser entendido a partir do conhecimento da vida de pobreza e ignorância que os irlandeses levavam em sua terra natal. Por trás de tudo, estavam os lucros ainda maiores dos capitalistas e o total descaso das autoridades.

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* aparece uma denúncia da poluição e dos males à saúde associados a ela, estabelecendo uma clara relação entre a questão ambiental, o capitalismo industrial e os interesses econômicos em jogo. Outro tema que aparece é o do alcoolismo, apresentado como uma doença social, um mecanismo de auto-entorpecimento defensivo contra a degradante condição operária e como um meio que os operários trilham para garantir um mínimo de sociabilidade entre si. Ainda mais importante é a compreensão de que as inovações tecnológicas têm funções diferentes a depender do tipo de sociedade em que são utilizadas. Engels deixa claro que sob o capitalismo os avanços da tecnologia provocam desemprego em massa, pois sua finalidade é o lucro, mas que em outro tipo de sociedade – leia-se, socialista – ela serviria para diminuir a jornada de trabalho e garantir mais tempo livre para o lazer, a educação e a sociabilidade dos trabalhadores. Enquanto isso não acontecia, os trabalhadores manifestavam seu desprezo e ódio pela nova ordem social através do

crime, o roubo, o atentado violento à sacrossanta propriedade privada, que Engels considerava uma forma de protesto menos consciente, individual e passível de uma brutal repressão; o outro meio de resistência era expresso pelo movimento operário organizado. Isso começou com o *ludismo*, o quebra-quebra das máquinas, que o revolucionário prussiano reputava uma forma isolada e limitada do ponto de vista geográfico e dos objetivos políticos. O segundo momento seria marcado pela entrada em cena dos sindicatos e as greves por eles organizadas com a finalidade de regular o valor dos salários e as condições de trabalho dos operários. Mas o momento posterior, com o surgimento do *Cartismo* e do *Socialismo* de Robert Owen, foi considerado por Engels como o mais importante. O movimento pela *Carta do Povo* foi interpretado como a "forma condensada da oposição à burguesia", um levante de toda a classe operária contra o poder político e a "muralha legal" no centro da qual os capitalistas haviam se colocado. Além de ser essencialmente operário do ponto de vista social, o Cartismo foi visto como um movimento republicano do ponto de vista político. Se bem que aos cartistas se reconheça que seu movimento ultrapassou o marco das bandeiras estritamente políticas e adotou reivindicações sociais, foi ao Socialismo de Owen que Engels deu o maior crédito do ponto de vista de um programa no qual se podia ver a proposição de medidas práticas mais efetivas nesse campo. A fusão das duas facções, segundo Engels, seria o melhor meio para a classe operária dirigir os rumos da Inglaterra⁷.

Notas

- ¹ Professor Assistente de História do Brasil na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Contatos: aascastellucci@uol.com.br
- ² Um mapeamento das acepções nas quais o termo foi empregado e das questões tratadas pela história social podem ser encontradas em Eric J. Hobsbawm. "Da história social à história da sociedade". In: _____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 83-105.
- ³ Eric J. Hobsbawm. "A história e 'as satânicas fábricas escuras'". In: _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 113-127.
- ⁴ Friedrich Engels. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Editorial Presença; São Paulo, Martins Fontes, S/D, p. 172.
- ⁵ Raquel Glezer. "Engels: a imagem da cidade industrial". In: Osvaldo Coggiola (org.), *Marx e Engels na História*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 143-146.

- ⁶ Friedrich Engels. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Editorial Presença; São Paulo, Martins Fontes, S/D, p. 44.
- ⁷ Friedrich Engels. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Editorial Presença; São Paulo, Martins Fontes, S/D, p. 304-320.

A contribuição de Engels para a crítica da economia política

Renildo Souza¹

Friedrich Engels, aos 24 anos de idade, lançou-se ao esforço de criticar a Economia Política Clássica. Em sua indignação, o jovem Engels (1975a, p. 4) condenou a triunfante teoria de Adam Smith como a hipocrisia de “belos discursos sobre o amor à humanidade e ao cosmopolitismo”. Além do protesto, no seu *Esboço da Crítica da Economia Política*¹, ele deteve-se na análise das categorias econômicas clássicas, aportando formulações embrionárias importantes para o marxismo.

A interpretação da estrutura e do funcionamento da economia capitalista, segundo leis, tendências e regularidades, do ponto de vista histórico e social, é parte integrante e relevante da elaboração e evolução do pensamento marxista. Os primeiros passos da elaboração econômica crítica foram trilhados por Engels. Antes do encontro com Karl Marx, ele escreveu o *Esboço*, em fins de 1843 e em janeiro de 1844, publicando-o nos *Anais Franco-Alemães*, em fevereiro de 1844. Engels, embora muito jovem, beneficiou-se, como autor, de sua experiência, à frente dos negócios da família, em Manchester, centro da revolução industrial inglesa, e ao mesmo tempo foi testemunha direta do movimento cartista. Ele deparou-se com o ambiente em que floresceu a Economia Política de Adam Smith e David Ricardo.

No *Prefácio da Contribuição Para a Crítica da Economia Política*, Marx (1999, p. 53), ao se referir a Engels, fala de “seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas”. Cabe registrar que o título do artigo de Engels foi emprestado por Marx para o subtítulo de sua principal obra, *O Capital*. O *Esboço* é citado algumas vezes por Marx no volume um de *O Capital*.

Evidentemente, no seu *Esboço*, Engels (1975a, p. 3-4) estava de acordo com Smith na crítica ao chamado sistema mercantil. Contestava a assimilação do ouro como riqueza, a centralidade da balança comercial e a rivalidade e guerras entre as nações. Mas ele assinalou que a primeira

etapa do comércio já tinha sido superada: “se compreendeu que nos tesouros, o capital ficava inativo, enquanto na circulação se incrementava continuamente”. Aí, vemos a identificação, em germe, da idéia da circulação do dinheiro como capital, que resulta na valorização do valor. Porém, faz falta ainda, obviamente, a localização do lugar “secreto” de criação do valor, a esfera da produção, e o conceito de mais-valia.

Engels (*ibid.*, p. 3) assinalou o surgimento da Economia Política como “conseqüência natural da extensão do comércio”. Compreendia que “o século XVIII, o século da revolução, revolucionou também a Economia”. Contudo, Engels ultrapassou a avaliação sobre as concepções e práticas do mercantilismo, e criticou a própria Economia Política. “A nova Economia, o sistema da liberdade de comércio baseado na obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, revela os mesmos traços de hipocrisia, inseqüência e imoralidade que atualmente afrontam o livre sentido humano em todos os campos”. Cyril Smith (1997, p. 127) enfatiza a contradição entre a definição anterior, aqui exposta, da Economia Política, conforme o *Esboço*, e uma outra definição feita por Engels (1990, p. 123), no *Anti-Dhüring*: “A Economia Política, no sentido mais amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade humana.”

Entretanto, essa contradição, apontada por Cyril Smith, não se sustenta. Na passagem no *Anti-Dhüring*, utilizada por C. Smith, Engels está empregando a expressão Economia Política como uma interpretação embrionária e que reflete formas econômicas diversas, a depender das condições concretas de produção e distribuição em cada local ou período histórico. Ele mencionava o problema das formas rudimentares de compreensão econômica. Referia-se à economia em geral. Portanto, Engels estava falando em tese. Ele deixa claro que “esta Economia Política, nestes termos concebida, com tal amplitude [ou seja, abrangendo diversas sociedades humanas], está ainda por se criar. Tudo o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quase exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção” (ENGELS, 1990, p. 130). O pensamento se restringia à Economia Política Clássica, o liberalismo dos escritos de Adam Smith, Mac Culloch, James Mill, T. R. Malthus, J. B. Say e David. Então, parece que C. Smith fez muito barulho por nada.

Extremada argumentação moral

Na obra *Situação(...)*, Engels (s.d.(a), p. 364-5) repetia a ênfase moral já presente no *Esboço*, afirmando que a burguesia inglesa era

uma classe imoral e incuravelmente egoísta. Protestava que o burguês era indiferente para com a fome dos operários e preocupava-se apenas com o lucro. Para o burguês, "o que não rende dinheiro é idiota". Tratava-se de um "sistema de vida em que cada um trabalha e enriquece, sem se preocupar com os outros" (*ibid.*, p.120).

A esmagadora argumentação moral e humanista revela um limite do *Esboço*. O autor citou, insistentemente, a inveja, a avareza, a cobiça, o direito do mais forte, a astúcia, a hipocrisia em contraste com a honradez, a sinceridade, a razão. O mercantilismo era a fraude, "o mais repugnante egoísmo", enquanto a Economia Política era a "ciência do enriquecimento, que brota da inveja e avareza entre os mercadores". Em todas as páginas, comparece a mais viva indignação e condenação moral. Já na maturidade, em 1884, Engels (1985, p. 199-200), na obra *A Origem da Família (...)* amplia a temporalidade em foco, propondo que "(A) ambição mais vulgar tem sido a força motriz da civilização, desde seus primeiros dias até o presente; seu objetivo determinante é a riqueza, e outra vez a riqueza, e sempre a riqueza, mas não a da sociedade, e sim de tal ou qual mesquinho indivíduo".

O protesto ético é imprescindível. Mas, é claro que não é suficiente, na ciência, trocar simplesmente a explicação econômica pela reprovação moral. Os primeiros protestos morais de personalidades como os líderes do socialismo utópico, Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, ou explosivos episódios de indignação das massas trabalhadoras, refletem a injustiça decorrente da desigualdade das condições econômicas reais em marcha, em relação às distintas classes sociais. Dever-se-ia, assim, reconhecer que "este apelo à moral e ao direito não nos faz avançar cientificamente nem uma polegada." (ENGELS, 1990, p. 129).

O protesto moral, porém, é indissociável tanto da constatação das mazelas sociais e ambientais acarretadas pelo resultado da reprodução econômica do capitalismo, quanto do exame da alternativa a esse estado de coisas. O mecanismo econômico de conservação dos interesses e privilégios das classes dominantes esmaga os valores e a sociabilidade necessários à ética e às relações entre os homens. Em vez de romantismo, ingenuidade, mera utopia, votos piedosos, ataques a moinhos de vento, há, além de insuficiências, nos escritos juvenis de Engels, no *Esboço* e na *Situação (...)*, uma complexa e rica relação entre elementos éticos e análise econômica e social. Engels argumenta sobre as características do sistema de concorrência e de propriedade privada, apontando a dominação classista, discutindo a anarquia e crises econômicas, a possibilidade da afirmação da consciência coletiva e da revolução social.

É preciso ter em conta que a restauração “moderna” da escravidão pelo capitalismo, os horrores do colonialismo e as conseqüências sociais da revolução industrial acumularam muito material, muitas razões para a denúncia moral. Ademais, para os socialistas não pode haver uma muralha entre o desenvolvimento econômico e a ética. A infra-estrutura econômica capitalista está associada à superestrutura de preconceitos, conservadorismo, egoísmo na sociedade burguesa. Gramsci chamava a atenção para a necessidade da disputa da direção moral e cultural, configurando uma contra-hegemonia dos trabalhadores e seus aliados a fim de se conquistar o poder. Na nova sociedade, a ética socialista condiz com valores de liberdade, solidariedade e justiça, recusando-se o reducionismo da transição socialista às tarefas tão-somente do desenvolvimento das forças produtivas. Essa ética exige responsabilidade no uso dos recursos materiais, preservando o meio ambiente, exige democracia e participação das massas.

Engels (s.d. (c), p. 432), em 1882, no *Prefácio à Edição Alemã da Situação (...)*, esclarecia que o contexto em que fez suas primeiras incursões teóricas era marcado por um “estágio juvenil de exploração capitalista” na Inglaterra. Assim, ele correlaciona essa fúria de exploração sem limite aos inícios da grande indústria. Por isso, ele, a essa altura, já em 1892, julgava que aquele estágio tinha sido superado na Inglaterra, enquanto avançava o capitalismo na França, Alemanha e, sobretudo, Estados Unidos.

Engels (s.d., p. 428) explicava que, no novo estágio econômico inglês, as astúcias e pequenos roubos contra os operários já não faziam sentido, considerando o progresso da grande indústria e os mercados mais amplos. Para a grande empresa surgia a necessidade de certa moralidade comercial e de concentrar o seu tempo e atenção em aspectos mais relevantes dos negócios. Só os pequenos fabricantes ainda se atiram aos tostões, aos truques mesquinhos, para tentar sobreviver. As reformas sociais, como o fim do ‘*truck system*’ e a lei das dez horas, eram “medidas que afrontavam o espírito da livre troca e a concorrência desenfreada, mas que paralelamente aumentavam ainda mais a superioridade dos colossos capitalistas”(s.d.(c), p. 430). A necessidade da presença de grande número de operários nas maiores empresas levou os mais importantes industriais a prevenir conflitos inúteis e aceitar os sindicatos. Tudo isso estava em conformidade com o movimento de aceleração da concentração do capital e supressão dos concorrentes menores.

Por isso mesmo, Engels (*ibid.*, p. 430-31), modificou sua explicação anterior de uma exploração causada por comportamento humano imoral.

Assim,

(...) não se deve procurar a causa da miséria da classe operária nestes defeitos secundários, mas sim em todo o *sistema capitalista*. O trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho por uma certa soma diária. Ao fim de algumas horas de trabalho, ele reproduziu o valor dessa soma. Mas o seu contrato de trabalho exige que ele continue a trabalhar ainda um certo número de horas para terminar o seu dia de trabalho. Ora, o valor que produz durante estas horas suplementares constitui mais-valia, que nada custa ao capitalista, mas que lhe fica na algibeira. É esta a base do sistema, que divide cada vez mais a sociedade civilizada: por um lado, alguns Rotschild e Vanderbilt – possuidores de todos os meios de produção e de subsistência, e do outro uma massa enorme de trabalhadores assalariados, que apenas possuem a sua força de trabalho.

No capitalismo juvenil do processo de industrialização em países periféricos, reconhecem-se, como no Brasil, as piores torpezas da exploração, como demonstra a trágica desigualdade de distribuição de renda e as miseráveis condições de vida de grandes massas trabalhadoras. Em países desse tipo, além disso, com a onda neoliberal, sobretudo nos anos 1990, ressurgem ou são criadas novas torpezas, retomando a importância da extração da mais-valia absoluta. Isso tem resultado em mais precarização do trabalho, com jornadas parciais e contratos temporários, terceirização, 'banco de horas', revogação de direitos trabalhistas, pseudo-cooperativas de trabalho, sistema precários de produção ocupando todos os membros de famílias em casa etc.

Pôr em relevo es contradições econômicas

Engels (1975a, p. 6) se propôs à crítica da Economia Política, declarando que se voltava para a investigação das categorias fundamentais da teoria clássica, mostrando sua contradição e conseqüências. Ele notou que a operação da Economia Política de interpretar o sistema com o isolamento e individualização dos interesses, reduzindo "o todo a uma trama de interesses particulares só resulta na abertura do caminho para a grande transformação em que marcha nosso século, que levará a humanidade a reconciliar-se com a natureza e consigo mesma" (*ibid.*, p. 8).

Por que Engels (*ibid.*, p. 5) afirmou que "os defensores da liberdade de comércio [ou seja, os economistas clássicos] são (...) piores monopolistas que os velhos mercantilistas"? Por que o liberalismo contrastava com o monopólio básico, sacrossanto, representado pela

propriedade privada burguesa. A existência da propriedade privada para poucos e a miséria do povo inglês excluía qualquer sentido e coerência da expressão *riqueza nacional*. Contudo, concentrando sua atenção no comércio, conseqüência da propriedade privada, Engels enxergou, equivocadamente, o intercâmbio de mercadorias como “uma fonte direta de lucro”, pois se trata de “vender mais caro e comprar o mais barato possível”.

Na polêmica sobre o valor, Engels (*ibid.*, p. 8-10) não conseguiu compreender a determinação do valor pelo custo de produção, no sentido da quantidade de trabalho incorporada, como propôs Ricardo. Engels via nisso “abstrações absurdas”. Corretamente, criticava Jean B. Say, que definia o valor apenas pela percepção da utilidade do bem, mostrando o subjetivismo desse tipo de avaliação. Engels, então, propôs uma espécie de conciliação, afirmando que “o valor é a relação entre o custo de produção e a utilidade.” Mas isso só poderia ser uma aproximação para uma definição convencional do preço de mercado.

Só muito mais tarde, Marx esclareceu a distinção entre valor, preço de produção e preço de mercado. Conforme a distinção da composição orgânica do capital, entre as empresas, os valores seriam transformados em preços de produção, equalizando a taxa de lucro nos diversos setores, nos marcos da concorrência. Haveria uma redistribuição da mais-valia entre os capitais, através da diferença entre preço e valor, mas seria mantido o valor total e a mais-valia total e sua conformidade com o tempo de trabalho. Assim, inovava-se e mantinha-se de pé a teoria do valor-trabalho. Nesse sentido, Engels (1975b, p. 232-248) oluçendo a argumentosoriavalor, mas seria iro de *O Capital*, abordando a relação apresentou um complemento ao volume terceiro de *O Capital*, em que aborda a relação entre a lei do valor e a taxa de lucro, defendendo a solução dada por Marx para a transformação dos valores em preços de produção, em face das manifestações de crítica ou confusão.

Engels (1975a, p. 11-14), no *Esboço*, percebe a contradição presente na teoria da distribuição do produto. A renda seria composta pelas remunerações aos chamados serviços da terra, do capital e do trabalho. Mas, “capital e trabalho são a mesma coisa, pois os próprios economistas [clássicos] confessam que o capital é ‘trabalho acumulado’”. A separação de trabalho e capital, “nascido da propriedade privada”, é expressão da “divisão da humanidade em capitalistas e trabalhadores, que se aprofunda e assume formas cada vez mais agudas e que [...] tem *necessariamente* que se acentuar mais e mais.”

O *Esboço* traz uma abordagem sobre a relação entre ciência e valor, que depois seria desenvolvida por Marx, nos *Grundrisse*. Engels (*ibid.*, p. 11e 24) identificou a negligência da Economia Clássica diante da contribuição específica da ciência para o aumento do produto: “os progressos da ciência não entram em seus cálculos”. Ele ilustra o surgimento dos inventos mecânicos na Inglaterra como reação, entre outras coisas, à escassez de mão de obra. O efeito da introdução da máquina foi a redução, relativamente, da demanda por força de trabalho². Uma parte dos trabalhadores ficou desempregada, enquanto a parte ocupada tinha seus salários pressionados para baixo. Tornavam-se, nessas circunstâncias, menores a força e o poder de barganha das ações coletivas reivindicatórias dos trabalhadores.

Engels, no *Esboço*, concorda com a argumentação da Economia Clássica que a maquinaria reduz os preços dos bens, ampliando os mercados e resultando em novas vagas para os desempregados. Mas ele contesta a magnitude desses benefícios. Lembra o número muito grande de desempregados sempre, a mudança técnica constante, a divisão do trabalho que limitou o operário a uma atividade específica em função de um tipo de máquina e a dificuldade do operário mudar para uma nova ocupação.

No volume três de *O Capital*, Engels (MARX, 1988c, p. 186-188) apresenta um adendo, explicando que o aumento da produtividade consiste da diminuição do trabalho vivo e aumento do trabalho morto, resultando em redução da soma global de trabalho na mercadoria. Ele chama a atenção de que essa tendência de busca do aumento da produtividade do trabalho não interessa ao capital em toda e qualquer circunstância. Interessa “só quando se poupa mais na parte paga do trabalho vivo do que é acrescentado em trabalho pretérito”. Entretanto, ele exagerou, nesse terreno, as contradições e os limites do capitalismo, como se constata na questão do progresso técnico no capitalismo contemporâneo. Engels concluía que o modo capitalista de produção exige a elevação da produtividade, mas, em determinadas circunstâncias, entra em contradição, mostrando sua senilidade, sobrevivendo a si mesmo, ao refrear esse desenvolvimento da produtividade.

É óbvio que Marx enfatizava a centralidade da contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Essa contradição era essencial para a superação do modo capitalista de produção. Entretanto, Marx, nos *Grundrisse* (1997, p. 227-229), apresenta a contradição de uma forma em que, implicitamente, o progresso técnico não é refreado:

O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho [...]. Na medida, entretanto, em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho [...], que do poder dos agentes [advindos da ciência e técnica] postos em movimento [...], poder que por sua vez [...] não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, **dependendo mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia** [...]. [...] O capital mesmo é a contradição em processo, [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que por outra parte põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. [...] Por um lado, desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado nela. Por outro lado, se propõe a medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais criadas desta sorte e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. (grifos adicionados, R.S.).

Engels, implicitamente, colocou a concorrência como o momento principal da atividade econômica, em vez da produção, como seria formulado por Marx mais tarde. Engels ainda não compreendia a produção, distribuição, circulação e consumo como momentos indispensáveis, interligados e de condicionamento recíproco em um mesmo processo. Se, porém, os economistas clássicos classificavam o sistema pelo embelezamento da livre concorrência, ao contrário dos monopólios, prevalentes no mercantilismo, então era natural a atração de Engels para o exame da concorrência e do mercado. A defesa da livre concorrência e do mercado, por Smith, é retomada hoje, com o neoliberalismo, exaltando as vantagens do mercado, como princípio regulador único da economia.

No *Esboço* (1975a, p. 15 e 23), esclarece-se que o consumidor não tem a informação perfeita dos bens ofertados no mercado, como ainda hoje supõe a Economia Neoclássica. A despeito do véu da liberdade de mercado, encobrendo os defeitos desse sistema, Engels antecipa, genialmente, a tendência da livre concorrência para transformar-se em monopólio. Apesar da pregação liberal, a concorrência, baseada em interesse e aspiração de dominação, "deriva para o monopólio". O nosso autor ainda vai adiante, esclarecendo que isso não significa o fim da concorrência entre os capitais, porque, "por outro lado, o monopólio não pode conter o fluxo da concorrência".

A tendência à centralização e concentração de capitais seria desenvolvida por Marx, em *O Capital*. Essa lei de movimento decorria da

acumulação e concorrência, coercitivamente inevitáveis. Decorria das possibilidades abertas pelo sistema de crédito, do papel das sociedades anônimas, exemplificado pelas massas de capitais das ferrovias inglesas. Decorria das necessidades de aumento da composição orgânica do capital em função do indispensável progresso técnico.

A dinâmica capitalista, baseada na instabilidade e no desequilíbrio, é marcada por crises periódicas, “com a mesma regularidade dos cometas”, observa Engels (*ibid.*, p. 16). Em vez de informação, cálculo e plano, a economia é atingida pela “inconsciência dos interessados”. A isso se resume a lei natural de equilíbrio da economia, apesar das ilusões da Economia Política. Enquanto os economistas clássicos enfatizavam a natureza harmoniosa da economia e dos interesses individuais, Engels argumentava sobre a necessidade da **consciência coletiva e da ação de homens e não de átomos soltos**. Essa argumentação sobre a vontade humana coletiva não tem nada a ver com o positivismo que alguns, com simplificações, tentam lhe impingir, senão vejamos:

Que pensar de uma lei que só consegue se impor através de revoluções periódicas? Que se trata cabalmente de uma lei natural, baseada na inconsciência dos interessados. Se os produtores como tais soubessem quanto necessitam os consumidores, se pudessem organizar a produção e distribuí-la entre eles, seriam impossíveis as flutuações da concorrência [mercado] e sua tendência para as crises. Produza de um modo consciente, e sobreponha-se a todas essas contradições artificiais e insustentáveis. Mas, enquanto continuar produzindo, como agora faz, de um modo inconsciente, a mercê do acaso, seguirá havendo crises comerciais [econômicas] e cada uma delas será necessariamente mais universal e, portanto, mais devastadora que as anteriores, empurrará à miséria a maior número de pequenos capitalistas e fará crescer, em proporção cada vez maior, a classe dos que só vivem do seu trabalho; ou seja, aumentará a massa de trabalho que requer ocupação, que é o problema fundamental de nossos economistas, até que por último seja provocada uma revolução social, que a sabedoria escolar dos economistas é incapaz sequer de sonhar. (ENGELS, *ibid.*, p. 16).

A despeito de suas limitações, o *Esboço* tem uma visão geral em que a propriedade privada e a concorrência (mercado) são reconhecidas, ou seja, desmascaradas, como eixos fundamentais da Economia Política Clássica. Na obra *A situação (...)*, Engels (s.d(a)., p. 120) reafirma o aparecimento de crises periódicas quando os mercados interno e externo ficam abarrotados de produtos ingleses. Essa é uma descrição de certa regularidade dos episódios de superprodução. É uma contestação aberta à autoregulação do mercado de Smith e a lei dos mercados de Say,

apoiada por Ricardo, em que a produção cria sua própria demanda, sem possibilidade de crise.

É interessante o conceito de anarquia, no sistema, segundo Engels (*loc.cit.*), abrangendo tanto o esforço produtivo, quanto a distribuição dos bens de consumo. Essa anarquia vincula-se ao objetivo do lucro, em vez da satisfação das necessidades sociais. Ele conclui que esse funcionamento anárquico da economia teria que impor as perturbações e crises.

A teoria da população de Malthus³, justificando a “contradição entre a riqueza e a miséria simultâneas”, exigia resposta. Por um lado, Engels (1975a, p. 18), com certa carga produtivista⁴, respondeu, no caso da agricultura, que, “de modo consciente e no interesse de todos”, “o investimento de capital, trabalho e ciência poderia potencializar, até o infinito, a capacidade de rendimento da terra”. E, por outro lado, referindo-se às condições gerais do mercado, ele afirmou que “[a] população só é excessiva, onde é excessiva, em geral, a capacidade de produção”. A força de trabalho desempregada é uma capacidade produtiva excessiva em determinadas circunstâncias econômicas. Engels (*loc.cit.*), a despeito da ênfase na concorrência, não se furta ao raciocínio sobre as flutuações da produção. Raciocina que se há um tipo de equilíbrio em que é fraco o impulso produtivo, é inevitável o desemprego e a fome. Se a produção acelera-se, então se abrem as possibilidades de criação de uma situação futura de superprodução ou mesmo de volta à estagnação.

A indústria inglesa necessitava de “uma reserva de operários desempregados” (s. d.(a), p. 123). Essa reserva era permanente, à exceção de “curtos períodos de maior prosperidade”. A magnitude dessa reserva varia em função do comportamento do mercado, com maior ou menor ocupação. A busca da empresa pelo aumento da produtividade do trabalho associa-se ao problema do desemprego. Assim, “[a] produtividade de cada operário elevada ao máximo pela concorrência, a divisão do trabalho, a introdução de maquinaria e a utilização de forças naturais são fatores que levam ao desemprego de multidões de operários” (*ibid.*, p. 119). Essa formulação de Engels sobre a reserva de operários desempregados seria, depois, desenvolvida por Marx, com o conceito de ‘exército industrial de reserva’.

Em contraste com o excesso de população, para explicar a miséria (e o desemprego), na proposição de Malthus, a Economia Neoclássica entronizou, desde as últimas décadas do século XIX, o equilíbrio do mercado de trabalho, com a economia naturalmente funcionando a pleno emprego, sem crises. Só posteriormente, durante a grande depressão

na década de 1930, John M. Keynes apresentaria a formulação da possibilidade da economia recuar e se prostrar em uma forma de “equilíbrio” com desemprego. Assim, Keynes rompia com o neoclassicismo, e reconhecia a existência do desemprego involuntário. Essa conclusão de Keynes poderia, de certa forma (com todas as ressalvas sobre a distinção de pressupostos e conclusões na teoria dos dois autores), ser associada à intuição de Engels, vinculando o desemprego aos efeitos do ritmo de crescimento da produção⁵.

Vulgarização da teoria econômica

Engels (1975a, p. 4) denuncia a emergência de um materialismo abstrato, distante das contradições concretas, na explicação do desprezo e humilhação dos homens, ou seja, o ‘sofrimento dos cristãos’. Trocou-se Deus pela natureza como algo absoluto, inevitável, para os efeitos da economia sobre os destinos dos homens. Assim, a Economia Política, em vez de levar adiante um exame revolucionário das contradições econômicas, preferiu adaptar-se à época burguesa em ascensão. Por isso, os clássicos representam um progresso apenas intermediário em comparação aos mercantilistas.

Ao longo de toda a história do capitalismo até os dias que correm, há, na teoria convencional, em suas diversas versões, essa tentativa de naturalização da economia. Soa como uma interdição sábia a qualquer intervenção política contrária aos interesses burgueses. Engels desnuda a teoria clássica, como um esforço de embelezamento da economia, através da exaltação dos ganhos dos consumidores, o que hoje se chama *princípio da soberania do consumidor*, e dos festejos do mercado como laço de concórdia entre nações e indivíduos.

Sobre a distinção entre Economia Política científica e Economia vulgar, Marx (1988b, nota 32, p. 76) afirmou:

E para esclarecer de uma vez por todas, entendo como Economia Política Clássica toda economia desde William Petty, que investiga o nexos interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexos aparente, ruma constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos, por assim dizer, mais grosseiros e para o uso caseiro, da burguesia, e limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as idéias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam sobre seu mundo, para eles o melhor possível.

A Economia Política só teve um caráter científico até David Ricardo, conforme o julgamento de Marx, no posfácio do livro um de *O Capital* (1988a, p. 22-23). Assim, a economia passou a ter um caráter vulgar, a partir de 1830, quando a luta de classes começou a se manifestar com mais clareza. As categorias econômicas passaram a ser apresentadas já diretamente embrulhadas com o véu do contrabando ideológico do interesse de classe da burguesia.

O autor do *Esboço* expõe um raciocínio parecido com a classificação de Marx sobre a Economia Vulgar, mas atacando, de certa forma, até o próprio Ricardo: “Enquanto Smith e Malthus só se encontraram com fragmentos soltos, os economistas posteriores já tinham ante si todo o sistema acabado, estavam à vista todas as conseqüências, apareciam bem de relevo as contradições” (ENGELS, 1975a, p. 5). Houve um curso, um processo de vulgarização, isto é, crescente ideologização burguesa da Economia Política. Ricardo teria sido mais culpado pelo retrocesso científico do que Smith, enquanto John Stuart Mill teria contribuído mais para a deturpação interessada da Economia do que Ricardo.

Em termos epistemológicos, essa intuição de Engels tem grande importância. Ela mostra um sentido de escalada irrealista, crescente superficialidade ou incessante reducionismo, que acompanham o desdobramento do pensamento econômico dominante. E isso é confirmado cada vez mais, ao longo do tempo. Na Economia Política, a tentativa de naturalização dos fatos econômicos, desprendendo-os do contexto social e histórico, foi repelida por Marx e Engels. Com base na concepção materialista da história, não era possível compreender o próprio sistema capitalista como algo natural, eterno, fim da evolução da humanidade.

Desde os tempos dos fundadores do marxismo até hoje, as coisas só pioraram no terreno da teoria econômica dominante. Como se sabe, a acumulação de capital, nos dias que correm, passou a ser compreendida como uma dívida da natureza, conforme o automatismo do mercado, desde que cada indivíduo não seja cerceado em sua atividade, seu empreendedorismo e auto-interesse por causa de intervencionismo estatal, populismo e monopólios sindicais. Então, vejamos, a seguir, brevemente, essa crescente abstração da teoria econômica em face da realidade sócio-econômica vigente no sistema capitalista.

A escola neoclássica, surgida a partir dos anos 1870, sobretudo com Leon Walras, William Stanley Jevons e Carl Menger, abandonou o enfoque da Economia Política sobre a determinação do valor a partir do trabalho. Encobriu ou deturpou-se a investigação dos problemas da

distribuição do produto entre as classes sociais, esquecendo-se das preocupações de Ricardo. Simplificaram as dificuldades de demanda efetiva, apesar dos primeiros alertas de Thomas R. Malthus. Mesmo o equilíbrio geral de Walras e a teoria quantitativa da moeda sancionam visões reducionistas dos problemas gerais da produção e circulação na economia.

Da teoria clássica, são ampliadas e radicalizadas, pelos autores neoclássicos, as concepções de naturalização, harmonia, equilíbrio da economia. No contexto neoclássico, a análise marginalista aparece como expressão das premissas da racionalidade e do comportamento maximizador do *homo economicus*. Assim, as preferências do consumidor entronizam o papel decisório central decorrente da escolha do indivíduo na condução da economia. Como microeconomia da determinação de preços, a teoria foi reduzida, na verdade, a um formalismo quantitativista para meramente descrever o funcionamento dos mercados. A macroeconomia é simplificada como agregação de mercados. A auto-regulação dos mercados promoveria a estabilidade macroeconômica.

Tem sido longa a história da vulgarização do pensamento econômico, conforme as idéias dominantes. O keynesianismo destoou, parcialmente, dessa decadência, reconheceu o desemprego involuntário e os desajustes econômicos, mas gerou a ilusão da ação estatal ser capaz de evitar as crises do capitalismo. A partir dos anos 1970, houve um novo recrudescimento da vulgarização da Economia, com o monetarismo de Milton Friedman e, depois, a chamada escola das expectativas racionais de Robert Lucas. Esse último representaria os chamados novos clássicos, como se fosse o regresso radicalizado e piorado da Economia Clássica. Volta-se à aversão a qualquer intervenção estatal, supondo a racionalidade ilimitada dos indivíduos e santificando a auto-regulação dos mercados.

História e economia

No prefácio da obra *A Origem (...)*, Engels atesta que a análise materialista da história é uma formulação de Marx e, acrescenta, “até certo ponto, nossa [elaboração conjunta dos dois]”. Na epistemologia do marxismo clássico, predomina uma associação entre a explicação econômica e a teoria do materialismo histórico (GORENDER, 1982, p. VII). A economia é um fator decisivo, embora não exclusivo, para a evolução da sociedade. Por isso, Engels (1985, p. 3) considerou que o aumento da produtividade era a chave para se compreender a evolução da propriedade

privada, das trocas e do emprego de força de trabalho alheia, resultando nas contradições entre as classes sociais recém-constituídas. Da adaptação à incompatibilidade entre as novas condições e a velha estrutura, surge, ao longo do tempo, a superação da sociedade baseada em laços de parentesco pela sociedade organizada em torno do poder estatal e das relações de propriedade.

Na civilização, a escravidão foi aprofundada ao máximo, e a sociedade conheceu sua cisão entre uma classe exploradora e outra classe explorada (*ibid.*, p. 198). Ao longo do tempo, o desenvolvimento da civilização expressa, sempre, a contradição entre o progresso da produção e as condições da classe oprimida (*ibid.*, p. 200). Na civilização, há uma marcha para a exacerbação da divisão do trabalho e da produção mercantil (*ibid.*, p. 196).

Na evolução do capitalismo, há o período da chamada acumulação primitiva, entre o século XVI e XVIII. Há o capitalismo, com a sua própria técnica, com a grande indústria e a subsunção real do trabalho ao capital, a partir de fins do século XVIII na Inglaterra. Maurice Dobb (1977, nota 3, p. 316) registra que Engels foi um dos primeiros a empregar o termo *Revolução Industrial*, para descrever as transformações na economia e na sociedade inglesas. Engels comparou a importância da *Revolução Industrial*, tendo a criação do proletariado como seu principal resultado, à magnitude da Revolução Francesa. Na *Introdução* à obra *Situação (...)* (s.d.(b), p. 15), ele afirmou que a Revolução Industrial na Inglaterra “transformou a sociedade burguesa no seu todo”.

Para estudar o proletariado, Engels fez pesquisa de campo, como ele esclarece no *Prefácio* da obra *Situação (...)* (s.d.(b), p. 7): “Vivi muito tempo no meio de vós [operários] e estou por isso bem informado sobre as vossas condições de vida”. A acelerada industrialização exigiu a emigração de “multidões compactas de trabalhadores”, saindo do campo para as cidades, e provocou o rápido crescimento demográfico (s.d.(c), p. 33). Os artesãos foram arruinados e os operários perderam “os últimos vestígios de atividade independente”, resultando no bloqueio da mobilidade para estratos sociais médios”. (*ibid.*, p. 18, 34). Milhões de operários não possuem nada e consomem hoje o que ontem ganharam, constata Engels (*ibid.*, p.34). Essa situação força-os a pensar, a tomar consciência e abre, pela primeira vez, a possibilidade do proletariado começar um movimento independente, conclui nosso autor.

Acerca do Estado em geral, Engels (1985, p. 196) apresenta dois traços fundamentais: primeiro, o Estado é a força de coesão da sociedade civilizada; e, segundo, o Estado, sempre, em todos os períodos típicos, é

sempre uma instituição exclusiva da classe dominante e consiste, essencialmente, em uma máquina de repressão contra a classe oprimida e explorada. Portanto, no mesmo Estado há, simultaneamente, uma duplicidade de coesão e repressão. Apesar do caráter classista do Estado, no caso do capitalismo, a burguesia tem algumas reservas sobre o papel do seu Estado em determinados assuntos que possam, supostamente, contrariar os interesses econômicos burgueses. A burguesia utiliza o Estado contra o proletariado, mas mantém o Estado, conforme as possibilidades e conveniências, o mais distante de certas questões da atividade econômica (ENGELS, s.d.(a), p. 366).

Após a crise de 1847, Engels (s.d.(d), p. 428-429) reconheceu o surgimento de uma nova era industrial. Surgiram a liberalização do comércio do exterior com revogação da lei dos cereais, a expansão dos mercados coloniais e a abertura da China, a conclusão da ruína dos milhões de tecelões na Índia pela concorrência da tecelagem mecânica inglesa, a transformação econômica acelerada dos Estados Unidos.

Na *Situação (...)*, Engels (s.d.(a), p. 387-388) fez, em 1844, o prognóstico da superação, em vinte anos, da indústria inglesa, pela concorrência e conseqüente alastramento do desemprego para a maioria do proletariado, que não teria alternativa senão “morrer de fome ou fazer a revolução”⁶. Em 1892, Engels (s.d.(d), p. 432) registrou, como uma confirmação de seu prognóstico, a ruptura do monopólio industrial inglês, configurando um divisor de águas ao levar o proletariado da Inglaterra a perder seus privilégios, libertar-se da influência da sua aristocracia operária e voltar-se para a causa do socialismo (DOBB, 1977, p. 366).

Nesse último período, surgem, a partir de fins do século XIX e início do século XX, novas circunstâncias, através do capital financeiro, dos monopólios e do fim da partilha territorial de colônias entre grandes potências. O capitalismo teria ingressado na sua etapa imperialista, conforme é percebido pelo desenvolvimento da teoria marxista através de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin e Vladimir Lênin.

Essa nova etapa de dominação financeira não escapou à percepção de Engels (1975c, p. 248-249). Assim, no último ano de sua vida, 1895, ele escreveu uma nota, depois incorporada a *O Capital*, analisando o papel da bolsa de valores no sistema capitalista. Assim, Engels constatou as grandes mudanças na importância da bolsa, desde que Marx tinha escrito o volume três de *O Capital*. A bolsa tinha se tornado o “representante mais importante da produção capitalista”. Ao lado da aceleração da acumulação, cresce o grupo de rentistas e surgem novas formas de sociedade por ações para facilitar o investimento de grandes

massas de capital-dinheiro. Essas novas circunstâncias favoreceram o surgimento dos *trusts* na produção, no comércio e nos bancos e instituições de crédito. A agricultura, os investimentos estrangeiros, a empresas da colonização também passaram a se vincular à bolsa de valores.

O Lugar de Engels na colaboração em economia com Marx

Há uma polêmica em torno do legado de Engels, inclusive na crítica da Economia Política. Alguns acham que Engels promoveu uma revisão da teoria de Marx, desviando-se para o reducionismo e o determinismo. Não é propósito deste texto tratar exaustivamente desse problema, mas é indispensável a sua abordagem sintética. J.D.Hunley (1991, p. 1) constata que, desde os anos 1960, tem crescido o questionamento sobre a compatibilidade intelectual entre Marx e Engels. Ele acrescenta que hoje (era o ano de 1991) predomina a visão de que há importantes diferenças entre os dois revolucionários alemães. Eduard Bernstein (nos anos 1890), Rudolfo Mondolfo (1912), George Lichtheim (1961), Norman Levine (1975), Terrel Carver (1883) etc. seriam chamados de dicotomistas porque são autores que, em maior ou menor grau, refutaram a afinidade intelectual entre Marx e Engels.

Levine argumenta que há importantes discrepâncias entre a primeira seção do volume II de *O Capital*, pela edição de Engels, e os manuscritos guardados no Instituto Internacional para a História Social. Entre outras coisas, isso teria resultado, nesta parte, na substituição da compreensão hegeliana de totalidade do processo econômico, por Marx, pela ênfase empirista sobre a particularidade, na visão de Engels (HUNLEY, 1991, p. 8). Entretanto, entre os diversos materiais deixados por Marx havia as duas possibilidades (visão de totalidade ou particularidade), revelando, neste ponto, uma ambigüidade original, justifica Hunley. Jerrold Seigel reconhece as discrepâncias entre manuscrito e texto editado no volume III, mas, em contraste com Levine, aponta as modificações introduzidas por Engels como necessárias e justas. Nesse caso, Engels teria reordenado algumas seções dos capítulos 13 e 14 e atribuído um papel mais independente, mais importante, às forças neutralizadoras da lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Essa solução de Engels reduziu o positivismo do texto, conforme a referida lei. (*loc. cit.*)

Hunley (*ibid.*, p. 17-18) conclui que os dois amigos estavam de acordo nas questões fundamentais. A grande prova da unidade foi o trabalho harmonioso dos dois por quase 40 anos, com as obras conjuntas

(ver no último parágrafo, abaixo), além dos numerosos artigos para jornais, confirmando esse acordo fundamental. Foi Engels quem sugeriu o título e as frases de abertura do livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Engels deu indicações valiosas sobre o modo de produção asiático e que foram assumidas por Marx.

Em face da forte acusação de vulgar determinismo econômico imputado a Marx e, sobretudo, a Engels, é indispensável a menção à carta deste último a Bloch, em 21 de setembro de 1890:

"[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em **última instância**, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc. as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau." (ENGELS, s.d. (f), p. 284-285 – grifos no original)

Cyril Smith (1997, p. 123-142) avalia que Engels não entendeu a atitude de Marx em relação à Economia Política. Para esse crítico, Engels, ao longo do tempo, teria se distanciado de suas valiosas descobertas, registradas no *Esboço*, abandonando a visão ética e humana, negligenciando o significado monopólio da propriedade privada burguesa. Tinha sido um importante achado do *Esboço* (1975a, p. 7), a verificação de que o velho sistema mercantil [mercantilismo] tinha "uma certa franqueza aberta, católica", não se esmerava em torneios teóricos de Economia para encobrir todas as suas imoralidades de comércio. Mudaram a realidade e o discurso econômico. No *Esboço*, havia a identificação, de que nas novas condições do mundo, agora mais humanizado, com maior

importância para o valor e a moral, cabia a teoria econômica clássica com Adam Smith. No *Esboço*, a percepção pioneira dos vínculos entre economia e religião, nos marcos do protestantismo, fez Engels admirar A. Smith como o Lutero econômico, assinala C. Smith.

Adam Smith mostrou o caráter humano do comércio (ou seja, liberalismo econômico): sem guerras entre nações, sem privilégios econômicos deliberados pelo Estado, sem repressão da liberdade de decisão de cada agente econômico, sem vedação da vontade dos consumidores no ato da troca. Mas esse humanismo era muito parcial. Tudo isso, no fundo, era uma "maneira de abusar da moral para fins imorais" (ENGELS, 1975a, p.7). Na realidade, prevaleciam propriedade privada como monopólio, livre concorrência para fraudar consumidores, civilização como exploração dos povos das colônias, vale-tudo da concorrência, antagonismo entre interesses coletivos e individuais.

Cyril Smith julga que Engels teria se afastado da crítica das categorias da Economia Política, a saber: valor de uso e valor de troca, valor e preço, trabalho, lucro e renda. Engels teria subestimado o duplo caráter do trabalho, as formas do valor e o fetichismo (CYRIL SMITH, 1997, p. 136). Em contraste, Engels, ao longo do tempo, teria se concentrado unilateralmente no conceito de mais-valia, teria se voltado à apreciação do valor enfatizando meramente aspectos quantitativos. Teria se enredado na questão da dialética materialista. Não valorizou a sua própria crítica da teoria populacional de Malthus, nos termos já postos no *Esboço*. Não retomou a base humana universal empregada para criticar tanto o mercantilismo, quanto a Economia Política (*ibid.*, p. 126-128).

Na visão de C. Smith (*ibid.*, p. 124-125), a crítica da economia política de Marx não se voltava para a descrição empírica, factual, do funcionamento em si do capitalismo nem para a proposição dos elementos econômicos do socialismo. A palavra capitalismo nem aparece em *O Capital*. A crítica marxiana teria se voltado para as idéias e as interpretações dos clássicos acerca das relações sociais engendradas pelo capital e as suas decorrentes contradições. C. Smith (*ibid.*, p. 124-126) pensa que a crítica, para Marx, tinha a prioridade de contestar, na teoria, nas categorias, o sistema mais avançado e coerente de pensamento econômico, ou seja, a Economia Política, como explicação da natureza da sociedade moderna. A desumanidade das relações burguesas era teorizada como algo natural e eterno pela Economia Política.

Para Marx, o ponto de partida da crítica da Economia Política tinha que ser a sociedade humana, o humanismo social, na avaliação de C. Smith. (*ibid.*, p. 125). Em vez de capitalismo, Marx falava de capital como

uma relação social, encoberta pelo fetichismo da mercadoria. O valor, para Marx, ultrapassava a quantificação, e expressava as relações humanas, como se fossem relações entre coisas (20 varas de linho = um casaco).

Diante dessas críticas de Cyril Smith, cabe perguntar: É verdade que, para Engels, a compreensão acerca da economia e do pensamento clássico era diferente? Vejamos o que diz, precisamente, esse último: "A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, embora estas relações estejam sempre **ligadas a coisas e apareçam como coisas**" (s.d.(e), p. 311, grifos no original).

Os fatos tornam difícil a aceitação da acusação de falsificação do pensamento de Marx por parte de Engels. Afinal, foram quase 40 anos de colaboração intelectual intensa entre os dois, com inúmeros textos escritos a quatro mãos. Ademais, é preciso ter em conta toda a atividade prática revolucionária, em afinidade política, que marcou a vida dos dois amigos. É significativo que após a morte de Marx, a grande autoridade política do movimento socialista foi Engels, estendendo, mesmo após sua morte, sua influência por muitos anos nas fileiras da II Internacional Socialdemocrata. Há muitas razões para terem chamado Marx e Engels como Dioscurus, heróis e irmãos gêmeos da mitologia grega. Para Paul Lafargue e Wilhelm Liebknecht, Engels era o *alter ego* de Marx. A filha de Marx, Eleanor, referindo-se à vida e trabalho dos dois, afirmou que era impossível separá-los, observa Hunley (1991, p. 1).

É contraproducente, na teoria e no método, promover uma nítida separação das obras de Marx e Engels⁷. No que diz respeito à Economia, na divisão de tarefas entre os dois companheiros, Marx ocupou-se do aprofundamento e sistematização da teoria econômica. Mas Engels foi precursor de algumas idéias relevantes, levantou aspectos embrionários, que estimularam o estudo da Economia por Marx. Além disso, é inevitável reconhecer que Engels assumiu a responsabilidade de edição dos dois últimos volumes de *O Capital*, inclusive com o trabalho técnico de redação e, no caso do terceiro volume, com o esforço de tornar inteligíveis alguns trechos dos materiais a partir da forma deixada por Marx. Nesse esforço, além de notas explicativas, Engels escreveu o capítulo do efeito da rotação sobre a taxa de lucro. Ademais, é incontestável o esforço de Engels para divulgar *O Capital*, rompendo a chamada Conspiração do Silêncio, através de resenhas e resumos publicados em diversos órgãos de imprensa.

É natural a possibilidade de existência de diferenças de compreensão e de enfoque entre ambos. Indiscutivelmente, Engels sempre deixou claro o papel principal de Marx no âmbito da colaboração e da elaboração teórica de ambos. Isso é especialmente registrado nos estudos econômicos. A despeito disso, antes da principal obra econômica, *O Capital*, Engels foi solicitado, ao longo do tempo, por Marx, confiantemente, a realizar determinadas investigações, além das correspondências e debates entre ambos, sobre os fatos e a literatura em Economia. Neste sentido, podem ser considerados, por exemplo (1986, p.411-413): as críticas de Engels relativas às concepções que subestimavam o progresso da agricultura; a recepção de Engels das idéias de Marx contrárias à chamada escola quantitativa da moeda (massa monetária em circulação determinando os preços, comércio exterior e crises⁸); as informações de Engels para Marx sobre as parcelas do consumo dos capitalistas nas suas receitas de suas empresas; o relatório de Engels, a pedido de Marx, sobre a crise do algodão em 1965.

São feitas acusações, no mínimo, exageradas ou totalmente falsas. Assim, por exemplo, não tem cabimento dizer que Engels influenciou negativamente Marx, fazendo-o supostamente simplificar, em busca de popularização, a exposição de partes do capítulo um do volume um de *O Capital*. Na verdade, atendendo a um pedido de Marx, em carta de 3 de junho de 1867, Engels, sem prejuízo da discussão lógica e conceitual, sugeriu, para aperfeiçoar a clareza do texto, o recurso de ilustrações históricas do processo de formação do dinheiro, além das subdivisões na organização da exposição do texto.

Deixemos o próprio Engels explicar-se sobre metodologia, em seu prefácio da *Contribuição...*, em 1859⁹. Para ele (s.d.(e), p. 310, grifo no original), seria possível o emprego dos modos histórico e lógico, na crítica da Economia Política. Sobre o método histórico, observando estritamente a seqüência de fatos, Engels considera: "Esta forma apresenta, aparentemente, a vantagem de maior clareza, posto que nela se acompanha o desenvolvimento **real** das coisas, mas, na prática, a única coisa que se conseguiria, no melhor dos casos, seria popularizá-la. (...) Portanto, o único método indicado era o lógico. Mas este não é, na realidade, senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica e das contingências perturbadoras." (...)

Mesmo nas suas obras que não têm a economia como tema principal, Marx e Engels sempre fazem referências esparsas a problemas econômicos. Por exemplo, em *A Ideologia Alemã* há bastante presença de elementos econômicos (A base real da ideologia: 1. trocas e força produtiva; 2. Relações do Estado e do direito com a propriedade; 3.

Instrumentos de produção e formas de propriedade naturais e civilizadas. Comunismo: produção do próprio modo de trocas). Então, como, nas obras conjuntas dos dois autores, seria possível localizar e separar a contribuição econômica de Marx e a de Engels, e ainda colocar essas contribuições em oposição, uma em relação à outra? Isso não faz nenhum sentido. É óbvio que prevalece o critério da unicidade da abordagem obra, apesar de escrita por duas pessoas. *A Sagrada Família* (1845), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850) são exemplos de obras escritas por Marx e Engels. Engels tem seus próprios escritos econômicos, a exemplo de: *Esboço da Crítica da Economia Política* (1844), *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859), *O Capital, de Marx* (1868), *Sete artigos sobre o Tomo Primeiro de O Capital* (1868), A Segunda Seção (exceto o capítulo X) e partes da Terceira Seção do *Anti-Dhüring* (1878), *Prefácio ao Segundo Tomo de O Capital* (1885), *A Lei do Valor e a Taxa de Lucro* (complemento do tomo terceiro de *O Capital*, 1895), *A Bolsa* (adendo ao tomo terceiro de *O Capital*, 1895), *Sobre a Concentração de Capital nos Estados Unidos* (1882), *Proteccionismo e Livre-cambismo* (1888), *Resumo do Tomo I de O Capital* (s.d).

Notas

- ¹ Renildo Souza é professor do CEFET-BA e doutor em Administração na UFBA.
- ² No presente texto, as obras *Esboço da Crítica da Economia Política*, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, *A Origem da Família*, *da Propriedade e do Estado*, *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política* (*Grundrisse*) 1857-1858, *Contribuição para a Crítica da Economia Política* serão designados, respectivamente, como: *Esboço*, *Situação (...)*, *A Origem da Família (...)*, *Grundrisse*, *Contribuição (...)*.
- ³ Engels, a essa altura, ainda não compreendia a distinção entre trabalho (exteriorização da atividade produtiva em si, em jornada de trabalho contratada, criando produtos, ou seja, valor, a partir da operação sobre objetos, empregando os instrumentos de trabalho) e a mercadoria especial força de trabalho (capacidade presente no trabalhador assalariado para desenvolver a atividade produtiva, sob o controle do capital), posteriormente esclarecida por Marx. Em 1891, Engels escreveu o prefácio para o *Trabalho Assalariado e Capital*, que tinha sido um texto elaborado por Marx em 1849. Também Marx nessa época falava que o operário vende o seu trabalho. Então, Engels nesse prefácio faz uma minuciosa explicação da diferença entre os conceitos de trabalho e força de trabalho.

- ⁴ “A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética” (p. 246); [É], sem dúvida, muito desanimador pensar que o grande obstáculo no caminho para qualquer aperfeiçoamento maior da sociedade é de tal natureza que nós não podemos nunca ter esperança de vencê-lo. A tendência permanente da espécie humana de crescer além dos meios de subsistência é uma das leis gerais da natureza viva que não temos nenhum motivo para crer que mudará” (p. 360-361). (MALTHUS, 1996).
- ⁵ Esse produtivismo, contrastante com preocupações ecológicas, é relativizado quando Engels imediatamente explica que essa capacidade ilimitada, conduzida conscientemente, reduziria “ao mínimo a massa de trabalho que pesa sobre a humanidade”, que dizer, sobre os trabalhadores. Ademais, poderia ser acrescentado que capacidade não significa concretização produtiva no sentido de negligência dos limites dos recursos naturais.
- ⁶ Constata-se no pensamento de Keynes uma referência à análise de Malthus (ver Princípios de Economia Política. Capítulo VII), um dos representantes da Economia Política, que esteve isolado em sua argumentação sobre a possibilidade de saturação geral de mercadorias e insuficiência de demanda, o que contrasta como o enunciado da lei de Say prevalente na Economia Clássica.
- ⁷ “Não achei correto suprimir no texto as numerosas profecias, em particular a de uma revolução social iminente em Inglaterra, que me eram então inspiradas pelo meu ardor juvenil. (...) O que há de surpreendente não é que muitas dessas profecias não se tenham realizado, mas sim que tantas outras fossem justas e que o período crítico da indústria inglesa – consequência da concorrência continental e sobretudo americana – que eu previa então, é certo para um futuro demasiado próximo, tenha efetivamente chegado.” (ENGELS, s.d., p. 434)
- ⁸ Engels, em 1844, publicou o *Esboço* e escreveu a *Situação (...)*. Referindo-se às suas concepções nesse período, Engels, em 1892, reconheceu, sobre a obra *Situação (...)*, que “o livro naquilo que tem de bom, como no que tem de mau, traz ainda a marca da juventude do autor” (p. 427), “tinha então vinte e quatro anos, hoje tenho três vezes essa idade e, ao reler este trabalho, parece-me que não tenho de envergonhar-me dele” (p. 427), e “quase não vale a pena fazer notar que o ponto de vista teórico geral deste livro – no plano filosófico, econômico e político – não coincide exatamente com a minha posição atual. Em 1844, não existia ainda esse socialismo internacional moderno, que, sobretudo, e quase exclusivamente os trabalhos de Marx deveriam, entretanto, fazer dele uma verdadeira ciência. O meu livro representa uma das fases do seu desenvolvimento embrionário” (p. 433). (Engels, F. Prefácio à edição inglesa, em 1892. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. s.d.).

⁹ O monetarismo de Milton Friedman, a partir de fins dos anos 1970, tem sua origem nessas idéias já refutadas há quase 150 anos por Marx. A dinâmica da economia e o movimento dos preços tornam a circulação monetária e o sistema de crédito como fenômenos derivados, embora um erro grosseiro do Banco Central na política monetária possa criar problemas econômicos.

¹⁰ Prefácio em 1859, ou seja, 15 anos depois do seu *Esboço*, o que nega a acusação de que Engels, com o correr do tempo, teria perdido sua compreensão da crítica da Economia Política e se distanciado do pensamento de Marx, neste terreno.

Referências

(1977) DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.

(1975a) ENGELS, Friedrich. Esbozo de crítica de la economia política. In: MARX, Karl e _____. **Escritos econômicos vários**. Barcelona: Grijalbo.

(1975b) --_____. La ley del valor e la quota de ganancia. In: MARX, Karl e _____. **Escritos econômicos vários**. Barcelona: Grijalbo.

(1975c) --_____. La bolsa. In: MARX, Karl e _____. **Escritos econômicos vários**. Barcelona: Grijalbo.

(s.d.(a)) _____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Presença: Lisboa.

(s.d.(b)) _____. Prefácio: Aos trabalhadores ingleses. In:_____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Presença: Lisboa.

(s.d.(c)) _____. Introdução. In:_____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Presença: Lisboa.

(s.d.(d)) _____. Prefácio à edição inglesa em 1892. In:_____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Presença: Lisboa.

(s.d.(e)) _____. A contribuição para a crítica da economia política, de Karl Marx. In: MARX, Karl e _____. **Obras Escolhidas**, vol. 1. São Paulo : Alfa-ômega.

(s.d.(f)) _____. Carta de Engels a Bloch, em 21 de setembro de 1890. In: MARX, Karl e _____. **Obras escolhidas**, vol. 3. São Paulo : Alfa-ômega.

(1985) _____. Prefácio à Edição de 1884. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

(1985) _____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- (1990). --_____. **Anti-Dhüring**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- (1982) GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural.
- (1991) HUNLEY, J. D. The intellectual compatibility of Marx and Engels. **Social Theory & Practice**, v. 17, issue 1, spring.
- (1986) INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO. PCUS. **Biografia de Friedrich Engels**. Lisboa: Avante.
- (1996) MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural.
- (1997) MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858**. 13ª Ed. México: Siglo Veintiuno. Vol. 2.
- (1988a) _____. Posfácio da segunda edição. In: _____. **O capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. Livro primeiro, vol. I, tomo I.
- (1988b) _____. **O capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. Livro primeiro, vol. I, tomo I.
- (1988c) _____. **O capital: crítica da Economia Política**. 3ª Ed. Livro terceiro, volume IV, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural.
- (1999) _____. *Prefácio*. In: _____. **Contribuição para a crítica da economia Política**. São Paulo: Nova Cultural.
- (2002) --____ e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo : Martins Fontes.
- (1997) SMITH, Cyril. Friedrich Engels and Marx's critique of political economy. **Capital & Class**, v. 62, summer.

Engels e o Projeto de Crítica da Economia Política

Mauro Castelo Branco de Moura¹

Determinar o grau de interinfluência recíproca entre o conjunto das obras de Friedrich Engels e o das de Karl Marx não é tarefa trivial. Duas grandes tendências, diametralmente opostas, dividem, porém, com uma infinidade de matizes, aqueles que pretendem examinar o legado teórico destes autores: de um lado encontram-se os que os aproximam de tal maneira que se estaria, em verdade, diante de uma única obra escrita a quatro mãos; do outro lado situam-se os que estimam Engels com um papel meramente auxiliar, apenas coadjuvante, eivado por um certo “cientificismo” simplificador e nem sempre feliz em suas tentativas de divulgação póstuma do legado do extraordinário amigo². A primeira apreciação, que, no entanto, deve ser encarada com toda a cautela, parece corroborada pelas numerosas edições comuns, seja ou não sob a forma de “Obras Escolhidas”, que reúnem os trabalhos de ambos, para além do que foi efetivamente escrito por um ou pelo outro. Ademais, existem os escritos que levam as duas assinaturas, como a **Ideologia Alemã**, a **Sagrada Família** ou o **Manifesto Comunista**. Outros, como o **Anti-Düring**, estão firmados por um, no caso Engels, porém com a explícita colaboração do outro (conforme o próprio autor declara, Marx teria escrito o Capítulo X, “Da História Crítica”, da Seção Segunda, intitulada “Economia Política”)³. Existem ainda as situações em que um assinava e o outro escrevia, como ocorreram em muitos artigos para o **New York Daily Tribune**, escritos por Engels, porém em nome de Marx, que recebia o crédito e o cachê... Além, é claro, do caso mais notório: o da edição de **O Capital**, onde a participação de Engels foi decisiva para o estabelecimento da versão que se tornou canônica, inclusive do Livro I, publicado ainda em vida por Marx, porém em três versões distintas, duas em língua alemã e uma em francês.

Com efeito, a versão mais difundida do Livro I d’**O Capital** e que serve de base para a maioria das traduções, nas mais diversas línguas, inclusive a portuguesa, é a quarta edição alemã, que consiste, em verdade, na terceira edição, também póstuma, expurgada dos erros e

que foi estabelecida por Engels, tendo como base a segunda edição alemã (elaborada por Marx ainda em vida), à qual incorporou aditamentos oriundos da francesa, que constitui, efetivamente, uma versão à parte, inclusive com uma capitulação diferente daquela da segunda edição alemã. Isto é assim porque, ao revisar a tradução de Joseph Roy, Marx acrescentou tantas modificações na edição francesa que, ele próprio, no Posfácio a ela, de 1875 (pois esta, como a segunda edição alemã, foi publicada em fascículos) chegou a afirmar, acerca do assunto, que: "*Sejam quais forem as imperfeições literárias dessa edição francesa, ela possui valor científico independente do original e deve ser consultada mesmo pelos leitores familiarizados com a língua alemã*"⁴. Naturalmente que a afirmação não é vã, as diferenças são muitas e justificaram a iniciativa de Engels, na reedição póstuma do Livro I, de incorporar, à segunda edição alemã, partes da francesa.

Sem embargo, Engels foi também o editor dos Livros II e III, póstumos. No primeiro caso, publicado em 1885, pouco depois da morte de Marx, e, no segundo, só em 1894, portanto, onze anos após a morte do autor. Tais demoras e o caráter definitivamente incompleto da obra revelam as ingentes dificuldades do editor que, ao que tudo indica, encontrou entraves maiores do que aqueles resultantes da caligrafia reconhecidamente difícil do autor, deplorada por todos os que se confrontaram com seus manuscritos. Segundo Maximilien Rubel, "*Marx considerava seu trabalho relativo aos Livros II e III (sem falar do Livro IV, o mais incompleto de todos) como inacabados no conteúdo e na forma*"⁵. Tais opiniões, embasadas em laboriosos estudos, efetuados nos arquivos originais de Marx e que o levaram a propor alterações no esquema editorial de Engels, chegando a recriminá-lo por deixar uma impressão de que as versões por ele estabelecidas seriam definitivas, devem, independentemente da aceitação cabal de suas polêmicas conclusões, ser levadas em consideração. Não cabe aqui um pronunciamento definitivo acerca do tema. Porém, por um lado, não restam muitas dúvidas de que Engels fosse a pessoa mais indicada, talvez em qualquer época, para lidar com o extenso material inédito deixado por Marx, embora, por outro lado, esta constatação não possa abalar a firme convicção de que uma eventual versão definitiva de **O Capital** morreu com seu autor.

Entretanto, a participação de Engels ao longo de todo o complexo processo de elaboração do grandioso **projeto de crítica da economia política** (1844-1883), que culminou em **O Capital** e que correspondeu à melhor e mais importante parcela do legado teórico de Marx, consagrada já em seu próprio tempo, porém, mais relevante ainda para a

posteridade, mereceria, sem sombra de dúvida, todo um acurado exame particular, que, no entanto, seria impossível de efetuar agora, pelo curto espaço, e porque exigiria, também, um tratamento muito mais cuidadoso do que o que é possível fazer aqui. Pretende-se, tão somente, neste momento, traçar um pequeno esboço sobre o assunto, em rasgos muito gerais.

Precursor...

Em primeiro lugar, caberia considerar, desde o início, que o próprio nascimento do projeto que consumirá o melhor dos esforços de Marx, desde seu exílio em Paris, em 1844, até sua morte em Londres, em 1883, esteve marcado pela contribuição marcante daquele que se tornaria, a partir daí, seu mais dileto amigo e parceiro íntimo pelo restante da vida. Destarte, a publicação no **Deutsch-Französische Jarbüncher** do artigo de Engels intitulado **Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie** despertou Marx para os estudos de economia política e para a necessidade de sua crítica, que deram como resultado imediato a elaboração dos cadernos que ensejaram a publicação póstuma dos famosos **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Aliás, este estudo de Engels sempre foi reiteradamente mencionado, com muitos encômios, por Marx, ao longo de sua obra, ademais de, valer a pena recordar, **Lage der arbeitenden Klasse in England**, cujos materiais e fontes também serviram de base para a elaboração de partes importantes d'O **Capital**.

Já no famoso prefácio à **Zur Kritik der politischen Ökonomie** de 1859, Marx declarava peremptoriamente o seguinte:

"Friedrich Engels, com quem mantive por escrito um intercâmbio permanente de idéias desde a publicação de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas (nos **Anais Franco-Alemães**), chegou por outro caminho (compare o seu trabalho **Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**) ao mesmo resultado que eu [...]"⁶.

Menciona, ademais, a estreita colaboração de ambos na crítica do movimento filosófico alemão de inspiração hegeliana do qual provieram (**Ideologia Alemã** e **Sagrada Família**), além do **Manifesto Comunista**. Não seria exagerado insistir que o grandioso projeto de crítica da economia política desenvolvido por Marx ao longo de sua vida, passando pelos **Grundrisse** de 1857-1858, pela própria **Zur Kritik** de 1859, pelo **O Capital**, primeira edição em 1867, deixado inconcluso ao morrer em 1883, inicia-se com os **Manuscritos de 1844**, elaborados

diretamente sob a inspiração do artigo de Engels para os **Anais Franco-Alemães** (e em alguma medida, também, influenciado por Moses Hess e seu **Über das Geldwesen**, inicialmente também destinado à mesma revista)⁷. Em seu artigo, Engels começa sustentando o comprometimento de classe da economia política, definida por ele como "*um sistema acabado de fraude lícito, toda uma ciência sobre o modo de enriquecer-se*"⁸.

Entretanto, sua crítica não se limitou, evidentemente, a uma mera condenação moral da "economia política", mas ele trata de mostrar que seu discurso, ou seja, o discurso da economia política, não pode ir além de certos limites e que há perguntas que nunca são feitas, como aquela acerca da razão de ser da propriedade privada. Em suas próprias palavras:

O século XVIII, o século da revolução, revolucionou também a Economia. Porém, assim como todas as revoluções deste século pecaram por unilateralidade e ficaram estagnadas na contradição, assim como ao espiritualismo se opôs o materialismo abstrato, à monarquia a república e ao direito divino o contrato social, vemos que tampouco a revolução econômica pôde sobrepor-se à contradição correspondente. As premissas seguiram de pé em todas as partes; o materialismo não atentou contra o desprezo e a humilhação cristãos do homem e se limitou a opor ao homem, em vez do Deus cristão, a natureza como algo absoluto; a política não pensou jamais em tentar investigar as bases sobre as quais repousava o Estado; e, à Economia não se lhe passou pela mente deter-se a perguntar pela razão de ser da propriedade privada. Daí que a nova Economia não representasse mais do que um progresso pela metade [...] ⁹

No fundo, ao não ultrapassar certos limites, a economia política não passaria de uma, em alguns casos refinada, dogmática. O que o leva a denominar Adam Smith de "*o Lutero econômico*", pois teria elaborado algo análogo ao reformador, fazendo com que "*a franqueza católica [deixasse] o posto à hipocrisia protestante*"¹⁰.

Engels, neste artigo, trata de demonstrar que o capital é um desdobramento, uma objetivação substantivada do trabalho, que se torna autônomo e independente, submetendo-o (ao trabalho) em seguida. Para ele: "*O divórcio entre o capital e o trabalho, nascido da propriedade privada, não é outra coisa que o desdobramento do trabalho em si mesmo*"¹¹. E mais adiante acrescenta:

O **trabalho**, o elemento fundamental da produção, a 'fonte da riqueza', a atividade humana livre, fica muito mal parada nas mãos dos economistas. Assim como antes se separava o capital do trabalho, agora o trabalho volta a cindir-se; o produto do trabalho se enfrenta a este como salário, divorcia-se dele e é determinado também, como de costume, pela competição [...] ¹²

Assim, a propriedade privada, que também separa o homem da terra, impede que o desenvolvimento das forças produtivas tenha como resultado uma melhoria geral das condições de vida das populações, promovendo uma melhor distribuição da riqueza gerada, além da diminuição da jornada de trabalho, pelo crescente aumento de produtividade do mesmo. Segundo Engels:

A capacidade de produção de que dispõe a humanidade é ilimitada. As inversões de capital, trabalho e ciência podem potencializar até o infinito a capacidade de rendimento da terra. [...] a ciência vai submetendo, cada vez mais, dia após dia, as forças naturais ao domínio do homem. Esta capacidade ilimitada de produção, manejada de um modo consciente e no benefício de todos, não tardaria em reduzir ao mínimo a massa de trabalho que pesa sobre a humanidade [...]¹³.

A responsabilidade pelo fato de que a miséria se dissemine em meio à abundância, a uma produção nunca dantes vista de riqueza, inclusive sem que a duração ou intensidade da jornada de trabalho diminua à mesma proporção que o aumento de produtividade, está no instituto da propriedade privada. Ao não questioná-la a economia política torna-se cúmplice desta situação. Por isso, desde o início de seu artigo Engels afirmava que:

[...] na crítica da economia política investigaremos as categorias fundamentais, poremos a descoberto a contradição introduzida pelo sistema de liberdade comercial e tiraremos as conseqüências que se desprendem dos dois termos da contradição. A expressão riqueza nacional surgiu só pelo afã de generalização dos economistas liberais. Esta expressão carece de todo o sentido, enquanto persistir a propriedade privada. A 'riqueza nacional' é muito grande, mas isto não impede que o povo inglês seja o mais pobre sob o sol¹⁴.

E para que não se tome o final da passagem citada como mero fruto de uma retórica grandiloqüente, não se deve esquecer que, logo em seguida, em 1845, Engels publicaria seu famoso estudo sobre a situação da classe operária na Inglaterra.

Entre Outras Coisas!

Poder-se-ia agora abandonar o Engels precursor do **projeto de crítica da economia** política e passar a examinar, em rápidas pinceladas, seus outros papéis: como coadjuvante, decano dentre os comentaristas e de divulgador dos resultados, profundamente engajado com o grandioso trabalho desenvolvido pelo amigo e correligionário Marx. Para não falar

de seu permanente e decisivo aporte financeiro... Em artigo para o periódico **Das Volk**, publicado em 1859, Engels comenta a **Zur Kritik...** de Marx daquele mesmo ano, destacando, em seu valioso comentário, não só o objeto do livro, mas de todo o projeto que encontraria em **O Capital**, senão sua derradeira versão, posto que a obra resultou inacabada e, portanto, sem versão definitiva, mas sua versão mais completa. Segundo Engels

[...] este livro [ou seja, a **Zur kritik...** de 1859] tende desde o primeiro momento a uma síntese sistemática de todo o conjunto da ciência econômica, a desenvolver de um modo coerente as leis da produção burguesa e da troca burguesa. E como os economistas não são mais que os intérpretes e os apologistas destas leis, desenvolvê-las é, ao mesmo tempo, fazer a crítica de toda a literatura econômica¹⁵.

Neste mesmo artigo, Engels oferece a seus leitores um esclarecimento da maior importância acerca do suposto método adotado por Marx, mostrando seu caráter, a um só tempo, **lógico e histórico**. A temática tratada na **Zur kritik...** de 1859 é a mesma daquela da Primeira Seção d'**O Capital**, vale dizer, dos três primeiros capítulos das duas edições brasileiras da obra (uma com a tradução de Reginaldo Sant'Anna e a outra de Regis Barbosa e Flávio Kothe), enquanto ambas são traduções da quarta edição alemã. Nesta parte ou seção, que tem por título "Mercadoria e Dinheiro", Marx desenvolve uma argumentação que se inicia, nas duas obras (tanto na **Zur kritik...**, como n'**O Capital**), com o questionamento da riqueza burguesa, para dela desentranhar sua forma elementar: a mercadoria. O exame de sua tensão constitutiva, ou seja, do fato dela ser, a um só tempo, valor de uso e valor, permite a Marx demonstrar que, pelo desdobramento deste segundo atributo, através do próprio processo prático de intercâmbio, que configura as formas relativa e equivalente do valor, o dinheiro emerge como a figura consumada do equivalente geral. Ou seja, Marx mostra como a forma dinheiro é um desdobramento necessário da forma mercadoria que emerge da intensificação e disseminação do processo de intercâmbio mercantil. Como seria impensável contar a história efetiva da configuração do mercado, em suas inúmeras variantes, a partir do escambo, pois isto implicaria em relatar boa parte da história, senão da humanidade, pelo menos de algumas de suas mais importantes civilizações, a exposição, em ambos os textos, deixa a impressão de apriorismo, apesar de se fundar num processo eminentemente prático e, portanto, *post festum*. Em seu artigo, Engels explica esta crucial problemática metodológica da seguinte maneira:

A história se desenvolve com freqüência através de saltos e ziguezagues e seria necessário segui-la assim em toda a sua trajetória, na qual, não só se recolheriam muitos materiais de escassa importância, senão que seria preciso romper muitas vezes o fio condutor lógico. Além do mais, a história da economia política não se poderia escrever sem a da sociedade burguesa, com o que a tarefa se tornaria interminável [...]. Portanto, o único método indicado era o lógico. Porém este não é, na realidade, outra coisa senão o método histórico despojado unicamente de sua forma histórica e das contingências perturbadoras¹⁶.

Para concluir o exame deste artigo, seria oportuno destacar mais um assunto pertinente e relevante. Apesar de que na **Zur kritik...** de 1859 Marx não tivesse ainda cunhado a denominação "**fetichismo da mercadoria**", tema que será desenvolvido no Item Quatro do Primeiro Capítulo d'**O Capital**, o exame conceitual do fenômeno já estava ali claramente presente¹⁷ e Engels, como comentarista arguto da obra do amigo, não passa ao largo da questão, *en passant*, com muita propriedade, ensinando aos econométristas de outrora e de hoje que a economia é uma ciência social, porque: "*A economia não trata de coisas, senão de **relações** entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar destas relações virem sempre **unidas a coisas e de aparecerem como coisas***"¹⁸.

Last but not least, caberiam alguns comentários acerca dos artigos de Engels sobre **O Capital**, sete ao todo, publicados entre 1867, ano da Primeira Edição da obra, e 1868. Num destes artigos, com uma percuciência que nem sempre acompanhou os comentaristas posteriores, ele adverte aos leitores para o próprio objeto da obra, tema da maior relevância e sobre o qual a economia política tinha tradicionalmente passado batida, sem problematizar. Segundo Engels, "*o ponto alto da obra*", em sua própria expressão, estaria na pergunta "*Que é o capital?*"¹⁹. Com efeito, autores da estatura de um Ricardo jamais se preocuparam com a pergunta. Pelo contrário, ele já parte do capital como um fato, ou seja, algo observável e que, portanto, não pode, nem necessita ser problematizado. Assim, Ricardo inicia seus **Principles** afirmando o seguinte:

"O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo"²⁰

Ricardo parte da existência do capital (como da propriedade da terra), mas não se pergunta acerca das condições de possibilidade de sua existência. Como é possível o capital? Ou seja, como é possível que um valor se valorize, ou seja, passa ao largo do enigma do ΔD (dinheiro incrementado), que configura o cerne da fórmula geral do capital: $D-M-D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro incrementado), onde $D'=D+\Delta D$? Engels responde à interrogante da seguinte maneira: “*O enigma [...] só se pode resolver descobrindo no mercado uma mercadoria de natureza especial, cujo valor de uso consista precisamente em criar valor de troca. Esta mercadoria existe na realidade: é a força de trabalho*”²¹. E mais adiante acrescenta que: “*Marx deduz que toda a mais-valia – qualquer que seja o modo como se distribua, em forma de lucro do capitalista, de renda da terra, de impostos, etc. – é trabalho não retribuído*”²². Contudo, a resolução do enigma do ΔD não é tudo e, de resto, não converte cientista em pitonisa. Por isso, são também da maior relevância as premonitórias conclusões a que chega Engels acerca das conseqüências teóricas e práticas do grandioso estudo, paciente e rigorosamente, desenvolvido por Marx ao longo de tantos anos. Em suas próprias palavras:

O que o leitor averigua nesta obra não é precisamente o modo como acontecerão as coisas, senão como não deveriam suceder; isto sim nos diz o autor, com uma clareza e uma dureza sem subterfúgios, e a quem tenha olhos para ver não se lhe pode ocultar, tampouco, que neste livro se defende, com diáfana clareza, a necessidade de uma revolução social. Não se trata mais do emplastro das associações operárias com o capital do Estado, como aquelas que propunha Lassalle: da **abolição do capital** em termos absolutos²³.

Como se vê, para o decano dos comentaristas d’**O Capital**, não se pode edulcorar o principal legado de Marx sem emasculá-lo, sem tergiversar acerca do cerne de sua própria contribuição teórica e prática. Esta verdade singela, porém da maior importância, sugere (sobretudo nestes tempos camaleônicos, onde pífiás e abastardadas “narrativas”, apenas acobertam a covardia e capitulação frente a um inimigo poderosíssimo que se finge, como avestruz, desconhecer, porém que representa um ameaça real à própria existência humana, não apenas pela desigualdade e miséria disseminados, mas também pelo crescente perigo de destruição do próprio planeta) a urgência e atualidade de um esforço pela retomada do legado dos dois extraordinários renanos. Destarte, parece pertinente sugerir aos estudiosos, e a todos os leitores e interessados na obra magna de Marx, uma proveitosa visitação ao decano de seus comentaristas e, parafraseando e complementando Althusser, ademais da leitura d’**O Capital**, exortar: leiam Engels!

Notas

- ¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Autor do livro intitulado **Os Mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a Religiosidade**, Porto Alegre, Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Edipucrs), 2004.
- ² Àqueles que contrapõem Marx a Engels, eximindo o primeiro de qualquer responsabilidade no trato com certos temas, como aqueles relacionados a um suposto **materialismo dialético** e à **dialética da natureza**, por exemplo, sugere-se, no mínimo, uma boa dose de cautela. Com efeito, não está bem determinado qualquer compromisso cabal de Marx com estas teses de Engels inspiradas na “dialética da matéria” da **Wissenschaft der Logik** de Hegel. Porém, tampouco se encontrará algum pronunciamento de Marx que lhe seja contrário ou de objeção explícita. Ademais, em sentido oposto, Engels insinua, com o indiscutível peso de seu próprio testemunho, uma grande cumplicidade, por parte de Marx, com suas teses, ao sustentar, no Prefácio à Segunda Edição do **Anti-Düring**, num arroubo de elegante modéstia, que: *“Como o ponto de vista aqui desenvolvido foi em sua maior parte fundado e desenvolvido por Marx, e em sua menor parte por mim, era óbvio entre nós que essa exposição minha não se podia realizar sem submetê-la a seu conhecimento. Li-lhe o manuscrito inteiro antes de levá-lo à impressão, e o décimo capítulo da seção sobre economia (‘Da História Crítica’) foi escrito por Marx; eu não tive senão que encurtá-lo um pouco, desgraçadamente, por causa de considerações externas. A colaboração de Marx se explica porque sempre foi nosso costume ajudar-nos reciprocamente em questões científicas especiais”* (Engels, **Anti-Düring**, Trad. Sacristán, Manuel, México, Grijalbo, 1975, p. xxxiii). Além disso, é possível encontrar no Livro I d’**O Capital**, tanto na Segunda Edição Alemã, quanto na versão francesa, portanto em trabalhos sem qualquer suspeição da co-autoria de Engels, a afirmação categórica de Marx - num contexto, é bem verdade, em que sustenta a idéia de que a mera posse de dinheiro ou capital não seria suficiente para converter ninguém em capitalista - de que: *“Confirma-se aqui, como nas ciências naturais, a exatidão da lei descoberta por Hegel em sua **Lógica**, segundo a qual as mudanças meramente quantitativas, ao chegarem a certo ponto, se transformam em diferenças qualitativas”* (Marx, **El Capital**, Livro I, Trad. Scarón, Pedro [baseada na 2ª Ed Alemã], México, Siglo XXI, 1981, Vol. 1, p. 374 e Marx, *Le Capital*, Livro I, Trad. Roy, Joseph, in Marx, **Œuvre Économie**, 2 Tomos, Paris, Gallimard, 1972, Tomo I, p. 845).
- ³ Referindo-se ainda ao capítulo décimo da segunda seção, no “Prólogo” à terceira edição do **Anti-Düring**, Engels reitera o seguinte: *“Como já se indicou no Prólogo à segunda edição, este capítulo é no essencial obra de Marx”* (Engels, op. cit., p. xxxix).

- ⁴ Marx, Karl, **O Capital**, Trad. Barbosa, Regis e Kothe, Flávio, São Paulo, Nova Cultural, 1985, Livro I, Vol. 1, p. 25.
- ⁵ Rubel, Maximilien, "Notice", in Marx, Karl, **Œuvre Économie**, 2 Tomos, Paris, Gallimard, 1972, Vol. II, p. 502.
- ⁶ Marx, Karl, Para a Crítica da Economia Política, in **Marx**, Coleção "Os Economistas", São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 26.
- ⁷ Neste artigo, por exemplo, Moses Hess afirmará peremptoriamente que *"Deus está para a vida teórica, o mesmo que o dinheiro para a vida prática [...]"* (Hess, Moses, *Über das Geldwesen*, in **Philosophische und sozialistische Schriften (1837-1850)** [compilação], Vaduz, Topos, 1980, p. 334), denotando ser a possível fonte originária de inspiração de Marx quando, em paráfrase à obra de Shakespeare, assevera que *"o dinheiro é a divindade visível [...]"* (Marx, **Escritos de Juventud**, Trad. Roces, Wenceslao, México, Fondo de Cultura Económica, 1982, p.643). Segundo Cornu, Engels e Hess, foram as principais fontes de inspiração para o projeto de crítica da economia política em seus albores. Para ele, *"a influência que este artigo [refere-se aqui Cornu ao **Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie** de Engels] teve sobre Marx complementar-se-ia com a do artigo de Hess sobre a essência do dinheiro. Nele [no artigo de Hess] expunha que a alienação religiosa, analisada por Feuerbach, era o reflexo ideológico da alienação real que se traduz na sociedade burguesa, na qual os operários excluídos da propriedade, os proletários, exteriorizam e alienam seu ser verdadeiro, sua atividade, seu trabalho, em mercadorias, que não lhes pertencem e que, ao adotar a forma de dinheiro, de capital, convertem-se, como Deus, em uma força alheia que os avassala. O dinheiro é o Deus verdadeiro da sociedade burguesa, o Deus em quem os homens adoram sua essência alienada"*. E mais adiante Cornu conclui da seguinte maneira: *"A primeira elaboração desta nova concepção será essencialmente obra de Marx, nos **Manuscritos econômico-filosóficos**, escritos em Paris no verão de 1844. Desenvolvendo a crítica da economia política iniciada por Engels, à luz da nova concepção de alienação proposta por Hess, Marx terminaria, através da inversão da filosofia idealista, na concepção de que a economia política é a chave para todos os problemas filosóficos, políticos e sociais"* (Cornu, Auguste, **Carlos Marx Frederico Engels**, 4 Tomos, Havana, Instituto Cubano del Libro, 1976, Tomo II, pp. 514-515).
- ⁸ Engels, Friedrich, Esbozo de Crítica de la Economia Política, in **Breves Escritos Económicos** [compilação], Trad. Roces, Wenceslao, México, Grijalbo, 1978, p. 9.
- ⁹ *Ibid.*, p.10.
- ¹⁰ *Ibid.*, p.11. Marx utiliza-se de recursos metafóricos análogos ao afirmar, por exemplo, que: *"O fato católico do ouro e prata, como encarnação*

imediate do trabalho social, e por isso, como modo de ser da riqueza abstrata, confrontarem-se com as demais mercadorias profanas fere naturalmente o point d'honneur (pudor) protestante da economia burguesa que, por temor aos preconceitos do sistema monetário, perde, por muito tempo, a faculdade de julgar os fenômenos da circulação monetária [...]" (Marx, Karl, Para a Crítica da Economia Política, Trad. Malagodi, Edgard, in **Marx**, Col. "Os Economistas", São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 114.

¹¹ Ibid., p.19.

¹² Ibid., p.20.

¹³ Ibid., p.24.

¹⁴ Ibid., p.12.

¹⁵ Engels, La "Contribución a la Crítica de la Economía Política" de Marx, in **Breves Escritos Económicos** [compilação], idem, p. 34.

¹⁶ Ibidem, p. 36.

¹⁷ Isto pode ser claramente apreciado através da seguinte passagem: *"Que uma relação de produção se apresente como um objeto existente fora dos indivíduos; que seus relacionamentos determinados, contraídos no processo de produção de sua vida social, se apresentem como propriedades específicas de uma coisa; esta inversão e mistificação, que não são inventadas, mas prosaicamente reais, caracterizam todas as formas sociais do trabalho que põe valor de troca. Só que no dinheiro elas aparecem mais evidentes que na mercadoria"* (Marx, Karl, Para a Crítica da Economia Política), Idem, p. 45.

¹⁸ Engels, La "Contribución a la Crítica de la Economía Política" de Marx, Idem, p. 37.

¹⁹ Engels, Siete Artículos sobre el Primer Libro de "El Capital", in **Breves Escritos Económicos** [compilação], Idem, p. 42

²⁰ Ricardo, David, **Princípios de Economia e Tributação**, Trad. Sandroni, Paulo, Col. "Os Economistas", São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 39.

²¹ Engels, Siete Artículos sobre el Primer Libro de "El Capital", Idem, p. 42.

²² Ibidem, p. 46.

²³ Ibidem, p. 46.

Engels e a etnologia evolucionista

Maria Rosário de Carvalho*

A rigor, o título deste artigo suscita, imediatamente, ao antropólogo, a questão relacionada à chamada sociedade primitiva, que alimentou uma variedade de posições ideológicas. Posições ideológicas que compartilhavam a crença comum de que as sociedades eram baseadas no sangue ou no solo e que os conseqüentes princípios de descendência e territorialidade podiam ser equacionados à raça e cidadania. A estrutura evolucionária ou evolucionista oferecia, a quem dela lançasse mão, a esperança de que, embora as instituições variassem, de sociedade para sociedade, elas formavam uma única hierarquia, através da qual todas, eventualmente, progrediriam¹.

Os antecedentes a Lewis Morgan

As primeiras idéias desenvolvidas sobre o tema tiveram como lócus empírico a Índia, aparentemente a questão política central dos meados de 1850, e a disputa em torno da prevalência da lei para os costumes tradicionais e a introdução de princípios relacionados aos direitos individuais à terra, advindos do governo britânico e de parcelas ponderáveis da corrente utilitarista, no âmbito da qual se destacava Jeremy Bentham.

Nessa disputa interveio H. Maine, advogando a manutenção do sistema tradicional na Índia e, portanto, posicionando-se contrariamente à preparação de uma lei civil, baseada na simplificada lei inglesa. De fato, ele e Bentham estavam em campos opostos no plano das idéias: enquanto o segundo acreditava que o governo era baseado em um contrato social estabelecido pelos indivíduos para a proteção da propriedade, Maine propunha que as sociedades originárias eram baseadas em famílias relacionadas por *status* e que compartilhavam uma propriedade comum. As denominadas comunidades primitivas estavam, ademais, sujeitas a um *désputa patrimonial*² .

Em seu livro *Lei Antiga*, Maine buscou oferecer uma solução para o conflito entre as idéias legais da Índia e as do império britânico, mediante uma história legal da família ao abrigo das nações indo-européias, ao

longo de um espectro que relacionava a Índia à Alemanha antiga e à coroa britânica através de Roma. Nada, à luz desse argumento, obstava que a Índia se desenvolvesse sob a orientação britânica, tal como aconteceu com a Alemanha graças à Roma.

O suposto, generalizado à época, de que “os povos primitivos” realizavam infanticídio feminino, indiscriminadamente, foi um dos meios acionados pelo escocês McLennan para atacar a teoria patriarcal de Maine. O seu argumento, apresentado, aqui, muito resumidamente, imputava a prática do infanticídio feminino em larga escala à busca de mulheres em âmbitos externos, o que teria ensejado o costume de casar fora, daí o surgimento do termo exogamia. Por outro lado, como se supunha ocorrer uma luta permanente entre diferentes comunidades, a exogamia poderia não ter resultado de uma modalidade pacífica de abordagem, mas de atos de força por parte dos homens, na posição de seres coagidos a capturar esposas. Essas, capturadas em pequeno número comparativamente à efetiva demanda, seriam compartilhadas em grupo, sob o arranjo denominado poliandria rude. A conclusão, mais ou menos óbvia, foi a de que, sob tais circunstâncias, era difícil estabelecer a paternidade, em face do que o primeiro sistema de parentesco teria sido baseado em relações de sangue, traçadas apenas através das mulheres³.

Como Radcliffe-Brown observou, muitos anos depois, em 1951, McLennan interpretou historicamente como sobrevivências da primitiva condição da sociedade humana o costume de representar simbolicamente como um ato de hostilidade a tomada de uma mulher de um grupo por outro, apresentando o roubo ou captura de uma mulher entre grupos como o único modo de obtenção de esposas e generalizando a sua extensão⁴. Desse modo, os excessos das formulações evolucionistas eram assinalados e desautorizados.

As formas mais rudes de partilha de mulheres teriam, crescentemente, dado lugar a um arranjo mais refinado e restritivo, no âmbito do qual irmãos uterinos (consangüíneos) com reconhecido grau de solidariedade tomariam uma mulher em comum, modalidade denominada poliandria tibetana, considerada por McLennan um estágio de desenvolvimento do casamento, cuja implicação mais importante seria o compartilhamento de descendência pelos filhos de uma mulher. Na prática, a poliandria tibetana constituiu mais um passo na direção do reconhecimento da paternidade.

A idéia de paternidade, por sua vez, tornar-se-ia firmemente estabelecida e seu desenvolvimento seria estimulado por um paralelo crescimento na economia de bem-estar, da qual resultaria a necessidade

de regras que governassem a transmissão da propriedade entre gerações. O cenário estava, pois, favorável ao desenvolvimento da agnação.

Como o leitor haverá de perceber, essas idéias, devido ao seu próprio caráter de esboços preliminares na tentativa de estabelecimento de nexos entre o passado e o presente, conforme uma marcha unilinear ascendente, incidem em correlações precárias e suposições equivocadas. No que concerne à literatura que mais particularmente trata do parentesco, Radcliffe-Brown afirmou, incisivamente, que as teorias sob as quais ela foi produzida “só podem ser chamadas de pseudo-históricas”, imputando-lhes resultados infelizes mediante o “legado de idéias errôneas”. Esse legado estaria sendo descartado gradativamente ao desenvolvimento de estudos de campo que não refeririam à origem dos sistemas sociais, salvo quando ela fosse conhecida pela história, em uma clara alusão às conjecturas de McLennan, Maine e seus contemporâneos que se aventuravam nesse domínio⁵.

Lewis H. Morgan e a ordem do desenvolvimento social

Em 1871, uma versão mais elaborada da tese de McLennan – os primeiros sistemas baseados no parentesco teriam sido matrilineais e a ordem do desenvolvimento social observava a seqüência tribo/gens/família – foi publicada por um advogado norte-americano, Lewis Henry Morgan. A Sociedade Primitiva forneceu um longo e ambicioso registro de evolução política e social, que, similarmente às formulações de McLennan, começava com um grupo matrilineal e finalizava com o triunfo do Estado e da Família. Diferentemente, porém, dos que lhe haviam antecedido, Morgan havia estabelecido interação, para fins de pesquisa, com os Iroqueses residentes em Nova York, dos quais recolheu copiosa terminologia de parentesco, e com os Crow, no Alto Missouri, dos quais registrou também, rituais e comportamentos religiosos⁶.

O interesse especial de Morgan concernia às questões da etnologia americana, e, antes de A Sociedade Primitiva, ele publicou *Letters on the Iroquois by Skenandoah* (*American Review*, 1847); *League of the Iroquois* (1851); e *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* (1871). Nesse último, doravante designado SCAHF, ele distinguiu sistemas descritivos – no âmbito dos quais prevaleciam diferentes termos para os parentes lineares e os colaterais, i.e., para pai e mãe, marido e esposa, irmão e irmã, e filho e filha, nenhum dos quais seria aplicado fora do núcleo familiar – e argumentou que tais sistemas

espelhariam a realidade do parentesco biológico, claramente demarcando os graus de relações de sangue. Os sistemas classificatórios, ao contrário, não refletiriam “os graus naturais de parentesco”, mas reuniriam relações de diferentes tipos sob um único termo, que poderia referir ao pai, irmão do pai, filho do irmão do pai do pai, confundindo diferentes espécies e graus de parentesco biológico, como registrou entre os Iroqueses⁷.

A questão, como assinalou Lévi-Strauss, é que o parentesco deve ser interpretado como um fenômeno de estrutura e não como resultado de simples justaposição de termos ou de costumes⁸. Ademais, os sistemas de parentesco recobrem duas ordens bem diferentes de realidade, ou seja, o sistema terminológico (ou sistema de vocabulário) e o sistema de atitudes, de natureza psicológica e social, sendo, adicionalmente, necessário distinguir, sempre, entre dois tipos de atitudes, i.e., as difusas e desprovidas de caráter institucional, e as atitudes obrigatórias, sancionadas por tabus ou privilégios e que se exprimem através de cerimonial fixo. “Longe de refletir automaticamente a nomenclatura, estas atitudes aparecem freqüentemente como elaborações secundárias destinadas a resolver contradições e superar insuficiências inerentes ao sistema terminológico”⁹.

Morgan, ao contrário, conferiu excessiva relevância às terminologias em detrimento do sistema de atitudes. Ao se contrapor à recusa de McLennan em admitir que os sistemas que ele classificara como sendo de consangüinidade e afinidade, que se afiguravam ao segundo puramente convencionais e estabelecidos com a única finalidade de fornecer às pessoas um meio de se dirigirem umas às outras quando se saudavam, Morgan observou que um sistema de formas de tratamento é efêmero, “porque todos os usos convencionais o são”, e postulou que um sistema de consangüinidade é algo bem diferente, na medida em que as relações de parentesco que o caracterizam derivam da família e do regime matrimonial, sendo ainda mais permanentes do que a própria família, pois esta evolui enquanto o sistema se mantém inalterável. Essa concepção levou-o (a) a reificar as relações de parentesco, apreendidas enquanto meras expressões das reais condições em que vivia a sociedade na época em que o sistema se constituiu, exercendo uma importante influência na vida quotidiana dos seres humanos; (b) concluir que a sua uniformidade em imensas regiões do globo e a sua conservação através de períodos imensos de tempo dever-se-iam ao vínculo que os ligaria à regra matrimonial¹⁰.

Assim, ele tentará explicar a origem dos sistemas de consangüinidade e afinidade a partir das formas de casamento e de família de que derivam, admitindo por hipótese a existência dessas formas. Obtida uma explicação satisfatória de cada sistema, a existência prévia de cada modalidade de casamento e de família poderia deduzir-se do sistema que explicam. Ele admitia, ainda, que a seqüência postulada se baseava, em parte, em hipóteses, mas era corroborada por um número de provas suficiente para ser tomada em consideração. Aos futuros etnólogos e às suas investigações era deixada a tarefa de "estabelecer um quadro completo desta seqüência"¹¹.

Vejamos como ele procedeu no caso da família consangüínea. Considerada a primeira e mais antiga forma da instituição familiar, ela teria deixado de existir "mesmo entre as tribos selvagens mais atrasadas", daí não ser possível apresentar provas diretas da sua existência¹². A prova, então, de que ela teria existido em um dado momento da história humana teria que ser "concludente" – "do contrário ficará por demonstrar a nossa tese" –, ou seja, fornecida por um sistema de consangüinidade e afinidade que, durante muitos séculos, sobreviveu aos costumes matrimoniais que presidiram ao seu nascimento e cuja presença, por si só, demonstraria que esta família existia no momento em que ele tomou forma, i.e., o sistema malaio¹³. Estamos, pois, diante de algo que se assemelha a uma petição de princípio em termos aristotélicos: "Revelando as relações de parentesco que regiam a família consangüínea, a sua existência implica a existência deste tipo de família. Além disso, fornece a certeza teórica da existência da família consangüínea no momento em que ele se instituiu"¹⁴.

Outra crítica dirigida a Morgan, que, todavia, não põe em dúvida o valor das terminologias de parentesco para revelar o método de ordenação dos relacionamentos, foi a sua tentativa de classificar todos os sistemas terminológicos nas duas referidas classes, quando é perfeitamente possível a um povo usar, simultaneamente, princípios classificatórios e descritivos, como Daryll Forde, entre outros, comprovou para os Yakö, povo estabelecido na província de Ogoja, ao sudeste da Nigéria. De acordo com Forde, seu sistema constitui um exemplo do desenvolvimento total e simultâneo de ambos os grupos de parentes matri e patrilineares, que, à época do seu trabalho de campo, sofria o impacto das instituições ocidentais, mas prosseguia conferindo às duas linhas de filiação a mesma relevância. Ele identificou como detentores de um sistema dual similar ao dos Yakö, os Abayong, Agwa 'aguna e Enna, entre outros ¹⁵.

As restrições dirigidas a SCAHF não abalaram a sua relevância, tanto assim que Claude Lévi-Strauss não hesitou em afirmar que Morgan fundou, simultaneamente, a antropologia social e os estudos de parentesco¹⁶ (1970: 325) e que ele e Frank Hamilton Cushing foram grandes precursores das pesquisas estruturais¹⁷.

A Sociedade Primitiva

Em *A Sociedade Primitiva*, Morgan postulou que “a história da humanidade é uma quanto à sua origem, uma quanto à sua experiência e uma quanto ao seu progresso”¹⁸. Dotados de uma inteligência essencialmente idêntica e de um organismo físico semelhante em virtude da sua origem comum, num mesmo período étnico os homens chegaram sempre aos mesmos resultados, em todos os tempos e em todos os lugares¹⁹. Foi, pois, essa faculdade que conduziu o homem da invenção da flecha, que exprime o pensamento do homem selvagem, à fusão do minério de ferro, que representa a inteligência mais desenvolvida do homem bárbaro e, por último, ao ferro, a materialização do triunfo da civilização. Por último, os trabalhos, dificuldades e sucessos dos antepassados bárbaros e selvagens teriam feito parte do “plano da Inteligência Suprema” que visava fazer do selvagem um bárbaro e deste um homem civilizado²⁰.

O seu propósito era provar que o progresso humano seguiu a sua marcha através de períodos étnicos sucessivos, internamente demarcados por determinadas artes de subsistência, tal como o evidenciavam as invenções, descobertas e o desenvolvimento das idéias de governo, família e propriedade. De modo peremptório, ele afirmou que as invenções e descobertas estavam em direta relação com o progresso da humanidade, ao passo que as instituições sociais e civis se desenvolveram a partir de alguns germes originais de pensamento, não obstante representassem uma mesma escala de progresso. Reunidas e comparadas, essas instituições, invenções e descobertas tendiam a demonstrar a origem da humanidade, a similitude das necessidades dos homens no mesmo estágio de desenvolvimento e a identidade da atividade do espírito humano em condições sociais semelhantes²¹.

A organização em gens, fratrias e tribos teria prevalecido ao longo da parte mais recente do estado selvagem e de todo o período da barbárie. A família, do mesmo modo, teria assumido formas sucessivamente diferentes, dando origem aos sistemas de consangüinidade e afinidade, que testemunhariam, por sua vez, a

experiência da humanidade durante a transição da família consangüínea à monogâmica. Finalmente, as formas de governo, sob dois sistemas gerais, teriam bases muito diferentes. O primeiro apoiava-se nas pessoas e relações pessoais e constituía uma sociedade (*societas*), cuja unidade organizativa era a gens, da qual decorreriam, por integração sucessiva, a fratria, a tribo e a confederação de tribos; o segundo baseava-se no território e na propriedade e caracterizava-se por constituir um Estado (*civitas*). A cidade ou o aglomerado, circunscrito por limites no interior dos quais estavam estabelecidas as propriedades, constituía o fundamento do Estado e conduziria à sociedade política. A noção de propriedade apresentava a mesma evolução e o mesmo desenvolvimento²².

O princípio que aparentemente operava ao longo da história humana era uma tendência para o progresso moral, sob a forma de um movimento orgânico da sociedade para se afastar de uma condição desfavorável. A queda dos sistemas classificatórios de parentesco e sua substituição pelos descritivos teria sido suscitada pela influência das

Períodos Étnicos e Artes de Subsistência

I.	FIES	Meios naturais de subsistência
II.	FMES	Consumo de peixe e utilização do fogo (Australianos e Polinésios)
III.	FSES	Invenção do arco e flecha (Tribos das costas da América do Norte e Sul)
IV.	FIB	Invenção da cerâmica (Índios norte-americanos a leste do Mississipi)
V.	FMB	Domesticação animais no hemisfério oriental e irrigação e construção de tijolos secos ao sol e de pedra, no hemisfério ocidental (Índios aldeados do Novo México, México, América Central e Peru)
VI.	FSB	Processo de fusão do minério de ferro (Tribos gregas da época de Homero, tribos itálicas que antecederam a fundação de Roma e os germânicos do tempo de César)
VII.	Civilização	Uso do alfabeto fonético e produção de obras literárias

Fonte: A Sociedade Primitiva, Vol. I p. 20-24.

relações de propriedade, signo denunciador da denominada civilização. A distribuição dos bens teria observado, assim, uma seqüência em direção à concentração: se no chamado estado selvagem eles se distribuíam pelos membros da gens, na fase inferior da barbárie se restringiriam aos parentes agnáticos, e, finalmente, na fase superior, eles se transmitiriam aos filhos, como os únicos herdeiros²³.

De acordo com Morgan, o progresso sistemático da etnologia exigia que o desenvolvimento normal das condições de vida das tribos selvagens e bárbaras fosse estudado em regiões onde as instituições apresentassem homogeneidade. Assim, a Polinésia e a Austrália seriam as regiões mais propícias ao estudo da sociedade no estado selvagem, ao passo que, para as fases inferior e média da barbárie, as duas Américas, na época do seu descobrimento, ofereciam o melhor terreno para esse estudo²⁴.

Desenvolvimento dos Tipos de Família

Intercurso promíscuo

Intercasamento ou coabitação de irmãos e irmãs

Família Comunal (1º. estágio de família)

Costume Havaiano

Forma malaia do sistema classificatório

Organização Tribal

Sistema Turaniano e Ganowaniano de relações

Casamento entre pares

Família da barbárie (2º. estágio de família)

Poligamia

Família Patriarcal (3º. estágio de família)

Poliandria

Emergência da propriedade e estabelecimento da sucessão Linear

Família Civilizada (4º. estágio de família)

Declínio dos sistemas de parentesco classificatórios, substituídos pelos descritivos.

Morgan dedicou cerca da metade do livro ao desenvolvimento do sistema das gens, baseado no fato de que ele havia sobrevivido à maior parte da história humana. Os estágios do seu progresso foram ilustrados

por cinco cruciais estudos de caso; cada um dos quais seria revestido de especial relevância, relacionados aos Australianos, Iroqueses, Astecas, Gregos e Romanos.

O caso australiano, por sua vez, representava o sistema mais primitivo, a uma pequena distância, apenas, da condição inicial em que irmãos supostamente desposavam irmãs em uma forma de casamento de grupo incestuosa; o material iroquês foi usado para ilustrar o estado de evolução subsequente, no qual a gens democrática se associava em federações maiores; os Astecas, que viriam a seguir, estavam apenas no status médio da barbárie. Posteriormente, Morgan classificaria o estado asteca como uma versão mais avançada da federação iroquesa. O seu interesse particular pelos astecas estava relacionado à sua tentativa de procurar refutar as fontes representadas pelos cronistas espanhóis, para os quais o governo asteca era uma monarquia análoga às monarquias européias²⁵. Ele creditava fidedignidade às crônicas da América espanhola no que concernia às ações empreendidas pelos espanhóis e às ações e características pessoais dos índios, assim como à descrição de sua tecnologia, alimentação e vestuário, mas no que dizia respeito à sociedade e governo dos índios o valor das suas narrativas era considerado "praticamente nulo, pois (...) nada sabiam e nada aprenderam do assunto", concluindo pela rejeição das suas formulações e a retomada do trabalho pela base, "utilizando, contudo, aquilo que nelas é conforme com o que sabemos da sociedade índia"²⁶.

Já no que concernia aos Gregos, o seu governo primitivo seria essencialmente democrático, as gens, fratrias e tribos organizados como corpos auto-governados, sob princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, ao passo que o império romano seria artificial e ilógico, não obstante capaz de grandes realizações²⁷ (70).

Os dados produzidos diretamente por Morgan ou recolhidos da bibliografia disponível, ao se mostrarem insuficientes para apoiar o seu projeto ambicioso, foram complementados de vários modos, como através de informantes ingleses estabelecidos, por injunções burocráticas ou religiosas, em distintas partes do mundo. Para a Austrália, por exemplo, ele lançou mão de missionários ingleses residentes na Austrália, e para os demais contextos etnográficos utilizou as mais diversas fontes, como Edward Tylor (*Early History of Mankind e Primitive Culture*); Homero (*Ilíada e Odisséia*); Lucrécio (*De Natura Rerum*); Herrera (*History of América*); Clavigero (*History of México*); Prescott (*Conquest of América*); Fernando de Alvarado Tezozomoc (*Crônica Mexicana*); Grote (*History of Greece*); Tácito (*Germania*); Ésquilo (*Os Sete contra Tebas*); Aristóteles (*Política*); Cícero (*Tópica*) e muitos outros.

A acolhida das formulações de Morgan por Engels

Vários autores discordam, no âmbito da antropologia, ter desenvolvido Morgan uma teoria materialista da história, tomando em conta, entre outros motivos, que o progresso social e político era, aí, um sinal de Deus, parte do plano da suprema inteligência, mediante o qual um bárbaro teria sido antecedido por um selvagem e um civilizado emergiu subsequente a um bárbaro²⁸.

O que teria motivado Engels e Marx a acolherem as suas idéias com tanto entusiasmo? Para responder a questão, talvez seja necessário lembrar que Marx publicou pouco sobre as sociedades não-européias ou pré-feudais, em cujo campo sua contribuição melhor conhecida foi seu modelo de um *modo de produção asiático*, um tipo de sociedade com uma organização estatal, cujas comunidades aldeãs teriam terra em comum e redistribuiriam seu excedente fundiário, internamente, salvo por uma proporção retida pelo Estado. Esse modelo suscitou problemas teóricos para o marxismo, em parte porque não era evidente que Marx o considerasse como um desenvolvimento geograficamente específico, e em parte porque não ficava clara a direção que sociedades desse tipo poderiam tomar em termos de desenvolvimento²⁹.

Ao final de sua vida, o interesse de Marx seria atraído para a nova antropologia, tendo ele escrito notas extensas sobre os trabalhos de Morgan e seus antecedentes, que não chegou a usar, pois adveio a sua morte. Engels, então, fez uso delas como ponto de partida para *A Origem da família, da propriedade privada e do estado* (1884), doravante designado AOFPE. Assim sendo, não há meios de saber se Engels expressou, de forma exagerada, o entusiasmo de Marx, ou de que modo Marx teria relacionado a seqüência de desenvolvimento de Morgan com um modo de produção asiático³⁰. De todo modo, parece prevalecer consenso de que Morgan ter-se-ia tornado especialmente relevante para a tradição marxista.

O aspecto da teoria de Morgan sobre o qual incidiu o maior interesse de Engels foi sua redescoberta da gens matriarcal primitiva como o 1º estágio da gens dos povos primitivos, à qual ele conferirá a mesma importância para a antropologia quanto a teoria de Darwin para a biologia e a teoria do valor marxista para a economia política. A importância evolucionária dessa descoberta estava, justamente, em ensejar uma história do desenvolvimento da família como um produto de processos históricos e não como uma instituição natural.

Vale observar, preliminarmente, as várias convergências entre as formulações de Morgan, Marx e Engels, a começar pelo peso conferido às relações de parentesco no âmbito das denominadas sociedades pré-capitalistas. Claude Lévi-Strauss, ao responder a críticas que lhe haviam sido dirigidas por Georges Gurvitch, a propósito da sua distinção entre história estacionária, flutuante e cumulativa, observou, muito apropriadamente, que a idéia de que as sociedades consideradas primitivas são regidas por laços de consangüinidade (estruturas de parentesco) e não por relações de produção é freqüentemente expressa em Marx e Engels, para os quais, se essas sociedades não fossem destruídas de fora, poderiam perpetuar-se indefinidamente³¹.

Esses temas, lembra, ainda, o antropólogo francês, são constantemente retomados em *O Capital*, a propósito da Índia e das sociedades germânicas, que eram, então, as sociedades mais "primitivas" de que Marx tinha conhecimento, tendo sido generalizados por Engels no Anti-Dühring e em AOFPPE³².

Para esclarecer o paralelo entre os Germanos de Tácito e os Peles-Vermelhas americanos, Engels diz ter feito

modestos resumos ... A semelhança é de fato mais surpreendente quanto o modo de produção é tão fundamentalmente diferente – aqui pescadores e caçadores sem criação de animais nem agricultura, lá criação nômade que passa à cultura dos campos. Isto prova precisamente quanto, neste estágio, o modo de produção é menos decisivo que o grau de composição dos velhos laços de consangüinidade e da antiga comunidade recíproca dos sexos na tribo. Sem o que os Tlingit, na América antigamente russa, não poderiam ser a cópia fiel dos Germanos³³.

À tentativa de Kautsky de interpretar as sociedades primitivas segundo o materialismo histórico e mediante a utilização exclusiva de noções econômicas, como a de barbárie, Engels teria retrucado que: "Não é a barbárie que prova o caráter primitivo, mas o grau de integridade dos velhos laços de consangüinidade da tribo. São eles, pois, que é preciso estabelecer em cada caso particular, antes de poder tirar dos fenômenos isolados conclusões para esta ou aquela tribo"³⁴.

Por todas essas razões, podemos concluir que a tentativa de Morgan de elaboração de uma nova tipologia dos sistemas de parentesco à luz dos conhecimentos adquiridos e a ênfase por ele conferida à organização gentílica tenham suscitado o genuíno interesse de Marx e Engels.

Redescoberta, por Morgan, da concepção materialista da história?

No Prefácio à primeira edição (1884) de AOFPPE, Engels afirma, dramaticamente, que

as páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance. Na América, Morgan redescobriu, à *sua maneira*, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx (...) Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também das suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que oportunas³⁵.

Ele assinala que a ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por duas espécies de produção, ou seja, pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, do outro; e quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade dos seus produtos e, por conseqüência, a riqueza da sociedade; “com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social”³⁶. Assim, o grande mérito de Morgan foi a descoberta e o restabelecimento, nos seus traços essenciais, desse fundamento pré-histórico da nossa história escrita e o de haver encontrado, nas uniões gentílicas dos índios norte-americanos, a chave para decifrar importantíssimos enigmas, ainda não resolvidos, da história da Grécia, Roma, e Alemanha³⁷.

Como é largamente sabido, para a concepção materialista a economia política constitui o fator fundamental e determinante da vida histórica e social do homem. Nesse sentido, o materialismo marxista é, de fato, um “materialismo econômico”, que identifica o traço de união entre a evolução da natureza³⁸ e a evolução da sociedade humana no processo econômico concebido como “produção material” através da qual os homens reproduzem e desenvolvem, continuamente, os seus meios de existência e, portanto, a sua existência e todo o conteúdo desta. Todos os outros acontecimentos da existência histórica, social e prática em sentido mais lato, incluída, portanto, também a existência “espiritual”, têm menos influência sobre o desenvolvimento do todo³⁹.

A acolhida de Engels ao modo como Morgan redescobriu a concepção materialista da história não se fez, contudo, irrestritamente. Nos capítulos de história consagrados à Grécia e Roma, como ele fez questão de enfatizar, não se limitou a reproduzir a documentação de Morgan, mas acrescentou todos os dados de que dispunha; a parte relativa aos celtas e germanos foi “essencialmente” sua, pois os documentos de Morgan sobre o assunto eram de segunda mão; e, finalmente, foi compelido a refazer toda a argumentação econômica, sob a ressalva de que, se era suficiente para os objetivos de Morgan, não o era, em absoluto, para os seus⁴⁰.

Desse modo, a acolhida preliminar entusiástica afigura-se mais retórica, e o próprio Engels reduzirá a sua expressão pouco mais adiante, ao reconhecer que Morgan foi o primeiro que, com conhecimento de causa, introduziu uma ordem precisa na pré-história da humanidade, e o fez à luz do pressuposto de que todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de subsistência. O desenvolvimento paralelo da família, todavia, não oferecia critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos como o ofereciam as artes de subsistência⁴¹.

Tradutor... traidor?

O suposto de que a noção de modo de produção asiático já não figurava, em 1884, em AOFPPE, se constituiu em um problema para os especialistas da evolução da teoria marxista. Como o leitor haverá de lembrar, para Marx a forma asiática é, necessariamente, a que se mantém com maior persistência e duração, o que está implícito em seus supostos: o indivíduo não chega a ser independente da comunidade, há um círculo auto-sustentado da produção, uma unidade da agricultura e manufatura. Se o indivíduo muda sua relação com a comunidade, muda deste modo a comunidade e atua de forma destrutiva sobre ela, assim como sobre seu suposto econômico. “Na forma oriental [a] perda da propriedade quase não é possível, exceto através de influxos completamente exteriores, pois o membro individual da comunidade nunca entra em uma relação livre com ela, de forma a perder seu nexo objetivo, econômico, com a comunidade”⁴².

A troca de cartas, de junho de 1853, entre Marx e Engels, evidencia a convicção de ambos de que a ausência de propriedade privada é a “chave de todo o Oriente”. Essa é a conclusão de Jean Chesneaux,

que problematizou a influência que teve em Engels a publicação de *A Sociedade Primitiva*, que ele leu em 1883, e lembrou que Plekhanov propusera atribuir a essa influência a aparente modificação da atitude de Engels. Porém, ao invés de fazer coro à acusação de que Engels teria sido infiel às opiniões de Marx sobre o modo de produção asiático, Chesneaux julgou mais apropriado determinar o alcance – decisivo, mas limitado – de AOFPPE, que não procurava analisar a evolução de conjunto de todas as sociedades humanas⁴³.

No prólogo da republicação do artigo “A noção de “modo de produção asiático” e os esquemas marxistas de evolução das sociedades”, publicado originalmente em 1964, Maurice Godelier admite haver errado ao concluir que Engels, após a leitura de Morgan, abandonara o conceito de modo de produção asiático. Uma análise mais minuciosa e cronológica da correspondência de Marx e Engels não lhe teria deixado dúvidas de que nem um nem outro rejeitaram as idéias elaboradas de 1853 a 1877 sobre a existência de formas “despóticas” de Estado edificadas na Ásia, Rússia ou outras regiões⁴⁴.

Ele observa que Marx, em 1881, após ler, portanto, Morgan, afirmou, uma vez mais, a existência de um estado despótico na Rússia e tratou de descobrir os seus fundamentos não na necessidade das grandes obras, mas na dispersão e isolamento das comunidades agrícolas em um imenso território e na dominação mongol. Por outro lado, AOFPPE deixou de lado as histórias da Ásia e da América porque, ao contrário da história do Ocidente greco-romano, elas não desenvolveram, para Engels, as formas mais diretas de passagem da antiga comunidade clânica às formas típicas de Estado e de sociedades de classes. Desse modo, AOFPPE aprofunda, à luz das formulações de Morgan, uma das duas vias de passagem ao Estado que Engels sugerira em *Anti-Dühring*, ou seja, a via ocidental que conduz à generalização da escravatura produtiva e da produção mercantil. Godelier afirma, pois, haver continuidade entre os *Grundrisse*, *Anti-Dühring* e AOFPPE, as teses sobre o modo de produção asiático tendo permanecido válidas para Engels e continuado a designar uma forma de transição das sociedades sem classes para as sociedades de classes, “transição essa de qualquer forma incompleta e que motiva a lentidão ou a estagnação no desenvolvimento social”⁴⁵

A posição defendida por Godelier se me afigura correta, o que, talvez, seja possível demonstrar remetendo diretamente à AOFPPE. Ao final deste livro, Engels investiga as condições econômicas gerais que minaram, na denominada fase superior da barbárie, a organização gentílica da sociedade e fizeram-na desaparecer. Até essa fase a produção era essencialmente coletiva e o consumo realizava-se, também,

sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunais. A produção, então, não se sobrepunha aos produtores. Suponho que Morgan esteja descrevendo a forma asiática, em cujo modo de produzir se foi introduzindo, lentamente, a divisão do trabalho. Foi desse modo, que a produção e apropriação em comum foram minadas, emergindo, como regra dominante, a apropriação individual, que abriu caminho para a produção mercantil, em breve a forma dominante⁴⁶.

Considerações finais

Franz Boas considerava a questão relacionada à origem das idéias universais o problema mais difícil da antropologia. Ele se insurgiu contra o ponto de vista de que os mesmos fenômenos etnológicos se devem sempre às mesmas causas, assim como contra a generalização de que a semelhança de fenômenos etnológicos encontrados em diversas regiões é prova de que a mente humana obedece às mesmas leis, em todos os lugares. E conclamou os antropólogos a exigirem que as causas, a partir das quais o fenômeno se desenvolveu, fossem investigadas e que as comparações se restringissem àqueles fenômenos que se provassem ser efeitos das mesmas causas⁴⁷.

Boas se tornou, desse modo, um ferrenho opositor do que designou como excessos do evolucionismo e enfatizou que a hipótese evolucionista implicava a idéia de que a moderna civilização ocidental europeia representava o desenvolvimento cultural mais elevado, em direção ao qual tenderiam todos os outros tipos culturais considerados como mais primitivos. E concluiu: "construímos retrospectivamente um desenvolvimento ortogenético em direção à nossa própria civilização moderna". Contrapôs, então, ao esquema evolucionário geral a admissão da existência de diversos tipos "definitivos e coexistentes" de civilização⁴⁸.

Claude Lévi-Strauss entendeu o anti-evolucionismo Boasiano como uma reação decorrente do fato de ele haver utilizado, sobretudo modelos mecânicos (modelos cujos elementos constitutivos estão na escala dos fenômenos investigados), para os quais a noção de evolução não tem valor heurístico⁴⁹. Ao fazê-lo, identificou a debilidade dos estudos evolucionistas, ou seja, a utilização de modelos mecânicos quando deveriam ser empregados modelos estatísticos, passíveis de tratar longas séries estatísticas.

A correta interpretação de Lévi-Strauss elidiu, porém, a vigorosa posição crítica de Boas em relação aos esquemas evolucionários

desenvolvidos ao longo do século XIX, nos quais ele identificou uma forte tendência a combinar o aspecto histórico e uma avaliação subjetiva das várias fases de desenvolvimento, o presente servindo como padrão de comparação.

A mudança, freqüentemente observada, das formas simples para formas mais complexas, da uniformidade para a diversidade, era interpretada como uma mudança do menos valioso para o mais valioso. Assim, a visão histórica assumia em muitos casos um matiz teleológico mal encoberto..., concluiu ele, com precisão⁵⁰.

Ademais, ele observou que o método generalizador da ciência da época, segundo o qual o evento real não possui valor científico em si mesmo, mas apenas na medida em que leva à descoberta de uma lei geral, colidiu com a visão puramente histórica, causando a subordinação do fato histórico ao conceito de lei da natureza. Todas as ciências que adotaram o ponto de vista histórico logo se envolveram em tentativas de descobrir as leis que determinaram a evolução, e a antropologia não constituiu, nesse sentido, exceção⁵¹.

Boas não se furtou, todavia, a admitir que a Antropologia deve sua existência ao estímulo proporcionado por esses estudiosos e às conclusões por eles alcançadas mas, ao mesmo tempo, nos exortou a não superestimar a influência das suas generalizações ousadas.

Notas

* Professora Adjunto IV do Depto. de Antropologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Ciências Sociais e Estudos Étnicos e Africanos da FFCH-UFBA. E-mail: rosario@ufba.br

¹ Adam Kuper, *The Invention of Primitive Society*. London, Routledge, 1988.

² Idem, *ibidem*, p.7.

³ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁴ Alfred Reginald Radcliffe-Brown, "O Método Comparativo em Antropologia". In: J. C.Melatti (org.), *Radcliffe-Brown: Antropologia*. São Paulo, Ática, 1978, p.53.

⁵ Alfred Reginald Radcliffe-Brown, "Introducción". In: Alfred Reginald Radcliffe-Brown e Daryll Forde (orgs.), *Sistemas Africanos de Parentesco y Casamento*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1982, p.60.

⁶ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. I. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1976, p. 191.

- ⁷ Lewis Henry Morgan, *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*. Washington, Smithsonian Contributions of Knowledge, 1871.
- ⁸ Claude Lévi-Strauss, *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Paz e Terra, São Paulo, EDUSP, 1976, p. 164.
- ⁹ Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, p. 55-6.
- ¹⁰ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. II. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1978, p. 271.
- ¹¹ Idem, *ibidem*, p. 138.
- ¹² Idem, *ibidem*, p. 139.
- ¹³ Idem, *ibidem*, p. 139-140.
- ¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 140.
- ¹⁵ Daryll Forde, "Doble Filiación entre los Yakö". In: Alfred Reginald Radcliffe-Brown e Daryll Forde (orgs), *Sistemas Africanos de Parentesco y Matrimonio*. 1982[1950], Barcelona, Editorial Anagrama, p. 317.
- ¹⁶ Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, p. 325.
- ¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 314.
- ¹⁸ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. I. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1976, p. 8.
- ¹⁹ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. II. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1978, p.308.
- ²⁰ Idem, *ibidem*, p. 308-310.
- ²¹ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. I. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1976, p. 8.
- ²² Idem, *ibidem*, p. 8-9; 16-7; 19.
- ²³ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. II. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1978, p. 62.
- ²⁴ Idem, *ibidem*, p. 206.
- ²⁵ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. I. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1976, p. 69.
- ²⁶ Idem, *ibidem*, p. 225.
- ²⁷ ²⁸ Lewis Henry Morgan, *A Sociedade Primitiva*. Vol. II. Portugal, Editorial Presença, Brasil, Martins Fontes, 1978, p. 70.
- ²⁹ Kuper, *op.cit.*, p.74.

- ³⁰ Lawrance Krader, *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*, Assen: Van Gorcum, 1974.
- ³¹ Kuper, op. cit., p. 72-73.
- ³² Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, p. 361-362.
- ³³ Idem, ibidem, p. 362.
- ³⁴ **Carta de Engels a Marx de 8 de dezembro de 1882, idem, ibidem, p. 364-365.**
- ³⁵ Carta a Kautsky de 10 de fevereiro de 1883, In: M. Rubel, *Karl Marx essai de biographie intellectuelle*. (Paris, 1957, p. 301-2).
- ³⁶ Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Portugal, Editorial Presença, SD. p. 7-8).
- ³⁷ Idem, ibidem, p. 8.
- ³⁸ Idem, ibidem, p.9.
- ³⁹ Karl Korsch enfatiza o valor que Marx atribuiu ao complemento e fundamentação do seu materialismo sócio-histórico pelas "ciências da natureza". E para comprová-lo, cita a observação que ele fez sobre a Seleção Natural, de Darwin, em uma carta de 19.12.1869: "Embora grosseiramente elaborada, como costumam os Ingleses, é esta a obra que contém os fundamentos de historia natural que servem às nossas idéias". Karl Korsch, *Marxismo e Filosofia*. Porto, Edições Afrontamento, 1966, p.160.
- ⁴⁰ Idem, ibidem, p. 158.
- ⁴¹ Friedrich Engels, op.cit., p.10.
- ⁴² Idem, ibidem, p. 31.
- ⁴³ Karl Marx, *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857 ~ 1858. Espanha, Siglo XXI, p. 446/455.
- ⁴⁴ Jean Chesneaux, "O Modo de Produção Asiático algumas perspectivas de pesquisa". In: Centro de Estudos e de Pesquisas Marxistas (C.E.R.M), *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 22-23.
- ⁴⁵ Maurice Godelier, 1974. "A noção de "modo de produção asiático" e os esquemas marxistas de evolução das sociedades". In: Centro de Estudos e de Pesquisas Marxistas (C.E.R.M), *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa, Seara Nova, 1974, p.53.
- ⁴⁶ Idem, ibidem, p.53-55.
- ⁴⁷ Friedrich Engels, op. cit., p. 209.

- ⁴⁸ Franz Boas, *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004 [1896], p. 29/31-32.
- ⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 42.
- ⁵⁰ Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, p.310.
- ⁵¹ Franz Boas, *A formação da antropologia americana, 1883-1911*: antologia. Organização e introdução de George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro, Contraponto, Editora UFRJ, 2004, p. 44.
- ⁵² Idem, *ibidem*, p. 45.

O legado de Engels na prática das ciências da natureza no século XX

Olival Freire Jr.*

É bem conhecido o interesse de Friedrich Engels nas ciências da natureza, tema ao qual dedicou algumas de suas reflexões filosóficas. Face à influência do marxismo na configuração do século XX, o exame da incidência do pensamento de Engels na prática dessas ciências é tema de interesse atual. Esse tema permite discutir relações entre ciência e ideologia, ciência e filosofia, desenvolvimento da ciência em contextos de fortes restrições à livre circulação de informações, como a URSS stalinista, e incidência do marxismo na intelectualidade ocidental. O foco desse texto, portanto, não será uma análise teórico-filosófica do pensamento de Engels sobre as ciências da natureza. Ele visa, antes, uma recensão da historiografia disponível relacionada à influência do materialismo dialético nas ciências da natureza, especialmente na antiga União Soviética, ao longo do século XX. Serão analisadas, em especial, as obras de Loren Graham e Alexei Kojevnikov.

O recuo histórico, uma historiografia mais profissionalizada e, em especial, as novas possibilidades de investigação, ensejadas pelo contexto do período posterior à guerra fria, têm permitido uma avaliação mais multilateral da fortuna do pensamento de Engels nas ciências da natureza no século XX. Desse modo, ficaram para trás tanto um tipo de literatura caracterizada pela busca de “aplicações” do materialismo dialético ou “ilustrações” da dialética nessas ciências, tão comum entre marxistas, quanto o foco unilateral em episódios desastrosos da história soviética, como o caso Lysenko, usual entre observadores ocidentais. A imagem que se pode formar em decorrência da recensão desses estudos históricos é que o pensamento de Engels, e o marxismo em geral, foi, em um número de casos, um quadro de pensamento que se revelou inspirador para o desenvolvimento das ciências. Contudo, esse pensamento não se prestou a interpretações uniformes, tendo mesmo servido de base para conclusões opostas em certos episódios da história da ciência, em especial no caso da interpretação da física quântica. O

pensamento de Engels desempenhou, nesse sentido, um papel análogo ao das boas heranças intelectuais presentes na história da filosofia e da ciência, as quais têm sido objeto de desenvolvimentos divergentes pelos seus êmulos.

Ciência e filosofia na União Soviética

Loren Graham, professor de História da Ciência no MIT, é considerado hoje o decano da história da ciência russa e soviética. Ele iniciou suas pesquisas ainda na década de 1950, em 1967 publicou *The Soviet Academy of Sciences and The Communist Party, 1927-1932*, seguida de *Science and Philosophy in the Soviet Union*, em 1972. Esta obra foi ampliada e atualizada como *Science, Philosophy, and Human Behavior in the Soviet Union*, em 1987 e, após a queda do regime soviético, ele sintetizou suas investigações em uma obra, destinada a um público de não especialistas, denominada *Science in Russia and the Soviet Union – A Short History*¹. Embora Graham tenha um largo interesse na história da ciência e da tecnologia na URSS, o tema isolado ao qual ele prestou mais atenção foi o da relação entre ciência e filosofia na antiga república soviética². Ele examinou as relações entre ciência, filosofia e ideologia, na experiência soviética, no caso das seguintes disciplinas e temas: origem da vida, genética, fisiologia, psicologia, debate natureza/educação, biologia, cibernética, química, mecânica quântica, relatividade e cosmologia. Interessa aqui comparar algumas das conclusões a que Graham chegou para os casos da genética e da mecânica quântica.

Graham sustenta que a controvérsia melhor conhecida fora da União Soviética, aquela associada ao lyssenkismo, é a menos relevante para se discutir o materialismo dialético em um sentido filosófico³. Como se sabe, essa controvérsia levou, em 1948, à entronização da teoria do agrônomo T. D. Lysenko, uma espécie de teoria da herança de caracteres adquiridos, como doutrina oficial do partido e do estado soviético, em detrimento da genética mendeliana. Apoiando-se em historiadores como David Joravsky e Zhores Medvedev, além de seus próprios estudos, Graham conclui que a ascensão do lyssenkismo foi mais o resultado de uma série de eventos econômicos, sociais e políticos que uma decorrência de alguma forma de interpretação do materialismo dialético. Dentre os fatores arrolados por Graham, nós encontramos a suspeita difusa em relação aos cientistas e à ciência burgueses, algo que tem suas origens antes da segunda guerra, a extrema centralização do poder soviético, e

o papel e poder pessoal de Stalin; fatores esses amplificados pela exacerbação da tensão entre URSS e Estados Unidos que caracterizou o início da guerra fria. Para Graham, as histerias desencadeadas em cada um desses países lembram as disputas no passado sobre questões religiosas. Ele considera que a condenação da genética na URSS foi um episódio análogo à condenação do heliocentrismo pela Igreja Católica, no início do século XVII, em meio às tensões exacerbadas pela Reforma e pela Contra-reforma.

Em contraste com o caso da condenação da genética, as discussões soviéticas sobre a mecânica quântica teriam sido mais relevantes para o materialismo dialético enquanto uma filosofia da ciência. A controvérsia sobre a interpretação da mecânica quântica, entretanto, levou a resultados muito diversos daqueles do caso da genética, devido a fatores políticos e contextos diversos. Conforme apontado por Graham, a ênfase dos fundadores da mecânica quântica, como Niels Bohr e Werner Heisenberg, sobre o papel das condições de observação como um elemento definidor dos fenômenos quânticos, representou um desafio para a premissa do materialismo dialético de uma existência do mundo material – matéria-energia – independente dos sentidos e sensações. Graham focaliza três soviéticos que desempenharam uma liderança intelectual nos debates sobre a mecânica quântica: os físicos V. A. Fock e D. I. Blokhintsev e o filósofo M. E. Omel'ianovskii. Contudo, esses três pensadores não adotaram as mesmas posições nesses debates, ao contrário, eles estiveram em campos opostos. A essa altura, Graham se apóia em seu conhecimento sobre o persistente debate no ocidente acerca de tais questões para concluir que as clivagens soviéticas na controvérsia sobre a mecânica quântica são essencialmente similares àquelas existentes em todos os outros lugares onde esse debate tem ocorrido. Se Blokhintsev adotou posições próximas às críticas de Albert Einstein, Fock esteve mais próximo das posições de Niels Bohr. Essa similaridade poderia levar à conclusão da ausência de relevância do materialismo dialético para esse debate, mas Graham sustenta que uma opinião distinta parece mais plausível e lembra que o conflito entre materialismo e idealismo não nasceu na URSS, sendo antes parte integrante da história da filosofia. Muito do que no debate no ocidente recebeu o nome de realismo poderia ser associado ao materialismo enquanto posição filosófica.

Poderia se pensar que o interesse de cientistas soviéticos em questões filosóficas teria sido condicionado pela conjuntura política e ideológica da URSS. Graham admite esse condicionamento, mas sustenta que ele por si só não pode explicar a história da ciência soviética. Ainda

sobre o debate sobre a mecânica quântica, o historiador norte-americano observa que o interesse nas questões filosóficas teve continuidade mesmo depois do período de maior tensão ideológica entre finais da década de 1940 e a primeira metade da década de 1950. Independentemente do caso da mecânica quântica, Graham aponta em várias disciplinas um número expressivo de criativos e reconhecidos cientistas soviéticos para os quais o materialismo soviético teria influenciado positivamente a articulação de suas próprias idéias, a exemplo dos casos de A. I Oparin, L. S. Vygotsky, A. R. Luria, O. Iu. Schmidt, e S. L. Rubinshtein. Em seu *Science in Russia*, Graham distinguiu o que denominou de fase autêntica do materialismo dialético do que intitulou ideologia stalinista, e exemplificou a primeira com os casos de Vygotsky, Oparin e Fock.

Ciência, ideologia e política na União Soviética

Alexei Kojevnikov é russo, historiador da ciência, com filiações à Universidade da Geórgia, nos EUA, e ao Instituto da História da Ciência e da Tecnologia, em Moscou. Ele é um historiador de uma geração bem mais jovem que a de Loren Graham, mas é um pesquisador já bem conhecido e respeitado pela qualidade de suas publicações em revistas especializadas. Mais recentemente, Kojevnikov publicou o livro *Stalin's Great Science – The Times and Adventures of Soviet Physicists*, que destaca-se pela forte inclusão da política entre as dimensões a serem consideradas no trato das relações entre ciência e ideologia na URSS⁴. O livro de Kojevnikov é dedicado ao que pode ser considerado um paradoxo: o desenvolvimento científico e tecnológico de primeira linha em condições de violência política, escassos contatos internacionais e severas restrições à liberdade de informação. Os que conhecem a física ou a história da física no século XX sabem que tal paradoxo relaciona-se antes de tudo a uma situação de fato, a da excelência da física soviética no século passado.

Kojevnikov contrasta seu livro com a tese, formulada por Karl Popper, que ciência e democracia política são indissociáveis e que uma não pode se desenvolver sem a outra. Embora Popper tenha escrito *A sociedade aberta e seus inimigos* [publicado em 1950, edição brasileira em 1974] no contexto de seu exílio na Nova Zelândia, decorrência da anexação da Áustria pela Alemanha nazista, nem Popper nem seus leitores limitaram o alcance dessa tese. A União Soviética era o contra exemplo natural a essa tese. Afinal, “as piores décadas do domínio ditatorial de Stalin foram também o tempo dos maiores progressos atingidos pela ciência e tecnologia em solo russo, desde os tempos de

Pedro o Grande”. Kojevnikov argumenta que o contexto da Guerra Fria impediu o reconhecimento desse paradoxo porque as administrações das duas grandes potências, por razões diferentes, preferiram considerá-lo inexistente. Para os administradores comunistas soviéticos, as políticas adotadas eram tão científicas e democráticas quanto a própria ciência, e o êxito da ciência soviética parecia confirmar a superioridade da “democracia soviética”. Aos olhos dos ideólogos anticomunistas, a denúncia do sistema político soviético como antidemocrático requeria evidenciar as falhas e derrotas da ciência soviética. Não por acaso, o caso Lysenko e o banimento da pesquisa em genética entre 1948 e 1964 foi o episódio da ciência soviética que recebeu maior atenção no Ocidente, tanto entre historiadores quanto entre publicistas. Kojevnikov deixa tais estereótipos de lado e nos fornece uma visão menos enviesada da história da ciência soviética em seus contextos social, político e ideológico. *Stalin’s Great Science* é, então, um produto historiográfico permitido pela conjuntura pós Guerra Fria, ao tempo em que se insere na melhor tradição de rigor acadêmico da história da ciência soviética.

Ao analisar como as revoluções conceituais associadas à relatividade e à teoria quântica interagiram com o contexto da Rússia revolucionária da década de 1920, Kojevnikov argumenta que a linguagem política revolucionária influenciou o modo pelo qual os jovens físicos teóricos abordaram os problemas postos e as soluções que eles obtiveram, especialmente via a metáfora da liberdade e do coletivismo no trato de problemas em física do estado sólido. Muito interessante é o estudo biográfico de Lev Landau, no qual a reconhecida genialidade do físico soviético é posta no contexto de uma sociedade em processo de bruscas transformações, o que teria permitido e favorecido a sua rápida projeção como físico teórico. Para estudar a relação entre ciência, patrocínio estatal e modernização tecnológica no contexto da sociedade estalinista madura, o autor toma como estudos de caso a biografia do físico Piotr Kapitza e a construção da bomba atômica soviética, mostrando como nos dois casos os físicos atuaram politicamente mesmo em um contexto adverso à atividade política fora dos marcos do partido soviético. Os capítulos mais audaciosos, entretanto, são dedicados às relações entre ciência e ideologia sob a era Stalin. O autor recusa visões simplistas herdadas da época da Guerra Fria, segundo as quais ciência e ideologia estariam sempre em conflito e oposição. Através de uma minuciosa análise da complexidade dessas relações, Kojevnikov argumenta que os físicos exploraram aquela conjuntura para fazer avançar suas agendas. Isso fica evidenciado na análise da trajetória de Sergei Vavilov, que presidiu a Academia de Ciências no período da expansão pós Segunda Guerra, e

da sua contribuição à formatação do papel da ciência na sociedade soviética. Adicionalmente, uma minuciosa reconstrução da entronização do Lyssenkismo, além de uma comparação com as situações de outras discussões ideológicas, leva o autor a propor uma explicação de porque tais discussões ideológicas no ambiente dos físicos e dos lingüistas tiveram conseqüências totalmente distintas do caso da genética; explicação que apela tanto para o papel do poder pessoal de Stalin quanto para as especificidades de cada uma dessas disciplinas científicas.

Materialismo dialético e ciências da natureza no Ocidente

O materialismo dialético também incidiu na produção das ciências da natureza nos países capitalistas ocidentais. Sem a expectativa de uma recensão exaustiva dos estudos históricos existentes, apontarei apenas alguns aspectos dessa faceta da interação entre ciência, filosofia e ideologia. A atenção dispensada ao lyssenkismo na URSS teve a sua contrapartida em um certo número de estudos que analisaram a adesão dogmática de um número de partidos comunistas às posições soviéticas contrárias à genética mendeliana. Esta adesão trouxe graves prejuízos intelectuais e sociais, especialmente na França, na Bélgica e na Inglaterra, como discutido por Joel e Dan Kotek, e por Stéphane Tirard⁵. Estudos históricos mais recentes têm, entretanto, chamado atenção para um outro aspecto, que havia sido subestimado no contexto intelectual da guerra fria. De modo similar ao que Graham identificou como fase autêntica do materialismo dialético na URSS, também entre cientistas ocidentais influenciados pelo marxismo podem ser encontrados significativos exemplos de uma influência fecunda dessa filosofia na produção da ciência.

Em *Stalin's Great Science*, Kojevnikov argüiu que certos casos mostravam uma influência favorável do pensamento marxista na produção da física teórica soviética. Ele mostrou, convincentemente, que a idéia da relação entre liberdade e coletivismo foi uma metáfora inspiradora para uma série de trabalhos de físicos soviéticos, como Frenkel e Landau, nos quais a idéia de excitações coletivas se revelou frutífera em física da matéria condensada. Em trabalho anterior Kojevnikov havia argüido também que inspiração similar pode ser encontrada nos trabalhos do físico marxista norte americano David Bohm sobre física do plasma⁶. Finalmente, Kojevnikov sustenta que a idéia de excitação coletiva veio junto com a idéia de quase-partículas e que só a segunda sobreviveu na literatura da física no ocidente, incorporada à teoria de bandas, mas

tratando elétrons em metais como elétrons livres, e não incorporando os vínculos de um elétron a todos os outros em um metal. De modo que o físico que hoje trabalha com teoria de bandas em física da matéria condensada não percebe que as raízes inspiradoras dessa idéias devem ser buscadas no solo do pensamento social socialista do século XX.

Estudos sobre o caso de cientistas marxistas ocidentais, bioquímicos, biofísicos e físicos, que se dedicaram ao problema da origem da vida, a exemplo da tese de doutorado de Stéphane Tirard, têm chegado a conclusões similares às de Graham e Kojevnikov⁷. Outro caso extremamente interessante, embora menos estudado no âmbito da história da ciência, é o caso do grupo de físicos japoneses, liderado por Mituo Taketani e Shoichi Sakata, que usou conscientemente o materialismo dialético como recurso metodológico e heurístico em suas pesquisas originais sobre a física das partículas elementares⁸. Por fim, existiu também uma ressonância entre materialismo dialético e o debate sobre a interpretação da mecânica quântica nos países ocidentais. Essa influência foi de tal ordem, especialmente na década de 1950, que Max Jammer, historiador da física, sugeriu como problema a ser investigado saber até que ponto a crescente influência do marxismo no período posterior à segunda guerra teria sido responsável pela crescente oposição à interpretação usual da mecânica quântica, dita da complementaridade, nos países ocidentais. A questão sugerida por Jammer permanece aberta⁹. Os estudos disponíveis sobre esse caso já nos permitem, entretanto, discutir uma outra faceta da relação entre materialismo dialético e ciências da natureza, a pluralidade das interpretações marxistas.

A pluralidade marxista e as ciências da natureza

A controvérsia sobre a interpretação da mecânica quântica foi um dos aspectos cruciais da história da ciência no século XX, infelizmente pouco conhecido fora de círculos especializados. Ela contrapôs dois gigantes da física, Albert Einstein e Niels Bohr. Impressionado pela profundidade, significado e alcance da controvérsia, Karl Popper denominou-a *O cisma da física*, enquanto o historiador Max Jammer denominou-a uma "história sem fim" para descrever a persistência da controvérsia¹⁰. Essa controvérsia também cindiu os marxistas. Se tomarmos como referência as posições de Bohr e Einstein, nós encontraremos ao lado de Bohr, físicos marxistas como Leon Rosenfeld e Vladimir Fock, e ao lado de Einstein, físicos marxistas como Blokhintsev, Jean-Pierre Vigié, David Bohm e Franco Selleri. Na tensão presente na

idéia de dialética materialista, Rosenfeld acentuou o pólo da dialética. Ele viu a complementaridade como a primeira grande demonstração da dialética operando nas ciências da natureza. Blokhintsev optou pelo pólo materialista e viu a ênfase que a complementaridade coloca nos processos de observação para a definição dos fenômenos quânticos uma concessão ao idealismo. Einstein diria algo análogo na defesa do realismo. O caso de Bohm e Vigier tem um interesse adicional porque esses físicos ocidentais, altamente criativos, diga-se de passagem, viram o determinismo como um valor epistemológico inerente ao materialismo dialético e construíram a interpretação causal da mecânica quântica na tentativa de resgatar o determinismo no âmbito dos fenômenos quânticos.

Se a cisão entre Einstein e Bohr é a imagem mais emblemática das implicações filosóficas da física contemporânea, os debates mais acirrados e ásperos ocorreram, entretanto, entre dois dos físicos marxistas já mencionados, Rosenfeld e Bohm¹¹. O físico belga, conhecido como o principal assistente de Niels Bohr, aderiu ao marxismo nos fins da década de 1920, professou um marxismo sofisticado e foi bastante crítico em relação ao que os soviéticos, desde Lênin do *Materialismo e empiriocriticismo* a Stalin do *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, apresentavam como expressões do materialismo dialético. Rosenfeld poderia ser considerado mais próximo do marxismo ocidental, seguindo terminologia de Perry Anderson, que do marxismo soviético. Como a complementaridade de Niels Bohr se converteu na ortodoxia entre os físicos, ortodoxia descrita por Max Jammer com a expressão "monocracia da escola de Copenhague", nós podemos considerar que Rosenfeld combinou a ortodoxia na mecânica quântica com a heterodoxia no marxismo. O físico norte-americano David Bohm pode ser considerado o inverso, ortodoxo no marxismo e heterodoxo na interpretação da mecânica quântica. Ele se filiou ao Partido Comunista americano durante a segunda guerra mundial, quando realizava seu doutorado em Berkeley sobre a orientação de Robert Oppenheimer, e manteve essas convicções ideológicas até 1957, quando rompeu com o marxismo. Bohm conheceu o materialismo dialético possivelmente através da leitura de manuais soviéticos e de textos de Engels.

Curioso, para a história do Brasil, é que parte desse debate ocorreu no solo brasileiro. Bohm foi vítima da histeria macartista e desse modo perdeu a posição que tinha na universidade de Princeton e a possibilidade de continuar trabalhando nos Estados Unidos. Encontrou refúgio no Brasil, como professor da Universidade de São Paulo, e aqui permaneceu entre fins de 1951 e início de 1955. Tendo seu passaporte confiscado pelos oficiais americanos, quando já estava em São Paulo,

Bohm buscou a cidadania brasileira para viajar ao exterior. Os EUA retiraram então sua cidadania americana. Por essa razão, Bohm viveu em Israel e depois na Inglaterra, como cidadão brasileiro por mais de trinta anos, pois só conseguiu recuperar a cidadania americana em processo judicial em 1986. Rosenfeld visitou o Brasil, em 1953, interessado no debate com Bohm. Dentre os interlocutores brasileiros de Bohm encontrava-se o físico brasileiro, também comunista, Mario Schenberg. A identidade comum de judeus e comunistas, entre Bohm e Schenberg, não era estendida aos problemas de interpretação da mecânica quântica, tema sobre o qual Schenberg tinha opiniões próprias que o levavam a considerar a ênfase de Bohm na recuperação do determinismo uma posição pouco dialética. Schenberg sugeriu que Bohm seguisse o conselho de Lênin de que todos os bons comunistas deveriam estudar Hegel. A influência de Schenberg pode ser identificada em desenvolvimentos posteriores do pensamento de Bohm, especialmente em seu *Causality and Chance in Modern Physics*. Observo, incidentalmente, que Mário Schenberg foi um pensador marxista bastante sofisticado; uma avaliação mais profunda e multilateral de seu pensamento seria de interesse para a história do marxismo no Brasil¹².

Conclusão

Existe um número significativo de casos nos quais o materialismo dialético, tanto como imagem de mundo quanto como imagem de ciência, contribuiu positivamente para o desenvolvimento das ciências da natureza no século XX. Graham sugeriu a distinção entre a fase dogmática e a fase criativa, mas o que importa são os exemplos biográficos que ele analisou: Fock, Oparin e Vygotsky. O caso dos estudos sobre a origem da vida e o caso dos físicos japoneses marxistas em física de partículas sugerem conclusões similares. A segunda conclusão contrasta um pouco com a primeira, porque retira o apelo especial que o materialismo dialético possa ter na produção das ciências da natureza. Face a um teste crucial na história das ciências no século XX, o da interpretação da teoria quântica, o materialismo dialético cindiu-se. Nisso ele não foi diferente de tantos outros sistemas filosóficos quando enfrentaram novos desafios em circunstâncias diferentes daquelas de sua elaboração inicial. Do mesmo modo que você pode encontrar seguidores do positivismo comteano criticando e defendendo a teoria da relatividade, você encontrará a referência a Engels e ao materialismo dialético entre os partidários e os críticos do princípio da complementaridade. Finalizo, ligando as minhas duas conclusões. O pensamento de Engels foi aplicado

diversamente na história das ciências da natureza no século XX. Ele é um pensamento vivo. Tomando emprestadas expressões de Paulo Abrantes,¹³ pode ser dito que o pensamento de Engels fornece tanto imagens de natureza quanto imagens de ciência fecundas para o desenvolvimento da ciência, mas ele não se presta a interpretações uniformes, de modo análogo aos demais pensamentos filosóficos instigantes que têm influenciado a produção das ciências da natureza.

Notas

- * Doutor em História pela USP, Professor do Instituto de Física, UFBA. E-mail: freirejr@ufba.br
- ¹ Loren Graham, *The Soviet Academy of Sciences and The Communist Party, 1927-1932*. Princeton, Princeton University Press, 1967; idem, *Science and Philosophy in the Soviet Union*. New York, Knopf, 1972; idem, *Science, Philosophy, and Human Behavior in the Soviet Union*. New York, Columbia University Press, 1987; e, idem, *Science in Russia and the Soviet Union – A Short History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- ² Para estudos de Graham, não focalizados na relação ciência e filosofia, ver, por exemplo, Loren Graham, *The Ghost of the Executed Engineer – Technology and Fall of the Soviet Union*. Cambridge, Harvard University Press, 1993; idem, *What Have We Learned About Science and Technology from the Russian Experience?* Stanford, Stanford University Press, 1998; e Loren Graham and Jean-Michel Kantor, "A comparison of two cultural approaches to mathematics - France and Russia, 1890-1930". *ISIS*, Chicago: University of Chicago Press, 97, 2006, p. 56-74.
- ³ As referências a Graham são todas de *Science, Philosophy, and Human Behavior in the Soviet Union*, salvo indicação em contrário.
- ⁴ Alexei Kojevnikov, *Stalin's Great Science – The Times and Adventures of Soviet Physicists*. London, Imperial College Press, 2004.
- ⁵ Joel et Dan Kotek, *L'affaire Lyssenko*. Bruxelles, editions complexe, 1986; Stéphane Tirard, Les biologistes français et l'affaire Lyssenko, à l'automne 1948". *Historiens & Géographes*, n. 358, 95-106, 1997.
- ⁶ Alexei Kojevnikov, "David Bohm and Collective Movement". *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, 33(1), 161-192, 2002.
- ⁷ Stéphane Tirard, *Les travaux sur l'origine de la vie de la fin du XIX^o siècle jusqu'aux années 1970*. Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 1997.
- ⁸ Kent W. Staley, "Lost Origins of the Third Generation of Quarks: Theory, Philosophy, and Experiment". *Physics in Perspective*, 3, 210-229, 2001;

- Olival Freire, "Quantum Controversy and Marxism". *Historia Scientiarum*, 7, 137-152, 1997.
- ⁹ Max Jammer, *The Philosophy of Quantum Mechanics – The Interpretations of Quantum Mechanics in Historical Perspective*. New York, John Wiley, 1974, p. 251; Olival Freire, "Marxism and Quantum Controversy: Responding to Max Jammer's Question." Paper presented at the conference *Intelligentsia: Russian and Soviet Science on the World Stage, 1860-1960*, University of Georgia, Athens GA, on 29-31 October 2004.
- ¹⁰ Karl Popper, *A Teoria dos Quanta e o Cisma na Física – Pós-escrito à Lógica da Descoberta Científica, Volume III*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989; Max Jammer, op. cit., p. 521.
- ¹¹ Olival Freire, "Science and exile: David Bohm, the cold war, and a new interpretation of quantum mechanics". *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, Berkeley, University of California Press, 36(1), 1-34, 2005; idem, *David Bohm e a controvérsia dos quanta*. Campinas, CLE, 1999. As obras de Rosenfeld estão publicadas em Léon Rosenfeld, *Selected Papers of Léon Rosenfeld*, (ed. by R.S. Cohen and J.J. Stachel). Dordrecht, D. Reidel, 1979. Ver também Anja Jacobsen, "Léon Rosenfeld, Marxism, and complementarity," Roskilde University, Denmark, a aparecer.
- ¹² Olival Freire, idem. Olival Freire, Michel Paty e Alberto Luis da Rocha Barros, "David bohm, sua estada no Brasil e a teoria quântica". *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, 8(20), 53-82, 1994. A influência de Schenberg sobre Bohm está registrada em F. David Peat, *Infinite Potential – The Life and Times of David Bohm*. Addison Wesley, 1996, p. 155-7. Sobre Schenberg, embora se trate de texto que não preenche a lacuna aqui apontada, ver José Luiz Goldfarb, *Voar também é com os homens – O pensamento de Mário Schenberg*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- ¹³ Paulo Abrantes, *Imagens de natureza, imagens de ciência*. Campinas, Papirus, 1998.

Engels e a Ciência Contemporânea

Naomar de Almeida Filho*

Reconhecido como um dos fundadores do marxismo, eminente teórico do materialismo histórico, Friedrich Engels foi um intelectual brilhante. Apesar de ter sido um filósofo autodidata – diferentemente de Marx, que se doutorou em Filosofia pela Universidade de Berlim – Engels tornou-se um epistemólogo rigoroso. Na divisão de trabalho entre os fundadores do marxismo, coube a Engels a tarefa de construir as bases filosóficas, epistemológicas e científicas do materialismo dialético. Para isso, ele se propôs a escrever uma obra-mestra, equivalente ao projeto do *Capital* de Marx, avaliando o estado-da-arte da ciência da época, sua história, seu lugar na conjuntura social e política do período e, sobretudo, os argumentos filosóficos necessários à revolução científica necessária para viabilizar a revolução socialista.

Engels começou a trabalhar nesse projeto em 1873, porém nunca teve chance de concluí-lo. Primeiro, pressionado por Marx, já imerso na escritura do *Capital*, foi convocado a intervir na polêmica contra Dühring, crítico do nascente socialismo. Não obstante, ao elaborar o poderoso libelo conhecido como ***Anti-Dühring*** (publicado em 1878), onde sintetizava a visão de mundo compartilhada com seu eminente parceiro, Engels aproveitou a oportunidade para antecipar alguns argumentos sobre a ciência e sua relação com a filosofia da história. Finda a tarefa, retomou o trabalho, logo interrompido novamente pela morte de Marx, que o obrigou a dedicar praticamente o resto de sua vida à preparação dos originais do *Capital* para publicação. Capítulos completos, outros em rascunho, anotações sistematizadas e outras esparsas, organizados em quatro cadernos escritos entre 1873 e 1882, só vieram à luz em 1925, compondo a coletânea intitulada *A Dialética da Natureza*. Além disso, algumas obras em co-autoria com seu parceiro Karl Marx, como principalmente *A Ideologia Alemã* (escrita em 1847), e várias cartas do seu profuso epistolário com numerosos interlocutores, incluem comentários e argumentos indiciadores do seu original pensamento epistemológico.

Este pequeno ensaio tem como finalidade defender uma tese simples: a obra de Engels antecipa elementos centrais da teoria da Complexidade, paradigma postulado como vanguarda na ciência contemporânea, articulados a abordagens epistemológicas da maior atualidade, posto que só foram sistematizadas na segunda metade do século XX. Esta tese não é original. Vários autores a têm defendido, como por exemplo, de modo pioneiro, Levins & Lewontin (1985) no seu clássico *The Dialectical Biologist*, onde reconhecem em Engels uma antevisão das interpretações mais criativas da atual biologia sistêmica. Mais recentemente, Kinouchi (2001) e Brand (2004) propõem leituras diferenciadas da obra de Engels com a finalidade de identificar pontos em comum com as teorias do caos ou da complexidade. Apesar disso, cabe neste momento retomar esta tese, visando a uma avaliação da sua validade numa perspectiva de maior abrangência e sistematização, situando Engels também como inovador de campos científicos que estavam em processo de construção no seu tempo.

Neste texto, em primeiro lugar, apresento uma síntese dos principais enfoques que, muitas vezes não suficientemente articulados entre si, de um modo geral propõem algum tipo de mudança radical no seio da ciência contemporânea, buscando familiarizar os leitores com alguns pontos essenciais do que tem sido por alguns considerado como o novo paradigma da ciência. Em segundo lugar, e aqui se encontra o cerne deste trabalho, trago uma breve introdução às bases conceituais do pensamento engelsiano, a fim de avaliar rigor e consistência da sua epistemologia *vis à vis* o referencial filosófico do materialismo dialético, apresentando de modo esquemático exemplos da capacidade antecipatória de Engels frente a várias ciências modernas. Em terceiro lugar, apresento os resultados do exame da tese proposta, mediante uma revisão detalhada de fontes, referências e indícios na obra engelsiana identificadas de modos distintos com os elementos da Teoria da Complexidade detalhados na segunda parte. Finalmente, proponho discutir conseqüências e possibilidades dessa insuspeita convergência entre filosofia e ciências no materialismo dialético original, no sentido de construção de uma epistemologia contemporânea capaz de efetivamente tomar a ciência como prática social-histórica.

Sobre a complexidade

Vários elementos epistemológicos e metodológicos têm sido propostos como tendência alternativa para a ciência contemporânea, agrupados sob o rótulo de "novo paradigma". Alguns proponentes desses

novos enfoques (Ruelle, 1991; Percival, 1994) privilegiam os componentes analíticos formais que poderiam justificar a denominação genérica, para estas propostas, de teoria do caos ou da não-linearidade. Lorenz (1993), um dos fundadores desta perspectiva, sugere que a teoria do caos constitui um supersistema teórico baseado principalmente nos conceitos de não-linearidade, complexidade e fractalidade. Nas suas versões mais aplicadas, tais propostas se apresentam quase como um “neo-sistemismo”, atualizando e expandindo algumas posições da Teoria Geral dos Sistemas que havia alcançado uma certa influência no panorama científico dos anos 1950 e 60 (Boulding, 1956; Von Bertalanffy, 1962). Por esse motivo, a terminologia “teoria dos sistemas dinâmicos” tem sido empregada com certa frequência para designar os modelos complexos gerados no contexto de propostas de um paradigma científico alternativo (Prigogine & Stengers, 1986).

De fato, cresce no campo científico a consciência de que a ciência se configura cada vez mais como uma prática epistemológica de construção de modelos, de formulação e solução de problemas num mundo em constante mutação (Samaja, 1994; Godfrey-Smith, 2003). De certo modo, o antropocentrismo típico do cientista de tradição cartesiana parece não ter mais lugar em uma ciência que valoriza cada vez mais o descentramento e a relatividade (Santos, 1989; Santos, 2004). A crise resultante dessa mudança de valores da ciência ocorre porque a prática científica está continuamente produzindo objetos novos. Não somente novas formas para referenciar os mesmos velhos objetos, mas de fato objetos radicalmente novos, realmente emergentes.

A categoria ‘complexidade’ parece adequada para resumir o conjunto de propriedades dos objetos de conhecimento de efetivo interesse para a ciência contemporânea. A idéia de complexidade pode ser desta forma tomada como eixo principal que unificaria parcialmente as diversas contribuições em direção a um paradigma científico alternativo (Lewin, 1992; Percival, 1994). Trata-se de uma aplicação generalizada da premissa de que, ao contrário da abordagem reducionista do positivismo, que tem como objetivo uma simplificação da realidade em busca da sua essencialidade, a pesquisa científica dentro de um novo paradigma deve respeitar a complexidade inerente aos processos concretos da natureza, da sociedade e da história (Morin, 1990; Robson, 1996; Godfrey-Smith, 2003).

Várias possibilidades se apresentam no sentido de uma definição da complexidade a partir de uma perspectiva epistemológica mais rigorosa (Lewin, 1992). Primeiro, podemos definir complexidade como pluralidade de níveis (equivalente à fractalidade, como veremos adiante). Em segundo

lugar, complexidade refere-se também à diversidade das relações entre os elementos componentes de um dado objeto-modelo. Nessa altura, é preciso introduzir uma distinção fundamental entre complicado e complexo. Complicado é um sistema que apenas multiplica nexos da mesma natureza (isto é, causais) entre elementos do sistema de um mesmo nível hierárquico (Almeida-Filho, 2006). Em terceiro lugar, a complexidade de um modelo pode ser entendida como a sua natureza não finalista, correspondendo na linguagem da teoria dos sistemas à propriedade de retroalimentação de um modelo explicativo sistêmico. Esta última definição corresponde a uma das acepções da não-linearidade, como veremos a seguir.

O que é um objeto complexo? Para responder a esta questão devemos considerar que a atribuição de complexidade pode assumir distintas manifestações. Em primeiro lugar, o objeto complexo é minimamente um objeto-modelo sistêmico, ou seja, faz parte de um sistema de totalidades parciais e pode ser compreendido ele mesmo como um sistema, também incorporando totalidades parciais de nível hierárquico inferior. Em segundo lugar, podemos chamar de objeto complexo aquele que, em sua forma de objeto heurístico (Bunge, 1983), não pode ser explicado por modelos lineares de determinação. Em outras palavras, trata-se de um objeto-modelo submetido a funções de determinação não-linear. Por isso, o objeto complexo não possibilita a predição, nem a partir dele se pode gerar tecnologia. Em terceiro lugar, metodologicamente o objeto complexo é aquele que pode ser apreendido em múltiplos estados de existência, dado que opera em distintos níveis de realidade. Em quarto lugar, o objeto complexo é multifacetado, alvo de diversas miradas, fonte de múltiplos discursos, extravasando os recortes disciplinares da ciência. Daí que para construí-lo como referente é preciso operações transdisciplinares de síntese, produzindo modelos sintéticos, e para designá-lo apropriadamente, é necessário o recurso à polissemia resultante do cruzamento de distintos discursos disciplinares.

Caos e não-linearidade

A característica mais visível do chamado “novo paradigma” talvez seja a rejeição da doutrina do causalismo como princípio estruturante da abordagem convencional da ciência. O emprego do termo ‘caos’¹, com a conotação de “desordem”, no sentido da descrição geral de sistemas regidos por relações não-lineares, de algum modo indica que esta perspectiva abre-se à consideração de outros princípios estruturantes,

além da ordem causal predominante na epistemologia convencional, tais como as descontinuidades, as bifurcações, os ruídos, as contradições e os paradoxos.

Como exemplo desta abertura essencial, tomemos a concepção de "ordem a partir do caos" (Atlan, 1981), que poderíamos designar como o Paradoxo 1 do novo paradigma. Esta referência particular incorpora um determinismo especial, às vezes denominado de "caos determinístico", distinguindo com clareza entre caos e indeterminação ou aleatoriedade, conceitos correlacionados com o famoso princípio da incerteza que inaugura a crítica à física relativista contemporânea (Powers, 1982). De todo modo, o uso da expressão "teoria do caos" (Gleick, 1986), consagrado em um jargão instituído pela prática comunicativa ainda incipiente da "nova ciência", incorpora uma expectativa de formas alternativas de determinação que emanariam de processos aparentemente desordenados, ou seja, "caóticos".

Um problema teórico fundamental das diversas perspectivas paradigmáticas alternativas consiste na possibilidade de pensar que a realidade concreta se estrutura de modo descontínuo. Trata-se de uma maneira nova de lidar com a questão da determinação em geral, abrindo-se a ciência à possibilidade da "emergência", ou seja, ao engendramento do "radicalmente novo" no sentido de algo que não estaria contido na síntese dos determinantes em potencial (Castoriadis, 1978). Novamente admite-se a figura do paradoxo como parte integrante da lógica científica, no que podemos designar como o Paradoxo 2 do novo paradigma: "o novo a partir do existente". Esta questão vincula-se estreitamente ao chamado "problema da irreversibilidade", em que a concretude dimensional do tempo é posta em causa (Coveney, 1994). Assim, à noção newtoniana do tempo real opõe-se a concepção de um tempo relativo aos processos e ao observador, de certo modo apresentado como um tempo construído. O tratamento deste problema em relação à físico-química e à moderna biologia, particularmente na busca de uma definição da vida em termos da dialética organização-entropia, enquanto propriedade de "estruturas dissipativas" (Prigogine & Stengers, 1986), permitiu a abertura do debate em torno de uma biologia sistêmica baseada na noção de "caos dinâmico" (Coveney, 1994).

Em termos analíticos, algumas noções de base aparecem com freqüência em tais propostas de pretensão inovadora na ciência: "modelos não-lineares", "atratores", e "efeitos fracos". Modelos de predição que se baseiam em modelos teóricos de distribuição de eventos baseados em funções não-lineares - rítmicas, descontínuas ou críticas (catastróficas) - vêm sendo desenvolvidos para a descrição das relações determinantes

complexas de sistemas dinâmicos (Delattre & Thellier 1979). Nesta perspectiva, três sentidos têm sido em geral agregados à noção de não-linearidade:

Em primeiro lugar, a não-linearidade encontra-se associada à propriedade de relações entre séries de eventos que não seguem a lógica do efeito proporcional ao estímulo causal específico que, em nossa área, tem sido denominado de efeito dose-resposta. Nesse sentido, não-linear implica diretamente a questão da descontinuidade, que tem recebido um tratamento matemático bastante sofisticado desde a chamada teoria das catástrofes, elaborada e difundida principalmente por Zeeman e Thom na década de 1980 (Thom, 1985). Catástrofes constituem mudanças abruptas e desproporcionais em resposta a alterações suaves no conjunto de variáveis de um dado sistema.

Em segundo lugar, o adjetivo não-linear tem sido usado para significar recursivo ou iterativo, no sentido dos efeitos de sistemas dinâmicos não convergentes e não-finalísticos (Eckman & Ruelle, 1985). A diferença, nesta concepção particular de não-linearidade, entre sistemas dinâmicos lineares e não-lineares encontra-se na ocorrência ou não de fluxos de retroalimentação do sistema, os famosos circuitos de *feed-back*. Nesse caso, a não-linearidade constitui uma propriedade dos sistemas dinâmicos (e não das suas relações internas), implicando que estes não constituem meros produtores de efeitos (ou *outputs*) e sim que também são por estes determinados.

Em terceiro lugar, a qualificação de não-linear tem sido empregada para designar efeitos potencializados de estímulos débeis nos sistemas dinâmicos complexos. A mais popular e interessante demonstração desta modalidade de caos, no campo da meteorologia, será talvez o chamado Efeito Borboleta, descrito por Lorenz (1993) em um trabalho curiosamente intitulado "*Predictability: Does the Flap of a Butterfly's Wings in Brazil Set Off a Tornado in Texas?*".

A reduzida predibilidade dos modelos gerados a partir desta definição de não-linearidade deve-se à "hipersensibilidade" do sistema em relação a processos de interação e sinergismo. Esta propriedade, tecnicamente definida como "sensibilidade às condições iniciais", foi antevista e matematicamente formulada por Poincaré há quase um século (Percival, 1994). Trata-se de uma propriedade essencial dos sistemas dinâmicos que abre caminho para modelos explicativos baseados em "determinações fracas" ou efeitos sensíveis (interações), ou seja, modelos com menor grau de precisão e reduzida estabilidade preditiva com base em configurações conhecidas de fatores ou determinantes.

A importância dos efeitos potencializados ou sinérgicos não pode ser de modo algum negada. Porém este elemento da não-linearidade tem sido relativamente superestimado no processo de construção teórica dos paradigmas alternativos, na medida em que alguns autores chegam a sugerir que a própria definição de 'caos' consistiria em "flutuações geradas por uma dependência sensível às condições iniciais" (Eckman & Ruelle, 1985).

Outra noção mencionada acima, atratores estranhos, pode ser imediatamente correlacionada a esta definição particular de não-linearidade como recorrência, recursividade ou iteratividade. Os "atratores estranhos" constituem uma forma particular de expressão gráfica das associações de elementos dos sistemas dinâmicos iterativos, portanto apropriadas para a representação de relações não-lineares no chamado "espaço de fase".² Um exemplo de atrator estranho é o atrator de Lorenz, onde se pode notar uma redução da capacidade de *predição* dos ciclos e ritmos do modelo. Predição é aqui referida no sentido convencional estrito de antecipações possíveis de pontos/valores singulares de um dado sistema, em que o conhecimento de qualquer valor de variável possibilita a predição de um valor dependente correspondente. No caso dos atratores estranhos, a perda de poder preditivo ocorre em paralelo a um aumento da capacidade de *previsão* do modelo, o que implica uma antecipação do estado do sistema com base na estabilidade relativa das transformações dos seus parâmetros. Destas operações resultariam padrões de figuras dinâmicas ou formas de movimento (os famosos fractais) mais do que funções de cálculo.

Dentro do conjunto de proposições que pretendem inaugurar um novo paradigma na ciência contemporânea, o conceito de "fractalidade" parece o mais fascinante e de maior utilidade para o desenvolvimento de modos alternativos de produção do conhecimento científico. O neologismo "fractal" foi cunhado por Mandelbrot (1982), a partir do termo *fractus* do Latim, para designar figuras recorrentes resultantes da infografia de padrões registrados por atratores estranhos desenhados por computador. Na verdade, delinea-se aí o desenvolvimento de uma nova geometria, baseada na persistência de formas, padrões e propriedades dos objetos nos diferentes níveis da sua estrutura hierárquica. Em contraposição à concepção convencional de infinito, elemento estruturante da geometria euclidiana clássica, a idéia de fractalidade repousa sobre o conceito de "infinito interior". Nas palavras do próprio Mandelbrot (1994, p. 123),

as formas euclidianas se mostram inúteis para a modelagem do caos determinístico ou de sistemas irregulares. Estes fenômenos

precisam de geometrias bem distantes de triângulos ou de círculos. Requerem estruturas não-euclidianas - em particular, uma nova geometria chamada geometria fractal.

Um exemplo primitivo de um fractal encontra-se na possibilidade de dividir um segmento de linha em duas partes iguais, que poderão por sua vez ser divididas, e assim sucessivamente, mantendo-se sempre a forma original de um segmento de linha dividido pela metade. Desta maneira, pode-se representar de um modo altamente sintético a constatação da estabilidade de uma dada propriedade através dos diferentes níveis do sistema. No campo matemático, berço desta ruptura em particular, diversas representações da fractalidade têm sido produzidas e se tornado clássicas, como o floco de neve de Koch, o trançado de Sierpinski, a figura de Julia e o conjunto de Mandelbrot (Series, 1994). Diversos anunciadores do novo paradigma ressaltam a ocorrência de fractalidade no campo físico e no campo biológico, particularmente na Geofísica e na Botânica (Gleick, 1986).

Teoria de redes

Temas relacionados ao comportamento de sistemas complexos tipo redes são de grande interesse para muitas áreas do conhecimento, incluindo a física, a matemática, a informática, a biologia, a ecologia e a economia, assim como as ciências políticas, a antropologia, a psicologia e as ciências da administração. Há, inclusive, quem afirme que estamos na alvorada de uma nova revolução científica: a nova ciência das redes (Barabási, 2002).

Na ciência contemporânea, a noção de rede tem chamado enormemente a atenção em dois sentidos: como princípio organizativo dominante para explicar como o mundo funciona e como arquitetura básica para os arranjos tecnológicos, sociais e institucionais produzidos pela ação humana. De fato, a rede como modelo é uma representação extremamente poderosa de sistemas complexos (Watts, 1999; Newman, 2003). Há pesquisadores mapeando redes em uma grande variedade de disciplinas científicas, oferecendo novas e importantes revelações sobre o mundo interligado que nos rodeia, assumindo que as células, os órgãos, os ecossistemas, as corporações e as redes sociais têm mais semelhanças que diferenças.

Isto pressupõe uma visão holística da natureza, da sociedade e da tecnologia, que oferece uma estrutura unificada que nos permite melhor compreender questões fundamentais, desde a vulnerabilidade do sistema

econômico internacional à disseminação de doenças, do efeito estufa aos fenômenos da cultura de massa. Estes trabalhos têm resultado em um marco conceitual chamado Teoria de Redes, com inúmeras aplicações em muitos campos do conhecimento, incluindo a biologia, a informática, a engenharia, as ciências sociais, a administração e as ciências políticas, assim como várias áreas práticas, incluindo a proteção ambiental, a ação legal, a economia, o trabalho social e as políticas públicas (Watts, 1999).

No mundo de hoje, a ligação em redes é sem dúvida a forma mais eficiente de organizar o tempo, a energia, os recursos e as decisões de colaboração a favor de qualquer causa (Barabási, 2002). Em todo lugar, os políticos, os organizadores sociais, os líderes comunitários e os promotores de ONGs se envolvem com entusiasmo na construção de redes de todos os tipos, cores e formas, com todo tipo de propósitos e motivos. Tais iniciativas, em sua grande maioria, têm surgido a partir de ações bem-intencionadas, mas o processo de organização das redes propostas tem sido completamente espontâneo, empírico e intuitivo.

A ubiqüidade das redes – do cérebro ao corpo, da economia à organização social, do meio ambiente à cultura humana – nos leva à conclusão de que vivemos num mundo definido pela interconectividade radical. Isto não acontece aleatoriamente, pois as redes têm uma ordem subjacente baseada em leis simples. O princípio fundamental do campo da Teoria das Redes é a idéia de que um padrão oculto é a chave para entender como as redes interagem e intercambiam informações. Modelos explicativos, ou cadeias epistêmicas, gerados no contexto do novo paradigma, têm considerado o que vem sendo chamado de dependência estrutural de elementos interligados; isto é, efeitos de ligação em rede (Newman, 2003). Isto significa que a complexidade de estruturas explicativas não depende apenas do número de fatores e elementos envolvidos, mas também da inteireza, diversidade e interatividade das conexões nos processos dinâmicos que compõem as redes.

Borrosidade

Dentre as concepções menos conhecidas das novas abordagens paradigmáticas, situa-se a “teoria dos conjuntos borrosos” (em inglês: *fuzzy set theory*), proposta por Lofti Zadeh no início da década de 1960 (McNeill & Freiberger, 1993). Trata-se de uma abordagem crítica das noções de limite e de precisão, essenciais à teoria dos conjuntos que funda a analítica formal da ciência moderna.

Esta concepção lógica rompe com o velho convencionalismo que define os fundamentos epistemológicos da certeza com base nos princípios da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído (Costa, 1980). Como corolário da ruptura proposta, haveria três modalidades de incerteza – a contradição, a confusão e a ambiguidade -- não passíveis de formalização lógica e matemática, portanto fora dos limites da racionalidade científica clássica. A estas, acrescenta-se a “borrosidade” (*fuzziness*), propriedade particular dos sistemas complexos no que se refere à natureza arbitrária dos limites infra-sistêmicos impostos aos eventos (unidades do sistema) e ao próprio sistema (Zadeh, 1971), em suas relações inter-sistêmicas com outros sistemas, com os super-sistemas (contextos) e com os respectivos observadores.

Em primeiro lugar, a teoria dos conjuntos borrosos implica uma crítica radical à noção de evento como uma fragmentação arbitrária dos processos de transformação e dos elementos dos sistemas dinâmicos. Desta maneira, impõe-se uma delimitação precisa e de certo modo arbitrária onde efetivamente ocorre uma fluidez dos limites espaço-temporais dos elementos de um dado sistema, que podemos denominar de Borrosidade I. Segundo, a consideração da lógica borrosa implica uma recuperação da contextualização (ou referencialidade) como etapa crucial do processo de produção de conhecimento. Neste caso, borram-se os limites externos do sistema, ou seja, a interface entre os sistemas entre si e destes com o contexto, ou os super-sistemas que os incorporam, conformando o que podemos chamar de Borrosidade II, *grosso modo* equivalente ao que Maturana (1992) denomina de “acoplamento estrutural”.

Por último, a crítica da noção de limite supõe também um questionamento da categoria epistemológica da objetividade, retomando o clássico problema do observador como efeito de uma Borrosidade III. Neste caso, é atraente a referência, por simples analogia, à delimitação fluida, ambígua, contraditória e confusa entre sujeito e objeto no processo da pesquisa. Paradigmática desta categoria de borrosidade será certamente a questão fundamental dos limites da percepção humana enquanto produto de “correlações senso-efectoras” de um organismo dito observador enredado em espaços perceptuais compartilhados com os objetos observados (Maturana & Varela, 1984; Maturana, 1992).

A teoria da categorização natural proposta por Rosch (1973) e desenvolvida por Lakoff (1993), no domínio da lingüística, tem permitido o estudo de esquemas cognitivos complexos a partir do conceito de ‘protótipo’. De acordo com a teoria, este conceito refere-se aos elementos nucleares definidores de uma dada categoria cognitiva, considerando

dois importantes pressupostos teóricos: (a) os traços centrais prototípicos, e não aqueles periféricos, são semiologicamente cruciais para a construção das categorias, com base na noção wittgensteiniana de *family resemblances*; (b) similaridades transculturais articulam o núcleo semântico das categorias prototípicas por meio de analogias, paralelismos e continuidades de acordo com uma variedade de critérios *fuzzy* (com maior ou menor grau de borrosidade). Portanto, a categorização cognitiva que orienta a ação estaria mais de acordo com um modelo de protótipos borrosos do que com uma classificação hierárquica de categorias estáveis e mutuamente excludentes (Zadeh, 1982).

Engels epistemólogo e precursor de ciências

Tomando como ponto de partida a filosofia de Aristóteles, Kant e Hegel, Engels propôs uma ciência dialética capaz de superar o materialismo empiricista dominante na ciência do seu tempo (Pickard, 2000). De fato, na conjuntura intelectual onde atuava Friedrich Engels, Europa em meados do século XIX, dominava uma epistemologia materialista de base cartesiana e laplaceana inspirada na física mecânica e em interpretações da ciência tomadas do realismo filosófico de Hobbes e Locke. Para Engels, tratava-se de uma epistemologia superficial e localizada, inadequada para entender os novos domínios, como a química e a biologia, e a novas descobertas científicas, como a recém-nascida teoria da evolução das espécies. O materialismo mecanicista também ignorava a relevância prática do conhecimento e tanto as relações das ciências com as condições sociais como a repercussão da ciência na transformação da sociedade.

Filósofos precursores da dialética já compreendiam o caráter fundamental do movimento e de todos os processos de mudança da natureza e da história, porém consideravam que tais mudanças seriam manifestações de uma Razão metafísica. Engels contesta essa interpretação como metafísica, propondo uma “dialética da Natureza”, com base na idéia de que o germen da transformação encontra-se na própria matéria no seu desenvolvimento histórico (McGarr, 1994). A dialética natural obedeceria a três leis ainda hegelianas: a transformação da quantidade em qualidade, a interpenetração dos contrários ou opostos, e a negação da negação. A transformação da matéria, da vida e das relações sociais resultaria de conflitos, tomados como ação das contradições entre opostos.

A ambição dos fundadores do marxismo no campo da Epistemologia não era pequena. Propunham, desde as primeiras obras em parceria, um visão de completa integralidade da ciência informada pelo materialismo dialético. Em uma nota de rodapé na *Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 1977, p. 34), afirmaram o seguinte: “conhecemos uma única ciência, a ciência da História. Pode-se olhar a história de dois lados e dividi-la em história da natureza e história humana. Os dois lados, no entanto, são inseparáveis; a história da natureza e a história dos homens são dependentes entre si desde que o ser humano existe”.

Conforme explicitado por Engels na *Dialética da Natureza*, a modalidade de dialética por eles proposta constituiria precisamente “a mais importante forma de pensamento para a ciência natural” do seu tempo, porque somente a dialética materialista compreenderia o método geral de explicação dos processos evolucionários orgânicos e inorgânicos da natureza. Além disso, afirmava tratar-se da única e exclusiva abordagem científica capaz de dar conta das interconexões e das transições possíveis e necessárias entre os distintos campos de investigação. Apesar de quase arrogante em tais postulações, no *Anti-Duhring*, Engels (1979, p.19) reconhece Aristóteles como sua principal fonte inspiradora:

Os antigos filósofos gregos eram todos dialéticos espontâneos, e o cérebro mais universal dentre eles, Aristóteles, chegou até a penetrar na forma mais substancial do pensamento dialético. A nova filosofia, em troca, tendo brilhantes pensadores dialéticos (por exemplo, Descartes e Spinoza), deixou-se dominar cada vez mais pelas chamadas especulações metafísicas, sob influência inglesa, das quais não se livram também os autores franceses do século XVIII, pelo menos no que se refere às investigações filosóficas.

Além disso, Engels presta tributo a Hume e Kant como base epistemológica privilegiada e a Descartes e Leibniz como importantes referências metodológicas. Porém a principal fundamentação lógica da dialética materialista é sem dúvida Hegel, cuja *Enciclopédia* é profusamente citada em toda a obra de Engels, particularmente sua crítica das polaridades conceituais. Neste aspecto, toma uma posição claramente contra-hegemônica, ao comentar que “a maior parte dos homens de ciência imagina que identidade e diferença são opostos inconciliáveis, em lugar de pólos unilaterais cuja verdade só reside em sua interação, na inclusão da diferença na identidade” (Engels, 1976, p.147). O tema da superação da dicotomia identidade versus diferença retorna em vários momentos da obra engelsiana, como no seguinte exemplo:

a consideração da diferença, *dentro* da identidade; e assim, o antigo ponto de vista abstrato da identidade formal, segundo o qual um ser orgânico tem que ser encarado como idêntico a si mesmo, como uma coisa constante, torna-se anacrônico. Entretanto, a maneira de pensar baseada no mesmo, como também suas categorias, persiste ainda. Mas, inclusive na natureza inorgânica, a identidade como tal não existe na realidade. [...] Torna-se evidente que, em princípio, *a identidade de um ente qualquer consigo mesmo*, requer, como complemento, *a diferença com tudo mais* (Engels, 1976, p. 133; itálicos no original).

Em diferentes passagens de suas anotações, Engels deixa clara sua adesão a formulações epistemológicas extremamente avançadas para sua época, ao propor uma abordagem sintética do conhecimento, respeitando o primado da teoria e compreendendo o processo de construção conceitual como pertencente ao domínio histórico do pensamento humano. Nisso, aproxima-se à vertente epistemológica que poderíamos hoje chamar de “realismo atenuado” (Chalmers, 1994; Samaja, 1996; Santos, 2004).

Escreveu Engels (1976, p. 128) que, na ciência, é necessário, sobretudo, pensar; e disso produz uma interessante ilustração *avant la lettre* da abordagem contextual-constructivista da ciência ao observar que os átomos e as moléculas podem ser vistos, tocados ou manipulados apenas “pelo processo do pensamento”. Porém não se trata de mero nominalismo ou idealismo ingênuo. Insurgindo-se contra a metafísica empiricista, escreveu Engels (1976) no precioso Prefácio à *Dialética da Natureza* que “o problema, para mim, consistia, não em impor à natureza leis dialéticas predeterminadas, mas em descobri-las e desenvolvê-las, partindo da mesma natureza.” Mesmo assim, numa agora famosa carta a Conrad Schmidt, escrita em março de 1895, formula esta questão de forma provocativa: “Os conceitos que prevalecem nas ciências naturais seriam uma ficção já que, de modo algum, coincidem precisamente com a realidade?” Engels logo responde negativamente, recorrendo ao exemplo da teoria evolucionista posto que, “desde o momento em que a aceitamos, todos os nossos conceitos sobre a vida orgânica correspondem só aproximadamente à realidade”. E arremata seu argumento: “no dia em que os conceitos coincidirem por completo com a realidade do mundo orgânico, termina o desenvolvimento [da ciência].” (Marx & Engels, 1975).

Desde *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels defendiam uma posição contextualista da ciência, em oposição ao idealismo epistemológico. Contra Feuerbach, que tomaria a ciência enquanto conjunto de conhecimentos pertinentes a uma elite, “segredos visíveis apenas aos olhos dos físicos e dos químicos”, argumentam: “mas onde estaria a ciência

natural sem a indústria e o comércio? Mesmo a ciência natural mais “pura” é produzida com uma finalidade, com sua base material, somente através do comércio e da indústria, por meio da atividade sensória dos homens.” (Marx & Engels, 1976, p. 46).

Este posicionamento é posteriormente reafirmado por Engels, de modo categórico, ao dizer que “só podemos conhecer [cientificamente] de acordo com as condições de nossa época e *até onde estas possam chegar*” (Engels, 1976, p. 131; itálicos no original). Reforçando seu ponto de vista sobre a historicidade da ciência, há uma interessante anotação à p. 147 da *Dialética da Natureza* onde Engels fala sobre a noção de revolução científica, de modo intrigantemente similar a algumas posições desenvolvidas por Thomas Kuhn. Porém, é nas cartas sobre as ciências (Marx & Engels, 1975) que sua antecipação de uma abordagem contextual-construtivista da ciência encontra seu melhor desdobramento:

[Os cientistas] pertencem por sua vez a campos especiais da divisão do trabalho e se imaginam trabalhar em um domínio independente. E na medida em que constituem um grupo independente dentro da divisão social do trabalho, suas criações, incluindo seus erros, exercem uma influência retroativa sobre o desenvolvimento social do conjunto, inclusive sobre seu desenvolvimento econômico. Mas de todo modo não deixam de estar sob a influência dominante do desenvolvimento econômico (Carta a Schmidt, outubro de 1890).

Se a técnica depende em grande medida do estado da ciência, esta depende por sua vez muito mais do *estado* e das *necessidades* da técnica. Que a sociedade tenha uma necessidade técnica ajuda mais à ciência que dez universidades. [...] Mas infelizmente, na Alemanha se adquiriu o hábito de escrever a história das ciências como se estas houvessem caído do céu...? (Carta a Borgius, janeiro de 1894).

Como cientista autodidata, Engels acompanhou os progressos dos maiores cientistas do seu tempo, em todos os campos do conhecimento. Dentre suas referências científicas destacam-se, entre muitos eminentes pesquisadores, Morgan, Helmholtz, Siemens, Darwin, Virchow (a quem elogia em muitas partes de sua obra, citando diretamente sua reputação científica na carta a Bracke, em junho de 1877).

Engels foi precursor de vários campos científicos que, apesar de já se conformarem em embrião no seu tempo, só posteriormente atingiram o estatuto pleno de institucionalidade. Conforme assinali em outra oportunidade (Almeida Filho, 2003), este é o caso da Epidemiologia, jovem ciência da saúde que se formava embrionariamente na mesma Inglaterra vitoriana onde o jovem Friedrich Engels iniciava sua vida

intelectual. Nesse contexto econômico, social, político e ideológico, a revolução industrial havia produzido o fenômeno concreto do proletariado e sua economia política fizera emergir o conceito de força de trabalho. A hiper-exploração da classe trabalhadora deteriorava profundamente suas condições de vida e de saúde. Engels escreveu sua primeira obra justamente sobre esse tema, o célebre livro *As Condições da Classe Trabalhadora na Inglaterra em 1844*. Essa obra foi reconhecida por Breilh (1989) como um dos trabalhos mais decisivos para a formulação da epidemiologia científica.

Outros exemplos dessa capacidade quase premonitória de Engels perante as ciências incluem abordagens mais modernas da Geologia e da Biologia Evolutiva, antecipadas de modo extraordinário em cuidadosas e entusiasmadas leituras da obra de Darwin e Lyell. No caso da Geologia, pode-se consultar Peloggia (1995) e, no que se refere à Biologia, há uma vasta bibliografia, como por exemplo Levins & Lewontin (1985), Gould (1989) e Pickard (2000).

Por último, merece destaque e análise um caso especial: a Antropologia, ciência de enorme importância no mundo contemporâneo. A obra de Lewis Morgan (1977[1877]), um dos precursores da antropologia no século passado, inspirou Engels em seu *Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Engels, 1972) e Marx em diversas instâncias de sua obra mestra *O Capital* (Marx, 1984). Marx e Engels empregaram a noção de 'modo de vida' cunhada por Morgan como elemento básico de análise das formações sociais pré-capitalistas, buscando particularmente situar a natureza não somente material e física da reprodução social. Em uma definição já bastante clara e elaborada, foi referido por primeira vez na seção de abertura da *Ideologia Alemã*, da seguinte forma:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido *modo de vida* deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são (Marx & Engels, 1977, p 113 - grifos dos autores).

Especialmente nos *Grundrisse* (Marx, 1973), encontramos um aprofundamento deste conceito, às vezes referido como "condições naturais de existência" ou "modo objetivo de existência", antecipando-se de modo surpreendente ao conceito antropológico de cultura. A noção

de “modo objetivo de existência” é definida, de maneira restrita, “como as pré-condições correspondentes à individualidade” do produtor. De modo ampliado, trata-se de “todas as formas em que a comunidade pressupõe os sujeitos numa unidade objetiva específica com as condições de sua produção, ou nas quais uma existência subjetiva determinada pressupõe a própria entidade comunitária como condição de produção” (Marx, 1977, p. 91). E finalmente, a expressão ‘modo de vida’ é empregada para designar as “condições naturais de existência” ou o “modo objetivo de existência” das tribos pastoris nômades, funcionando como conceito de nível equivalente ao de modo de produção. Aliás, a primeira utilização do conceito, em *A Ideologia Alemã*, obrigatoriamente remete a esta equivalência ao defini-lo implicitamente como “modo de produção da vida”. Posteriormente, esta concepção seria formulada de maneira distinta, articulando-a com mais precisão à questão central do *Capital* (1984), através da referência aos “meios de vida” como elemento estruturante da reprodução social, buscando certa simetria em relação ao conceito de “meios de produção”.

Pois bem, esse “algo mais”, que “antecede” a atividade humana e “não surge como simples consequência”, “naturalmente evoluído, porém historicamente desenvolvido e modificado”, “pré-condição” da existência humana “como a própria pele”, esse ‘modo de vida’ não será um construto de nível equivalente ao conceito antropológico de cultura? De fato, quando Marx e Engels produziram alguns escritos denominados econômico-filosóficos, entre 1845-46, e quando Marx escreveu, em 1857-58, as anotações que depois seriam publicadas como os *Grundrisse* (Marx, 1973), a ciência antropológica encontrava-se ainda na sua pré-história, naquela fase nebulosa em que os principais conceitos constituem objeto de definição e disputa. Conforme comenta Hobsbawm (1977), a dupla dinâmica Marx e Engels mostrava-se excepcionalmente bem informada sobre os avanços dos estudos históricos, biológicos, arqueológicos e etnográficos da época, reportando-se diretamente aos precursores da Antropologia, como von Maurer, Spencer, Prescott e Morgan. Nessa fase, a antropologia certamente teve que produzir consensos em torno de problemas e definições, superando dilemas e controvérsias em relação à natureza do seu objeto-modelo: relações de dominação e de propriedade como sugeriam o historiador von Maurer e o advogado Morgan ou mitos, rituais e tabus como propunham os insígnis catedráticos Tylor e Frazer. Morgan, oriundo de uma família de comerciantes, vivera entre os Iroqueses e não escondia suas simpatias pelo socialismo; Edward Burnett Tylor e Sir James Frazer eram típicos *armchair scholars* empenhados na consolidação do império britânico. Nenhuma surpresa, portanto, que a

noção reducionista de cultura prevalecesse, pelo menos na antropologia anglo-saxã, tendo sido apresentada formalmente no capítulo "A Ciência da Cultura", abertura do livro *Primitive Culture* de Tylor (1977[1871]).

Sabemos que não era intenção de Engels ou Marx fundar a Antropologia, e muito menos tornarem-se catedráticos de uma ciência iniciante. Mas há uma ironia no fato de que ambos, por um lado, cunharam um conceito que certamente daria maior densidade heurística às formulações materialistas sobre a estrutura das relações comunais e simbólicas. Por outro lado, conforme assinala Fabregas (1979), Marx teria sido um dos primeiros a empregar, no volume I do *Capital*, dez anos antes de Tylor, o termo cultura no sentido moderno em oposição à natureza. Infelizmente, nem Morgan nem Tylor foram leitores da obra marxista, de maneira que o conceito cognitivo e material de cultura terminou hegemônico no campo da antropologia do século XX.

Ainda na vigência de um paradigma estrutural-funcionalista na Antropologia, Gramsci se apropriou do conceito antropológico de cultura para aplicá-lo às condições concretas de existência das classes subalternas, abrindo uma discussão sobre a cultura popular que ainda se mostra fértil e atual. Para Gramsci (1978), sem notícia dos avanços teóricos da fase pré-Capital da obra marxiana (dado que os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* foram publicados somente em 1953 e os *Grundrisse* tiveram maior difusão somente após a edição inglesa de 1973), a análise concreta de uma conjuntura histórica e social não pode reduzir-se a um enfoque exclusivamente economicista e classista. Para compreender essa realidade fora de um modelo abstrato, é necessário incorporar outras dimensões que implicam hierarquias e heterogeneidades, como por exemplo, as diferenças étnicas, geracionais e regionais. Assim, as questões lingüísticas, os resíduos históricos, as condutas sociais, as redes de parentesco, os rituais, as manifestações religiosas, enfim tudo que além da economia e da política possam fazer melhor entender os processos de construção da hegemonia, passam a ser interesse primordial das análises políticas de conjuntura.

A Escola de Budapeste, criada pelos discípulos mais próximos de Lukács, será certamente mais importante para a construção conceitual que nos interessa, considerando o seu projeto coletivo de reintegrar as obras de juventude de Engels e de Marx ao âmbito da filosofia política do materialismo histórico, resgatando categorias essenciais para o seu *aggiornamento*. A mais ilustre representante deste grupo, a filósofa magiar Agnes Heller, em diálogo permanente com as ciências sociais contemporâneas, consistentemente desenvolve uma teoria do cotidiano abrindo enfim perspectivas de construção de uma antropologia dialética

de base não-estruturalista. Em duas importantes obras originalmente publicadas na década de 1970, *Sociologia da Vida Cotidiana* (Heller, 1977) e *O Cotidiano e a História* (Heller, 1989), Heller apresenta reflexões sobre a cotidianidade como categoria fundamental de uma teoria micro-social marxista, analisando a determinação do modo de vida em relação com a esfera restrita da produção econômica.

No momento atual, pós interacionismo simbólico e sua etnometodologia, com o advento da "nova história" e depois da virada foucaultiana, observa-se um renovado interesse pelo estudo dos micro-processos sociais. Nesse contexto intelectual, temas como o indivíduo, a dinâmica dos pequenos grupos e a cotidianidade (em suma, o modo de produção da vida social) retornam à cena científica, com o resgate inevitável de pensadores de grande densidade analítica como é o caso de Engels. No plano epistemológico, esta tendência mostra-se convergente com as novas aberturas paradigmáticas, indicando um esgotamento dos macro-modelos estruturais e uma reavaliação das "grandes teorias".

Engels e a ciência da complexidade

J.B.S. Haldane, um dos mais eminentes biólogos do século XX, escreveu um respeitoso prólogo para a terceira edição de *A Dialética da Natureza* (1939). Nesse texto, o grande cientista homenageia o intelectual Engels afirmando ter sido ele, "provavelmente o homem de mais vasta cultura de seu tempo". Segundo Haldane (1976, p. 13), a perspectiva científica de Engels devota

particular interesse à interconexão de todos os processos naturais e ao caráter artificial das distinções estabelecidas pelos homens, não só entre vertebrados e invertebrados ou líquidos e gases, mas também entre os diferentes domínios do conhecimento humano, tais como a economia, a história e as ciências naturais.

Essa observação nos fornece pistas para outros elementos da teoria da complexidade na obra engelsiana, além do caráter holístico anotado acima. Trata-se da crítica à fragmentação dos saberes operado pela ciência empiricista que, justamente naquela época, iniciava uma trajetória de especialização pela via da disciplinaridade. Haldane igualmente reconhece que Marx e Engels postulavam, também em um registro antecipatório, um movimento de integração dos saberes equivalente ao que, cem anos depois, veio a se chamar de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A tradição filosófica grega é por Engels (1976, p. 23) reconhecida como fonte original, porém intuitiva, da primeira noção que teria sido enriquecida com o aporte sistemático da ciência natural do seu tempo. Em suas próprias palavras:

E assim voltamos à concepção que os grandes fundadores da filosofia grega tinham do mundo - a concepção de que toda a natureza, desde suas mais ínfimas partículas aos corpos mais gigantescos, desde o grão de areia até o Sol, desde o protista até o homem, acha-se em estado perene de nascimento e morte, em fluxo constante, sujeito a incessantes transformações e movimentos. Com a única diferença essencial de que o que fora para os gregos uma intuição genial é, em nosso caso, o resultado de uma rigorosa investigação científica baseada na experiência e que tem, por isso, uma forma mais definitiva e mais clara.

Nessa perspectiva, o segundo capítulo de *A Dialética da Natureza*, intitulado Formas Fundamentais do Movimento, abre com esta robusta e ousada afirmação a favor de uma perspectiva clara de adesão ao holismo epistemológico e à concepção hierárquica dos sistemas dinâmicos. "O movimento, em seu sentido mais geral, concebido como forma de existência, como atributo inerente à matéria, compreende todas as transformações e processos que se produzem no Universo, desde as simples mudanças de lugar até a elaboração do pensamento." (Engels, 1976, p. 41).

É de fato admirável a consistência e rigor demonstrados por Engels na vertente epistemológica da sua obra. Isto pode ser ilustrado com a concepção da dialética como "ciência das interconexões", plenamente de acordo com a atualíssima teoria de redes, importante capítulo da ciência da complexidade. A isso segue-se a concepção da natureza a partir do conceito de sistema, antecipando a famosa Teoria Geral dos Sistemas, base da ciência da complexidade:

Toda a Natureza que nos é acessível constitui um sistema, um conjunto de corpos. [...] Mas, já que todos esses corpos constituem um conjunto, não se pode deixar de admitir também o fato de que eles atuam sobre os outros; e essa ação de uns sobre os outros é justamente o que constitui o movimento (Engels, 1976, p. 42).

Mais impressionante ainda é a profundidade e atualidade da sua crítica à estrutura do pensamento causal na ciência do seu tempo, completamente válida para a ciência do nosso tempo. Para que não fiquem dúvidas, deixo a palavra ao próprio Engels (1979, p. 21) que, na Introdução ao *Anti-Duhring*, escreveu:

causa e efeito são representações que não têm validade em si, só vigoram como tais na sua aplicação a cada caso particular, e que se fundem quando contemplamos o caso particular em sua conexão geral com a totalidade do mundo, e se diluem na concepção de uma trama universal de ações recíprocas, onde as causas e os efeitos trocam constantemente de lugar, e o que, antes, era causa toma, logo depois, o lugar de efeito, e vice-versa.

Como base desta ousada proposição, encontramos na obra de Engels uma clara adesão ao ceticismo humeano no que se refere à rejeição da indução, não obstante sua veemente crítica à filosofia do empirismo inglês como retrocesso anti-dialético. Isso pode ser lido como uma das antecipações da epistemologia contemporânea, em especial a teoria do falsificacionismo de Karl Popper. Em *A Dialética da Natureza*, Engels (1976, p. 177) repete o argumento original de Hume: “pelo fato do Sol sair durante todos os dias da semana, não se pode concluir que amanhã voltará a sair; e, de fato, sabemos agora que chegará um dia em que o Sol não sairá pela manhã”. Porém, de modo inegavelmente criativo e antecipatório, pois se trata de uma questão epistemológica da maior atualidade, amplia o escopo da crítica ao indutivismo como incapaz de dar conta tanto da causalidade quanto dos fenômenos da emergência. Para isso, integra Hegel e Hume, ressaltando, no primeiro ponto, que “a simples observação empírica jamais poderá comprovar suficientemente a necessidade” (p. 177). Em relação ao segundo ponto, Engels é preciso e direto: “Se a indução fosse na verdade tão infalível, como se poderiam explicar as rápidas e sucessivas revoluções no que diz respeito à classificação no terreno do mundo orgânico?” (p. 161).

Além disso, na obra de Engels em especial, ressalta uma permanente crítica à noção de limites e fronteiras de determinação dos próprios objetos da ciência, tanto como ontologia quanto como dispositivos de compreensão das diferenças entre modalidades e categorias de processos e fenômenos. Nos termos atuais da teoria da complexidade, conforme vimos acima, trata-se de uma aplicação direta do conceito de Borrosidade, rigorosamente de acordo com dois referenciais: a lógica *fuzzy* e a modalidade lógica da contingência.

Vejamos, no seguinte trecho, uma apresentação clara e sintética do tema da lógica borrosa, recorrente em muitos dos seus escritos:

A dialética não reconhece linhas duras e fixas, “isto ou aquilo”, imprescindíveis e universalmente válidas; ela ultrapassa as rígidas diferenças metafísicas e ao lado do “isto ou aquilo” reconhece igualmente, em seu justo lugar, o “tanto isto como aquilo” e, conciliando os opostos, é o único método de

pensamento adequado a máximo grau, na etapa atual (Engels, 1976, p. 161).

Sobre a contingência, interpretando Hegel (Lógica II, livro III, 2: A Realidade) em vários momentos de sua obra, Engels defende que acaso e necessidade não são opostos, antecipando assim o importante *insight* de Jacques Monod (1970) em quase um século. Para uma seqüência antológica de argumentos sobre a contingência, recomendo a leitura dos Apontamentos em apêndice à *Dialética da Natureza* (Engels, 1976, p. 177-180). Nesse caso, Engels mais uma vez desafia o senso comum, mesmo ressaltando com certa ironia que, "para o uso diário, para o comércio científico a varejo, a categoria metafísica mantém a validade." (Engels, 1976, p. 162)

Anoto ainda no pensamento de Engels uma concepção hipermoderna de integração cognitivo-ontológica, denotando clara antecipação da noção de reflexividade na epistemologia contextual-construtivista da ciência contemporânea, especialmente em Maturana. A esse respeito, escreveu Engels:

Tanto a ciência da Natureza como a filosofia descuidaram inteiramente, até agora, de investigar a influência da atividade humana sobre o pensamento: ambas só consideram a Natureza de um lado e o pensamento do outro. Mas é precisamente a *modificação da Natureza* pelos *homens* (e não unicamente a Natureza como tal) o que constitui a base mais essencial e imediata do pensamento humano. (Engels, 1976, p. 139)

Em conclusão, na obra de Engels, encontramos já em estado teórico avançado quatro noções plenamente compatíveis com alguns dos conceitos fundantes da ciência da complexidade: primeiro, a centralidade do conceito de movimento ou transformação permanente, equivalente ao conceito atual de sistemas dinâmicos; segundo, uma concepção holística (em sua versão não-metafísica) do mundo, da história e da ciência; terceiro, uma concepção da ciência como dialética das interconexões e do mundo como estrutura de redes de ações recíprocas; quarto, uma consciência precisa do artificialismo e insuficiência das delimitações entre categorias e objetos científicos.

As ciências naturais e as proto-ciências sociais do tempo de Engels aparentemente não estavam preparadas para acolher uma perspectiva epistemológica e conceitual tão rica e avançada. Os determinantes e efeitos dessa defasagem histórica entre filosofia e ciências certamente apontam para mais um dos enigmas a serem esclarecidos no processo de constituição do pensamento ocidental na modernidade. Dessa forma, será possível aprofundar avaliações dessa intrigante contribuição do

materialismo dialético original, no sentido de construção de uma epistemologia contemporânea capaz de recuperar a ciência como prática social-histórica crucial para transformações emancipadoras da sociedade.

Notas

- ¹ Do grego *khaòs*, designativo do estado desorganizado do mundo antes de se tornar em *cosmos* (termo também originário do grego, com o significado de "mundo da ordem"); conforme Rey (1993).
- ² O espaço de fase é um espaço hipotético com mais do que as três dimensões do espaço euclidiano, capaz de aceitar representações gráficas de um dado sistema dinâmico com o auxílio de coordenadas que sintetizam valores simultâneos das variáveis do sistema (Lorenz 1993; Percival 1994). O dispositivo das coordenadas cartesianas, adequado para expressar graficamente funções binomiais lineares e apenas parcialmente capaz de representar funções lineares trinomiais, não poderia ser usado para a análise de funções polinomiais não-lineares características dos sistemas dinâmicos complexos.

Referências

- Almeida Filho, N. Uma Breve História da Epidemiologia In: Rouquayrol, M.Z.; Almeida Filho, N. (orgs.) *Epidemiologia e Saúde*. 6a. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003, p. 1-16.
- Almeida-Filho, N. A Saúde e o Paradigma da Complexidade. *Cadernos IHU (Unisinos)*, no. 4, 15, 1-45, 2006.
- Atlan, H. *Entre le Crystal et la Fumée*. Paris: Seuil, 1981.
- Barabási, A.-L. *Linked*. New York: Plume, 2003.
- Boulding, K. General Systems Theory - The Skeleton of Science. *Management Science* 2:197-208, 1956.
- Brand, M. ***Dialectics, Complexity and the Crisis***. s/l., 2004. Disponível em : <http://www.marxists.org/reference/archive/hegel/txt/complexi.htm>. Acesso em: 17 mar. 2006.
- Breilh, J. *Epidemiologia: Economia, Medicina y Política*. Mexico : Fontamara, 1989.
- Bunge, M. Nature des Objets Conceptuels (Ch. 3). In: Bunge, M. *Épistémologie*. Paris : Maloine, 1983.
- Castoriadis, C. Science moderne et interrogation philosophique. In: Castoriadis, C. *Les Carrefours du Labyrinthe*. Paris: Seuil, 1978.
- Chalmers, A. *A Fabricação da Ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

- Costa, N da. *Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1980.
- Coveney, P. Chaos, entropy and the arrow of time. In: Hall, N. (Ed.) *Exploring Chaos*. New York: Norton, 1994, p.203-213.
- Delattre, P.; Thellier, M. (Eds.) *Élaboration et justification des modèles*. Paris: Maloine, 1979.
- Eckman, J.; Ruelle, D. Ergodic theory of chaos and strange attractors. *Rev. Mod. Phys.* 57:617-656, 1985.
- Engels, F. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Engels, F. *Anti-Duhring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Engels, F. *Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- Fábregas A. Antropología, Marxismo y Práctica Política. *Nueva Antropología* 11:13-19, 1979.
- Gleick, J. *Chaos - The Making of a New Science*. New York: Penguin, 1986.
- Godfrey-Smith, P. *Theory and Reality*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- Gould, S. *Wonderful World*. New York: Norton, 1989.
- Gramsci, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Haldane, J.B.S. Prólogo. In: Engels, F. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976?, p. 7-13, 1939?.
- Heller, A. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Peninsula, 1977.
- Heller, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Hobsbawn, E. Introdução. In: Marx, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.13-64.
- Kinouchi, O. Um Precursor das Ciências da Complexidade no Século XIX. *arXiv:physics/0110041 v.1*, 14 Oct. 2001.
- Lakoff, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- Levins, Richard and Lewontin, Richard, *The Dialectical Biologist*, Harvard University Press, Cambridge, Mass. 1985.
- Lewin, R. *Complexity - Life at the edge of chaos*. New York: McMillan, 1992.
- Lorenz, E. *The Essence of Chaos*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- Mandelbrot, B. *The Fractal Geometry of Nature*. New York: Freeman, 1982.

- Mandelbrot, B. Fractals - A geometry of nature. In: Hall N. (Ed.) *Exploring Chaos*. New York: Norton, 1994, p.122-135.
- Marx, K. Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844. In: *Escritos de Juventud*, México: Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 555-668.
- Marx, K. *Grundrisse - Foundations of the Critique of Political Economy*. London: Penguin, 1973.
- Marx, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Marx, K., Engels F. *The German Ideology*. London: Penguin, 1977.
- Marx, K., Engels, F. *Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- Maturana, H; Varela, F. *El árbol del conocimiento*. Santiago: Editorial Universitária, 1984.
- Maturana, H. *El sentido de lo humano*. Santiago: Hachette, 1992.
- McGarr, P. Engels and natural science. *International Socialism*, 2:65, 1994.
- McNeill, D.; Freiberger, P. *Fuzzy Logic*. New York: Simon & Schuster, 1993.
- Monod, J. *Le Hasard et la Nécessité*. Paris: Seuil, 1970.
- Morgan L. La Sociedad Antigua [1877]. In: Darwin, Morgan, Tylor. *Los Orígenes de la Antropología*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977, p. 65-123.
- Morin, E. *Introduction à la Pensée Complexe*. Paris: Editions Sociales Françaises, 1990.
- Newman, M. The structure and function of complex networks. *SIAM Review* 45: 167-256, 2003.
- Peloggia, A.G. A dialética da Geologia (temas de geologia inspirados na obra de Friedrich Engels, e suas aplicações). *Revista Brasileira de Geociências* 25(2): 107-110, 1995.
- Percival, I. Chaos: a science for the real world. In: Hall, N. (Ed.) *Exploring Chaos*. New York: Norton, p.11-22, 1994.
- Pickard, J. *Engels and Human Development*. s/l., June 15, 2000. Disponível em: <http://www.marxist.com/engels-human-development150600.htm>. Acesso em: 17 mar. 2006.
- Powers, J. *Philosophy and the New Physics*. London: Methuen, 1982.
- Prigogine I, Stengers I. *La Nouvelle Alliance*. Paris: Gallimard, 1986.
- Rey, A. *Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.
- Robson, C. *Real World Research*. Oxford, Blackwell, 1996.

- Rosa, R.N. *Ciência e filosofia: da compreensão à actuação*. s/l. 27 jul 2002. Disponível em: <http://www.resistir.info>. Acesso em: 17 mar. 2006.
- Rosch, E. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, 4:328-350, 1973.
- Ruelle, D. *Hasard et Chaos*. Paris: Odile Jacob, 1991.
- Samaja, J. *Epistemologia y Metodologia*. Buenos Aires: Eudeba, 1996.
- Santos, B.S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio: Graal, 1989.
- Santos, B.S. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente - Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2004.
- Series, C. Fractals, reflections and distortions. In: Hall N (Ed.). *Exploring Chaos*. New York: Norton, 1994, p.136-149.
- Thom, R. *Paraboles et Catastrophes*. Paris: Flammarion, 1985.
- Tylor, E.B. La ciencia de la cultura [1871]. In: Darwin, Morgan, Tylor. *Los Orígenes de la Antropología*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977, p. 125-153.
- Von Bertalanffy, L. General Systems Theory: A Critical Review. *General Systems*, 7:1-20, 1962.
- Watts, D. *Small Worlds*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1999.
- Zadeh, L. Toward a Theory of Fuzzy Systems. In: Kalman R, Declaris N (Eds.) *Aspects of Network and Systems Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, p. 469-90, 1971.
- Zadeh, L. A Note on Prototype Theory and Fuzzy Sets. *Cognition*, 12:291-297, 1982.

Friedrich Engels e a evolução da ciência da guerra no Século XIX

Muniz Ferreira

Os sucessos teóricos e práticos experimentados pela arte e a ciência da guerra na virada do século XIX, cujo terreno de testes seria as guerras entre os exércitos franceses e as forças das seis coalizões aristocráticas, definiriam os contornos gerais do pensamento militar na época em que Marx e, sobretudo Engels, foram convocados a apreciar a evolução das guerras e conflitos armados na segunda metade do século XIX. A quase inexistência de resultados teóricos significativos na evolução da reflexão militar nas décadas de 50 e 60 do século XIX, pode bem ser atribuída a ausência de conflitos bélicos entre as potências europeias durante este período, resultado bem sucedido da vigência do sistema de poder deliberado na Convenção de Viena. Não obstante a quase não ocorrência de evoluções táticas e estratégicas significativas no âmbito da teoria militar, algumas modificações importantes tiveram lugar no âmbito dos armamentos e da organização dos sistemas logísticos. A generalização e posterior desenvolvimento dos processos de industrialização nas partes ocidental e central do continente europeu repercutiriam também na infra-estrutura militar das principais potências das regiões citadas. Tais inovações industriais se fariam sentir de maneira particularmente significativa no terreno da engenharia militar, no progresso dos armamentos de médio e longo alcance, na melhoria da qualidade dos rifles e dos canhões e no progresso das fortificações. Friedrich Engels seria um dos pioneiros na avaliação do impacto gerado por estas modificações na organização dos exércitos europeus na segunda metade do século XIX. Sua acuidade como analista militar atravessou fronteiras e mesmo oceanos, tendo sido escolhido para a redação de boa parte dos verbetes dedicados às questões militares da *The New American Cyclopaedia (1857-1860)*.¹

Desde 1857 Engels colaborava assiduamente (e Marx episodicamente) como redator de escritos militares para *The New American Cyclopaedia* dos Estados Unidos, o *The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire* da Inglaterra e o *Allgemeine Militär-Zeitung* da Alemanha.

No total foram redigidos e publicados nestes órgãos 107 artigos no período 1857-1861.

A rigor, a preocupação com as questões militares parece haver ocupado um lugar de destaque na reflexão de Friedrich Engels desde a sua juventude. No entanto, adquiriria um lugar fundamental em seu pensamento após sua participação direta na insurgência revolucionária dos anos 1848-1849. Segundo Edmund Wilson²; no início do ano de 1849, Engels, após se separar de Marx em Frankfurt, dirigiu-se ao Palatinado, onde se alistou nas milícias revolucionárias locais, as quais combatiam pela unificação alemã sob a égide de um regime republicano e democrático. Depois de tomar parte em quatro combates teria escrito a Sra. Marx,

O silvo das balas é coisa totalmente insignificante; e no decorrer de toda campanha, apesar de ter presenciado muita covardia, não cheguei a ver doze homens exibirem covardia no momento da batalha. Por outro lado, o que não faltou foi 'burrice corajosa'. (...) Pensando bem, é ótimo que alguém do **Neue Rheinische Zeitung** tenha participado.³

Wilson relata episódios que fundamentam a reputação de Engels como um combativo e corajoso soldado da revolução,

Sua unidade partiu em direção a Friburgo, na esperança de impedir que o governo de lá se rendesse aos prussianos sem resistir; porém antes de chegarem à cidade foram informados de que o governo havia fugido. Engels e seu comandante, Willich, tentaram convencer seus superiores a resistir com as forças que lhes restavam; porém nada conseguiram, e o exército recuou para a Suíça. Foi uma das últimas unidades a serem dispersadas. Engels viria a lembrar-se daquela retirada através da Floresta negra como um delicioso passeio; era julho, e as montanhas estavam ornadas com o esplendor das rosas estivais. Willich – escreveu ele à Jenny Marx – era um soldado corajoso e habilidoso, mas fora do campo de batalha valia tanto quanto um 'verdadeiro socialista'.⁴

As palavras de Engels, repletas de ardor e romantismo revolucionário dão bem a dimensão da imagem que ele construiu para si e que o acompanharia pelo restante de sua vida de intelectual e homem de ação: o "ministro da guerra de Manchester", como o chamavam alguns amigos,⁵ "meu general", como seria chamado até o fim da vida por Jenny, filha de Marx. Foi este mesmo Friedrich Engels, sob o impulso da experiência insurrecional de 1849, que se dedicaria ao estudo de uma outra guerra revolucionária, esta ainda mais radical e subversiva do que aquela da qual fora personagem, a guerra dos camponeses alemães, liderados por Thomas Münzer no ano de 1525.⁶ Mas, a paixão deste "general vermelho" também não se esgotaria aí. Entre os anos de 1854

e 1856 escreveu, na maior parte dos casos, em suposta colaboração com Marx, uma série de 11 artigos sobre os movimentos insurrecionais em marcha na Espanha durante o mencionado período.⁷ A centralidade que o estudo das questões militares adquiriu no pensamento de Engels ao longo dos anos 50 pode ser aferida por um comentário feito pelo próprio Marx em 1859. Em uma carta datada de 25 de fevereiro deste ano, endereçada a Ferdinand Lassale, o *mouro* afirmava que seu parceiro de idéias e de lutas “*fez dos assuntos militares seu campo privilegiado de investigações.*”⁸

Assim como no caso da colaboração jornalística com o diário norte-americano **New York Daily Tribune**, também na *The New American Cyclopaedia*, Engels redigiu artigos que foram assinados por Marx. Tratava-se da efetivação de um sistema de divisão do trabalho intelectual entre os dois amigos que liberava Marx para elaboração de seus estudos críticos sobre a economia política, ao mesmo tempo em que contribuía para a sustentação material do *mouro*, através da remuneração dos trabalhos realizados. Apesar disso, vários textos foram elaborados pelo próprio Marx, nomeadamente, os verbetes e artigos dedicados à biografias de grandes personalidades políticas e militares (como “Berthier”, “Bourrienne”, “Bessières”, “Bernadotte”, “Brune”, “Blum”, “Bugeaud”, “Bolivar y Ponte”, entre outros). Alguns foram redigidos conjuntamente por Marx e Engels, como os textos biográficos acerca das personalidades de “Barclay de Tolly”, “Bennigsen”, “Bem”, “Bosquet”, “Blücher” e “Beresford”.⁹ Mas, a grande maioria dos escritos sobre questões militares publicados, tanto na enciclopédia norte-americana, quanto no periódico germânico, foram produtos exclusivos do esforço intelectual de Friedrich Engels. De sua pena emanaram textos dedicados à organização geral dos exércitos e de suas unidades de combate, como nos verbetes; “Exército”, “Artilharia”, “Cavalaria”, “Fortificação” e “Marinha”. Foram examinadas algumas batalhas importantes do ponto de vista da história das guerras europeias do século XIX como: “Albuera”, “Alma”, “Aspern”, “Borodino” e “Bidassoa”. Foram especificados os significados de certas expressões militares desconhecidas do público não especializado: “Amusette”, “Munição”, “Bonnet”, “Case Shot” e “Cabeça de Ponte”.¹⁰ Mas o parceiro intelectual de Marx demonstrou, sobretudo, um interesse singular na aplicação dos avanços técnicos à arte da guerra. Uma quantidade significativa dos verbetes da *Cyclopaedia* e dos artigos dos dois periódicos militares enfoca o desenvolvimento dos recursos bélicos e suas implicações na ciência da guerra daqueles dias. Tal é o caso dos estudos dedicados aos principais armamentos da época, como nos verbetes; “Arcabuz”, “Baioneta”, “Bateria”, “Blindagem”, “Carabina”, “Catapulta”, entre outros.

Do conjunto dos artigos redigidos alternada e simultaneamente por Engels e Marx para as publicações militares européias e a enciclopédia norte-americana no período 1857-1862, alguns elementos teóricos e conceituais merecem ser destacados:

- a) O enfoque histórico impresso às suas interpretações acerca da evolução do pensamento e da prática militar;
- b) A correlação estabelecida entre o progresso da máquina de guerra e o desenvolvimento técnico e material no interior de cada país;
- c) O peso do condicionamento social na caracterização da organização e do potencial combativo de cada exército;
- d) A valorização de elementos associados às características individuais das tropas e dos comandantes na performance militar dos exércitos.

Os artigos publicados na *American Cyclopedia*, que se destinavam a um amplo público não especializado em questões militares nos EEUU, enfocavam uma grande variedade de temas relacionados à experiência militar, situados num lapso de tempo que se estendia desde a Antiguidade até o século XIX. Neles, Marx e Engels procuravam sempre acentuar a dimensão histórica dos processos de formação, estruturação e equipamento dos exércitos, seus métodos de recrutamento e treinamento, o controle das forças armadas pelo Estado e as classes sociais hegemônicas, as questões de estratégia e tática, a implementação de distintas modalidades de combate, os vários aspectos da engenharia militar, a importância das fortificações permanentes e de campanha, os métodos de cerco e defesa de fortalezas e os problemas relacionados à logística militar.

Os artigos militares redigidos por eles foram, portanto, orientados pela preocupação de argumentar taxativamente em favor da historicidade da ciência militar e de sua interação dialética com outros aspectos da vida social. A apreciação que realizaram sobre as diferentes táticas militares adotadas pelos exércitos ao longo da história procurava realçar a forma como certos métodos e concepções sobre a guerra ajustavam-se plenamente a certos momentos e ambientes sócio-históricos, sendo anacrônicos e ineficazes em outros. Em seu verbete dedicado à análise da histórica batalha de Blenheim, uma das maiores do século XVIII, que opôs em agosto de 1704 as forças da coalizão anglo-austriaca contra os exércitos conjuntos da França e da Baviera, Engels procurou demonstrar que a tática da formação linear, considerada então como a principal responsável pela derrota das forças francesas, viria a ser considerada no século XIX, após a adoção das linhas apoiadas por colunas, uma das táticas mais eficazes para a sustentação de posições defensivas.

Os primeiros trabalhos redigidos por Engels para a *New American Cyclopedia* registram também o interesse do autor em correlacionar as condições de organização dos exércitos e os resultados das operações militares com o nível de desenvolvimento sócio-econômico e com as características do sistema político em vigor em cada país. Mais do que isto, o autor procurava demonstrar em que medida as projeções estratégicas internacionais mantinham correspondência com a política das classes dirigentes no interior de cada Estado e com os objetivos que estas mesmas classes procuravam atingir através da guerra. O pensador socialista alemão também esboçou uma tipologia que classificava diferenciadamente os distintos tipos de guerra, destacando aí a especificidade das "guerras de libertação" e das guerras revolucionárias, inclusive do ponto de vista das táticas da sublevação armada e da organização dos "exércitos revolucionários".

Visando a fundamentação de seu enfoque, Engels se esforçava por contextualizar historicamente as guerras e vincular o aparecimento dos exércitos enquanto instituições aos processos de construção estatal em sociedades marcadas pela vigência de contradições sociais. Com o rigor investigativo que lhe era habitual, o co-autor da filosofia da práxis buscava fundamentar em copiosa documentação sua exposição dos principais estágios e características do desenvolvimento dos exércitos, acentuando as mudanças nos padrões de organização, nas orientações estratégicas e táticas registradas ao longo da história. Ele, como já foi acentuado, procurava demonstrar, com uma ênfase superior à impressa por Marx em qualquer de seus escritos sobre questões militares, a influência da dinâmica econômico-social sobre a organização e composição dos exércitos, sobre os métodos de condução das operações militares, e sobre a contribuição aportada por cada exército ao desenvolvimento da arte da guerra.

Na concepção de Engels, o impacto do desenvolvimento das forças produtivas materiais sobre a arte e a ciência da guerra manifestava-se, primordialmente, no papel desempenhado pelo progresso dos recursos técnicos sobre a evolução das táticas e das estratégias militares. Assim, nos verbetes que dedicou à evolução dos armamentos e engenhos militares na *American Cyclopedia* ("Arcabuz", "Baioneta", "Carabina", "Catapulta", etc.) ele procurou demonstrar sua tese acerca do efeito revolucionário que as grandes descobertas técnicas poderiam exercer sobre o desenvolvimento da arte da guerra. Ao fazê-lo, destacou o papel desempenhado pela invenção da pólvora e a conseqüente generalização do uso das armas de fogo. Chamou a atenção para o progresso representado pela criação da baioneta, ao possibilitar a combinação de

um recurso de confronto corporal com uma arma de fogo. Examinou ainda e procurou extrair as conseqüências da introdução de processos industriais na guerra como os observados no desenvolvimento da artilharia, no progresso da engenharia militar, e no uso da propulsão a vapor pelos navios de guerra. Engels foi, nesse aspecto, sem sombra de dúvidas, um dos primeiros analistas militares a perceber o surgimento de uma dependência das táticas militares frente às tecnologias militares, a emergência de novas táticas de guerra como conseqüência da difusão de certos tipos de novos armamentos; em outras palavras, a influência do desenvolvimento técnico-industrial sobre a arte e a ciência da guerra. A acuidade de suas observações pode ser aquilatada através de dois tipos de previsões que seriam corroboradas pela história futura das guerras: a) no verbete "Infantaria", publicado na *American Cyclopedia*, Engels antevia a ocorrência de modificações táticas em conseqüência do desenvolvimento das armas de fogo; b) no verbete "Marinha" o analista militar alemão antecipava também a redefinição das táticas navais no contexto do poder de fogo das embarcações militares.¹¹

Houve um momento nas análises militares de Friedrich Engels em que ele, para escândalo dos estrategistas militares conservadores do século XIX e dos críticos realistas do século XX, vinculou o desenvolvimento da arte e da ciência da guerra aos momentos de efervescência revolucionária. Segundo ele, os períodos de ruptura político-social traziam consigo a emergência de novos atores históricos, dotados de energia, ímpeto e criatividade, contrapostos ao tradicionalismo dos setores conservadores até então no poder. Em seu verbete, "Cavalaria", por exemplo, ele procurou demonstrar os avanços na organização e nas táticas desta arma introduzidas por ocasião da guerra civil inglesa do século XVII. Ele relacionou o aparecimento de novas e mais complexas formações de combate e outras transformações importantes do ponto de vista da ciência da guerra nos séculos XVII e XVIII (combinação de formações em linha com a disposição de colunas – em oposição às formações lineares dominantes nos exércitos dos estados absolutos -, aperfeiçoamento da artilharia, reestruturação dos sistemas de estacionamento de tropas e melhorias nas redes de transporte, etc.) com as revoluções inglesas das décadas de 40 e 60 do século XVII, a guerra de independência das colônias americanas face à Inglaterra e a Revolução Francesa no século XVIII.¹² Em outras palavras as revoluções enriqueciam o acervo das experiências militares ao criarem um cenário propício à manifestação da criatividade das massas,

A Revolução Americana demonstrou as vantagens que poderiam ser obtidas por tropas sem disciplina sobre as formações lineares

através do uso de franco atiradores.¹³ Os franceses adotaram esta tática, colocando colunas mais cerradas em apoio aos atiradores. Nestas condições, pequenas desordens provocadas pela indisciplina dos combatentes teriam um efeito menor sobre o conjunto das tropas uma vez que, em tais circunstâncias, as massas de combatentes manter-se-iam compactadas. Com este tipo de formação era possível arremeter com um numero superior de homens sobre o inimigo, geralmente obtendo sucesso.¹⁴

Um dos exemplos utilizados por Engels para ilustrar a maneira como a inclusão das massas nos processos de ruptura revolucionária interferia no desenvolvimento bélico foi o renascimento da infantaria nos séculos XIV e XV, após um longo declínio durante o qual os campos de batalha da Europa medieval haviam sido dominados por cavaleiros que portavam armaduras. Segundo as análises engelsianas, a revalorização dos combates a pé foi o resultado da performance militar dos destacamentos de camponeses suíços e artesãos flamengos em sua luta em prol da autonomia frente, respectivamente aos exércitos aristocráticos austríacos, borgúndios e franceses.

Contudo, apesar desta ênfase na contribuição ao desenvolvimento da arte e ciência da guerra aportada pelas classes revolucionárias da sociedade, Marx e Engels (principalmente Marx, em seus verbetes biográficos na *American Cyclopedia*), não deixaram de aquilatar também a contribuição introduzida pelos generais, chefes militares e teóricos da guerra ao desenvolvimento desta última. Ao apreciarem, por exemplo, o desempenho militar do primeiro Bonaparte, os dois pensadores alemães demonstraram frente a esta personalidade histórica uma objetividade que jamais manifestaram frente ao seu sobrinho, sucessor de Napoleão I no trono imperial francês. Para Marx e Engels, Napoleão Bonaparte, enquanto produto (mesmo que problemático) da grande revolução, teve como grande mérito histórico a capacidade de assimilar os métodos de ação e a iniciativa revolucionária das massas francesas ao sistema de operação de um exército regular. A materialização destes métodos consistia nas formações mencionadas na citação anterior (grupos de atiradores secundados por colunas de infantaria) que os franceses teriam copiado dos revolucionários norte-americanos. Este sistema tático era complementado pelo desenvolvimento dos combates nas imediações das vilas e cidades, que enquanto fontes de abastecimento e base de apoio logístico, liberavam o soldado francês dos transtornos provocados por um equipamento pesado e volumoso como o conduzido pelos exércitos aristocráticos, estimulando e possibilitando assim uma maior mobilidade de suas tropas. Em outras palavras, operando uma assimilação de métodos de combate não convencional por parte de um exército regular.

Este tipo de tática militar demandava para a sua implementação mais proveitosa um sistema de recrutamento massivo que, ao fazer de cada cidadão um soldado em potencial, ampliava a participação da sociedade na guerra, otimizando desta forma a retaguarda logística das tropas francesas. Pela sua capacidade de sistematizar a aplicação destes novos princípios táticos combinando-os com os principais avanços anteriormente registrados na história militar francesa, Engels compara Napoleão I a Frederico, o grande, da Prússia,

Quando a guerra revolucionária produziu, em Napoleão, o homem que sintetizou este novo método de combate em um sistema regular, combinando-o com aquilo que era útil no antigo sistema e conduzindo esta nova modalidade ao nível de perfeição a que Frederico (II da Prússia, M. F.) havia elevado a tática das formações lineares, a França se tornou praticamente invencível, até que seus oponentes aprendessem com ela e estruturassem seus próprios exércitos de acordo com o novo modelo. As características principais do novo modelo eram: a restauração do antigo princípio de que cada cidadão se encontrava passível de ser convocado para a defesa do país em caso de necessidade e conseqüentemente a formação de um exército que, através do alistamento compulsório, incluía em maior ou menor proporção o conjunto dos habitantes do país; mudança através da qual o potencial número dos exércitos elevou-se, de uma só vez, a um nível três vezes superior aos vigentes nos tempos de Frederico, podendo ainda, em caso de necessidade, ser ampliado a proporções ainda maiores. Além disso, o descarte dos utensílios de campanha e da dependência dos depósitos para o aprovisionamento das tropas, a introdução do bivaque e a adoção da regra de que a guerra alimenta a guerra; a celeridade e a independência de um exército eram destarte incrementadas tanto quanto sua força numérica o era pela regra da obrigatoriedade geral da prestação do serviço militar. Em termos de organização tática o princípio da combinação de infantaria, cavalaria e artilharia em pequenas unidades de um exército tornou-se a regra. Cada divisão, portanto tornou-se um exército completo em escala reduzida, apto a agir com independência dotado de um considerável poder de resistência mesmo contra forças numericamente superiores.¹⁵

A repugnância que os dois teóricos da práxis devotavam ao Segundo Império Francês instituído por Luiz Bonaparte, seria a motivação fundamental para a colaboração de Engels (agora sem o concurso de Marx) com o *The Volunteer Journal, for Lancashire and Cheshire*, publicação editada em Manchester pelos círculos de voluntários que se propunha a confrontar, inclusive militarmente, as políticas consideradas anexionistas de Napoleão III, vistas por aqueles como uma ameaça às ilhas britânicas. A orientação editorial da revista tomava como mote o

sentimento antibonapartista da opinião pública inglesa, porém não se restringia a isso. Em suas páginas eram publicados artigos e editoriais que preconizavam uma reforma do sistema militar britânico, habitualmente caracterizado ali como aristocrático e, fundamentalmente, conservador. Engels não apenas manteve uma estreita colaboração com o movimento de voluntários na Grã-Bretanha como também divulgou o mesmo nas páginas do periódico alemão *Allgemeine Militär-Zeitung*, para o qual escrevia neste mesmo período (Agosto de 1860 a Agosto de 1862). Os artigos publicados por Engels nestes dois órgãos enfocavam predominantemente o desenvolvimento dos recursos bélicos ("A história do rifle"), a organização das unidades de combate ("A artilharia dos voluntários", "Os engenheiros voluntários: seu valor e esfera de atuação", "A infantaria leve da França", "Acerca do elemento moral no combate. Segundo o Marechal Bugeaud", "O treinamento da companhia"). Nestes ensaios, Engels enfatizava a maneira como o desenvolvimento da tecnologia militar e o aperfeiçoamento dos armamentos produziam mudanças nas táticas de combate, além de sugerir diversos métodos para se obter a elevação do moral das tropas e incrementar sua combatividade. Havendo detectado falhas nos sistemas de organização e treinamento das unidades de voluntários, Engels dedicou alguns artigos à elaboração de proposições sobre a melhoria dos métodos de treinamento físico e militar das tropas, enfatizando os exercícios de condicionamento orgânico e a prática de tiro. Defendeu a importância de se aproximar as condições de treinamento daquelas vivenciadas em situações reais de combate, o estímulo à iniciativa pessoal dos combatentes e o cultivo do espírito de solidariedade e de disciplina militar entre os contingentes de voluntários.

As primeiras incursões dos dois teorizadores do internacionalismo proletário nos problemas militares europeus, através das páginas do jornal norte-americano, tiveram como pano de fundo a deterioração da atmosfera internacional que desembocou na Guerra da Criméia. Este conflito, gerado originariamente pelas disputas entre França, Turquia e Rússia acerca da tutela dos Lugares Sagrados do cristianismo na Palestina, mobilizaria em seu desdobramento os interesses de todas as principais potências européias de então. A França, sob a égide do Segundo Império Napoleônico, ou "Baixo Império" como preferia Marx, questionava o *status quo* da Convenção de Viena, frente ao qual se via como a grande prejudicada. Identificando na Rússia o principal sustentáculo daquele sistema, buscava, na ocasião, enfraquecer as posições desta no Oriente Próximo e na Europa central, não se detendo inclusive, perante a inevitabilidade da guerra. Já o Império Otomano,

envolvido em disputas centenárias com o país dos tzares também via no acirramento do conflito palestino uma oportunidade de debilitar seu vizinho e rival. Aparentemente apartada da controvérsia em sua fase inicial, a Grã-Bretanha, no entanto, ansiava por eliminar qualquer perspectiva de progresso russo na região do Mediterrâneo. O resultado de tais injunções foi a deflagração de um conflito bélico que se estendeu por três anos (1853-1856) confrontando, por um lado França, Inglaterra e Turquia, do outro lado o Império Russo, contando ainda com a neutralidade de Áustria e Prússia, os outros pilares da chamada "Santa Aliança". A Guerra da Criméia teve, entre suas particularidades, a circunstância de haver sido o primeiro conflito internacional de grandes proporções a receber um acompanhamento sistemático por parte da imprensa, sendo sua evolução coberta pelo trabalho dos fotógrafos e repórteres da época. Marx e Engels acompanharam atentamente o desenrolar dos acontecimentos, na condição de colaboradores do *Tribune*. De um universo total de 170 artigos que publicaram alternadamente nas páginas do órgão de imprensa estadunidense, enfocando os conflitos internacionais da época, 92 foram dedicados a esta guerra e suas implicações. Através de suas atentas observações o conflito foi dissecado, seja do ponto de vista de suas motivações políticas e econômicas, seja do ponto de vista das operações propriamente militares. A perseverança, acuidade e detalhamento impresso às apreciações devotadas a este último aspecto, reiteram a caracterização de Friedrich Engels como um dos mais argutos e eruditos analistas militares de seu tempo, afirmação verificável através da observação *in loco* de alguns destes seus escritos.¹⁶

Ao apreciar, individualizadamente, a participação de cada ator naquele conflito bélico, os dois amigos procuraram expor os motivos intrínsecos do engajamento de cada qual na contenda. Em compatibilidade com a maior parte da opinião de seu país de residência, tanto Marx quanto Engels identificavam na Rússia dos Tzares o principal vilão da confrontação recém iniciada. Assim como boa parte da intelectualidade progressista e liberal daquele tempo, os dois pensadores alemães viam na grande autocracia eslava a principal ameaça à democracia e às liberdades no continente europeu.

Estudiosos como Papaioannou, Blum, Rubel e Riazanov já realçaram a amplitude da repulsa que Marx e Engels dedicavam àquela autocracia eurasiática. Como observava Salomon Blum, Marx "*via no tzarismo o principal pilar da reação européia, o maior obstáculo para o progresso do continente.*" Ou seja, se para Marx (e por extensão para a maior parte da esquerda européia de então) o núcleo do sistema internacional era constituído pela coalizão conservadora da chamada

Santa Aliança, o vértice desta entidade era representado pela autocracia russa. O tzarismo seria, portanto, o mais encarniçado inimigo da revolução na Europa e bastião irredutível do *status quo* político social monárquico e aristocrático ainda em vigor na maior parte daquele continente até então. Em suas previsões mais otimistas asseveravam que os problemas criados pelo expansionismo russo na Eurásia apenas seriam solucionados com o triunfo das revoluções democráticas ao longo do continente europeu. Tais revoluções ao atingirem no seu desenrolar o coração do próprio tzarismo, neutralizariam a matriz das tendências expansionistas da monarquia russa.¹⁷

Porém, ao considerarem as causas da hostilidade da maior parte dos governos ocidentais em relação à Rússia naquele momento, tributavam tal fenômeno fundamentalmente às ambições “estratégico-territoriais” das grandes potências do ocidente. Para Marx e Engels, um dos principais objetivos do ocidente consistia em ampliar sua própria influência nas regiões do Próximo Oriente, Balcãs e Mar Negro, em detrimento dos desígnios hegemônicos do Estado Russo. Outro objetivo ocidental, segundo a análise dos dois autores, consistia em debilitar militarmente a monarquia ortodoxa, de modo a malbaratar seus planos expansionistas sem, contudo, neutralizar militarmente aquela potência, já que segundo eles, a coalizão de estados ocidentais, fiel aos propósitos contra-revolucionários das aristocracias européias, reservava à Rússia uma função de *gendarme*, sobretudo no que se referia ao desbaratamento das revoluções de afirmação nacional de certas nacionalidades da Europa Centro-Oriental, nomeadamente a polonesa e a húngara. Mas, interessava também ao ocidente, segundo aqueles autores, que fosse preservada a potência militar da Rússia para que esta pudesse exercer uma pressão permanente sobre a “Porta” (Turquia), circunscrevendo rigidamente qualquer veleidade de expansão territorial turca na Europa e, principalmente, forçando o Sultão de Constantinopla à subordinação frente às Quatro Potências (Inglaterra, França, Prússia e Áustria), como forma de preservar a soberania e a integridade turcas face aos projetos de expansão tzarista. Pode-se hoje interpretar tais manobras ocidentais à luz das doutrinas de “contenção recíproca” e “paridade estratégica”, que tanta popularidade tiveram junto aos analistas internacionais do ocidente ao longo do século XX.

A França do Segundo Império Napoleônico também teve seu papel no conflito submetido à ácida crítica dos autores. Segundo eles, os círculos dirigentes daquela sociedade teriam atuado como os principais instigadores da Guerra da Criméia. Tal performance, a qual estigmatizam como aventureira e expansionista, representava, sob seus pontos de

vista, a tradução, no plano da política externa, da necessidade de fortalecimento do oscilante regime bonapartista. A instabilidade política interna, gerada na opinião de Marx e Engels, pela ausência de legitimidade do governo de Luís Bonaparte, empurraria o governo francês à participação em uma guerra que servisse para desviar a atenção dos problemas internos e reforçaria a justificativa do estado de excepcionalidade política em vigor no país. Ao sintetizarem os dilemas da política francesa do momento em um *slogan*, os dois dirigentes socialistas afirmavam, com substancial dose de reducionismo: “*Bonaparte está embarcando na guerra de bom grado. Para ele não existem outras alternativas senão revolução em casa ou guerra no exterior*”.¹⁸ Ademais, em suas correspondências para o *Tribune*, sugeriam claramente que o engajamento da França na guerra eliminaria os últimos obstáculos legais para o assalto de Napoleão III e seus colaboradores aos fundos do Estado francês.

Se as análises que privilegiavam o pano de fundo político-diplomático da Guerra da Criméia emanavam, fundamentalmente da pena de Marx, coube a Engels uma abordagem mais circunstanciada da dimensão militar do conflito. Em um número bastante avantajado de artigos produzidos durante toda a extensão da guerra, o correspondente do *Tribune* se debruçou sobre o curso das operações militares, a organização das forças armadas dos países contendores e sobre problemas de estratégia e tática.¹⁹ Exibindo seus conhecimentos acerca daquelas matérias, Engels não poupou críticas à alta oficialidade dos exércitos ocidentais, caracterizada por ele como estrategicamente medíocre e dominada pelo espírito de rotina. Atenção especial foi dedicada aos comandos das forças navais e terrestres de França e Inglaterra, aos quais foram imputados “*confusão quanto às ordens enviadas, preservação de sistemas antiquados de organização do Exército e da Marinha, adestramento inadequado dos escalões inferiores*”, fatores esses que explicariam em grande medida “*as baixas desnecessárias, epidemia e fome nas fileiras, e grande perda de vidas em Gallipoli, Varna e na Criméia*”. Porém, sua crítica mais contundente dizia respeito ao caráter “oligárquico” (ou seja, excludente) da administração britânica, a qual confiaria “*os mais importantes postos a homens, os quais, apesar da importância de seu apoio parlamentar para a sustentação dos carreiristas (place hunters) atualmente no poder, encontram-se completamente destituídos da preparação e dos conhecimentos profissionais mais elementares*.”²⁰

O desenvolvimento das operações militares na região do Danúbio e na Criméia concedeu a Engels a oportunidade não apenas de analisá-las do ponto de vista da arte de guerra, comparando o mérito militar das tropas

e seus comandantes, mas também de por à prova sua erudição como teórico da guerra no que se refere às questões de estratégia e tática. Ainda que afastado do teatro de operações (mesmo que vários de seus artigos tenham sido apresentados como se produzidos por um correspondente do *Tribune* enviado ao *Front*), Engels descreditou dos comunicados que alardeavam uma “formidável” vitória sobre os exércitos russos às margens do Danúbio e a captura de Sebastopol pelos aliados em Setembro de 1854. Inversamente, desde o início da guerra procurou demonstrar a impossibilidade de um avanço russo sobre Constantinopla e mais tarde procurou explicar o aparentemente incompreensível estacionamento de tropas russas na região de Dobrudja como uma importante manobra estratégica voltada para a redução das linhas de frente.

Porém, ainda mais representativa do ponto de vista de sua reflexão sobre os temas militares foi sua proposta de correlacionar o potencial militar de um país à extensão de seu desenvolvimento industrial e à disponibilidade de seus recursos naturais, elementos que, um século mais tarde seriam recuperados nos estudos internacionais, através da teoria dos “fatores de poder” de Ray Cline.²¹ Por ser um intelectual intrinsecamente comprometido com as questões sociais de seu tempo, Engels realçava em suas análises a influência do caráter da estrutura social de cada país no desenvolvimento de seu potencial militar. Se, como já foi observado, imputava boa parte das dificuldades enfrentadas pelo comando dos exércitos britânicos ao caráter “oligárquico” de sua oficialidade, tributava a inferioridade militar das forças armadas da Rússia Tzarista em relação às suas contrapartes do ocidente ao “atraso” da base econômica russa e do “arcaísmo” de suas relações sociais.²² Para ele, não obstante a bravura demonstrada por seus soldados nos campos de batalha, a futura derrota russa estaria determinada pelo retardo tecnológico do exército imperial do czar, expresso, por exemplo, na quase total ausência de modernos meios de transporte. Ademais, estigmatizava os métodos antiquados de recrutamento e treinamento das tropas, a duração do serviço militar, a corrupção e desvio de fundos públicos por parte das administrações civil e militar. Acentuava a necessidade de substituição da cultura das paradas, ou seja, a ênfase nos aspectos ornamentais do adestramento militar, pela cultura do combate, quer dizer, uma verdadeira preparação para a guerra. Todas estas características eram apresentadas como produtos da ordem político-social em vigor na Rússia dos Tzares, baseada na autocracia e na servidão. Decorreriam, daí, por sua vez uma alegada *passividade* dos soldados russos, incapazes de agir com senso de iniciativa e criatividade no curso das operações militares. Este fato explicaria também uma suposta ascendência

desfrutada por oficiais de procedência estrangeira nas fileiras russas, já que os militares nativos padeceriam de uma intrínseca ausência de talento. Mais contundente ainda seria a conclusão atingida por Friedrich Engels em seus estudos sobre a estrutura e a história das forças armadas da Rússia, segundo a qual, ao longo de seu passado, as forças russas apenas haviam triunfado sobre contendores mais frágeis, tendo sido derrotadas todas as vezes que se confrontavam com adversários dotados da mesma potência.

Não obstante haver produzido avaliações gerais fortemente depreciativas acerca das capacidades militares dos exércitos a serviço do Tzar, Engels elaborou, talvez paradoxalmente, considerações claramente favoráveis ao desempenho das forças russas durante o cerco de Sebastopol.²³ Um dos episódios mais importantes da Guerra da Criméia, a Batalha de Sebastopol, concluída no dia 18 de Junho de 1855 com a derrota dos exércitos da coalizão anti-russa, fora precedida por um cerco de aproximadamente nove meses e o intenso bombardeio da cidade. A captura dos redutos russos de Selenghinsk e Volhynsk pelas tropas anglo-francesas no dia 7 de Junho de 1855 motivou o comando aliado ao empreendimento de uma ampla operação de assalto, visando à conquista do setor meridional da cidadela. Tal ofensiva se desenrolaria no dia da comemoração dos quarenta anos da Batalha de Waterloo (18 de Junho de 1815). O ataque foi preparado por um intenso bombardeio de Sebastopol a partir da terra e do mar. Não obstante a substancial superioridade numérica dos assaltantes e a extensão do ataque ao longo de todas as linhas de defesa russas, a ação militar redundou em fracasso. Os defensores da fortaleza russa conseguiram rechaçar o exército invasor, infringindo ao oponente copiosas perdas humanas e logísticas. Em seus artigos, "O cerco de Sebastopol" ("*The Siege of Sevastopol*") e "Combate em Sebastopol" ("*A Battle at Sevastopol*"), Engels tece considerações claramente elogiosas aos defensores da cidadela russa. Faz referência às "*brilhantes operações dos defensores*", à "*qualidade dos engenheiros militares da guarnição de Sebastopol, incluindo o chefe do serviço de engenharia Todleben*" e à "*excelente organização da linha de fogo*" das tropas russas. Em contrapartida, oferece nestes artigos algumas de suas críticas mais ácidas ao comando franco-britânico, "(...) *Desde a guerra de Tróia não se verificava, nos anais da história um cerco conduzido com tanta incoerência e estupidez.*"²⁴ A boa vontade manifestada por Engels em relação às tropas russas na seqüência deste episódio lhe permitiu reconhecer até mesmo a originalidade das táticas de guerra dos soldados do Tzar. Ele qualificava como sem precedentes na história das guerras a construção de novas fortificações pelos defensores da fortaleza sitiada,

as quais teriam sido colocadas diante da primeira linha de combate, além da disposição em fileira das baterias de tiro que teriam facultado aos russos uma utilização mais adequada do terreno. Em suas próprias palavras,

A velocidade e acuidade da avaliação de forças – a prontidão, desembaraço e precisão da execução demonstrada pelos engenheiros russos na disposição de suas fileiras ao redor de Sebastopol – a atenção infatigável com a qual cada ponto fraco era reforçado, tão logo localizado pelo inimigo – a excelente disposição das linhas de fogo, de modo a concentrar uma força superior aquela dos sitiados, em qualquer ponto do terreno em disputa --a ereção de uma segunda, terceira e quarta linhas de fortificações por detrás da primeira – em uma palavra, toda a condução desta defesa foi clássica.²⁵

As análises empreendidas por ocasião da batalha de Sebastopol seriam recuperadas por Engels no estudo de outras situações de conflito, como por exemplo, as ações do exército colonial britânico na Índia nos anos 1857-1859. Ademais, algumas de suas principais concepções acerca da ciência militar no século XIX tiveram como inspiração os sucessos ali verificados. Destarte, as formulações engelsianas referentes ao significado do uso combinado das fortificações e das forças de infantaria teriam amadurecido no curso daqueles combates, bem como suas conclusões sobre as vantagens de uma estratégia ofensiva e a respeito da conveniência da concentração de forças para o empreendimento do golpe mais importante sobre os principais agrupamentos do inimigo.

A Guerra da Criméia como já foi dito, representou também a principal inspiração para o estudo de Engels sobre Os Exércitos da Europa. Neste conjunto de artigos publicados na *Putnam's Monthly* nos últimos meses de 1855, o autor desenvolvia uma investigação abrangente sobre a situação militar das principais potências européias de então. A qualidade dos equipamentos, os métodos de recrutamento e adestramento e a composição social da oficialidade eram analisados em conexão com o peso dos fatores tradicionais, a influência da especificidade cultural de cada povo e os condicionamentos econômicos e políticos da organização de cada exército nacional. É particularmente significativa a importância atribuída por Friedrich Engels aos aspectos ligados à evolução das tecnologias militares.

Na virada da década de 60, os principais focos de tensão e de conflitos militares no plano internacional deslocaram-se para a península italiana. Tratava-se das guerras pela independência das regiões da Itália submetidas ao jugo austríaco em prol da unificação do país. Com efeito,

desde Julho de 1858 realizavam-se articulações secretas entre o primeiro ministro do Reino do Piemonte, Conde Cavour e Louis Napoleão Bonaparte, voltadas para a condução conjunta de uma guerra contra a Áustria. A progressão de tais acontecimentos não escapou à atenção dos dois articulistas do *Tribune*, que em Janeiro de 1859 já aquilatavam a importância da unificação italiana à luz da diplomacia internacional (“Acerca da unificação italiana”, “A perspectiva da guerra na Europa”) e examinavam os preparativos (“O exército francês”, “os recursos militares alemães”, “Perspectivas da guerra na França”, “Perspectivas da guerra na Prússia”).

Fiéis aos postulados elaborados quando da Guerra da Criméia, Marx e Engels continuavam imputando a Napoleão III e seus correligionários uma certa fixação nas aventuras militares enquanto forma de desviar a atenção da população dos problemas internos e obter poderes excepcionais para dilapidar o tesouro francês. Mas, para além destas apreciações inspiradas pela má vontade dos revolucionários alemães para com o imperador dos franceses, foram realizadas análises mais objetivas acerca da conflagração que se desenhava no horizonte europeu. Em seus artigos “Perspectiva de guerra na Europa”, “O pânico monetário na Europa”, “A posição de Luís Napoleão”, “Guerra ou paz”, “As perspectivas de guerra na França” e outros artigos, Marx e Engels associavam as motivações bélicas das potências europeias aos desejos de impedir a qualquer custo a afirmação de possíveis alternativas revolucionárias no continente.²⁶ Diante de tal quadro, conjecturavam acerca das possibilidades de que *os próprios desequilíbrios gerados pela guerra* pudessem ser utilizados pelas forças revolucionárias para promover a revolução.

Data de abril de 1859 a publicação de uma das mais significativas e menos conhecidas obras de Friedrich Engels, dedicada à história e a estratégia militar. Trata-se de *Po und Rhine* (O Pó e o Reno)²⁷, um estudo dos processos de unificação nacional na Itália e na Alemanha. Nesta obra, Engels analisava historicamente as campanhas militares conduzidas nas regiões setentrionais da Itália, desde a época das guerras napoleônicas até as operações empreendidas pelo exército austríaco contra as forças italianas em 1848. Grande atenção foi dedicada às campanhas italiana e suíça das forças russas contra os exércitos franceses em 1799. A travessia dos Alpes pelas tropas comandadas por Suvorov era qualificada como “*a mais impressionante das travessias dos Alpes na época moderna*”.

No curso do conflito seriam publicados, sob a assinatura de Marx no *Tribune*, os artigos, “A Áustria, a Prússia e a Alemanha na guerra” e

um “Um olhar prussiano sobre a guerra”. Coube mais uma vez a Engels uma dedicação maior ao estudo do conflito em curso. Dedicção materializada através da publicação dos artigos: “A guerra”, “A guerra – nenhum progresso”, “Enfim os combates”, “A Batalha de Montebello”, “A Campanha da Itália”, “Estratégia de guerra”, “A guerra avança”, “Acontecimentos militares”, “A derrota austríaca”, “Um capítulo da história”, “Noticias da guerra”, e “A justiça da história”.²⁸

Durante a guerra franco-austríaco-italiana o criticismo de Marx e Engels não poupava também os governantes prussianos. Para eles, a política de neutralidade adotada pela Prússia ocultava na realidade um apoio às iniciativas Bonapartistas. O principal objetivo de tal manobra seria o de debilitar a Áustria, concorrente direto da Prússia na luta pela hegemonia travada no interior do mundo alemão, em detrimento, segundo eles, dos autênticos interesses dos povos germânicos.²⁹ Mais do que isso, sugeriam que o apego prussiano à neutralidade expressava o temor dos círculos dirigentes da Prússia face à ameaça de uma insurreição revolucionária naquele reino caso o mesmo se engajasse na guerra. Ao final do conflito, avaliaram conclusivamente que a tibieza das classes dirigentes prussianas havia acarretado os maiores infortúnios para o próprio país.

Ao longo do ano de 1860 Engels reiniciava a produção de um volumoso conjunto de escritos dedicados aos temas militares. O foco dos novos estudos era o desenvolvimento bélico nos principais estados euro-ocidentais (Inglaterra, França e Prússia) e o desenrolar da guerra pela unificação italiana. Nestes textos, Engels dava continuidade aos seus estudos de teoria militar, analisando, em particular, as diferenças entre as guerras convencionais travadas pelos estados e as chamadas “guerras revolucionárias”. Manifestava grande interesse no estudo do impacto das novas tecnologias militares sobre o desenvolvimento das táticas e dos métodos utilizados na arte da guerra, dedicando-se inclusive, à observação dos processos de criação e desenvolvimentos das armas ao longo da história. Em seus artigos acerca dos acontecimentos na Itália, o companheiro de Marx examinava as campanhas dos voluntários de Garibaldi na Sicília e na Calábria, desde um ponto de vista estritamente militar. Em uma série de artigos publicados no *Tribune* sob o título “O canhão espiralado”³⁰, Engels apreciava o desenvolvimento da artilharia. Seus artigos “Reforma militar na Alemanha”, “As defesas britânicas” e “Podem os franceses saquear Londres?” tratam da correlação entre as questões militares e as inflexões da política internacional à luz da aceleração das crises internacionais. O artigo “A Força de Voluntários Britânicos” discute a composição social dos efetivos de voluntários.³¹

Este último conjunto de artigos, publicados ao longo do ano de 1860, assinalaria de fato o termo da produção de Marx e Engels sobre questões militares nas páginas do diário americano. Nos dois anos seguintes, os últimos de sua correspondência com o órgão, concentrar-se-iam na abordagem dos temas da diplomacia européia, bem como no impacto da Guerra Civil Norte-americana sobre a economia, a política externa e a formação da opinião pública britânica. Não obstante, a reputação de Friedrich Engels como analista das questões militares já estava estabelecida e a preocupação permanente com as questões referidas a este âmbito da atividade humana o acompanharia até os últimos dias de sua vida.

Paradoxalmente, caberia a este estrategista militar da revolução e analista dos exércitos europeus, as mais contundentes autocríticas dos desvios insurrecionais da esquerda socialista do século XIX. Em um prefácio redigido em março de 1895 para a reedição da obra de Marx, *A Luta de Classes em França (1848-1850)*, Engels ajustava contas com toda a tradição da luta socialista revolucionária acumulada ao longo do século XIX, confrontando as tendências à universalização das estratégias de insurreição armada de massas à luz das novas condições de desenvolvimento das ações da classe operária ao final daquele século. Mais do que isso, voltando seu olhar para os métodos de atuação das forças revolucionárias em 1848 observava que, já naquela época, o movimento incorrera em dois equívocos fundamentais; a) a persistência do modelo jacobino de ação revolucionária *"através do qual uma minoria dotada de férrea vontade, por meio de uma manobra oportuna se apossaria do poder político sem que as grandes massas soubessem em que direção estavam indo"*;³² e b) uma avaliação precipitada sobre a maturidade das condições objetivas para o sucesso revolucionário, em uma época em que tais condições estavam ainda se consolidando e difundindo. Mais ainda, utilizando seus conhecimentos estratégico-militares, Engels considerava que as transformações urbanísticas introduzidas no traçado das principais cidades européias, em particular na Paris dos grandes levantes revolucionários dos séculos XVIII e XIX, ao converterem as vielas sinuosas herdadas da Idade Média em amplas avenidas modernas, haviam inviabilizado na prática a luta de barricadas e desequilibrado a correlação de forças militares em favor das forças armadas e/ou de repressão a serviço dos estados e em detrimento das forças insurrecionais. Por outro lado, um certo refluxo da ação revolucionária das massas fora sucedido pelo empreendimento de processos de reforma do Estado, industrialização e unificação nacional, cujo protagonista, do ponto de vista social, fora um bloco de forças

aristocráticas e burguesas, as quais, descartando o potencial revolucionário das classes subalternas (proletariado, campesinato, pequena burguesia) assumiram a direção das transformações históricas verificadas na Segunda metade do século XIX europeu. Como observou Del Roio,

Com a recomposição do poder burguês na França, através do golpe do segundo Bonaparte, 'encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo; sucedeu-lhe um período de revolução de cima para baixo', como foram a unificação da Alemanha e Itália, que possibilitaram um período de expansão industrial e conseqüente crescimento da classe operária. Esse período de desenvolvimento capitalista faz-se acompanhar também de significativas alterações no Estado e nas 'políticas públicas': uma ampliação na coleta de impostos, a instauração do serviço militar obrigatório, a reforma urbana, a ampliação do direito do sufrágio. Com o estabelecimento do 'princípio das nacionalidades' poderosos exércitos se revoltaram potencialmente contra os vizinhos e no interior dos Estados acentuou-se a necessidade de ampliação do 'consenso social', vale dizer da neutralização política da classe operária e do movimento socialista, ou mesmo do seu apoio (como haveria exemplos na questão colonial e na guerra imperialista de 1914). O estabelecimento do 'sufrágio universal', mesmo com suas idas e vindas, na França e Alemanha, tiveram o significado de democratizar o Estado liberal, ampliando sua base de apoio, mas ao mesmo tempo ofereceu nova arma para a luta socialista.³³

Del Roio busca captar a percepção atingida por Engels acerca da superação, no essencial, da fase em que uma classe operária despossuída e totalmente marginalizada da política, não vislumbrava outra via para a afirmação de seu projeto histórico de transformação da sociedade que não fosse a dos métodos insurrecionais de luta. O processo gradativo de reconhecimento da cidadania operária – que iniciado na seqüência da Comuna de Paris só se completaria, mesmo nas metrópoles do capital, na segunda metade do século XX – oferecia à vanguarda proletária, novos e fecundos terrenos para o desenvolvimento das lutas pela democracia e pelo socialismo. A organização legal dos sindicatos nos países do ocidente europeu, a emergência da II Internacional em 1889 e a consolidação do partido alemão como organização de massas, em outras palavras, o ingresso de amplos contingentes de trabalhadores na vida política, através do aproveitamento dos espaços institucionais conquistados, imprimiram um novo caráter à ação revolucionária, para além dos horizontes conspirativos e putschistas de meados do século XIX, conduzindo o desenvolvimento da luta proletária da fase anterior

Notas

de “guerra de movimentos” para uma nova etapa de “guerra de posições”, segundo a analogia político-militar empregada pelo pensador italiano Antonio Gramsci.

- ¹ O período em questão (1857-1862) assinala ao que parece, o apogeu do prestígio de Friedrich Engels como analista militar. Além da elaboração dos mencionados verbetes da *The New American Cyclopaedia* foi também a época de sua colaboração com outras duas publicações militares: o *The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire* da Inglaterra e o alemão *Allgemeine Militär Zeitung*, ambas no período (1860-1862).
- ² WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. Tradução de Paulo Henriques Britto, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp170-171.
- ³ Cf. Wilson, Edmund. Op. cit.; p. 171, grifos do autor.
- ⁴ Idem, ibidem.
- ⁵ É o que se afirma na introdução a uma coletânea de textos militares de Engels publicada com o título de *Temas Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1976, p.11. Tradução de Álvaro de Figueiredo.
- ⁶ Cf. ENGELS, Friedrich. *The Peasant War in Germany*. Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1956.
- ⁷ MARX, Karl e ENGELS, F. *A Revolução Espanhola*. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1966.
- ⁸ Tal correspondência foi enviada por Marx a Lassalle com o objetivo de orientar este último sobre as negociações para a publicação na Alemanha de um dos mais importantes estudos militares de Engels, o texto *Po und Rhein*. Ao recomendar a Lassalle que a identidade do autor da obra deveria permanecer, pelo menos num primeiro momento, incógnita, ele expressava uma convicção segundo a qual, “surgirão suspeitas de que os mais eminentes autores militares da Prússia estão por trás desta obra.” Cf. Marx to Lassalle, 25 February 1859, in: Marx e Engels, *Collected Works*, Londres, Lawrence & Wishart, 1983, p. 392.
- ⁹ Cabe observar aqui o fato de que os três grandes pensadores militares do século XIX, cujo pensamento representou a sistematização mais elaborada da experiência das guerras napoleônicas, o Arquiduque Charles da Áustria, o prussiano Clausewitz e o franco-suíço Jomini, não terem sido biografados nem por Marx, nem por Engels para a enciclopédia estadunidense.
- ¹⁰ “Amusette”: “Pequeno canhão portando uma bola de uma libra de peso e originariamente utilizado para o serviço em países montanhosos”. “Bonnet”: “Elevação transversa do parapeito de uma fortificação, utilizada

seja para bloquear a visão do inimigo, situado em algum ponto elevado, sobre o interior da mesma, seja para proteger os soldados e as armas do fogo procedente dos flancos". "Case Shot" ou "Canister Shot": "Bulas de ferro rústico, colocadas no interior de uma granada de lata de formato cilíndrico". Definições extraídas dos verbetes publicados por Engels na *The New American Cyclopedia*. Cf. *Collected Works*, op. cit.; vol. 18, passim.

- ¹¹ Ver os verbetes "Infantry" e "Navy", publicados por Engels na *The New American Cyclopedia*, Cf. *Collected Works*, op. cit.; Vol. 18, pp. 340-363 e 364-375.
- ¹² Este otimismo revolucionário de Engels, que o levava a enxergar nas revoluções um potencial decisivo para o desenvolvimento dos conhecimentos e técnicas militares, conta, nos dias de hoje, com reduzida aceitação entre os especialistas militares. No caso particular da França como procurei demonstrar pontualmente, seu argumento só se sustenta parcialmente, haja visto o conjunto de avanços verificados na teoria e na prática militar francesas ao longo de todo o século XVIII, antes mesmo da grande revolução. Ademais, de modo geral, atribui-se hoje o triunfo das revoluções muito mais às circunstâncias políticas e sociais verificados no momento da deflagração revolucionária, do que aos fatores essencialmente militares.
- ¹³ A elevada importância conferida por Engels, nestas linhas, à experiência militar norte-americana, não deve ser entendida como mero expediente destinado a granjear as simpatias do público leitor por excelência da *The New American Cyclopedia*. Com efeito, Engels estimava que a tanto a guerra de independência dos Estados Unidos no século XVIII, quanto guerra civil norte-americana do século XIX, haviam efetivamente propiciado avanços militares fundamentais para o desenvolvimento da ciência da guerra na contemporaneidade. Como exemplo da efetividade desta interpretação podem ser citadas as reiteradas referências elogiosas realizadas pelo autor ao desempenho dos revolucionários estadunidenses em seus artigos militares, mas, sobretudo, os dois ensaios que dedicou no *The Volunteer Journal* às táticas dos exércitos do norte contra as forças do sul na Guerra Civil dos anos 1860-1865
- ¹⁴ ENGELS, Friedrich, verbete "Army" publicado na *The New American Cyclopedia*, cf. *Collected Works*, op. cit.; vol. 18, pp. 113-114.
- ¹⁵ ENGELS, Friedrich, verbete "Army", publicado na *The New American Cyclopedia*, Vol. II, 1858, in: *Collected Works*, op. cit.; vol. 18, p. 114.
- ¹⁶ Os primeiros artigos em que Marx e Engels analisam a Guerra da Criméia são: "The Holy War", "The War on the Danube", "The last battle in Europe", "Progress of the Turkish War", "The Russian in Turkey" e "Movements" of the Armies in Turkey", todos publicados no *Tribune* durante o ano de 1853. Ver relação ao final desta seção.

¹⁷ Em seu artigo, "What is to become of Turkey in Europe?", publicado no *Tribune* em 21 de abril de 1853, Engels prevê o avanço da onda revolucionária inaugurada pela revolução francesa em direção ao leste da Europa: "As fronteiras revolucionárias vem se deslocando rapidamente desde 1789. Os últimos postos avançados da revolução foram Varsóvia, Debreczin, Bucareste; os postos avançados da nova revolução deverão ser (São) Petesburgo e Constantinopla. Eles constituem os dois pontos vulneráveis, onde o colosso anti-revolucionário russo deverá ser atacado." Cf. *Collected Works*, vol. 12, p. 34. E relevante, a esse respeito, registrar a expectativa aparentemente cultivada por Marx e Engels de que a vigência de um poder não autocrático na Rússia anularia o multicentenário apetite territorial daquele Estado.

¹⁸ MARX & ENGELS, *Collected Works*, volume 13. op. cit. p. 33. Os grifos no texto são meus.

¹⁹ Cf. os artigos, "The present condition of the English Army – Tactics, Uniform, Commissariat, etc.", "The formation of the a Special Ministry of War in Britain – The war on the Danube – The economic situation",

²⁰ *Collected Works*, op. cit. Vol. 13, pp. 212-213.

²¹ Para Ray Cline, analista norte-americano das relações internacionais formado na tradição da geopolítica estadunidense, os fatores de afirmação do chamado "poder percebido" no sistema internacional estariam expressos na fórmula: $P/P = \{C + E + M\} \times (S + W)$, onde:

P/P = Poder Percebido

C = Massa Crítica: População + Território

E = Capacidade Econômica

M = Capacidade Militar

S = Objetivo Estratégico

W = Vontade de Executar a Estratégia Nacional

Cf. CLINE, Ray. "Avaliação do poder mundial" in: *Política e Estratégia*, vol., 1 – No 1, out-dez 1983, p.10.

²² Nos meses de agosto, setembro e dezembro de 1855, a *Putnam's Monthly – A Magazine of Literature, Science, and Art* – publicou uma série de artigos de Engels consagrados ao estudo comparativo dos exércitos que se confrontavam na guerra da Criméia. Este conjunto de textos constitui um dos mais completos e articulados estudos dedicados pelo autor aos temas militares europeus. Encontram-se reunidos sob o título, *The Armies of Europe*, no volume 14 das *Collected Works*, pp. 401-469 e constituem inequivocamente uma fonte preciosa de informação e análise acerca da situação militar das potências européias em meados do século XIX.

- Limitações de tempo e espaço não me permitiram utilizar, senão pontualmente este significativo acervo no presente trabalho.
- ²³ Marx dedicou seu artigo "O desastre de 18 de Junho" ("The Mishap of June 18") a apreciação deste combate. Engels lhe dedicou dois trabalhos: "Notícias de Sebastopol" ("From Sevastopol") e "A última derrota aliada" ("The Late Repulse of the Allies"). Ver *Collected Works*, vol. 14, pp297-301, 313-19, 328-32 e 733-734.
- ²⁴ *Collected Works*, vol. 14, p. 155.
- ²⁵ Engels, Friedrich. "Progress of the war", publicado no *New York Daily Tribune*, No 4366, de 17 de Abril de 1855 como artigo principal. *Collected Works*, op. cit., pp. 134-135.
- ²⁶ Tal preocupação, segundo Marx e Engels, decorria do cenário de instabilidade econômico-social gerada pela crise econômica dos anos 1858-1860.
- ²⁷ *Collected Works*, vol. 16, pp. 211-255.
- ²⁸ No original e pela ordem: K. Marx, "Austria, Prussia and Germany in War", "A Prussian View of the War". F. Engels, "The War", "The War – No Progress", "Fighting at Last," "The Battle of Montebello", "The Campaign in Italy", "Strategy of War", "Progress of the War", "The Austrian Defeat", "A Chapter of History", "The News from the War", "Historical Justice".
- ²⁹ A julgar pelo notório engajamento de Marx e Engels ao lado das correntes radicais e revolucionárias que participavam do movimento pela unificação da Alemanha é bastante provável que eles identificassem os "autênticos interesses dos povos germânicos" com programa da esquerda alemã, ou seja, a unificação do país sob a forma de uma república democrática. Inversamente, como se sabe, os círculos dirigentes prussianos advogavam que a unificação nacional deveria se realizar sob a égide de uma monarquia absoluta hegemônica pela aristocracia *junker* da Prússia.
- ³⁰ "On Rifled Cannon", *Tribune*, edições dos dias 7 e 21 de abril, 5 e 19 de maio de 1860. *Collected Works*, vol. 17. op. cit.; pp. 354-366.
- ³¹ No original: "On Rifled Cannon", "Military Reform in Germany", "British Defenses" e "Could the French Sack London?" *Collected Works*, vol. 17, op. cit.;
- ³² Cf. DEL ROIO, Marcos. "O testamento de Engels", in: Coggiola, Osvaldo (org.), *Marx e Engels na História*. São Paulo, FFLCH-Xamã, 1996, 488.
- ³³ Cf. DEL ROIO, Marcos, op. cit.; p. 489.

A contribuição de Engels à elaboração do marxismo clássico: linguagem, consciência, técnica.

João Quartim de Moraes

I- Reconstituir as formulações de Marx e Engels a respeito da linguagem e da consciência desde os escritos juvenis exigiria um estudo especial. Os que tratam seus escritos com o zelo reverencial dos guardiões de escrituras sagradas, recusam-se a aceitar (ou pelo menos, a levar seriamente em conta) que após um século e meio de decisivas descobertas biológicas, arqueológicas, psicológicas, de intensas discussões multidisciplinares suscitadas, entre outras, pela descoberta freudiana do inconsciente, algumas das idéias que eles sustentaram possam ter envelhecido.

Não envelheceram nem um instante, entretanto, os princípios materialistas em que baseavam seu esforço crítico: negando, já na *Ideologia Alemã*, que a consciência seja anterior à linguagem e afirmando que ambas são um produto social inseparável das condições materiais concretas, eles rompem com os teólogos e outros idealistas que a identificam à alma, substância espiritual transparente a si mesma, portanto auto-consciente e intrinsecamente dotada da faculdade de comunicar o pensamento pela palavra:

Desde o início, pesa sobre o "espírito" a maldição de estar "maculado" por uma matéria, que aqui se apresenta sob a forma de camadas de ar agitadas, de sons, em suma, sob forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência; a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também somente para mim mesmo; e a linguagem surge, assim como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal não se relaciona com nada. Para o animal, sua relação com os outros não existe enquanto relação. A consciência, portanto, é desde o início um produto social e assim permanece enquanto houver homens ¹.

A tese de que a linguagem é a consciência real, prática, o modo de ser efetivo da consciência, aponta para o materialismo, mas a argumentação é ainda nitidamente especulativa: "a linguagem surge, assim como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio

com outros homens". Por si só, a dialética da carência não nos liberta do idealismo; ela não explica nenhuma mudança ou invenção. Mais exatamente, explica todas em geral (a começar da luz e da água, de que carecem todos os viventes), portanto, nenhuma em particular. O próprio Marx notará, uma década depois, nos *Fundamentos (Grundrisse) da crítica da Economia Política* que, na condição de "primeiro pressuposto" da apropriação da natureza, "figura uma comunidade natural"², caracterizada pelo nomadismo, já que "os homens não são sedentários por natureza, a não ser que o ambiente natural seja tão fértil que eles permaneçam sentados nas árvores como os macacos; normalmente, são *roaming* como os animais selvagens"³. A despeito de não existir ainda "enquanto relação" (consciente), o vínculo comunitário que agregava os membros da horda de primatas constituía condição natural básica de sua sobrevivência: antes de inventarem a linguagem e a consciência, os hominídeos, como os demais viventes gregários, também careciam de intercâmbio social para adquirir os meios de sua própria conservação (alimentos, abrigo, defesa comum etc.).

O essencial da crítica ao idealismo desenvolvida no texto da *Ideologia Alemã* consiste em afirmar que a consciência é "desde o início um produto social" e que a linguagem é tão antiga quanto ela. Dá a entender, portanto que elas seriam não somente coetâneas, mas também fundamentalmente idênticas: a consciência constituiria o lado subjetivo da relação social de comunicação e nela se concretizaria. Não se pode interpretar dialeticamente um argumento sem levar em conta a tese que ele nega. A ironia a respeito das máculas materiais da comunicação humana (camadas de ar agitadas, sons, uma determinada disposição anatômica do aparelho fonador etc.) está dirigida contra os idealistas radicais, para os quais a alma humana, substância espiritual ou "coisa pensante" (como dirão os cartesianos), é a sede do pensamento, portanto da linguagem. A evidência fundadora do idealismo moderno, o celeberrimo "Cogito ergo sum", só brotou no espírito de Descartes porque sua dúvida metódica não foi hiperbólica o bastante para supor que o Gênio Maligno lhe havia confiscado o dom da palavra. Sem palavras, sequer poderia formular esta suposição. Sou uma coisa pensante porque sou uma coisa falante. Se não arquivássemos em palavras as "informações" (verdadeiras ou falsas) que se refletem em nosso cérebro, seríamos uma coisa não-pensante, mero mecanismo de recepção de estímulos e desencadeamento de respostas. Aliás, coerente com seu rigor geométrico, Descartes, após haver excluído o Cogito da espessa animalidade, relega todos os demais animais à condição de máquinas. Mais adequadamente, mais próxima, em todo caso, do materialismo

histórico, comprovando, se preciso fosse, que na filosofia, como no mundo, não há progresso linear, está a fórmula aristotélica “o homem é um vivente dotado de logos”.

Mas a crítica da metafísica idealista da consciência tal como a desenvolveram Marx e Engels na *Ideologia Alemã* é ainda demasiado filosofante. É o que mostra a comparação com as anotações dos *Grundrisse*, que registram notável avanço rumo à teoria materialista da hominização. É evidente, com efeito, que se a comunidade é um pressuposto *natural*, ela já existia na situação primordial em que o nomadismo era a forma de sobrevivência. Os hominídeos não teriam forjado a linguagem articulada, ultrapassado a comunicação por gestos e sons inarticulados, se o gregarismo não constituísse condição radical de sobrevivência da horda ancestral. Quanto à consciência, não é certo que a linguagem seja “tão antiga” quanto ela. É mais antiga, porque constitui sua condição social. Nossos ancestrais tornaram-se capazes de falar uns com os outros muito antes de começarem a falarem para si mesmos, portanto a vislumbrar o *Eu* como instância distinta do *Nós* gregário. Não há consciência sem a idéia do *Eu*, cujo significado, no sentido etimológico (aquilo que é objeto do ato de significar), por ser impalpável, atesta-se objetivamente pelo significante, quando, portanto surge a palavra que o denota. Mas as palavras pressupõem a linguagem já constituída.

II- No *Capital*, Marx expõe sinteticamente a tese de que o trabalho assumiu as características “em que ele pertence exclusivamente ao homem” quando este, tendo logrado discernir e abstrair a forma útil dos materiais naturais de que até então se apropriava em estado bruto, tornou-se apto a produzir seus meios de existência em conformidade com o esquema funcional que fixara no cérebro. Num dos mais notáveis tópicos da *Dialética da Natureza*, “o trabalho como fator da hominização do macaco”⁴, Engels, apoiado em sua sólida cultura científica, desenvolve esta tese, oferecendo uma exposição notável da transição do primata ao *homo sapiens*.

Trabalhando, os hominídeos desenvolveram exponencialmente as potencialidades inscritas em seu código genético, notadamente pelo reforço sinérgico da capacidade cerebral e da destreza manual. O *homo sapiens* tornou-se um produtor de formas ao inventar ferramentas que lhe permitiram ultrapassar a condição comum a todos os viventes (extrair imediatamente da natureza ambiente seus meios de subsistência), submetendo progressivamente a seus fins os meios e objetos sobre os quais incidia sua luta pela sobrevivência. O “salto” das formas pré-humanas à forma humana do trabalho, constitui o elo decisivo da

hominização: o *homo* se tornou *sapiens* ao se tornar *faber*. Do ponto de vista da filogênese, as duas transformações são coetâneas e complementares: o esquema mental da forma útil é inseparável da destreza manual, que o toma por paradigma para moldar o objeto de trabalho. Mão e cérebro são igualmente decisivos, a tal ponto que, parodiando um preceito célebre do aristotelismo, podemos afirmar que o cérebro abstrai aquilo que as mãos separam. Todas as demais formas que o homem veio a produzir (para o “bem” ou para o “mal”), notadamente a linguagem articulada, têm sua matriz nesta conexão originária⁵.

Numa síntese admirável dos mais avançados conhecimentos arqueológicos de seu tempo, Engels conecta e desmistifica a sublimação espiritualista da comunicação humana:

“O domínio da natureza que se esboça no aperfeiçoamento da mão pelo trabalho amplia o horizonte do homem a cada novo progresso”. Os objetos da natureza lhe revelam constantemente novas propriedades [...] Além disso, o trabalho necessariamente contribuiu para uma aproximação mais estreita dos membros da sociedade, multiplicou as ocasiões de ajuda mútua, de cooperação, despertou em cada indivíduo a consciência da utilidade desta cooperação. Para ser breve, os homens em devir (*die werdenden Menschen*) chegaram ao ponto em que passaram a *ter algo a dizer*. A necessidade cria para si o órgão de que precisa (*Das Bedürfnis schuf sich sein Organ*): a laringe não desenvolvida do macaco se transforma lenta, mas seguramente, de modulação em modulação mais elevada e pouco a pouco os órgãos da boca puderam exprimir sílabas articuladas, umas depois das outras⁶.

A respeito da relação entre inteligência e linguagem nos animais domésticos, Engels assinala, com também notável lucidez, que “o comércio com os homens desenvolveu no cão e no cavalo um ouvido tão sensível à linguagem articulada que estes animais podem, no marco de suas representações, chegar a compreender qualquer idioma[...]. Quem conhece bem estes animais dificilmente poderá escapar da convicção de que, em muitos casos, a incapacidade de falar é vivida *atualmente* por eles como um defeito. Desgraçadamente, esse defeito não tem remédio, pois seus órgãos vocais se acham demasiado especializados em determinada direção. Não obstante, quando existe um órgão apropriado, essa incapacidade pode ser superada dentro de certos limites.” Assim, o papagaio, “no âmbito de suas representações”, “pode chegar a compreender o que diz”⁷.

As descobertas científicas acumuladas ao longo do século XX confirmaram amplamente suas observações. A respeito da linguagem,

em particular, está provado que embora a fala articulada do *homo sapiens* distinga-se, por seus recursos praticamente ilimitados, de qualquer outro código de comunicação, os chimpanzés, nossos mais próximos parentes, são capazes de assimilar e transmitir centenas de signos, servindo-se de linguagens humanas artificiais que dispensam as cordas vocais e a articulação dos sons, por exemplo, os códigos utilizados pelos surdos-mudos. Eles não falam, não porque não pensam, mas porque não dispõem de aparelho fonador capaz de produzir sons articulados.

As possibilidades de sobrevivência dos hominídeos e de domínio sobre as forças naturais espontâneas aumentaram na razão direta do desenvolvimento de sua capacidade cerebral e, portanto de sua aptidão para a linguagem. Outras espécies, inclusive as abelhas e as formigas, desenvolveram códigos de comunicação de alta precisão e eficiência. Dir-se-á que não foram além do "aqui" e do "agora". Sim e não. Foram e vão na medida em que os significantes da comunicação, entre as abelhas (a posição do corpo relativamente à incidência da luz solar, a vibração das asas etc.) trazem uma informação nova (a localização das flores melíferas). Não vão, na medida em que não descolam da situação biológica concreta: não produzem ferramentas. A "técnica" de que as abelhas dispõem (para construir colméias ou para coletar alimentos) está inscrita em sua carga genética, portanto estabilizada no patamar evolutivo que atingiram há milhões de anos. Em especial, seu código de comunicação, limitado à expressão corporal, não permite abstrações nem, menos ainda, comunicar-se consigo mesmo, portanto tornar-se consciente.

III- Devemos ao muito pouco conhecido entre nós (mas imprescindível) filósofo marxista Tran-Duc-Thao o mais avançado desenvolvimento das teses pioneiras de Engels sobre o devir dos hominídeos, em especial a reconstituição hipotética da gênese evolutiva do *homo habilis*, através notadamente da sinergia entre mão e cérebro, trabalho e comunicação verbal. Estudando "o devir do instrumento" na trilha das observações de Engels, Tran-Duc-Thao sustenta que

"podemos considerar adquirida a forma do signo com a passagem do Ancestral antropóide ao Pré-hominídeo [...] no momento em que tendo a mão se habituado a segurar o instrumento, o pé especializou-se na marcha bípede, o que por sua vez liberava completamente a mão, de modo que o trabalho de adaptação, que no Ancestral antropóide [...] era apenas um simples hábito, eleva-se no Pré-hominídeo à forma de um comportamento regular fundado no progresso da estrutura biológica". Em nota, acrescenta: "é essencial notar que a mudança fundamental não consiste aqui na aquisição da bipedia em geral, mas *da bipedia enquanto ela libera a mão*. Tanto assim que os

gibões andam muito bem sobre os dois pés, mas são obrigados a estender os braços para manter o equilíbrio: não há, pois liberação da mão”⁸.

A liberação da mão, que, como já notara Engels, teve conseqüências diretas sobre o desenvolvimento do organismo humano em seu todo, permitiu, notadamente passar da utilização de instrumentos *stricto sensu* (objetos naturais utilizados como meios para obter um bem de consumo) à produção de *ferramentas*, isto é, de meios de produção produzidos pelo trabalho, nos quais se concretizou a capacidade propriamente humana de impor formas úteis aos objetos naturais. Ela só se concretizou quando o homínídeo, ultrapassando a atitude aquisitiva própria ao aqui e o agora (condicionada pelo reflexo sensorio-motor no contexto biológico imediato), tornou-se capaz de elaborar a imagem abstrata da forma instrumental. Foi, com efeito, o distanciamento relativamente à situação ecológica imediata, indispensável à capacidade de discernir por abstração as formas úteis à produção de ferramentas, que permitiu ao *homo sapiens*, conceber idéias e associá-las a signos lingüísticos. Antecipar mentalmente procedimentos técnicos que as mãos executarão, articular sons para formar palavras, traçar pictogramas para materializar significações, são processos complementares de desenvolvimento das funções cerebrais que se reforçam reciprocamente.

É também a Tran-Duc-Thao que devemos a mais notável hipótese de que dispomos sobre os primeiros lampejos da consciência, vinculados às situações de trabalho coletivo, notadamente àquelas em que um dos membros da horda caçadora, se desgarrando dos demais, brada e gesticula não mais para se dirigir a eles, mas a si próprio:

Se, por exemplo, perseguindo a caça, um caçador se atrasa em relação aos demais, e estes o chamam indicando-lhe a presa pelo gesto da mão em arco de círculo, é evidente que, precisamente pelo fato de ter ficado para trás, ele não tem, por sua vez, que chamá-los da mesma maneira; cumpre-lhe, antes, recuperar seu atraso e alcançar o grupo na direção do objeto indicado. [...] Mas sendo desigual a situação, o movimento não pode mais se realizar na forma simples da simetria. No momento mesmo em que o sujeito começa a reenviar a indicação em direção dos outros, ele se acha em contradição com sua própria posição de retardatário: o resultado é que o movimento, apenas esboçado, se absorve tão logo no signo enviado pelo grupo, de modo que é de fato *para ele mesmo* que o sujeito repete este chamado, vale dizer, ele *chama a si próprio* para juntar-se aos outros na direção do objeto. Este chamado a si próprio, que retoma o chamado dos outros, encontra imediata realização no plano vocal, porque as exclamações que se respondem, se confundem como num coro. [...] O processo assim realizado no

plano vocal se estende ao plano gestual. O sujeito começa respondendo na forma originária, que consiste em erguer a mão para o lado dos outros para remetê-la na direção do objeto. Mas como em realidade, em sua posição de retardatário, ele não tem que indicar o objeto aos outros e como ele já se identificou com eles pela voz, resulta que seu gesto, apenas esboçado, se confunde imediatamente com o deles. [...] Para ser breve, em razão da situação do retardatário, o movimento da indicação em sua totalidade, gesto e voz, retorna a si mesmo, de modo que o sujeito *se indica o objeto a si mesmo a partir dos outros com os quais ele se identifica*. Ora, é esta dialética mesma, em que a reciprocidade do signo se absorve na forma da identidade, que gera a estrutura do *vivido* em que se constitui a relação a si como *consciência*⁹.

Contra o materialismo “reducionista”, ele alerta, entretanto, para a diferença entre dizer que a consciência é uma simples “forma do movimento da matéria” (Engels sempre evitou esta expressão) e que é um movimento do “cérebro pensante”. Distinção demasiado sutil? Nem tanto. O decisivo, desde logo, é reconhecer que a consciência apresenta um caráter incontestavelmente ideal, portanto, que seu conteúdo não se reduz aos neurônios que lhe servem de suporte:

Dizer que a consciência é um movimento da matéria significa simplesmente que este movimento *pertence à matéria*, em outros termos, que a matéria é seu verdadeiro *sujeito*. Nem por isso este movimento deixa de se apresentar sob uma forma que não é material e sim ideal, já que resulta precisamente da *idealização* característica do movimento da linguagem interior. [...] E já que (a consciência) existe somente na linguagem, a única “forma do movimento da matéria” que está em questão aqui é a própria linguagem, que se constitui primeiramente objetivamente no comportamento material como linguagem da vida real [...] e se *eleva à consciência* na linguagem interior, em que o sujeito se dirige a si mesmo a partir da imagem dos outros e em que se reconhece a si próprio na identidade de seu próprio vivido. A *intimidade da consciência ou interioridade do vivido* é esta forma idealizada em que o sujeito retoma para ele mesmo a experiência social sancionada pela linguagem e se põe em relação consigo mesmo confundindo-se nesta “sociedade interior” em que encontra a cada instante –de maneira verídica ou ilusória- *sua forma de universalidade como modo de sua existência*¹⁰.

O homem não se separou da natureza ao descer da árvore. Aliás, quem desceu da árvore não foi o homem, não era ainda sequer hominídeo. Louis Althusser abriu seu pequeno poema em prosa “Retrato de um filósofo materialista”, notando, a respeito da “idade do homem”, que ela “não tem nenhuma importância. Ele pode ser bem velho ou bem jovem”.

Não somente rejeita ironicamente as “biografias” do gênero humano (a mais vulgarizada e singela conta que Jeová criou Adão do barro e Eva das costelas de Adão), mas também as teleologias do fim da história. Declarar o homem muito velho ou muito jovem constitui uma operação intelectual semelhante à de constatar que a mesma ladeira, vista do alto é uma descida, mas vista de baixo é uma subida.

Para o materialista, linguagem e técnica têm o mesmo estatuto “ontológico”: a velha questão da origem das línguas não se distingue, quanto ao fundo, da que pergunta pela origem da técnica. Por *origem*, com efeito, entendemos não um começo absoluto (segundo o modelo da criação “ex nihilo”), nem um ponto de partida substantivo do qual elas teriam conjuntamente derivado, e sim um complexo de mudanças cumulativas em que o desenvolvimento complementar e exponencial da destreza manual e da capacidade cerebral configurou a primeira espécie do *homo*, dita *habilis*¹¹. Nossa adaptação materialista do preceito aristotélico (nada há na mente que não tenha antes passado pelas mãos) fica mais clara se dissermos que a abstração mental tem sua origem na separação manual.

A linguagem articulada foi uma invenção, portanto uma solução evolutiva, “ontologicamente” tão contingente quando o riso da hiena, o bico do tucano, o “altruísmo” da formiga e o “egocentrismo” exibicionista do pavão. O exponencial desenvolvimento da capacidade cerebral do *homo sapiens*, assim como a destreza das mãos, resultam de respostas adaptativas bem sucedidas, mas sempre aleatórias (salvo a introduzir o dedo de Deus na seleção natural) aos impasses da evolução. Por que só os códigos humanos de comunicação levaram à consciência, é uma questão certamente relacionada com a da técnica: nenhum outro vivente ultrapassou a utilização de instrumentos para produzir ferramentas. Em última análise, de resto, a linguagem é uma técnica que contém, em suas virtualidades, a capacidade de permitir falar consigo mesmo, portanto de desdobrar-se em sujeito e em objeto da comunicação.

Na natureza a função não faz o órgão. Mais exatamente, as funções possíveis estão inscritas nos órgãos reais. Mas o órgão já existente pode se adaptar a uma nova função que se tornou necessária na luta pela sobrevivência. A seleção natural favorece os indivíduos, cujos órgãos se mostram mais aptos para exercê-la. Neste sentido entendemos a já referida fórmula de Engels sobre a aquisição do aparelho fonador: “Das Bedürfnis schuf sich sein Organ”, que traduzimos por “a necessidade cria para si o órgão de que precisa”. Entendamos: a necessidade de se comunicar favorece os indivíduos mais capazes de emitir sons articulados. Aqueles dotados desta disposição mais favorável transmitem-na a seus

descendentes, que serão mais numerosos do que os que não a tem, já que suas possibilidades de sobreviver e de gerar, por sua vez, mais numerosos descendentes serão maiores. Reforça-se assim, de geração em geração, a evolução adaptativa do órgão, até configurar mudança anatômica de qualidade.

Ao produzir instrumentos para as funções que quer executar, a técnica inverte a ordem espontânea da natureza e nesta medida nela projeta os fins humanos. Mas, não sendo sobrenaturais, estes fins visam à satisfação de carências ditadas por suas condições concretas de existência. Por isto, o materialismo sustenta que a origem radical do "homo sapiens" em nada difere da dos demais viventes: resultam todos de um longo, complexo e aleatório processo de transformações biológicas. Os que torcem o nariz a estas verdades elementares são discípulos da ridícula dama inglesa, que ao tomar conhecimento das teses de Darwin sobre a evolução das espécies, replicou que talvez a família dele fosse parenta dos macacos, mas não a dela.

IV- A imagem do "salto", que, para nós, simboliza estritamente o momento em que a alteração quantitativa se torna mudança de qualidade, é freqüentemente empregada para confortar a sofreguidão racionalista de afastar o *homo sapiens* da mera natureza, conferindo-lhe desde logo os atributos essenciais de sua humanidade. Com efeito, é próprio ao humanismo marxológico, em suas versões leiga ou religiosa, conservadora ou "de esquerda", inscrever a humanidade, ou o homem em sua universalidade, numa esfera irredutível, "ontologicamente" distinta e superior às demais espécies biológicas. Não surpreende que os adeptos destas doutrinas se empenhem, com zelo ritual, na desqualificação teórica e mesmo política de Engels.

Exemplo particularmente agressivo é o oferecido por Nicolas Tertulian num artigo consagrado à apresentação da pleonástica "ontologia do ser social" (literalmente: teoria do ser social) de Lukacs¹². Parte considerável do artigo está consagrada à influência de Nicolai Hartmann na elaboração daquela ontologia. (A obra de Hartmann, inteiramente enraizada no idealismo alemão do início do século XX, está na origem da inflação ontológica que, graças sobretudo a Martin Heidegger, mas também a Lukacs, propagou-se pela Europa, Estados Unidos e adjacências). Não nos arriscaríamos a enveredar pelo terreno da hermenêutica lukacsiana, mas não temos porque duvidar de Tertulian quando afirma ser "quase perfeita" a "coincidência" entre Lukacs e Hartmann "quanto à análise das relações entre teleologia e causalidade"¹³. O padrinho deste conúbio teria sido nada menos do que Marx, renegando "post mortem" sua exemplar amizade e colaboração intelectual com Engels (em vida nunca

desmentida). Na base desta bizarra hipótese, Tertulian assume “o objetivo de distinguir o pensamento autenticamente ontológico de Marx da interpretação dada por Engels”, “considerado responsável, de certa forma, pela deformação staliniana do marxismo”, reproduzindo uma passagem de Lukacs, que não deixa dúvidas a esse respeito: “Eu acredito [...] no fato de que Engels e depois dele alguns social-democratas interpretaram o desenvolvimento da sociedade em termos de necessidade em contraste com aquelas conexões sociais de que fala Marx”¹⁴. Terão os dois ontólogos cometido um lapso de memória, ou ter-lhes-á faltado coragem intelectual para responsabilizar pelas alegadas deformações do marxismo, também o mais veemente entusiasta russo de Engels, um certo Vladimir Ulianov, dito Lenin? Ou, do ponto de vista da revolução proletária, ficaria muito constrangedora a comparação entre o engelsiano Lenin e o lukacsiano Tertulian?

É também a Hartmann que a “ontologia do ser social” deve a inspiração da descoberta de que o “pôr teleológico” é a “célula geradora” da “vida social”¹⁵. Vimos, entretanto, que bem antes dos ontólogos modernos, Marx havia apontado na capacidade de antecipar no cérebro a forma útil que iria imprimir no objeto natural, o traço próprio do trabalho propriamente humano. Sintomaticamente preocupado, como toda a escola marxontológica, em salvar o homem de sua animalidade, Tertulian garante que com seu “pôr”, “Lukacs torna impossível a confusão entre a vida da natureza e a vida da sociedade: a primeira é dominada pela causalidade espontânea, não teleológica por definição, enquanto a segunda é constituída através dos atos finalísticos dos indivíduos”¹⁶. O materialismo conseqüente não hesita, ao contrário, em assumir a fundo a tese de que o homem é um produto da história natural. *Ontologicamente*, é matéria. Sublimar a matéria no “social” é enveredar pelo logicismo transcendental das “ontologias regionais” do idealismo post-kantiano e fenomenológico. A interpretação lukacsiana da filosofia marxista merece, porém pelo menos o benefício da dúvida. Melhor, pois do que atacar Engels, os epígonos do pensador húngaro deveriam mostrar que ela não se esgota num humanismo trivial: o homem não se reduz à natureza, não é um animal irracional, nem mero agente econômico etc. (Um marxólogo cristão acrescentaria: o homem é mordido por uma sede de transcendência...).

Os lukacsianos brasileiros também manifestam a mesma rejeição a Engels. Em artigo em que procura fundamentar o verdadeiro pensamento ontológico de Lukacs, Sérgio Lessa refuta a acusação de duplicidade ontológica que Agnes Heller e correligionários dirigiram ao chefe da escola de que tinham sido discípulos; ele ora teria se apoiado no abominável naturalismo determinista, apodado de “marxismo vulgar”,

ora reconhecido “a relevância ontológica da consciência para a processualidade social”¹⁷. Não temos a menor intenção de entrar nesta ou em qualquer outra polêmica sobre a questão¹⁸. Apenas assinalamos que a argumentação desenvolvida por Lessa compartilha a rejeição da ex-discípula de Lukacs à concepção, “devedora do stalinismo”, de que a “essência social” seria idêntica “à reprodução econômica”, deles divergindo apenas no que concerne a Lukacs. Este, longe de ter caído em “equivoco” semelhante ao de Engels (o qual, na *Dialética da Natureza*, teria identificado “mundo social e natureza”), “reafirma [...] a novidade ontológica do ser social frente à natureza”¹⁹.

Já observamos que a expressão “ser social” aplicada para dar conta da singularidade ontológica do homem é, no mínimo, imprópria. Mas imputar a Engels um determinismo que reduz a história da humanidade às leis naturais e anuncia o stalinismo (por que não o leninismo?) é caricaturar seu pensamento. No capítulo final de *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, um de seus livros mais conhecidos, Engels declara que

a história do desenvolvimento da sociedade se revela, num ponto, *essencialmente diferente* da história da natureza. Na natureza [...] são unicamente fatores inconscientes e cegos que agem uns sobre os outros [...] Pelo contrário, na história da sociedade, os agentes são exclusivamente homens dotados de consciência [...]; nada se produz sem desígnio consciente, sem fim pretendido. [...] Mas esta diferença, qualquer que seja sua importância para a investigação histórica, não pode mudar em nada o fato de que o curso da história está sob o império de leis gerais internas. Os homens fazem sua própria história [...] perseguindo cada um seus fins próprios, conscientemente pretendidos e é precisamente a resultante destas numerosas vontades agindo em direções diferentes e de suas repercussões variadas sobre o mundo exterior que constitui a história²⁰.

Podemos discutir o significado e o alcance do “império de leis gerais internas” (por exemplo, a acumulação e elevação da composição orgânica do capital, a baixa tendencial da taxa de lucro, a pauperização das massas), mas classificar de “equivoco” o reconhecimento destas leis é dizer que *O capital* de Marx é um livro equivocado.

IV- No cemitério de Highgate, Londres, diante do túmulo de Karl Marx, no dia 17 de março de 1883, Engels, após ter aberto a homenagem fúnebre ao amigo de sempre com a constatação de que o maior pensador vivo tinha cessado de pensar e a confirmada previsão de que o vazio aberto pela morte desta personalidade gigantesca logo se faria sentir, resumiu em fórmula lapidar seu legado teórico:

"Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o simples fato, até então ocultado debaixo do entulho da ideologia, de que a espécie humana necessita, antes de mais nada, comer, beber, ter um abrigo e roupas, antes de poder se consagrar à política, à ciência, à arte, à religião etc.; que, por isto, a produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a etapa correspondente de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual têm se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e, até mesmo, as idéias religiosas dos homens e de acordo com a qual, então, devem ser explicadas, e não o contrário, como até então vinha ocorrendo. Mas, não é só isto. Marx descobriu também a lei específica que governa o atual modo de produção capitalista e a sociedade burguesa que este modo de produção tinha criado. A descoberta da mais-valia veio imediatamente iluminar o problema que todas as pesquisas anteriores, tanto dos economistas burgueses quanto dos socialistas críticos, tentaram solucionar, mas apenas lograram vagar na escuridão. Duas descobertas de tal porte deveriam bastar para uma vida. Feliz o homem que consegue fazer apenas uma destas descobertas.

Mas em cada um dos campos que Marx investigou -e foram muitos os campos que ele investigou, nenhum deles superficialmente- em todos os campos, inclusive na matemática, efetuou descobertas independentes. Tal era o homem de ciência. Mas isto não era nem sequer a metade do homem. Para Marx, a ciência era uma força histórica dinâmica, revolucionária. Por grande que fosse a alegria suscitada por uma nova descoberta em qualquer ciência teórica cuja aplicação prática talvez fosse então praticamente impossível de prever, ele experimentava um prazer de outra qualidade quando a descoberta exercia mudanças revolucionárias imediatas na indústria e no desenvolvimento histórico em geral. [...] Por que Marx era, acima de tudo, um revolucionário militante. Sua real missão na vida era contribuir [...] para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições estatais a que ela tinha dado origem, contribuir para a libertação do proletariado moderno, que ele foi o primeiro a tornar consciente de sua própria posição e de suas necessidades, consciente das condições de sua emancipação.

Em síntese, a revolução teórica de Marx, inseparável de seu combate pela libertação do proletariado moderno, deve ser compreendida sob o horizonte lógico-histórico da evolução da sociedade humana a partir da crítica das relações econômicas instauradas pelo capital. Coube a Engels defender e ilustrar o princípio de que a base econômica determina as formas políticas e culturais da sociedade, mas que, de seu lado, estas

formas reagem sobre a base econômica. Engels várias vezes retornou a esta questão fundamental. A última em data está na já mencionada carta endereçada a B. Borgius, de 25 de janeiro de 1894²¹, na qual, após reiterar que “o modo pelo qual os homens de uma determinada sociedade produzem seus meios de subsistência e trocam os produtos entre si” constitui a “base determinante da história das sociedades”, ele esclarece que “as condições econômicas condicionam em última instância a evolução histórica”. E prossegue: “O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, literário, artístico etc., repousa sobre o desenvolvimento econômico. Mas eles todos reagem uns sobre os outros bem como sobre a base econômica. Não é certo que a situação econômica seja *a causa, que só ela seja ativa* (itálico no original) e que todo o resto não seja mais do que efeito passivo. Há, ao contrário, uma ação recíproca fundamentada na necessidade econômica que, *em última instância* (itálico no original), sempre se impõe”. A própria oscilação terminológica de Engels, que fala em *desenvolvimento* (Entwicklung), em *base* (Basis), em *situação* (Lage) e em *necessidade* (Notwendigkeit) econômica, mudando o substantivo a cada frase, mostra que sua preocupação era esclarecer o significado da determinação em última instância pela economia, e não definir uma fórmula ou matriz teórica que permitisse reduzir ao econômico todo e qualquer fenômeno social ou cultural.

V- Não foi só entre os lukacsianos explícitos, mas em toda a marxologia essencialista²² que Engels tornou-se “persona non grata”. O combate socialista era para ele inseparável das luzes da ciência e do esforço pela descoberta teórica e este da defesa da posição filosófica materialista. O fato de que Gramsci, sem sombra de dúvida, um dos mais fecundos e originais pensadores marxistas, tenha fundamentado seu “historicismo radical” na posição oposta, não é teoricamente indiferente. A crítica a Bukharin que ele desenvolve em *Il materialismo storico* sustenta que a verdade é sempre relativa à “experiência histórica”, portanto à consciência, colocando-se assim no terreno de um relativismo de fundo idealista. Classifica de “materialismo metafísico” a posição de Bukharin, de que a “objetividade existe mesmo fora do homem”. Segundo ele, “conhecemos a realidade só em relação ao homem e assim como ele é devir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devir, também a objetividade é um devir etc”, portanto sustentar “que existiria uma realidade mesmo se não existisse o homem” é “fazer uma metáfora ou cair numa forma de misticismo”²³. Sem dúvida, há maneiras “meta-físicas” de defender a posição materialista. Mas sustentar que não há realidade sem o homem e que só por metáfora (ou misticismo) se pode admitir uma realidade anterior ao homem é, de um lado, negar a

ciência (que demonstrou ser o homem um produto recentíssimo da história da natureza) e, de outro, reduzir o ser à experiência histórica da humanidade, portanto *erigir as condições do conhecimento em condições da realidade*.

Neste sincretismo idealista, filosoficamente tão singelo quanto o materialismo de Bukharin, refletem-se, além da notória influência de Hegel, via Croce, a do empirismo britânico, bem como do transcendentalismo kantiano e fenomenológico, para os quais a objetividade é o pólo oposto e complementar da consciência, já que esta é sempre "consciência de...". O extraordinário sentido do concreto histórico, a insuperável densidade de suas reflexões, a agudeza de suas análises, enfim, tudo que faz de Gramsci um dos mais extraordinários pensadores do século XX confirma que uma posição filosófica de fundo idealista não faz lastro ao vôo de um grande espírito. Afinal, a condição de frade não impediu Mendel de revolucionar a genética. O fato, entretanto, de que a mecânica da formação dos zigotos cromossomos pela aleatória junção dos gametas masculino e feminino não contradiga diretamente a fabulação bíblica sobre a origem da vida, evitou que ele tivesse de enfrentar os rigores da disciplina eclesiástica. Não cometeremos a temeridade de resumir aqui os efeitos teóricos do historicismo radical sobre a obra de Gramsci, mas eles certamente explicam seu fraco interesse pela economia, bem como o privilégio que concede à escorregadia noção de "Ocidente" relativamente ao conceito de imperialismo.

Encontramos a mesma recusa em assumir a posição materialista e a mesma hostilidade a Engels nos existencialistas e outros humanistas do século XX que flertaram com o marxismo. Sartre nomeadamente, em 1943, cerca de uma década depois de Gramsci, abriu seu *L'Être et le néant* declarando que "o pensamento moderno realizou um progresso considerável ao reduzir o existente à série das aparições que o manifestam"²⁴. Segundo ele, o progresso teria consistido na ultrapassagem dos dualismos metafísicos *essência/aparência, ato/potência* etc., sem cair no monismo do fenômeno, isto é, na posição sustentada por Berkeley, que cunhou a célebre fórmula "ser é ser percebido" ("esse est percipi"). Para ultrapassar esta radical identificação do ser à percepção e escapar da repetição ao infinito da estrutura *percipi/ percipiens* (a consciência se põe como objeto de si mesma, mas a consciência de ser consciente de si mesmo pode também ser posta como objeto: sou consciente de ser consciente de mim mesmo etc.), Sartre apresenta-a como existência, ser para fora. Não pagou direitos autorais a Descartes, mas seu ponto de partida é o mesmo: "Penso, logo existo". Não aceita, entretanto a proposição que Descartes infere a seguir: "*sou*

uma *coisa* que pensa". Para Sartre, não sou uma *coisa*, entendamos, não *sou* uma substância. Sou um espectador de tudo que se manifesta em minha situação. Mesmo engajado em alguma causa, continuo espectador radical e por isso mesmo, enquanto filósofo, encarno a consciência infeliz da filosofia da consciência.

Na marxologia acadêmica brasileira, o ataque mais cerrado a Engels foi desfechado por J.A. Giannotti em *Trabalho e reflexão*, tentativa de construir uma "ontologia social" sobre os escombros do que chama a "falsa negatividade" da dialética²⁵. Sem dúvida, a tentativa de resolver as questões filosóficas pela dialética presta-se à discussão. Mas na refutação de Engels, Giannotti rejeita não somente a *dialética* da natureza, como também a posição materialista em filosofia. Segundo ele, com efeito, "a afirmação de uma objetividade exterior, independente de um sujeito", que constitui, para Engels, "o primeiro postulado de qualquer investigação científica", "é paralela à afirmação de um sujeito inefável"²⁶. Será mesmo? Só impondo dogmaticamente ao materialismo o ponto de vista do idealismo subjetivo. Claro que, se por objeto entendermos exclusivamente aquilo que se dá a um sujeito, afirmar que há objetos sem sujeito é uma contradição lógica elementar. Mas se reconhecermos que a consciência é um fenômeno recentíssimo na história da natureza (e não o reconhecer é aderir ao creacionismo), então não fica difícil entender que o objeto que chamamos matéria é radicalmente independente e ontologicamente anterior sem se refletir em nenhuma consciência. A recusa em admitir que a consciência seja um produto (pré) histórico e, por conseguinte, que o mundo dispense espectadores é que leva à crença na irredutibilidade do sujeito.

Anexo: Idéias para a introdução de *A marca* de Engels (Lígia Osório).

As anotações que seguem são de Lígia Osório. Redigiu-as com o objetivo de oferecer uma introdução histórico-analítica à tradução anotada e comentada de *A marca* de Engels, que juntos preparávamos para a revista *Crítica Marxista*²⁷. Meticulosa e exigente em relação a seu próprio trabalho teórico, ela acabou preparando outra versão, sensivelmente diferente, talvez mais apropriada, até por abrir menos pistas teóricas, ao objetivo preciso de apresentar aos leitores da revista o texto de Engels. Ao passo que na linguagem direta e sóbria da versão agora publicada, mantêm-se vivas as indagações e reflexões que o estudo de *A marca* suscitou na autora, uma de nossas melhores e mais eruditas

historiadoras da economia. É com autorização dela, evidentemente, que reproduzimos aqui estas anotações.

A *marca* mostra o processo de formação da propriedade da terra nos territórios que viriam a constituir a Alemanha. Engels é muito claro e muito enfático quanto a tratar-se de um processo longo com aspectos que diziam respeito aos interesses próprios dos camponeses e aos interesses próprios dos senhores que foram ganhando destaque à medida que o tempo e as guerras devastadoras ocorriam. A *marca* era a instituição que organizava a vida camponesa definindo obrigações, direitos e relações sociais dentro da comunidade aldeã. Campos, bosques, pastos, etc. eram "administrados" em comum através da *marca*. A casa do camponês, seu refúgio e garantia de individualidade foi a primeira propriedade particular. Depois, esta forma específica de relação do indivíduo com as coisas estendeu-se para os meios de produção.

É importante frisar que o texto faz a descrição desse processo de formação da propriedade na Alemanha e algumas outras regiões da Europa. Em outros lugares foi diferente, mas é sempre um processo. Enquanto no Brasil, e não só no Brasil, mas em outros lugares, quando se fala da América Latina é comum ainda referir-se à estrutura agrária como herdada dos tempos coloniais. E depois, afirma-se que já era propriedade plena em 1500! De um lado, a concentração da propriedade em países da América Latina como o Brasil ou a Argentina, é resultado principalmente das sesmarias e das "mercedes" de terras da era colonial. De outro, no caso brasileiro, afirma-se que a propriedade plena já era um atributo das relações dos homens com a terra no século XVII. A consequência é a negação da idéia de processo na noção de propriedade. Inclusive achando que um decreto qualquer teria o poder de subverter a relação dos homens com o meio de produção fundamental. É uma verdadeira aula de história que Engels nos dá.

A idéia de que o servo era predominantemente um ex-escravo não aparece no texto. Pelo contrário, Engels demonstra que foi mais comum o homem livre ser transformado em servo, "asservido" (a inexistência do termo em português torna difícil passar o conceito; em francês existe *asservir*, *asservissement*). Outro elemento importante é a distinção feita no texto entre prestadores de corvéia e servos. Isto é, o trabalho gratuito nas terras do senhor podia ser ou não acompanhado da falta de liberdade pessoal. Uma vez liberto da servidão (alguns já eram livres desde sempre), o passo seguinte era a transformação da renda trabalho em renda produto ou dinheiro (comutação).

Outra grande contribuição do texto é (mostrar) que [...] a definição daquilo que se tornaria a apropriação privada da terra foi o resultado de uma luta incessante entre os senhores, os camponeses e os invasores (o invasor estrangeiro, as guerras européias da Idade Média e da Idade Moderna). Aquela visão estática que alguns autores transmitem da Idade Média é desmentida pela luta incessante entre os camponeses (reunidos em torno da marca) e os senhores e suas ambições políticas e econômicas. Há idas e vindas nas posições de ambos. Estas disputas são agravadas pelas lutas contra os invasores estrangeiros. Chega-se mesmo a uma situação de exaustão nos dois campos (embora, é claro, o lado mais fraco esteja pior).

E a situação ganha novos contornos com a chegada do elemento "estrangeiro": a invasão francesa, as tropas napoleônicas que trazem consigo o código que introduz, aí, sim a noção de propriedade burguesa e a liberdade pessoal do camponês. A partir daí começa a aprofundar-se a diferença entre a Europa Ocidental e a Europa do Leste.

Na *Ideologia alemã*, M & E apontaram a apropriação privada dos meios de produção como o pilar da sociedade capitalista. Até meados do século XIX pode-se dizer que a terra representou o papel de principal meio de produção para a maioria dos povos europeus, apesar da Revolução Industrial já ter iniciado a sua marcha triunfal. Na área rural, a apropriação privada dos meios de produção significou a introdução da propriedade plena da terra e sua transformação em mercadoria. Para que esta forma de apropriação se tornasse dominante, foi preciso a ocorrência de um número razoável de mudanças. Dentre estas, ressalta a substituição gradual (pacífica ou violenta) das formas de apropriação coletiva, simbolizadas pelas terras comunais, os campos abertos, processo que se estendeu por vários séculos, foi por vezes conflitante e deixou marcas profundas na história dos países, como foi o caso dos "enclosures", na Inglaterra. Foi preciso também a supressão gradual ou súbita da teia de direitos ligando os camponeses às parcelas de terra (as faixas), e, às vezes, às terras senhoriais (como, por exemplo, no caso da respiga). Estes direitos que se estendiam também aos bosques, florestas, rios, etc., davam-lhes a possibilidade de usufruir da flora e da fauna existente, complementando assim os recursos domésticos. Através da mudança nos direitos de propriedade, o capitalismo pôde penetrar no campo. Sua entrada foi tão avassaladora que, passados hoje mais ou menos 200 anos do final deste processo, praticamente sumiram da memória coletiva traços significativos do tempo em que a propriedade plena era uma forma excepcional e secundária de propriedade. De tal modo que, mesmo em trabalhos de especialistas é comum observar-se a utilização do conceito

que caracteriza a forma dominante da apropriação capitalista – a propriedade plena – como caracterizando a apropriação em diferentes épocas históricas (século XII, XIII, XIV, etc.), quando não, como a única forma possível de apropriação.

No texto de Engels, o principal personagem da história – a marca – é uma associação de camponeses²⁸ usuários e detentores de parcelas de terra na qual a apropriação não pode ser descrita de modo simples e conciso como na expressão *propriedade plena* ou, nem mesmo, na expressão *propriedade comunal*. A marca reunia uma combinação de elementos na qual estavam presentes a distribuição comunitária trienal das parcelas de terras a serem cultivadas, seu uso particular pelas famílias camponesas, a definição do que seria plantado em cada faixa, a utilização em comum das pastagens, dos bosques e charnecas, a propriedade privada da casa e do terreno adjacente (*ferme*, em francês, *homestead*, em inglês) gozadas por alguns camponeses, mas não todos; sendo também atribuição da associação de marca o estabelecimento das normas que regulavam todas essas formas sociais (constituição de marca), a implementação da sua aplicação (associação da marca propriamente dita) e a distribuição das sanções que se fizessem necessárias (justiça da marca).

Assim como as formas de apropriação dos meios de vida e de produção eram variadas, os homens também se encontravam em diferentes tipos de relações no que diz respeito à sua situação individual. Existiam servos, não-servos prestadores de corvéia, arrendatários mais ou menos livres, camponeses com direito a parcelas hereditárias, trabalhadores diaristas livres etc. A gama era bastante ampla, embora em cada período histórico a tendência era que houvesse uma relação de trabalho predominante.

Estamos longe, portanto, da simplificação redutora que, do ponto de vista da situação jurídica da terra, vê apenas a relação enfiteútica, e do ponto de vista econômico, apenas o *domínio* como expressando toda a vida rural da Idade Média. No texto, temos a oportunidade de acompanhar com Engels, em partes da Alemanha e da Europa de leste, os primórdios da *comutação* e, em seguida, o revertério, a *segunda servidão*.

As mudanças sofridas pela associação da marca ao longo do tempo até o seu desmantelamento revelam um quadro de lutas sangrentas entre camponeses e senhores. De um lado, estava o esforço constante destes últimos em se apropriar do trabalho camponês e das suas terras, e uma vez ampliado o mercado para os produtos agrícolas das suas

plantações, surgia a preocupação em garantir mão-de-obra abundante para o trabalho nas suas terras. De outro, estavam os camponeses lutando pela sobrevivência, pela manutenção do direito às suas parcelas de terras, às vezes hereditárias; e quando o renascimento do comércio ofereceu novas oportunidades econômicas, lutando para guardar uma parte significativa do excedente produzido. Num outro plano, estavam ocorrendo alterações também nas relações pessoais de dependência, que começavam, em certos casos, a afrouxar. Neste plano, a questão da liberdade pessoal do camponês, sua situação de servo ou homem livre²⁹ ocupava o lugar central.

O resultado das lutas nem sempre levou à liberação dos servos ou à sua emancipação econômica. Na verdade, o texto de Engels, através da análise de um caso concreto, ilustra a tese de que, em termos históricos, a servidão foi mais freqüentemente o resultado da redução de homens livres ao trabalho compulsório, do que o "afrouxamento da escravidão", isto é, uma espécie de meio termo entre a escravidão e o trabalho livre. Aliás, em alguns casos, a situação a que estavam reduzidos os servos não era, na prática, diferente daquela vivenciada pelo escravo. Sem embelezar a marcha do processo histórico, Engels, apesar de viver no século XIX e de partilhar a fé característica dos herdeiros do Iluminismo no progresso geral da humanidade em direção à emancipação, não cedeu à tentação de acomodar os fatos históricos às suas esperanças. E os fatos históricos não permitem uma única interpretação, otimista, do futuro. O fenômeno da segunda servidão, por exemplo, mergulhou os camponeses livres da Europa do leste em pelo menos três séculos de atroz servidão.

Engels foi contemporâneo das grandes mudanças ocasionadas pela revolução nos transportes que permitiu a incorporação ao mercado mundial das imensas áreas do Novo Mundo especializadas em produtos agrícolas de clima temperado, que vieram concorrer com a agricultura européia e provocaram a queda do preço relativo dos produtos agrícolas em todo mundo. Estes acontecimentos o levaram a presumir um pouco rápido demais o fim da pequena propriedade no campo europeu. Constatando a pujança com a qual a agricultura mecanizada do meio oeste norte-americano dava aos Estados Unidos a posição de primeiro produtor mundial de cereais, Engels previu um futuro não muito brilhante para os pequenos agricultores europeus. Entretanto, o que ele não anteviu foi a onda protecionista, provocada pela necessidade sentida pelos industriais de defenderem o mercado interno dos seus países dos produtos industriais ingleses, e que, ao tomar conta da Europa no final do século XIX, levou à associação entre industriais e agricultores; foi,

sem dúvida, por causa disso que, em muitos lugares da Europa -em particular na França e na Alemanha-, os pequenos agricultores de origem camponesa continuaram ainda por muito tempo tendo acesso a uma fatia do mercado de produtos agrícolas, apesar da sua baixa produtividade.

Notas

- ¹ Apoiamo-nos na tradução francesa: *L'idéologie allemande*, Paris, Éditions Sociales, 1968, p. 59.
- ² *Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie*, Berlin, Dietz Verlag, 1953 (que retoma a edição original publicada pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou em 1939-1941), p.395. Vale lembrar que a redação dos apontamentos reunidos sob este título efetuou-se em 1857-1858, com a exceção de alguns textos, redigidos em 1850-1851.
- ³ *Ib.*, p. 376. O termo inglês "roaming" está enfatizado no original. O nomadismo, comunismo de horda, estaria associado, segundo Marx, ao pastoreio (*ib.*, p. 375-376), o qual seria, portanto anterior à agricultura. Neste ponto, as descobertas arqueológicas de nosso século não confirmaram as hipóteses, que ele formulou sobre a pré-história. Sabemos hoje, com efeito, que a domesticação de animais úteis e as primeiras culturas agrícolas surgiram aproximadamente na mesma época. A pecuária teria se iniciado em torno do ano -9.500 com a criação do carneiro, seguida, mil anos depois (em torno de -8.500) da domesticação das cabras e, em torno de -8.000, da dos porcos, tudo no Médio-Oriente. Já as primeiras culturas agrícolas surgiram, sempre no Médio-Oriente, em torno de -8.000 (trigo, cevada) e de -7.400 (aveia). No outro ponto do planeta onde se iniciou autonomamente a domesticação e a agricultura, a saber, o México e a zona andina da América do Sul, a ordem de descoberta foi inversa: a cultura da abóbora remonta a -6.900, a do milho, feijão e de outros legumes a -4.800, enquanto a domesticação do lhama se situa em torno de -4.300.
- ⁴ Este texto é freqüentemente publicado em separata sob o título *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Há uma boa tradução em espanhol: Moscou, Editorial Progresso, 1966. O título original é "Anteil der Arbeit an der Menschwerdung des Affes". Literalmente, significa: "a participação do trabalho no tornar-se homem do macaco". Nossa tradução por "o trabalho como fator da hominização do macaco" tenta expressar esse sentido num português mais palatável. Escrito em 1876, publicado "post mortem" em 1896, em *Die Neue Zeit* este texto notável e precursor é sintomaticamente pouco citado pelas tendências humanístico-essencialistas do marxismo. Foi mais tarde incorporado à *Dialética da Natureza*. A referência da edição padrão é: Karl Marx/Friedrich Engels - *Werke*, Dietz Verlag, Berlin. Band 20. Berlin/DDR. 1962. *Dialektik der Natur*, pp. 444-455.

- ⁵ Resumimos, neste parágrafo, o argumento central do artigo "O humanismo e o homo sapiens", estudo que publicamos em *Crítica Marxista* (21) 2005, pp.28-51.
- ⁶ Citamos a partir da edição francesa de Pierre Naville: Engels, *Dialectique de la Nature*, Paris, Marcel Rivière, 1950, p. 379. No texto original, já citado, cf. pp. 446-447. As passagens em itálico nesta e nas demais citações que seguem, são do original.
- ⁷ *Ib.*,p. 380.
- ⁸ Tran-Duc-Thao, *Recherches sur l'origine du langage et de la conscience*, Paris, Éditions sociales, 1973, p. 68 e nota 2.
- ⁹ *Ib.*, pp. 23-25. *Vivido* traduz o francês "vécu". Preferi não traduzir por "vivência" porque o sentido principal deste termo é "ter vida". O termo designa, no texto de Tran-Duc-Thao, os conteúdos da consciência sensível.
- ¹⁰ *Ib.*, pp. 54 e 56-57.
- ¹¹ Aqui também retomamos, desenvolvendo-o, um comentário que consta do artigo "O humanismo e o homo sapiens", loc. cit. O *homo habilis* não somente andava ereto, mas também já tinha liberado e portanto especializado a mão, o que não ocorre com outros primatas capazes de caminhar sobre as pernas. Daí a impropriedade da classificação *homo erectus* para designar uma espécie posterior ao *homo habilis*. Ela reflete as oscilações terminológicas do desenvolvimento da arqueologia. O *homo habilis* (que já era *erectus*) teria vivido de 2 a 1 milhão de anos atrás; o *erectus* de 1,5 milhão a 300.000 anos. É possível que haja diferença de espécie entre ambos, mas é totalmente inadequado caracterizar a segunda por um atributo incontestavelmente presente na primeira.
- ¹² N. Tertulian, "Uma apresentação à *ontologia do ser social* de Lukács", in *Crítica Marxista* (3) 1996, pp.54-69. Já notamos que o termo *ontologia* é um neologismo grego forjado no ambiente intelectual da chamada "segunda escolástica" (séculos XVI e XVII), provavelmente por R. Göckel ou Glauconius (1547-1628), que dele se serviu, em seu *Lexicon philosophicum* (Frankfurt, 1613), para caracterizar a "filosofia dos entes e dos transcendentais", distinguindo-a da metafísica, cujo objeto recobria o da chamada "teologia natural". O termo foi retomado num sentido mais amplo por J. Clauberg (1622-1665), que chamou ontologia ou ontosofia o saber geral sobre o "ens quatenus ens est" nele incluindo, portanto também o objeto da "teologia natural". Foi, entretanto com Christian Wolff (1679-1754), discípulo de Leibniz, que o termo tornou-se palavra-chave da filosofia idealista alemã.
- ¹³ Tertulian, p. 63.
- ¹⁴ *Ib.*,p.59.
- ¹⁵ *ib.*,p. 63.

- ¹⁶ *ib.*, p.63.
- ¹⁷ Cf. Sérgio Lessa, "O reflexo como 'não-ser' na ontologia de Lukacs: uma polêmica de décadas", *Crítica Marxista*, 4 (1997), p. 91.
- ¹⁸ Mesmo porque os escritos de Heller sobre história da cultura e do pensamento (*O homem do Renascimento, Aristóteles e o mundo antigo*) inscrevem-se num descartável ensaísmo conceitualmente frouxo.
- ¹⁹ *Ib.*, p. 91.
- ²⁰ Citamos a partir da versão francesa, *Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande*, Paris, Éditions Sociales, 1966, pp. 66-67. Na carta a B. Borgius, datada de 25 de janeiro de 1894, um ano antes de morrer, reafirma e comenta esta tese.
- ²¹ Ver. a nota anterior.
- ²² Por esta expressão entendemos as versões do marxismo que se baseiam, explícita ou implicitamente, em alguma doutrina sobre a essência humana. No já referido artigo de *Crítica Marxista* (p. 33), argumentamos que os essencialistas contentam-se em reiterar o enunciado do princípio filosófico do materialismo histórico: ao se tornar produtor de instrumentos de produção de seus meios de subsistência, o homem se auto-produziu. Este enunciado traz notável avanço teórico relativamente não só às antropologias do *homo* (ou *res*) *cogitans*, mas também às do *homo oeconomicus* e ainda do *homo faber* ou *tool-making animal*, forjada por Benjamin Franklin. Interpretado, porém, não como resultado de um processo material, mas como um princípio auto-suficiente, que dispensaria qualquer fundamentação objetiva ulterior, não ultrapassa o horizonte da metafísica: a auto-produção do homem consiste na exteriorização/atualização de um atributo essencial. Ele se tornou homem porque já era o sujeito universal do trabalho. Isto significa, se formos conseqüentes com a dialética, que ele não pode se ter tornado homem pelo trabalho (entendido como essência ativa de seu "ser genérico"), porque ninguém se torna o que já era.
- ²³ Gramsci, *II materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, Torino, Einaudi, 1974, pp. 142-143.
- ²⁴ J.P. Sartre, *L'être et le néant*, Paris, Gallimard, 1943, p. 11.
- ²⁵ J.A. Giannotti, *Trabalho e reflexão*, São Paulo, Brasiliense, 1983. A tentativa do autor é ambiciosa: deslindar a conexão das duas palavras-chave do título, esboçando "uma dialética dos fenômenos sociais que se mostra, ao mesmo tempo, uma ontologia social" (p. 9). Ao menos evitou a pleonástica "ontologia do ser" social.
- ²⁶ *Ib.*, p.70.
- ²⁷ Tradução anotada e comentada de F. Engels, *A marca*, por Lúcia Osório Silva e JQM, publicada em *Crítica Marxista* 17 (2003), pp. 147-163.

- ²⁸ Em determinado momento do seu desenvolvimento os senhores também fizeram parte da marca, complicando ainda mais a apreensão do seu significado.
- ²⁹ Nem sempre a situação de homem livre representava um real avanço para o trabalhador porque às obrigações que atavam o camponês ao seu senhor, correspondiam certas obrigações deste para com os seus homens, sobretudo o que modernamente chamamos de “

Engels e a abordagem científica da religião

Elizete da Silva*

Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos. Isaías 10 v. 1-2. (BÍBLIA SAGRADA)

Introdução

O Seminário *Friedrich Engels e a Ciência Contemporânea* constituiu-se como um privilegiado espaço de reflexão da contribuição científica de Engels, contemplando a religião com uma mesa redonda, na qual foram discutidos a produção sobre o cristianismo e o espiritismo nos seus primórdios no século XIX.

Nesta comunicação pretendemos analisar os aportes teóricos da obra engelsiana sobre o fenômeno religioso, destacando a religião cristã. Não objetivamos esgotar o tema, mas destacar aspectos considerados como importantes.

A produção intelectual de F. Engels tem sido tradicionalmente colocada em segundo plano quando se trata do materialismo histórico como vertente teórica ou do próprio marxismo como corrente política. Entende-se a sua modéstia ao colocar-se como um "segundo violino" e que a construção da nova teoria, isto é, o materialismo histórico, tinha em Marx o seu principal formulador. Karl era o filósofo de formação universitária, a qual Friedrich não teve acesso, porém nenhuma orquestra funciona bem sem o segundo violino; mesmo sem a tradicional instrução acadêmica, Friedrich Engels era possuidor de sólida formação intelectual, de vivência e militância extraordinárias.

Na verdade, muito da produção intelectual de Marx e Engels foi elaborada a quatro mãos, numa espécie de divisão do trabalho e de colaboração paritária que se estabeleceu "com base nos talentos e possibilidades diferenciadas, foi resultado de uma colaboração, não de

uma subordinação”.¹Segundo Raymond Aron, estudioso do marxismo, “Engels tinha um conhecimento da realidade econômica que Marx não possuía... é absolutamente certo que trouxe uma contribuição à formação do pensamento de Marx entre 1845 e 1848”.²Embora alguns autores ressaltem a genialidade de Marx, é inegável que a contribuição de Engels foi imprescindível para a criação da obra que se denominou posteriormente de marxista.

Materialismo histórico e religião

Especificamente sobre os fenômenos religiosos, a contribuição de Engels foi muito mais abrangente do que a de Marx, considerando os textos escritos pelo mesmo, além dos que foram assinados por ambos. Ao que parece fizeram uma divisão racional do trabalho, considerando-se que Marx vinha de uma tradição judaica, o que mais interessava naquele momento era a tradição cristã, por razões políticas, embora Marx também tenha escrito um texto *A Questão Judaica*, em 1843, sobre os problemas dos judeus na Alemanha. A literatura engelsiana sobre a religião é pouco conhecida, o que podemos debitar a uma certa tradição política que dificultou o acesso a estes textos ao reduzir e engessar a contribuição de Marx e Engels aos estudos dos fenômenos do sagrado ao mote “a religião é o ópio do povo”, que se encontra no texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escrito por Marx em 1843.

Enquanto militantes do movimento operário e formuladores do materialismo histórico, o grande interesse de ambos foi a Economia Política. Porém, para desenvolver seus trabalhos foram buscar referências na religião, a “auréola do vale de lágrimas” que era a sociedade. No acerto de contas com a filosofia hegeliana Marx afirmou que “a crítica da religião é a condição preliminar de toda crítica”.³ Tanto Engels quanto Marx levariam a sério tal assertiva: os seus primeiros escritos reportavam-se aos problemas religiosos e políticos que vivia a Alemanha da primeira metade do século XIX, ainda em processo de unificação política.

Qual o contexto social que viveu o jovem Friedrich Engels? Nascido numa abastada família de origem luterana pietista, conhecia muita bem a exegese bíblica que se fazia na Alemanha do século XIX e deu continuidade a uma tradição crítica da religião, que havia iniciado com o iluminismo do século XVIII.

A hegemonia política naquele momento pertencia a Prússia, a qual repousava ideologicamente na religião, melhor dizendo, na concepção protestante luterana que tinha em Hegel o filósofo oficial da

corde, ou quem sabe dos teólogos, pois as inquietações fundamentais do pensamento hegeliano passavam pela religião. *As lições de Filosofia da Religião* publicadas em 1832, após a morte de Hegel, eram resultados de suas aulas de Filosofia da Religião, ministradas por um longo período na Universidade de Berlim. As idéias de G.W.F. Hegel tornaram-se o sistema filosófico dominante da Alemanha do período e tanto Engels, quanto Marx estudaram o pensamento hegeliano e o tomaram como ponto de partida para a construção do materialismo histórico e para a própria crítica da religião. Segundo Hegel “a religião é algo pressuposto e existente em cada sujeito que constitui a matéria que nós apenas tratamos de compreender.”⁴ Deus é um conceito que deve ser apreendido pela razão, contrapondo-se à antiga metafísica que se “limitava a conceber Deus de um modo abstrato, nós temos que considerar o saber acerca de Deus, o espírito divino absoluto que se sabe a si mesmo, a religião.”⁵

Na visão hegeliana religião e política estavam imbricadas, se toda a existência convergia para Deus o Estado tinha um conteúdo moral e sagrado e o fundamento do Estado era constituído pela religião e esta forma de religião era o protestantismo na sua concepção luterana.

*... a religiosidade afirma-se como um suporte necessário da vida ético-política. Isto explica porque Hegel afirma que, fora do Estado não pode existir uma verdadeira religião e religiosidade e atribui à religião a tarefa de sancionar a vida ética – assim a religião é para consciência de si, a base da vida ética e do Estado.*⁶

O pensamento hegeliano influenciou toda uma geração de filósofos e teóricos alemães. Engels, na juventude um hegeliano de esquerda, mergulhou nesse caudal filosófico e teórico com as armas da crítica, e de forma dialética produziria na contra-corrente um novo olhar, novos paradigmas para compreenderem-se as relações da religião com a sociedade, com o seu contexto histórico. No seu texto *Ludwig Feurbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* Engels diz textualmente: “não se punha simplesmente Hegel de lado, partiu-se pelo contrário do seu aspecto revolucionário... do método dialético.”⁷ Continuando a sua argumentação sobre a novidade do seu método acrescentou: “Concebemos de novo as idéias de nosso cérebro do ponto de vista materialista como sendo os reflexos de objetos, em vez de considerarmos os objetos reais como reflexos deste ou daquele grau da Idéia absoluta.”⁸

Considerando a aplicação do materialismo histórico aos estudos dos fenômenos religiosos, mesmo concebendo a religião como mais afastada da vida material e parecendo estranha, para Engels os vínculos entre as duas esferas da realidade eram também visíveis:

...ideologias ainda mais elevadas isto é, ainda mais afastadas da sua base material econômica, revestem a forma de filosofia e de religião. Aqui, a ligação das representações com as suas condições de existência materiais torna-se cada vez mais complexa, cada vez mais obscurecida pelos elos intermédios. Mas ela existe.⁹

Religião e Relações Sociais

A preocupação com a problemática religiosa esteve presente na vida de Engels desde a sua juventude. Os seus primeiros escritos, feitos aos 19 anos, no periódico hamburguês *Telegraph für Deutschland*, sob o título *Cartas de Wuppertal*, tecia ácidas críticas à religião, causando grande escândalo. Atualmente na industrial cidade de Wuppertal há um museu dedicado a Engels, com muitas peças e referências a sua vida pessoal e militância política.

Em 1841, contrariando as determinações paternas que queriam fazer do herdeiro Engels um grande industrial, Friedrich Engels assistiu aulas na Universidade de Berlim como aluno ouvinte. As aulas ministradas pelo filósofo Schelling, cristão como Hegel e que acreditava num princípio absoluto, divino, guiando o mundo, provocariam reações e instigaria ao aluno questionador escrever dois panfletos contra a filosofia religiosa do mestre: trata-se de reflexões que tinham como cerne a crítica religiosa, a saber, *Schelling e a Revelação* e *Schelling Filósofo Cristão*.¹⁰ Nesse mesmo ano, entraria o jovem alemão em contato com os jovens hegelianos, os quais, a exemplo dos irmãos Bauer, também desenvolviam reflexões sobre as questões religiosas, tão presentes no pensamento filosófico germânico daquele momento. Juntamente com Edgar Bauer, Engels exercitaria sua veia satírica, escrevendo o poema *Como a Bíblia Escapa Milagrosamente a um Atentado Impudente ou O Triunfo da Fé*, criticando o obscurantismo religioso¹¹, publicado em 1843.

O Engels adulto, militante e sistematizador do materialismo histórico, continuaria as suas preocupações e escritos que falavam explicitamente ou de forma tangencial dos fenômenos religiosos. *A Sagrada família* foi o primeiro texto escrito juntamente com Marx, em 1843. O objetivo era criticar o idealismo especulativo de Bruno Bauer e de seus seguidores, os hegelianos de esquerda, a exemplo de Carl Reichardt que escrevia no *Allgemeine Literatur – Zeitung*, baseado no princípio cristão germânico. Engels parafraseou um texto bíblico criticando de forma ácida o elitismo dos filósofos especulativos que tratavam os trabalhadores, a massa, como seres inferiores que precisavam ser conduzidos pelos iluminados:

A Crítica, por mais que se considere acima da massa, sente uma compaixão infinita pela massa. Foi tão grande o amor da Crítica pela massa que ela enviou o seu próprio filho unigênito a fim de que todos os que crerem nele se salvem e gozem as venturas da vida crítica. Eis que a Crítica se torna massa e habita entre nós e nos vemos na sua magnificência a magnificência do filho unigênito do pai.¹²

Em vários textos da vasta produção engelsiana a religião apareceu como um problema a ser analisado. Dado a exigüidade deste espaço enfocaremos apenas *A Guerra dos Camponeses, Do Socialismo utópico ao socialismo científico e Contribuição a História do Cristianismo Primitivo*. O primeiro texto se relaciona diretamente com o cristianismo na sua ramificação protestante. No segundo texto a religião surge de forma tangencial; no último escrito no penúltimo ano de sua vida, Engels retornou à questão religiosa buscando traçar as origens cristãs. Em todos os textos a religião é concebida como um fenômeno construído culturalmente ao longo do processo histórico. Essas obras representam significativamente a contribuição engelsiana para os estudos das relações do sagrado com o contexto social.

Na concepção teórica engelsiana os fenômenos religiosos mantêm uma relação estreita com o seu contexto social. As intermediações com o sagrado não são a priori criadas por uma divindade e mantidas de forma miraculosa pelos sacerdotes, ao contrário foram os homens coletivamente, vivendo em sociedade, que criaram os deuses e a religião. A crítica da teologia se transforma em crítica da política, diria o próprio Marx. Em um texto escrito juntamente com Karl Marx diziam explicitamente que "é evidente que qualquer grande alteração histórica das condições sociais arrasta ao mesmo tempo, a alteração das concepções e das representações religiosas."¹³ As manifestações do sagrado, institucionalizadas ou não em determinadas sociedades, se vinculam estreitamente às classes sociais, uma categoria basilar na construção do materialismo histórico engelsiano.

Voltando-se para a História da Alemanha, em 1850 Engels publicou a *Guerra dos Camponeses* na Nova Gazeta Renana. Segundo o próprio autor, escrito em Londres sob a impressão direta da contra-revolução que acabava de consumir-se¹⁴, referia-se à onda conservadora e repressora que assolava a Europa, inclusive a Alemanha, após os movimentos de 1848. Atendendo a pedidos dos correligionários na Alemanha fez uma nova edição, publicada, também em Londres, em 1874.

As guerras camponesas ocorreram na Alemanha, nas primeiras décadas do século XVI, no contexto da Reforma Protestante liderada por

Martinho Lutero. Era um movimento de caráter religioso, dirigido pelos anabatistas, grupo religioso radical que pleiteava transformações sociais, além da reforma puramente doutrinária defendida pelos luteranos. Reivindicavam esses radicais, que receberam este nome como uma alcunha pelo fato de não aceitarem o batismo infantil e sim de adultos conscientes e convertidos às novas doutrinas, para além de uma reforma nos assuntos teológicos, uma reforma agrária, comunidade de bens, direito de eleger os governantes e separação da igreja do estado e todas essas demandas estavam baseadas na Bíblia. Certamente leram os profetas judaicos, que fizeram a revolução profética dos séculos VII e VIII a.C., os quais reverberaram contra as injustiças do seu tempo, a exemplo do profeta Isaías, citado na epígrafe deste artigo.

Trata-se de um texto denso, com incursões profundas na História da Igreja e dos movimentos heréticos, denotando um profundo conhecimento bíblico e da realidade alemã do século XVI. Engels começou a sua narrativa com uma análise da situação econômica e da estrutura social da Alemanha naquela conjuntura. Vinculou de forma explícita os conflitos religiosos aos interesses conflitantes das principais classes envolvidas no problema: “o campo católico ou reacionário, o campo luterano burguês-reformador e o campo revolucionário” (anabatistas).¹⁵

Lutero representava os interesses da burguesia que queria uma reforma moderada, sob os auspícios da fé, em busca da salvação eterna. Thomas Münzer, também teólogo, transformou-se em líder dos camponeses anabatistas que preconizavam além da iluminação do Espírito Santo, transformações sociais e políticas numa Alemanha politicamente fragmentada em principados e ducados, vivendo ainda os resquícios da exploração feudal impingida aos camponeses. Lutero e Münzer leram a Bíblia com olhares diferentes, ambos protestantes, mas partiam de lugares sociais distintos. Para Engels, representavam dois partidos de classes divergentes.

Fiel ao materialismo histórico que criavam naquele momento (século XIX), Engels traçou como origem das guerras anabatistas, na raiz do problema, a luta de classes:

Mesmo naquilo a que chamamos as guerras religiosas do século XVI, tratava-se, antes de mais, de interesses materiais de classe muito claros e essas guerras eram lutas de classes, tanto como as colisões internas que se produziram mais tarde na Inglaterra e na França¹⁶.

Para o autor, era compreensível que “os interesses, as necessidades e as reivindicações das diferentes classes se dissimulassem sob a máscara da religião”¹⁷, pois as condições da época só permitiam a

colocação do problema sob o ângulo religioso. A linguagem do profetismo religioso era a única que a plebe era capaz de compreender. Michael Löwy opina que "Engels nem sempre resiste à tentação de interpretar os movimentos religiosos em termos estritamente utilitários e instrumentais".¹⁸

Numa carta a Joseph Bloch, em 1890, Engels respondeu aos críticos que lhe acusavam de economicista ou determinista, de forma mais atenuada, relativizando o papel da base econômica, determinando as concepções religiosas e filosóficas, dando um certo peso nas relações dialéticas das diversas instâncias da realidade:

*A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas das lutas de classes e os seus resultados; as Constituições estabelecidas uma vez, a batalha ganha pela classe vitoriosa, etc. –, as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e o seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos exercem igualmente a sua ação no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam-lhe de maneira preponderante a forma.*¹⁹

Já no final de sua vida em 1894, F. Engels publicou na *Neue Zeit*, *Contribuição à História do Cristianismo Primitivo*. Trata-se de um texto rico em fontes cristãs dos primeiros séculos e afinado com a hermenêutica bíblica que se fazia naquele momento na Alemanha, a qual o autor considerava como "até agora a única base científica do nosso conhecimento da história do cristianismo primitivo."²⁰ Tinha razão o autor, os estudos arqueológicos e os famosos Manuscritos do Mar Morto foram contribuições bem posteriores.

Para Engels, a composição social do cristianismo primitivo se vinculava às classes mais baixas: era "a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos homens privados de direitos, dos povos subjugados ou dispersos por Roma."²¹ Segundo o autor, apesar disso e das perseguições, o cristianismo triunfou e no terceiro século da era cristã tornou-se a religião oficial do império romano. O cristianismo sensibilizou-se com as massas oprimidas e para compensar os sofrimentos e as humilhações impingidas aos fiéis, oferecia o paraíso eterno para os desiludidos deste vale de lágrimas. Interessante destacar a similaridade da imagem do mundo como vale de lágrimas usada por Marx no texto *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*.²² As transformações sociais eram postergadas para depois da morte, numa visão escatológica que se transformaria hegemônica no catolicismo e posteriormente no protestantismo.

Manifestações religiosas e Processos Revolucionários

Longe de reduzir a religião ao seu caráter opiáceo, de instrumento de alienação, Michael Löwy, um estudioso do marxismo e da religião, opina que é possível fazer uma outra leitura do pensamento marxista sobre a religião, em especial a contribuição engelsiana que “não deixa de reconhecer a paradoxal dualidade do fenômeno: seu papel na sacralização da ordem estabelecida, mas também, conforme o caso, seu papel crítico, contestatório e até revolucionário.”²³ Como o próprio Marx já havia reconhecido, a religião era o ópio do povo, mas era também o suspiro da criatura oprimida, a teoria geral deste mundo ou uma forma de linguagem, de conhecer a realidade. Nos textos que estamos analisando do Engels maduro e militante socialista, encontraremos um forte paralelismo entre as manifestações religiosas e os processos revolucionários burgueses, bem como dos movimentos operários e socialistas que grassavam na Europa do século XIX.

No texto *Contribuição à História do Cristianismo Primitivo*, a análise engelsiana nos remete a um tipo de religiosidade abraçada pelas classes sociais mais baixas do império romano, que tem um caráter de movimento de resistência contra os poderosos, tal qual o movimento operário europeu que ele ajudava a construir com a militância e a reflexão teórica naquele momento, século XIX. O cristianismo primitivo e o movimento operário moderno apresentavam “curiosos pontos de contacto”, segundo o autor:

... o cristianismo como o socialismo operário pregam uma libertação próxima da servidão e da miséria; o cristianismo transpõe essa libertação para o Além, numa vida depois da morte, no céu; o socialismo coloca-a no mundo, numa transformação da sociedade.²⁴

Continuando as suas reflexões sobre o paralelismo entre o cristianismo primitivo e o socialismo moderno, Engels reconheceu nos comunistas franceses e nos seguidores do protestante Wilhelm Weitling, da Liga dos Justos, uma relação estreita com as concepções religiosas cristãs e messiânicas nos seus primórdios e concordou com Renan: “se quiserem fazer uma idéia das primeiras comunidades cristãs, observem uma secção local da Associação Internacional de Trabalhadores.”²⁵

Em as *Guerras Camponesas*, além de contrapor a ação de Lutero à de Thomas Münzer, Engels descreveu o último como um grande líder revolucionário, um profeta que era capaz de incendiar as massas plebéias e tinha um programa político explicitamente radical, próximo do conteúdo programático dos comunistas modernos, ou talvez muito mais maduro

em sua radicalidade e nas transformações sociais que reivindicava. Mesmo que tenha dito em outra passagem do texto que a religião era a máscara que encobria as lutas entre camponeses, burgueses e aristocratas, Engels reconheceu que “a doutrina política de Münzer procede diretamente de seu pensamento religioso revolucionário”.²⁶ E acrescentou de forma crítica:

Se a filosofia religiosa de Münzer se aproximava do ateísmo, seu programa político tinha afinidade com o comunismo. Muitas seitas comunistas modernas, em vésperas da revolução de fevereiro não dispunham de arsenal teórico tão rico como os de Münzer do século XVI.²⁷

Convém ressaltar que, em 1843, Weitling escreveu no seu livro *O Evangelho do Pobre Pecador* que Jesus foi o primeiro revolucionário, cuja luta contra os fariseus e os ricos dava ao Evangelho o seu significado Socialista e que Karlstadt e Thomas Münzer provaram que todas as idéias democráticas são conseqüências do cristianismo.²⁸ Engels retomaria tais idéias, mesmo reconhecendo em Weitling um socialista utópico, não cientista como ele e seus companheiros.

Analisando tais comparações diríamos que há um certo anacronismo ao comparar o século XIX com o século III ou o século XVI, pois representam conjunturas históricas muito diferentes. Por outro lado, entendemos o problema como uma demonstração da importância que o fato religioso tinha na História da Alemanha. Marx, ao buscar traçar as origens revolucionárias alemãs, disse que “o passado revolucionário da Alemanha é efetivamente teórico e a Reforma... a Guerra dos Camponeses, o fato mais radical da história alemã, esbarrou na teologia”.²⁹ Tais aspectos contestatórios ou revolucionários do cristianismo primitivo e do movimento anabatista, exerceram um verdadeiro fascínio sobre os marxistas, a exemplo de Ernst Bloch que escreveu *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. Ao se reportar ao anabatismo, Bloch ressaltou o irrompimento do Império quiliástico³⁰ e disse que “nunca a humanidade pretendeu e experimentou algo tão profundo, quanto nas intenções deste anabatismo, rumo à Democracia mística”. Também Rosa Luxemburgo se debruçou sobre o tema, ao escrever *O Socialismo e as Igrejas: O Comunismo dos Primeiros Cristãos* afirmou que “os primeiros apóstolos do cristianismo eram ardentes comunistas, lutando por justiça social”³¹. Antonio Gramsci tentou reformular a teoria marxista/engelsiana da religião, abandonando a interpretação determinista e recuperando os elementos históricos ou utópicos, na perspectiva de realizar, mediante o conflito social, uma sociedade mais justa. Gramsci destacou na sua obra

a importância do catolicismo na formação social italiana. As principais reflexões gramscianas sobre o tema foram traduzidas sob o título *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*.

Entendemos que a sedução das guerras camponesas anabatistas sobre o pensamento marxista pode ser compreendida pelo fato de que pela primeira vez nos tempos modernos – não podemos esquecer das heresias medievais, verdadeiros movimentos de contestação à ordem estabelecida – uma classe social se levantava em armas contra a opressão vigente tendo como matriz ideológica a religião cristã, tomando como justificativa para suas reivindicações os próprios textos bíblicos, usados secularmente de forma ideológica para legitimar a submissão das camadas populares e a exploração dos poderosos. As “fantasias quiliásticas” ou milenaristas dos primeiros cristãos, que esperavam um reino de mil anos de paz e felicidade, tornaram-se base para exigências de uma nova ordem social, o Reino de Deus que se instalaria pelo fio da espada na sociedade em que viviam, não apenas no coração dos fiéis como pregavam os reformadores moderados, vinculados à burguesia.

Em 1880, Engels escreveu *Do Socialismo utópico ao Socialismo Científico*, uma obra na qual analisou o papel desempenhado pela religião nas chamadas revoluções burguesas. Na sua concepção, na primeira revolução emancipatória da burguesia, a Reforma Protestante jogou um papel importantíssimo. Em especial, a Reforma Calvinista, pois “se o reino de Deus era republicanizado, os reinos deste mundo não podiam permanecer sob o domínio de monarcas, de bispos e senhores feudais.”³²

Um outro movimento burguês, no qual a religião se fez presente, foi a Revolução Inglesa do século XVII. Engels se referiu ao calvinismo da burguesia que colocou em cheque a monarquia absoluta e criou formas representativas de poder, a exemplo do parlamento. No entanto, estudos mais recentes sobre a onda revolucionária do século XVII na Inglaterra trazem à luz um verdadeiro furacão produzido por diversos grupos protestantes dissidentes, não calvinistas, formados pelas camadas mais baixas da população, que além de contestar a monarquia, os bispos anglicanos e a burguesia calvinista, exigiam transformações radicais nas estruturas sociais.

Christopher Hill, mais um marxista fascinado pelos estudos da religião como um elemento catalisador de contestação da ordem, no seu brilhante livro *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, assim opinou:

Os ingleses tiveram de enfrentar situações revolucionárias inesperadas, durante os anos 1640 e 1650, sem nenhuma orientação teórica como a que Rousseau e Marx deram a seus sucessores franceses e russos... A Bíblia em inglês foi o livro ao

qual naturalmente voltaram-se em busca de orientação. Era a Palavra de Deus, cuja autoridade ninguém podia rejeitar. Era o maior patrimônio da nação inglesa protestante.³³

Hill analisou com minudência e erudição as dezenas de panfletos e livros escritos pelos revolucionários protestantes dissidentes, questionando a autoridade dos monarcas, as desigualdades sociais e a concentração de terras nas mãos dos ricos. Os mitos bíblicos eram lidos e interpretados a partir da realidade em que viviam naquele momento, o que alarmava sobremaneira os ricos e as autoridades constituídas. Os *leveller* fizeram de Caim um símbolo para todas as formas de exploração, inclusive a opressão de classe. Os demais grupos dissidentes resignificavam as doutrinas bíblicas de forma extremamente radical: "a exigência dos *diggers* por uma glória aqui na terra, a idéia dos *ranters* e *quaquers* de que devemos ser redimidos nesta vida, tudo isso continha possibilidades seculares subversivas."³⁴

Outros autores marxistas também ressaltaram a importância das concepções religiosas na revolução inglesa. Em vigorosa polêmica com Perry Anderson, E. P. Thompson colocou a relevância da religião nos movimentos sociais e políticos da Inglaterra de forma enfática. A religiosidade dos dissidentes protestantes não era máscara ou obscurantismo como pensava Anderson, mas um elemento importante na construção de seu ideário revolucionário. Em suas próprias palavras:

A Revolução Inglesa foi disputada em termos religiosos não porque seus participantes estavam confusos com relação aos seus interesses reais, mas porque a religião importava. As guerras giraram em boa medida, em torno da autoridade religiosa. Um direito de propriedade do homem sobre sua própria consciência e lealdades religiosas tornara-se tão real quanto (e momentaneamente mais real que) direitos de propriedade econômica.³⁵

Segundo Engels, a Revolução Inglesa foi o último grande movimento burguês que precisou da religião para se constituir ou legitimar-se. Para o autor foi, de fato, a Revolução Francesa que rompeu completamente com as tradições do passado e "varreu os últimos vestígios do feudalismo... mas foi também o primeiro movimento que rejeitou totalmente a vestimenta religiosa e travou todas as suas batalhas no terreno abertamente político."³⁶ Este é o Engels devedor do iluminismo ao proclamar o triunfo da razão, desbancando e se contrapondo à religião.

As pesquisas mais recentes nos permitem afirmar que os prognósticos engelsianos estavam em parte equivocados: é verdade que

o triunfo da burguesia francesa sobre a aristocracia transformou completamente as relações de poder na França do final do século XVIII. Porém, a religião continuou a corroborar na construção da visão de mundo de diversos segmentos sociais nos séculos seguintes, inclusive da burguesia. Na Inglaterra do século XIX, o metodismo, uma dissidência protestante do anglicanismo, foi um elemento chave tanto na formação da ética burguesa, quanto na formação da classe operária. Foi E. P. Thompson, em sua obra magistral *a Formação da Classe Operária Inglesa*, que nos desvendou as imbricações religiosas no contexto histórico inglês no período: “o metodismo e suas contrapartidas evangélicas foram religiões de elevada consciência política.”³⁷

A Abolição da Religião

O materialismo histórico não criticava apenas a religião. Avançando um passo da crítica iluminista, decretava o fim da religião quando a sociedade não mais precisasse dela. Quando a alienação econômica fosse abolida, o homem não mais precisaria da auréola para suportar o vale de lágrimas, da ilusão sagrada para amenizar a exploração impingida pelos sistemas econômicos.

Em 1877, Engels começou a publicar textos que criticavam o livro *Curso de Economia Política* de E. Dühring. Os textos engelsianos tornaram-se conhecidos como *Anti-Dühring* e mais uma vez o autor retornou à religião; e como Marx já havia feito no texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, preconizou o fim da mesma, quando as condições materiais determinariam a morte dos deuses e os seus poderes. Em palavras do próprio autor:

*...Quando a sociedade, pela apropriação e utilização planejada do conjunto dos meios de produção, se tiver libertado e tiver libertado todos os seus membros do servilismo em que presentemente os mantêm esses meios de produção, produzidos por eles próprios, mas erguendo-se em face deles como uma potência estranha opressora; quando, pois, o homem deixar simplesmente de pôr e passar a dispor – só então desaparecerá a última potência estranha que ainda se reflete na religião e, portanto, desaparecerá o próprio efeito religioso, pela simples razão de que nada mais terá para refletir*³⁸.

A profecia de Engels não se cumpriu historicamente. A persistência de movimentos messiânicos e milenaristas no Brasil e em outros países provam que a religião continua a ser “uma forma de colocar o problema” e as questões sociais, especialmente para os segmentos mais pobres de determinadas sociedades. O messianismo é um movimento social que

se desenvolve em torno de um líder religioso carismático, que funda uma comunidade de eleitos, esperando um messias e mil anos de paz e prosperidade, um Reino de Deus na terra, o milenarismo. Segundo Jean Delmeau, um historiador da escola francesa, "há em geral uma ligação entre febres milenaristas e grupos sociais em crise."³⁹ Ao analisar a forma secularizada que o milenarismo tomou ao longo do processo histórico, este autor chega a citar o marxismo e outros movimentos libertários do século XIX, ocorridos na Europa, como uma espécie de milenarismo político.⁴⁰

Na sociedade brasileira encontramos movimentos milenaristas desde o período colonial, como o mito da terra sem males, vivido pelos indígenas e registrado por diversos cronistas, denominando-os de santidade, a exemplo do Padre Fernão Cardim⁴¹. No século XIX podemos citar: o Movimento da Serra do Rodeador, em Pernambuco; o Movimento de Canudos, na Bahia; A Revolta dos Múcker, no Rio Grande do Sul. No século XX outros movimentos com caráter messiânico desenvolveram-se no país, por exemplo: a comunidade do Padre Cícero, no Ceará; a Guerra do Contestado, nos limites do Paraná e Santa Catarina; o movimento de Pau de Colher, na Bahia; a comunidade de Pedro Batista, também na Bahia; o movimento de Santa Dica, em Goiás e os Borboletas Azuis, na Paraíba. Os seguidores desses movimentos fundaram verdadeiras cidades santas, separadas do mundo, estabeleciam novas relações sociais pautadas em rigorosa ética religiosa, onde a igualdade e a justiça prevaleciam, enquanto aguardavam os mil anos de felicidade prometidos na tradição judaico-cristã. As fantasias quiliásticas, como dizia Engels, produziram nesses fiéis uma vigorosa resistência contra as autoridades constituídas tanto eclesiásticas quanto governamentais; as exceções apenas para o movimento de Pedro Batista que fez alianças políticas e não foi reprimido e os Borboletas Azuis que se desenvolveu em área urbana em Campina Grande, entre as décadas de 60 a 80 do século passado.

Segundo François Houtart, um neomarxista estudioso dos fenômenos religiosos, a religião "possui uma função simbólica de ruptura ou protesto social, o que pode ser evidentemente considerado como a outra face da ideologia."⁴² Os milenarismos e os messianismos, que também ocorrem em tradições religiosas não cristãs, provam de forma clara, que em determinadas sociedades estratificadas, onde a sociedade civil não está satisfatoriamente organizada, ou há ausência de estruturas representativas de poder, a religião cumpre um papel de canal de expressão social e organização coletiva.

A Teologia da Libertação é um verdadeiro movimento social de caráter religioso, que se desenvolveu na América Latina, Brasil e alguns países periféricos da Ásia, a partir da década de 60 do século XX. Convém ressaltar que este cristianismo radical, além da sua face católica, também se apresentou em algumas denominações protestantes. Ao assumir uma ação preferencial pelos pobres, tomava, ou toma como referências teóricas e instrumentais de análise da realidade categorias marxistas. A leitura da Bíblia passa a ser feita na perspectiva da visão profética libertadora e não mais na ótica sacerdotal legitimadora da ordem social. O diálogo entre marxismo e religião deu-se de forma conseqüente e criativa, um dos motivos que levaram posteriormente à sua condenação pelo Vaticano e no campo protestante os progressistas foram expurgados de suas comunidades.

As Comunidades Eclesiais de Base constituíam-se em fulcro organizador de vários movimentos sociais que despontaram ou se reorganizaram no Brasil, tendo como motivação central a fé. Segundo Michael Löwy:

Os próprios pobres tomam consciência da sua condição e se organizam para a luta enquanto cristãos, vinculados à Igreja e inspirados por uma fé. Considerar essa fé e essa identidade religiosa, profundamente enraizada na cultura popular, como um simples 'invólucro' ou 'roupagem' de interesses sociais e econômicos, é cair em um tipo de atitude redutora que impede compreender toda a riqueza e autenticidade do movimento real.⁴³

A Teologia da Libertação e seus desdobramentos se configuram como um testemunho eloqüente que, ainda atualmente, a religião pode ser um instrumento catalisador do protesto social, uma forma de referência.

Conclusão

Como considerações finais, e não conclusões definitivas, podemos afirmar que um outro prognóstico equivocado de Engels é o de que a religião seria abolida quando ocorressem as mudanças na base econômica e a conseqüente revolução do proletariado. A religião continuou a existir mesmo nos países que fizeram revoluções comunistas, ou que viveram o socialismo real. Em alguns, de forma conflitiva, as autoridades quiseram extirpar o sagrado através de decretos infrutíferos, pois mesmo proibidas, as instituições religiosas e a religiosidade, enquanto elementos integrantes da cultura, persistiram e manifestaram-se de variadas formas. Em outros países, passado os primeiros momentos de tensão, a religião sobreviveu, inclusive institucionalmente.

O profetismo religioso continua vigente e atuante. Os textos proféticos continuam a ser lidos e reinterpretados a partir do lugar social de amplos setores marginalizados que povoam os países periféricos do mundo. A religião ultrapassou o chavão reducionista do *ópio do povo* e tem servido como um verdadeiro cimento de movimentos sociais e políticos contemporâneos. Em tais situações o pensamento engelsiano é revisitado e se atualiza de forma concreta. Questionando os teóricos defensores da secularização, presencia-se um reencantamento do mundo, um avivamento das expressões do sagrado, coexistindo como num processo de superposição de uma religiosidade difusa, onde a convivência de tradições religiosas e recriações inovadoras ganham espaço e visibilidade social. Segundo Gilles Keppel, é a revanche de Deus num mundo globalizado que parecia ter enterrado os seus deuses.

A realidade em que vivemos está pejada de religiosidade. Segundo S. Martelli, "a religião passa a ser reconhecida como um fator relevante da mutação social e política que está rapidamente mudando o rosto do mundo contemporâneo."⁴⁴ Na raiz dos grandes conflitos internacionais encontram-se também fatores religiosos e concepções religiosas conflitantes, a exemplo da luta entre o Ocidente cristão e o mundo islâmico. Os conflitos alimentam-se, além da cobiça pelas reservas de petróleo sob o poder dos seguidores de Alá, do fundamentalismo religioso do protestantismo norte-americano, configurado na prepotência do presidente Bush e do fundamentalismo islâmico avesso a tudo que tenha origem ocidental. Convém salientar que o fundamentalismo é uma criação protestante que toma forma entre 1875 e 1914, como um protesto contra o modernismo religioso, é a ratificação dos fundamentos da fé, o conservadorismo bíblico, que posteriormente ganhou terreno também entre outras expressões religiosas, como o Islã.

Podemos observar ainda a religião como um canal de expressão alternativo para amplos segmentos sociais, que ainda lutam por justiça e uma nova ordem social, guardando similaridades com os despossuídos do cristianismo primitivo ou com os camponeses anabatistas estudados por Engels no século XIX.

No que pesem as críticas, a contribuição de Friedrich Engels para a construção de uma teoria da religião foi substancialmente positiva, haja vista que ainda predominava no século XIX o primado da religião onde a Teologia se confundia com a Filosofia. A ruptura com tal paradigma foi de fundamental importância para constituir-se uma perspectiva científica dos fenômenos religiosos. A historiografia sobre a religião e os movimentos sociais que se fez posteriormente, em muito bebeu e se inspirou na fonte engelsiana. Comungando com o seu estilo, tão pródigo

em paráfrases bíblicas, podemos afirmar que as muitas águas da crítica não poderão apagar a contribuição de Engels para os estudos sobre o sagrado e seus desdobramentos. Trata-se de um campo aberto para novas pesquisas e reflexões.

Notas

- * Doutora em História. Professora da UEFS e UFBA.
- ¹ COGGIOLA, Osvaldo. *Engels o Segundo Violino*. p. 10.
- ² ARON, Raymond. *O Marxismo de Marx*. p. 29.
- ³ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. p. 45
- ⁴ HEGEL, G.W.F. *El concepto de Religion*. p. 64.
- ⁵ Idem p. 64.
- ⁶ BORGES, Maria de Lourdes. *Moralidade e Protestantismo em Hegel*. p. 114
- ⁷ MARX, K. ENGELS, F. *Sobre a Religião*. p. 272.
- ⁸ Idem, p. 272
- ⁹ Ibidem, p. 287.
- ¹⁰ Coggiola, Osvaldo. *Engels Segundo Violino*, p. 108.
- ¹¹ MARX, K e ENGELS, F. *A Sagrada Família*, p. 268.
- ¹² Idem p. 17. O texto bíblico é João 1: v.14.
- ¹³ MARX, K e ENGELS, F. *Sobre a Religião* p 110.
- ¹⁴ ENGELS, F. *As Guerras Camponesas na Alemanha*, p. 7.
- ¹⁵ MARX, K. e ENGELS, F. *Guerra dos Camponeses*, p. 115.
- ¹⁶ Idem p. 116.
- ¹⁷ Ibidem p. 117
- ¹⁸ LÖWY, M. *Marx Engels como sociólogos da Religião*, p.161.
- ¹⁹ MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre a Religião*, p. 303.
- ²⁰ Idem, p. 361.
- ²¹ Ibidem, p. 353.
- ²² Idem ibidem, p. 46.
- ²³ LÖWY, MICHAEL. *Marx Engels como Sociólogos da Religião*, p. 162.
- ²⁴ MARX, K e ENGELS, F. *Sobre a Religião*, p. 353.
- ²⁵ Idem p. 355.

- ²⁶ ENGELS, F. *As Guerras Camponesas na Alemanha*, p. 48.
- ²⁷ Idem p. 48.
- ²⁸ DROZ, Jacques. *História Geral do Socialismo*, V. 2 p. 572.
- ²⁹ MARX, K e ENGELS, F. *Sobre a Religião*, p. 57.
- ³⁰ Quiliasmo é uma palavra de origem grega que significa milenarismo.
- ³¹ LUXEMBURGO, Rosa,opus cit.p.25
- ³² MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre a Religião*, p. 334.
- ³³ HILL, Christopher. Opus cit. p.29.
- ³⁴ Idem, p. 329.
- ³⁵ NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio. E.P. THOMPSON. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, p. 119.
- ³⁶ MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre a Religião*, p. 340.
- ³⁷ Opus cit.p. 278
- ³⁸ MARX. K. e ENGELS, F. *Sobre a Religião* p. 179.
- ³⁹ DELEMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade*, p. 17.
- ⁴⁰ Idem, p.322 e s.
- ⁴¹ CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 87.
- ⁴² HOUTART, F. *Religião e Modos de Produção*, p.11.
- ⁴³ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. p.26
- ⁴⁴ MARTELLI. Stefano. *A Religião na Sociedade*

Bibliografia

- ARON, Raymond. *O Marxismo de Marx*. São Paulo: Arx. 2005
- BIBLIA SAGRADA.Rio de Janeiro. Sociedade Bíblica do Brasil. 1969.
- BLOCH, Ernest. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1973.
- BORGES, Maria de Lourdes. *Moralidade e Protestantismo em Hegel*. in ROSENFELD, Denis L. *Hegel a Moralidade e a Religião*. Filosofia Política série III, nº. 3. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2002.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*.Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. EDUSP.1980.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo. Xamã, 1996.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels o Segundo Violino*. São Paulo: Xamã. 1995.

- DELEMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade Uma História do Paraíso*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.
- DROZ, Jacques. *História Geral do Socialismo*. V. 2. Lisboa: Livros Horizontes. 1972.
- ENGELS, Friedrich. *As Guerras Camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo. 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro. 1980.
- HEGEL, G. W. F. *El concepto de Religión*. México: Fondo de Cultura Económica. 1981.
- HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.
- HOUTART, François. *Religião e Modos de Produção Pré-capitalistas*. São Paulo. Paulinas. 1982.
- KEPEL, Gilles. *A Revanche de Deus. Cristãos e Judeus e Mulçumanos na reconquista do mundo*. São Paulo: Metrópole. s/d.
- LEIVAS, Cláudio R. C. *A Idéia de Deus como efetividade do mundo: a divinização do Estado em Hegel*. in ROSENFELD, Denis L. Hegel à Moralidade e a Religião. Filosofia Política série III nº 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.
- LÖWY, Michael. *Marx e Engels como Sociólogos da Religião*. Revista Lua Nova. 1995.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo. Cortez. 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas: O comunismo dos Primeiros Cristãos*. Rio de Janeiro. Achiamé. 1980.
- MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-moderna*. São Paulo. Paulinas. 1995.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre a Religião*. Lisboa: Edições 70. 1972.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. São Paulo. Alfa-Omega. 1977.
- MARX, KARL. *A Questão Judaica*. s/l. Moraes. s/d.
- MOURA, Mauro Castelo Branco de. *Os Mercadores, o Templo e a Filosofia Marx e a Religiosidade*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.
- NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (org.) E. P. Thompson. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp. 2001.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. São Paulo: Paulinas. 1984
- RANIERI, Caio Navarro de Toledo Jesus. BOITTO JR. Armando, TROPPIA, Patrícia Vieira (org.). *A Obra Teórica de Marx atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã. 2000.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- VERRET, Michel. *Os Marxistas e a Religião*. Lisboa. Prelo. 1975.

Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da História Social: o sentido marxista tradicional de classe operária

Antonio Luigi Negro¹

Fora-lhes dito que não tinham direitos, mas sabiam que nasceram livres²

O diabo está no inglês. Ele faz todas as coisas trabalharem. Ele faz o negro trabalhar, o cavalo trabalhar, o burro trabalhar, a madeira trabalhar, a água trabalhar, e o vento trabalhar³

I.

Nascido primogênito numa família alemã em 1820, Engels foi criado nos rigores do calvinismo para herdar lucrativos negócios familiares. De fato, em 1842, embarcou (de primeira classe) em viagem para Manchester (Inglaterra), então um dos maiores sítios da indústria têxtil no mundo, para trabalhar na firma de seu pai, que andava inquieto com as peraltices do filho. No entanto, se o berço de ouro o queria vê-lo proprietário afluente, Engels ficava cada vez mais intrigado pelo fenômeno dos despossuídos e dos excluídos: homens, mulheres e crianças que, sem ter outra escolha, trabalhavam, por uma miséria, na novíssima invenção do planeta, o sistema de fábrica.

Depois de uma breve passagem pelo radicalismo alemão nas rodas dos jovens hegelianos, Engels, já assumido como comunista, “acreditava estar a Inglaterra destinada à revolução social”, o que o levou a escrever *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, logo publicado em 1845.⁴ Os estudos e pesquisas bem como a publicação e os debates envolvidos nesse livro convenceram seu autor, mais do que já estava, de que a classe operária era uma cria direta da Revolução Industrial e de que essa nova classe social não tardaria a ser, em segundo lugar, o instrumento de instauração do comunismo. Como escreveu, o proletariado seria o coveiro da burguesia, numa fossa que ela mesma abrisse enquanto dava luz ao operariado (via Revolução

Industrial). A depender de Engels, a burguesia era uma classe condenada, por suas próprias ações, a desaparecer nos escombros de uma poderosa vaga revolucionária.

Entre 1845 e 1850, Engels e Marx estreitaram relações e se tornaram amigos, parceiros e camaradas. O partido deles – ou a sua “tendência” – era o comunismo. Engels, ao mesmo tempo, rompia os últimos compromissos com seu rico e influente pai, abandonava seu papel de herdeiro, e se dedicaria à militância política de esquerda, no continente europeu. Conservador, senhor de fé, fortunas e autoridade, o pai de Engels era um desses interlocutores invisíveis que os filhos carregam consigo, talvez para sempre. Não só isso, diga-se. Fora o componente “freudiano”, havia o “weberiano” (sendo ambos bem alemães). Em 1839, o jovem Engels (anotou Leandro Konder) escrevera: “é fato que, entre os industriais, são os de religião puritana os que tratam pior os operários, diminuindo de todos os modos os salários deles, a pretexto de não lhes deixar dinheiro para se embriagarem”.⁵

São daquele período animadas e estimulantes palestras e conversas, a intensa atividade agremiativa, panfletária e jornalística, assim como a preparação de dois escritos fundamentais, embora um seja menos conhecido do que o outro, mas não necessariamente menos difuso (em suas idéias). Trata-se dos *Princípios básicos do comunismo*, publicado por Engels em 1847, e do *Manifesto comunista*, o poderoso livreto assinado juntamente por Engels e Marx no ano seguinte.

Falecido em 1895 (cerca de 13 anos depois de Marx), Engels era um destacado e proeminente curador do marxismo. Segundo Gareth Stedman Jones, ele foi, mais do que seu velho amigo, “responsável pela difusão do marxismo como visão do mundo, dentro do movimento socialista”.⁶ Para tal, uma pequena – mas decisiva – contribuição sua se encontra no citado *Princípios básicos do comunismo*, o qual examinaremos com o fito de interrogar o “sentido marxista tradicional” dado ao conceito de classe trabalhadora (ou operária). Além de ser uma das primeiras iniciativas de Engels com o intuito de esclarecer e instituir uma plataforma doutrinária e de ação dos comunistas no movimento operário europeu, os *Princípios* são, nas palavras de Hobsbawm, uma das duas versões preliminares do *Manifesto*.⁷

II.

Brevemente, o que é esse sentido marxista tradicional? E qual sua relação com os *Princípios básicos*? O sentido marxista tradicional é

uma expressão usada por E. P. Thompson para referir-se a uma conjuntura histórica, o início da década de 1830, em que se insinua uma específica consciência de classe entre os trabalhadores ingleses. Vale então dizer que, para Thompson, Engels viveu numa época em que os diversos grupos de trabalhadores se pautavam por uma “consciência de uma identidade de interesses” contraposta, numa relação, aos interesses de outras classes da sociedade inglesa. A partir de

“sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história feral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como ‘classes industriosas’ e, de outro, a Câmara não-reformada dos Comuns. De 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas”.⁸

Para Thompson, “transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida”. Nesse sentido, a classe operária “não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita”. Pintando a aparição dos trabalhadores como uma classe com cores fortes, Thompson escreveu que o operariado “adquiriu uma ressonância singular na vida inglesa”. “Tudo”, arrematou, “converteu-se num campo de batalha de classe”. Contudo, além de frisar que o fenômeno era sem precedentes, sugeriu que talvez fosse uma “formação única essa classe operária inglesa de 1832”.⁹

Enquanto, em Thompson (olhando do século XX), o fenômeno histórico apontado é congruente com o conceito de consciência de classe no seu uso marxista costumeiro, da parte de Engels (olhando no século XIX), era um fenômeno histórico particular que iria oferecer-lhe ponto de apoio para construir o conceito de classe com consciência de classe. Pois, antes de 1830, em lugar algum do planeta era possível encontrar uma classe trabalhadora (no sentido marxista tradicional) formada e madura. Em 1831, Engels assinalou, “estala em Lyon [França] a primeira insurreição operária”, mas foi entre 1838 e 1842, que “atinge o auge o primeiro movimento operário nacional: o dos cartistas ingleses”. Daí em diante, é dito, “a luta de classes entre o proletariado e a burguesia passou a ocupar o primeiro plano da história dos países europeus mais avançados”.¹⁰

É verdade que Thompson escreveu *A formação da classe operária inglesa* em desacordo com o autor de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Não aceitava o que Engels afirmava: que a energia do motor a vapor somada à indústria algodoeira eram sinônimo de uma nova classe operária derivada da Revolução Industrial. Mesmo assim, o fato é que, para ambos, nos anos 1830, os trabalhadores ingleses se constituíram numa classe social, um acontecimento tanto empiricamente observável quanto vulgar. Apenas para frisar um fragmento notável desse processo, em 1818 (ano em que Marx nasceu), um oficial fiandeiro de algodão teve sua palavra registrada num jornal da sua época, e é se valendo dela que Thompson demonstra a presença, na fala operária, de elementos cruciais da economia política que Marx “dissecou” no *Capital*...¹¹ E tudo se passou em Manchester, para onde iria se mudar um inquieto e rico alemão de nome Engels.

Porém, como Hobsbawm nos faz notar, existe uma tensão entre a análise histórica do capitalismo e a filosofia da história do *Manifesto comunista* (igualmente observável *Princípios básicos*): “a tendência do desenvolvimento capitalista de gerar um proletariado essencialmente revolucionário não poderia ser deduzida da análise da natureza do desenvolvimento capitalista”. Em outras palavras (e de novo citando Hobsbawm), entre servir de base para Engels e Marx conceberem a noção de uma classe trabalhadora com uma “certa consciência de coletividade, de ser operário” (isto é, “uma certa consciência de classe baseada na experiência muito específica de ser proletário”) e esperar do operariado a reprodução de uma determinada forma de expressar sua consciência de classe, há, mesmo, uma grande tensão, impossível de aqui ser explorada mais a fundo, mas também impossível de ser esquecida. A manifestação madura do operariado inglês como uma classe serviu para despertar e catalisar, em Engels, inquietações, expectativas e, também, uma teoria. De posse da observação do fenômeno, Engels e Marx passaram a escrever um papel para os trabalhadores, entregando-lhes uma missão. A partir daí, para uma certa “noção marxista de classe”, que Thompson critica, os trabalhadores têm de se comportar “de modo condizente com sua condição proletária”. Em outras palavras: “não se trata do que esse ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado, *imagina* em determinado momento como o objetivo”, escreveu Marx na *Sagrada família*. “Trata-se do que o proletariado *é* e do que, de acordo com seu ser, ele será historicamente obrigado a fazer”.¹²

Dito isto, o interessante a fazer é estabelecer uma distância crítica ante a transfiguração de um fenômeno histórico e cultural – a classe trabalhadora inglesa do século XIX – na matéria-prima do modelo defronte

ao qual a história de outros grupos de trabalhadores parece estar sempre fracassando ou em débito. Para tanto, um sugestivo artigo vem ao encontro do debate aqui travado.¹³ Neste, somos advertidos de que o fenômeno da classe operária no século XIX europeu, embora certamente democrático, não incluía diversos grupos de trabalhadores precários, de rua, ou mesmo braçais, muitas vezes vistos como marginais. Outras clivagens – nada inclusivas – podem ser detectadas: rivalidades étnicas ou o apagamento da presença das mulheres. Não por acaso, classe operária (ou trabalhadora), no seu sentido marxista tradicional, é um coeso (e fechado) agrupamento de trabalhadores regularmente assalariados, industriais, masculinos, brancos, e sindicalizados – de preferência em greve. (Curiosamente, o exército invencível do proletariado havia de ser composto com os trabalhadores mais disciplinados, isto é, subordinados, pelo capitalismo industrial.) Além dessas restrições, o conceito tem por base um fenômeno historicamente específico, que – harmoniosamente – não pode ser nem aplicado nem encontrado na história de diversos outros grupos operários. Por fim, ao contrário do que a tradição marxista faz, não pode ser estendido no tempo como um fenômeno que se eterniza, indiferente a tudo que o negue.

“As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial”, escreveu E. P. Thompson (diante de Engels), “não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres”. Esses trabalhadores, em sua liberdade, cultivaram a “continuidade de tradições políticas e culturais” ancestrais. Logo, “os operários, longe de serem os ‘filhos primogênitos da Revolução Industrial’” (Thompson cita *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*) “tiveram nascimento tardio”.¹⁴ Nesse sentido, seguindo um princípio caro ao marxismo – o internacionalismo –, vamos adotar uma perspectiva transatlântica e rodar a baiana: a classe dos escravos legou à formação da classe operária brasileira tradições, valores, identidades e costumes bem como uma rica história de corajosas ou silenciosas iniciativas, grandes ou pequenas. Homens e mulheres – africanos ou nativos – foram arrancados de suas famílias e moradas para se tornar trabalhadores nas ruas, manufaturas e sobrados das cidades, ou trabalhadores nas mais variadas fazendas, minas e engenhos de economias coloniais exportadoras. Mesmo assim, apesar das conexões entre as Américas, África e Europa, o fenômeno da formação de uma classe trabalhadora na Inglaterra e em outros países europeus foi muitas vezes estudado sem essas conexões (salvo as do Atlântico Norte).¹⁵ É propósito desse artigo salientar que, sem ignorar a existência dessas conexões, a classe operária no Brasil não é exclusivamente derivada da industrialização de feitiço europeu. No entanto, para tal, precisamos interrogar um princípio básico.

III.

194

Nos *Princípios básicos do comunismo*, Engels se vale da forma do catecismo (perguntas e respostas) para apresentar suas idéias e propostas fundamentais. Dado que desde logo ele evidencia a novidade histórica do proletariado, dizendo ser “a classe trabalhadora do século XIX”, na questão 6, indaga: “que classes de trabalhadores houve antes da Revolução Industrial?”. Na Antigüidade, responde, os trabalhadores eram escravos, “como ainda o são em muitos países atrasados e, inclusivamente, na parte sul dos Estados Unidos”. Em seguida, mais uma importante inquirição: “como se diferencia o proletário do escravo?”. “O escravo”, explica, “está vendido de uma vez para sempre; o proletário tem de se vender a si próprio diariamente e hora a hora”. O escravo tem a existência assegurada pelo interesse do seu senhor, enquanto o proletário não recebe amparo algum do capitalista. O escravo está fora da concorrência; o proletário “está dentro dela e sente todas as suas flutuações”. “O escravo vale como uma coisa, não como um membro da sociedade civil”. Em contraste, “o proletário é reconhecido como pessoa, como membro da sociedade civil”. “O escravo pode”, conclui Engels, “levar uma existência melhor do que a do proletário, mas o proletário pertence a uma etapa superior do desenvolvimento da sociedade e está ele próprio numa etapa superior à do escravo”. Por fim, “o escravo se liberta para se tornar proletário”, o proletário só pode se libertar se abolir a “propriedade privada em geral”.¹⁶

Na capital inglesa, em 1869, também Marx, querendo combater o lugar-comum do cesarismo, argumentou que não era possível esquecer o fundamental: “na antiga Roma, a luta de classes apenas se processava entre uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres”. Enquanto isso, “a grande massa produtiva da população, os escravos, formava um *pedestal puramente passivo* para aqueles lutadores”. Noutra ocasião, Marx mantém igual proximidade para com Engels. Em *Salário, preço e lucro* lemos que “nenhuma compra e venda” é celebrada entre senhor e escravo. Não há, “trato algum” a ser feito entre ambos. Como decorrência, o trabalho escravo “parece dado de graça”. Mais adiante é comparado o seguinte: se o trabalhador está sujeito à flutuação da economia (muitas vezes tendo de agir e protestar), “o escravo obtém uma quantidade constante e fixa de meios de subsistência”. Tem “segurança”.¹⁷

IV.

Induzido por pré-noções e reforçado ao regurgitar, o grande desconhecimento da relação senhor-escravo – demonstrado acima – comporta elementos familiares aos estudiosos da História Social no Brasil. Vamos a eles; porém brevemente.

O sistema da escravatura é visto como algo marginal, que sobrevive em longínquos países atrasados (aí incluído o Brasil) ou em regiões atrasadas de países respeitáveis (o Sul dos Estados Unidos). Enquanto isso, os trabalhadores são uma novidade de sociedades avançadas, que se revolucionaram. Numa perspectiva transatlântica, em que o fenômeno do capitalismo surge, se desenrola e se difunde de maneira desigual e combinada, vale a pena perceber a definição de Genovese sobre o Sul estadunidense: “uma sociedade escravista moderna embutida num antitético mercado mundial capitalista”.¹⁸

Vendido de uma vez por todas, o escravo vive num mundo de entorpecimento perene, sem história. (O que vale dizer que o escravo também não tem história, a não ser a história da dominação do senhor.) Senhor e escravo não celebram acordo porque a relação está resolvida para sempre; não têm tratos para fazer. De fato, quando a luta operária no decurso do processo produtivo assombrou o mundo em 1968, o argumento de Castoriadis sobre ela fez todo o sentido. “Quando o capitalista compra uma tonelada de carvão, sabe quantas calorias pode extrair dela; o negócio para ele já está terminado”. Em contraste, “quando ele compra uma jornada de trabalho, o problema apenas começou”. O que ele vai poder extrair “como rendimento efetivo será o resultado de uma luta que não cessará um segundo durante a jornada de trabalho”.¹⁹ Ao contrário do que Engels, Marx e as classes dominantes muitas vezes escreveram, inúmeras pesquisas de História Social revelam as dificuldades e revezes dos senhores em exercerem seu poderio nos eixos, isto é, como apregoavam e preferiam. Suas queixas, seus desejos satisfeitos de outras maneiras, seus temores, seus pânicos e ojeriza, seus alertas – e tudo isso pode aparecer em seus projetos e estratégias (e nas fontes que produziram) – revelam um quadro de longe muito mais complexo e perturbador, pois havia conflito, tensão, e barganha na relação senhor e escravo. Os senhores estavam na posição privilegiada, mas não conseguiam fazer com que o subalterno fosse, sempre, uma presa de seu agrado. Ambos disputavam, e brigavam, pela fixação dos limites e dos interstícios de sua relação.

O escravo é vendido; o trabalhador se vende. Mas já não passa da hora de ter com o trabalhador escravo o mesmo esforço de

compreensão devotado ao trabalhador livre? Pois sabemos que, muitas vezes, o trabalhador livre simplesmente estava à venda, ou em liquidação, por um trocado ínfimo qualquer. E sabemos também que, mesmo levando Castoriadis em consideração, a política de domínio do capital sobre a mão-de-obra é altamente eficaz. Ainda que tenha de comprar a força de trabalho toda hora, o capitalista atinge suas metas. Não só a linha de montagem, que marca o início do século XX, como a automação, que marca o fim do mesmo século, são de uma precisão constante e minuciosa. Em acréscimo, apenas para citar o trabalho de ganho executado por negros escravos, também já sabemos que escravos tinham seus meios para ganhar dinheiro tanto para si quanto para seus senhores. Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, os escravos de ganho

“possuíam autonomia e liberdade de movimento sem as quais não poderiam encontrar, negociar e executar os trabalhos que aparecessem. Muitos não moravam na casa dos seus senhores, e só iam lá para entregar a quantia estipulada por dia ou por semana. Tudo que recebiam além deste acerto podiam embolsar, o que lhes dava melhores condições para juntar um pecúlio e comprar a liberdade. Eram, contudo, trabalhadores assalariados na relação que mantinham com quem os contratava para executar uma tarefa, mas como escravos viviam sob o arbítrio do senhor, que poderia vendê-los quando bem entendesse”.²⁰

Com suas rotas transnacionais, além de terem tornado o oceano Atlântico um rio navegável os escravos também trafegavam com incrível mobilidade, rapidez, eficiência, e sistemática entre o campo e a cidade, seduzindo negros cativos para a causa da liberdade. Era o que atestavam seus senhores, a polícia, e outras autoridades. Mais ainda, também paralisavam suas atividades e faziam reivindicações, às vezes exigências.²¹

O escravo está seguro por causa do interesse do senhor em mantê-lo vivo. O trabalhador vive a instabilidade e a precariedade do mercado. Para não falar das famílias (que existiam dentro das senzalas) desfeitas pelo ato senhorial da venda de escravos (levando insegurança à organização familiar), prestemos atenção em Michelle Perrot que, na França, destaca a importância do paternalismo industrial. Logo, nem só o senhor era paternalista, providenciando o sustento de seu serviçal de maneira não-assalariada. Ora concorrente, ora dissentindo das políticas estatais, a política assistencial da iniciativa privada tem sido aplicada, em época mais recente, como exemplo tanto da sensibilidade social da empresa capitalista quanto de abundância. Havia interesse em fixar ou estabilizar uma mão-de-obra assalariada vista como flutuante. Também havia interesse em assegurar a lealdade dos trabalhadores à iniciativa privada, diante do comunismo, com políticas corporativas de bem-estar capitalista.²²

“Seja onde ou quando for, toda vez que populações rurais vivem pela primeira vez a ignorada experiência da disciplina do sistema de produção moderna e as oportunidades inéditas do mundo urbano”, calculou-se, “há geralmente uma alta taxa de rotatividade entre os trabalhadores desqualificados”. Por isso, no Brasil, as firmas estadunidenses pagavam salários superiores ao mínimo fixado pelo governo. As diferenças culturais do trabalhador sertanejo — parte delas referente a “atitudes diante do trabalho e da fábrica moderna”, aos “valores vinculados a compensações monetárias e não-monetárias e ao consumo material” — podiam ser grandes a ponto de inquietar e atrapalhar. Daí a importância de segurar a mão-de-obra local.²³

Clássico na boca dos clássicos, o escravo é coisa. E o trabalhador é pessoa e membro da sociedade civil. O escravo pode levar uma vida segura e mesmo melhor, mas vive numa etapa inferior. O trabalhador é explorado, mas é personagem de uma etapa superior do desenvolvimento. Aquele, em Roma, oferecia a este um pedestal passivo, no qual o primeiro se assentava para lutar. Eruditos e exímios conhecedores da França, Engels e Marx podiam ter lido com outros olhos expressiva fonte coletada por Hobsbawm:

“todo fabricante vive em sua fábrica como os plantadores coloniais no meio de seus escravos, um contra uma centena, e a subversão de Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos. (...) Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão nem no Cáucaso nem nas estepes tártaras; estão nos subúrbios de nossas sociedades industriais”.²⁴

V.

Sendo a rebeldia operária em Lyon (citada acima) quem antecede a indicação do cartismo como primeiro movimento operário maduro (no trecho de Engels citado, bem mais acima, de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*), considerando que tal rebeldia é uma “espécie de insurreição de São Domingos”, é hora então de falar o seguinte: ao mesmo tempo em que os cercamentos produziram a figura do trabalhador “livre”, outros cercamentos – outras usurpações – criaram a figura do trabalhador “escravo”. Assim como se aprisionaram terras comunais atrás de cercas, se fecharam pessoas em ferros. Se o primeiro veio a constituir uma classe historicamente relevante, o segundo fez o mesmo, e ambos, seguramente, compartilharam espaços, valores, iniciativas e práticas em muito maior medida do que Engels e Marx, em seus princípios básicos, admitiram.

Conforme Tom Bottomore, quando Marx dirige sua atenção para o processo pelo qual o capitalismo se afirmou historicamente, ele oferece uma resposta “extremamente simples” ao abordar a Inglaterra.²⁵ “Uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra”. Assim sendo, as origens do capitalismo se situam “na transformação das relações de produção no campo. A separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados”. A isso deve-se acrescentar a perspectiva transatlântica:

“há eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinados a qualquer nação em particular, surgindo sim de todos os quatro cantos do Atlântico”.²⁶

Indígenas, africanos ou mestiços, os escravos não formaram uma classe operária (um proletariado) no sentido marxista tradicional, mas formavam uma classe social *sui generis*: subalterna, dominada, trabalhadora – e, óbvio, dona de sua própria história. Se Engels e Marx elegeram o proletariado industrial, é preciso ter em mente que, como recorda E. P. Thompson, a ofensa primeira do capitalismo foi etiquetar com um cifrão o conjunto do mundo da vida e do trabalho, a começar pela terra e por vidas humanas, dissolvendo tudo na compra e venda, reduzindo-o a termos econômicos. Assim, no lugar da placidez ou da nulidade das relações sociais de produção nas colônias, encontramos outras questões:

“quem tem enchido e enche de cadáveres os sepulcros? Quem constrói na oficina da fome denegridos e áridos esqueletos que apenas nos suspiros com que explicam sua precisão dão sinal de viventes? Quem despoeva lugares inteiros para povoar desertos? Quem faz delinqüentes tantos inocentes sem delito? Quem deixa órfãos muitos filhos que ainda têm pais vivos? Quem há de ser senão a mita? Ela mata tudo o que vê, desola o que encontra, cativa quanto pode. A mita é um açoite com que a ira divina castiga estes povos”.²⁷

Nesse sentido, antes do surgimento do proletariado industrial assalariado, outros sujeitos foram ativos e centrais na formulação de tradições, práticas, crenças, identidades, valores, formas de organização – com sua cultura e linguagem de classe – que informam os mundos do trabalho livre, ou do século XX. Foram, portanto, fundamentais na definição desse “agregado de microcosmos”, dessa “coleção de pequenos mundos, com freqüência estritamente autônomos” que formam uma classe trabalhadora correspondente ao sentido marxista tradicional.²⁸

No pioneirismo da industrialização têxtil brasileira, a Bahia não se restringiu a Salvador. Sita no Recôncavo, a Industrial Cidade de Valença foi ponto de parada de um giro, feito por dois viajantes estadunidenses. Estes avistaram nas margens de um rio "muitas negras e mulatas ocupadas lavando roupa". Olhando-as, um deles pensou, pela primeira vez na vida, no "incômodo do vestuário em matéria de trabalho manual". Essas baianas "cujos retintos membros arredondados eram macios" estavam "nuas até a cintura". As crianças, por sua vez, estavam no estado "*puris naturabilis*". Em seguida, se depararam com a "imensa" fábrica, ou melhor, com as fábricas: o parque da Fábrica Todos os Santos (provavelmente). "A matraca dos teares, o animador sorriso de moças alegres, o indescritível barulho e zunido da fábrica me fizeram quase me ver nas cercanias de Lowell". Talvez estimulado pela arredondada e macia nudez das negras, é possível que a unidade fabril visitada não estivesse assim tão próxima de Lowell (Massachusetts, um dos estados mais industrializados dos EUA), mas é certo que a viagem, os cenários, mulheres trabalhadoras e as dependências fabris eram impressionantes. Os operosos homens e mulheres que lá trabalhavam provinham do asilo de órfãos ou do hospital dos enjeitados. Elevados moral e disciplina havia, com feitor negro.

Em Salvador, os bons homens testemunharam mais uma "peculiaridade da Bahia". Dadas a irregularidade da superfície e a disparidade existente entre as cidades Alta e Baixa, não se admitia o uso de veículos sobre rodas. "O que quer que requeira mudança de lugar em todo comércio e negócio ordinário do porto" havia de passar pela cabeça ou ombros dos homens. Por causa disso,

"um sem-número de negros altos e atléticos é visto em movimento em duplas ou turmas de quatro, de seis, ou oito, com suas cargas suspensas entre eles em traves. Outros tantos de seus camaradas são encontrados sentados sobre os paus, cestos de palha, ou languidamente repousando nas vielas e esquinas das ruas, lembrando cobras pretas enrodilhadas à luz do sol. Os que dormem geralmente têm uma sentinela pronta para chamá-los assim que se os requisitam para o serviço, e ao sinal eles se levantam (...). Como os carregadores de café do Rio, costumam gritar e cantar enquanto andam, mas seu molejo é necessariamente lento e medido, assemelhando-se mais a uma marcha fúnebre do que ao ágil passo duplo de seus parceiros fluminenses".²⁹

Enfim, a cana, a farinha, o fumo, o café ou o algodão, etc., nas mais diversas regiões, integravam uma economia que, em algum momento, passou também a funcionar com usinas de açúcar, pequenas fábricas de juta, de óleo, além de usinas de beneficiamento de arroz, ou

manufaturas de bens de consumo não-duráveis, ligando-se aos serviços que se prestavam e a tropas e feiras, ao porto, à ferrovia. Da mesma maneira que rural e urbano estão vinculados, a história do trabalhador escravo não é uma experiência que não guarda relação alguma com o trabalho livre (inclusive assalariado) – em termos étnicos, de gênero, no seu próprio tempo e lugar. Não são pólos antagônicos e excludentes. Tampouco são hierarquizáveis, em degraus de superioridade, pré-político, marginalidade ou atraso.

VI.

“Constantemente”, adverte Engels, “utilizei como sinônimos as expressões trabalhadores (*working men*), proletários, classe operária, classe não-proprietária e proletariado”. Querendo ser simples, esse artigo não se apega aos (em geral não muito bem-sucedidos) esforços de teorização do conceito de classe, lacuna que Marx e Engels deixaram. Em alguns intentos surgiram áridas formulações. Noutros, o fosso entre o conceito e o fenômeno foi alargado. Neste caso, o afã de prosseguir com uma exclusiva e “verdadeira ciência” para o “socialismo internacional moderno” (o que Marx teria feito, segundo Engels) levou o marxismo a impor uma consciência verdadeira à história do proletariado. Naquele caso, acertar as contas, teoricamente, com Marx e Engels levou ao esquecimento da história, à desconsideração de sujeitos históricos extraordinários.

Sim, o escravo se tornou proletário, mas não no sentido marxista usual. Antes dos verdadeiros operários, “a Bahia ficou célebre não só por sapateiros ou alfaiates bravamente políticos”, escreveu Freyre, mas também pelos próprios escravos – igualmente – “políticos e bravos no sentido de terem se organizado em revoltas que foram no Brasil verdadeiras revoluções a favor dos direitos sociais”.³⁰

“Toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única”, pensava Thompson. Para ele, assim como para Engels, a concepção materialista da História não podia servir como uma desculpa “para não estudar a História”.³¹

Notas

- ¹ Professor do Departamento de História da UFBA. Este capítulo é um resultado parcial de projeto apoiado pelo CNPq com a bolsa PQ. Foi apresentado no Colóquio Friedrich Engels (Salvador, 12-16/12/2005), pelo que agradeço o convite de Muniz Ferreira. Também é um efeito das aulas sobre História Social, dadas em minicursos na Fundação Clemente Mariani, pelo que agradeço a Ubiratan Araújo a fraternal acolhida.
- ² E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. Vol. III. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 439.
- ³ Adaptação de uma observação atribuída a um escravo. Citada em Emilia Viotti da Costa, *Coroa de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 62.
- ⁴ Gareth Stedman Jones, "Engels, Friedrich". In: Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 127. Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora Inglesa*. São Paulo, Global, 1986.
- ⁵ Leandro Konder, *Marx. Vida e obra*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1968, p. 84.
- ⁶ Stedman Jones, "Engels, Friedrich", p. 127.
- ⁷ Ver: Antonio Luigi Negro, "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". In: *Revista brasileira de história*, vol. 16, nº 31/32, 1996. Sobre a história do *Manifesto*, ver: Eric Hobsbawm, "Introdução ao Manifesto Comunista". In: *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 321.
- ⁸ Thompson, *A formação*. Vol. III, p. 304. Vol. II, p. 17. Para maiores detalhes, cf. Alexandre Fortes, "Miríades por toda a eternidade. A atualidade da *Formação da classe operária inglesa*". In: *Tempo Social*, vol.17, nº 1, junho 2006.
- ⁹ Thompson, *A formação*. Vol. III, p. 411, 438, 439. Vale notar que, noutra passagem, Thompson afirma (dessa vez com maior ênfase) que a *gentry* do século XVIII inglês foi "senão única, excepcional". Ver: "As peculiaridades dos ingleses". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 94, 103.
- ¹⁰ Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1983, p. 52. Na visão de outros curadores do marxismo (além de Engels) $\frac{3}{4}$ e citando Lênin $\frac{3}{4}$, o cartismo foi o "primeiro movimento operário amplo, verdadeiramente de massas, politicamente estruturado". Ver: *Marx Engels. Obras Escolhidas*, Tomo I. Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 566.

- ¹¹ Thompson, *A formação*. Vol. II, p. 13, 23-27, 28.
- ¹² Hobsbawm, "Introdução ao Manifesto", p. 306. Eric Hobsbawm, "Trajetória do movimento operário". In: *Trabalhadores*, nº 2, 1989, p. 5. E. P. Thompson, "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 271. Karl Marx, *A sagrada família*. Citado em Cornelius Castoriadis, *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1986: p. 14 (grifos no original).
- ¹³ Marcel van der Linden, "Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares". In: *Trajatos. Revista de História UFC*, nº 2, Fortaleza, 2002.
- ¹⁴ Thompson, *A formação*. Vol. II, p. 18, 16.
- ¹⁵ Uma pioneira exceção ao eurocentrismo foi: Peter Linebaugh, "Todas as montanhas atlânticas estremeçeram". In: *Revista brasileira de História*, nº 6, 1983.
- ¹⁶ Friedrich Engels, *Princípios básicos do comunismo*. In: Obras Escolhidas, Tomo I. Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 76 e ss.
- ¹⁷ Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. In: Obras Escolhidas, Tomo I. Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 415. Karl Marx, *Salário, preço e lucro*. Coleção Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 84, 94.
- ¹⁸ Eugene Genovese, *The world the slaveholders made*. Hanover, Wesleyan University Press, 1988, p. VI. Citado em Jefferson Cano, "O mundo que os historiadores criaram: Edward Thompson, Eugene Genovese e o tema do paternalismo". In: *Cadernos de história social*, nº 1, 1995, p. 76.
- ¹⁹ Castoriadis, "Introdução: a questão", p. 61.
- ²⁰ Maria Cecília Velasco e Cruz, "Tradições negras na formação de um sindicato de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930". In: *Afro-Ásia*, nº 24, 2000, p. 255.
- ²¹ Carlos E. L. Soares; Flávio dos S. Gomes, "Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista". In: *Novos estudos*, nº 63, 2002. Flávio dos S. Gomes, *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. João Reis, "A greve negra de 1857 na Bahia". In: *Revista USP*, nº 18, 2003.
- ²² Michelle Perrot, "As três etapas da disciplina industrial na França do século XIX". In: *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Antonio Luigi Negro, "Automóveis 100% nacionais para Argentina e Brasil. Parceria desenvolvimentista no além-mar". In: Alexandre Fortes et alii, *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

- ²³ Theodore Geiger, *US business performance abroad. The case study of General Electric company in Brazil*. Washington, National Planning Association, 1961, p. 83
- ²⁴ *Journal des Débats*, 8/12/1831. Citado em Eric Hobsbawm, *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 221.
- ²⁵ Tom Bottomore, "Acumulação primitiva de capital". In: Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 2.
- ²⁶ Linebaugh, "Todas as Montanhas", p. 7.
- ²⁷ Joaquín de Merisalde y Santisteban, *Relación histórica, política y moral de la ciudad de Cuenca*. Madrid, Librería de Victoriano Suárez, 1894 [1ª edição de 1765], p. 90. Agradeço a Evergton Sales Souza a indicação desta fonte.
- ²⁸ Eric Hobsbawm, "O fazer-se da classe operária, 1870-1914". In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 278, 279.
- ²⁹ James C. Fletcher, Daniel Kidder, *Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*. Boston, Little, Brown, 1867, p. 475, 476, 478. Com mais profundidade, Maria C. V. e Cruz analisou fontes semelhantes em "Tradições negras", p. 257-260.
- Sobre o "enigma baiano" (sobre o que sucedeu ao pioneirismo industrialista têxtil da Bahia), ver: Stein, Stanley, *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Cambridge, Harvard University Press, 1957. Luís H. D. Tavares, *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador, UFBA, 1966. Marc W. Herold, "Entre o açúcar e o petróleo: Bahia e Salvador, 1920-1960". In: *Revista espaço acadêmico*, nº 42, 2004.
- ³⁰ Engels, *A situação*, p. 9, 368. Gilberto Freyre, *Bahia e baianos*. Salvador, Fundação das Artes/EGBA, 1990, p. 69.
- ³¹ Thompson, "As Peculiaridades", p. 79, 133

Este livro foi publicado no formato 17x24 cm
Com as fontes *MS Reference Sans Serif* no corpo do texto e
Agency FB nos títulos
Miolo em papel 75 g/m²
Tiragem 500 exemplares
Impresso no setor de reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento: Cartograf

Apoio



Realização

GRUPO DE PESQUISA
MARX NO SÉCULO XXI
(F F C H - U F B A)



978-85-232-0438-9



9 788523 204389